



GEOUSP

ESPAÇO E TEMPO

15

2004 - Departamento de Geografia

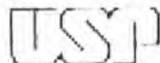
ISSN - 1414-7416

GEOUSP

ESPAÇO E TEMPO

Revista da pós-graduação em Geografia

Nº 15



Revista indexada pela GEODADOS

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sedi Hirano
Vice-Diretor: Profa. Dra. Eni de Samara Mesquita

Departamento de Geografia

Chefe de Departamento: Profa. Dra. Amália Inés Geraiges Lemos
Suplente de Chefe: Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa

Departamento de Geografia – Coordenação da Pós-Graduação (Geografia Humana)

Coordenador: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos
Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani

Departamento de Geografia – Coordenação da Pós-Graduação (Geografia Física)

Coordenador: Prof. Dr. Ailton Luchiari
Vice-Coordenador: Prof. Dr. Emerson Galvani

**Coordenadores da GEOUSP – Revista da Pós-Graduação
do Departamento de Geografia da FFLCH da USP**

Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos Prof. Dr. Jurandyr Luciano S. Ross

Comissão Redatorial

Amélia Luisa Damiani Glória da Anunciação Alves
Alfredo Pereira de Queiroz Filho Rita de Cássia Ariza da Cruz

Comissão Científica

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP)	Carles Carreras (Univ. de Barcelona)
José Bueno Conti (USP)	Cristina Helena Rocha Augustin (UFMG)
Nídia Nacib Pontuschka (USP)	Eliseu Sposito (UNESP/Presidente Prudente)
Silvana Maria Pintaudi (UNESP – Rio Claro)	Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS)
Pablo Ciccollella (Universidade de Buenos Aires)	Maria Tereza da Nóbrega (UEM)
Rogério Haesbaert da Costa (UFF)	Tereza Barata Salgueiros (Univ. de Lisboa)
Sílvio Carlos Rodrigues(UFU)	Tereza Gosllatti Florenzano (INPE)
Antonio Carlos Vitte (UNICAMP)	Helena Calai (UNIJUI)
	Marcello Martinelli(USP)

Capa e Projeto Gráfico

Eduardo Yázigi

Projeto Editorial

Ana Fani Alessandri Carlos

Secretária Geral

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Revisão

Luis Antonio Bittar Venturi

Diagramação/Editoração

Camila Salles de Faria

Monitores

Camila S. Faria/ Sávio A. Miele

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

GEOUSP, Espaço e Tempo: Revista de Pós-Graduação/ Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo - nº15 (2004) - São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

Sub-título alterado a partir do v. 05, 1999

Título até o v. 4, 1998. GEOUSP: Revista de Pós-Graduação em Geografia

Semestral

Sumário Inglês- Português

ISSN - 1414-7416

1. Geografia 2. Geografia Humana 3. Geografia Física. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia

SUMÁRIO/CONTENTS

Editorial

Ana Fani Alessandri Carlos e Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Artigos/Articles

- Pedro P. Geiger **9** Ciência, Arte e a Geografia no Cinema de David Lynch
Science, art and geography in the David Lynch's cinema
- Angelo Serpa **21** Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica
Public space and accessibility: Notes for a Geographical approach
- Christiane Spörl e Jurandyr Luciano S. Ross **39** Análise Comparativa da fragilidade ambiental com aplicação de três modelos
Comparative analysis of environmental fragility by applying three models
- Thiago S. de Azevedo e Mara Lúcia Marques **51** As propriedades fractais da representação cartográfica de linhas: um estudo de caso para o litoral do Estado de São Paulo Brasil
The Fractal property of cartographic lines: a study case of the coastline of São Paulo State - Brazil
- Eustógio Wanderley Correia Dantas **63** O Mar e o Marítimo nos Trópicos
Sea and Maritime in the Tropics
- Alúcio Wellichan Ramos **77** Cotidiano, Espaço e Tempo de um antigo Bairro Paulistano: Transformações da cidade e a dimensão do vivido
Everyday, space and time in an ancient neighborhood in São Paulo city: transformations of the city and lived dimension
- Ana Lucy Oliveira Freire **105** Projetos de Urbanização em Vitória-ES: aspectos do processo de produção de uma metrópole moderna
Urbanization projects in Vitória ES: some aspects of production process of a modern metropolis
- Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde **119** Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade
Transformation in the concept of territory: competition and mobility in the city
- Fernando S. Kawakubo; Rúbia G.Morato e Ailton Luchiari **127** O Processamento das Imagens HRG-SPOT 5 na determinação de classes de uso da terra e manchas de cobertura vegetal na Região de Teodoro Sampaio - Pontal do Paranapanema
HRG SPOT 5 image processing in the determination of land use class and vegetation cover patches in Teodoro Sampaio region - Pontal do Paranapanema

Notas de Pesquisa de Campo/Notes on Fieldwork

- Flávia Elaine da Silva **139** Aproximar sem reduzir: as derivas e a pesquisa de campo em geografia urbana
Getting closer without reducing: derives and field work in urban geography

Resenha/Review

- Rita de Cassia Ariza da Cruz **153** Na Geografia do século XXI não há lugar para um pensamento único
There is no place for a unique thought in the geography of XXIst century

Notícias de Encontros/Notices About Congresses

- Ricardo Baitz **159** I Seminário de Pesquisa em Geografia - SEPEGE Geografia Humana/USP
1st Seminar of Geographical Research - SEPEGE - Human Geography/US
- Marta Inez M. Marques e Júlio Cesar Suzuki **163** II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária
II National Symposium on Agrarian Geography, I International Symposium on Agrarian Geography
- Paola Verri Santana **165** VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana e II Simpósio Internacional de Geografia Urbana
II National Symposium on Urban Geography, I International Symposium on Urban Geography

Intercâmbio/Interchange

- Alexandre H. M. Baia **171** A exploração dos ecossistemas dos manguezais enquanto apropriação do espaço na cidade de Angoche
The Exploitation of the mangrove ecosystem while appropriation of space in Angoche city
- Hervé Théry **179** Modelização gráfica para a análise regional: um método
Graphical modeling for the regional analysis a method

Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado Defendidas/Defented Theses

193 Teses de Doutorado

200 Dissertações de Mestrado

EDITORIAL

UM POUCO DE "NOSSA HISTÓRIA"

Neste ano de 2004, a Universidade de São Paulo está fazendo 70 anos e com ela aniversaria também o curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, inserção que marcará os rumos da pesquisa e ensino de Geografia em função das possibilidades de "trânsito" dos pós-graduandos nos cursos de toda a faculdade o que, evidentemente, muda a qualidade de sua formação.

Podemos afirmar que o Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP tem particularidades criadas ao longo de uma história diferenciada em relação ao conjunto da Pós-graduação em Geografia, no Brasil. Inicia-se como um processo de titulação acadêmica, na década de 1930. Com a formação das primeiras turmas de estudantes, procurou-se viabilizar o acesso à titulação acadêmica por parte dos interessados. Possuidores de tese original, os candidatos inscreviam-se para a sua defesa. Esse mecanismo de acesso ao Doutorado vigorou durante as décadas de 1940 e 1950. A década de 1960 conheceu o embrião do sistema atual. Abria-se a possibilidade de instalação de "cursos de Pós-graduação" articulando-se formação a partir de rol de disciplinas oferecidas e a pesquisa propriamente dita. Nessa década, surgem os primeiros Mestrados defendidos na Geografia. Uma espécie de adaptação dos sistemas existentes no exterior. Este caminho, até certo ponto construído com autonomia pela USP, representava a cristalização do poder da cátedra como condutora e direcionadora da pesquisa na Universidade. Mas significava, também, a possibilidade da emergência de espaços democráticos de produção científica, no interior de uma escola marcada pela centralização da estrutura de poder. Ao mesmo tempo, abria-se a possibilidade da discussão

coletiva dos horizontes das pesquisas em Geografia no espaço do Conselho, que conheceu, nos anos de 1960, um processo de democratização que culminou no final da década com as Paritárias.

A reforma universitária de 1969 destrói, do ponto de vista formal e jurídico, as experiências começadas, e implanta o atual sistema de Pós-graduação. Desmontou-se o poder das cátedras, porém, restaurou-se o poder, quase absoluto, do orientador. Parece que esta foi uma grande perda, do ponto de vista do trabalho coletivo, abandonado por pressão ou por omissão daqueles que queriam ver restabelecido, por vias transversas, o poder das cátedras. E o acesso à Pós-graduação passava a ser caracterizado "não como um direito, mas uma oportunidade oferecida pela universidade", em que o sistema seletivo passava a restringir o acesso à titulação. Limites de orientandos por orientadores, tempo de curso, seleção, etc. passaram a se constituir nos instrumentos limitadores e limitantes do acesso. Criou-se assim o Mestrado e Doutorado em Geografia Humana e Física, os dois Programas que coordenam a pesquisa configurando dois programas distintos (caso único no Brasil). Na realidade, trata-se dois programas de Pós-graduação, ainda que articulados e com a participação mútua dos docentes do Departamento. O acesso contempla duas possibilidades: o ingresso primeiro ao Mestrado, e depois desse, ao Doutorado; ou então, o ingresso direto ao Doutorado.

A década de 1970 marca o início da ampliação da Pós-graduação em Geografia, contraditando com os objetivos da reforma de 1969, consolidando as duas áreas e abrindo novas perspectivas para o desenvolvimento das pesquisas em Geografia. Era como se, titulado

pudesse agora fazer "escola" e, sem dúvida alguma, o faz. Novos pesquisadores, novas pesquisas, novas visões de mundo e novas metodologias, sacudiram a ciência geográfica, iniciando um movimento que, na década seguinte, ganhou o país todo.

Os anos de 1980 foram marcados pela crítica, e possibilitaram a produção de uma centena e meia de Dissertações e Teses defendidas. A década de 1990, com 522 trabalhos defendidos, quase que triplicou a produção da década anterior, abrindo perspectivas para a consolidação da massificação do programa de Pós-graduação em Geografia Física e Humana. Nesse período, observamos que a Pós-graduação em Geografia Física e Humana da USP constitui-se, praticamente, em centro formador de professores de todo o sistema de ensino superior em Geografia do País. Os dois Programas de Pós-graduação, Geografia Física e Geografia Humana, respondem por mais da metade dos doutores e quase um terço dos mestres formados em Geografia no Brasil.

No ano 2004, os dois Programas de Pós-graduação em Geografia **completam 60 anos**, depois da primeira defesa de Doutorado, realizada em 1944. Nesse período, mais de mil Dissertações e Teses foram defendidas

O desenvolvimento da pesquisa no DG constrói-se ao longo de sua história na pluralidade dos modos de pensar, fazer e ensinar a Geografia, permitindo uma amplitude e renovação de temas e caminhos teórico-metodológicos. E deste conjunto mais complexo deriva um leque de linhas de pesquisa, que compõem o horizonte possível da construção do pensamento geográfico, a partir do entendimento do mundo moderno através da perspectiva espaço-territorial, abrindo macros projetos temáticos nos dois programas de pós-graduação, que buscam interpenetrar-se (na prática). A pesquisa é um desafio e representa, coincidentemente, a possibilidade de descoberta que deve ser exercida com liberdade; por sua vez, o aprendizado deve permitir a atuação plena da personalidade do ser humano. Em um mundo em constantes

transformações, não há teorias prontas e acabadas. Esta postura marca profundamente a estrutura do programa de pós-graduação desde o seu nascimento e vem se aperfeiçoando, permitindo a plena realização da pesquisa num leque de teorias e abordagens que tem sido a riqueza da Geografia.

A proposta do programa, no que tange a atualização dos temas em vista das tendências da ciência, tem sido fortalecida pela troca com outras instituições nacionais e do exterior; seja através da recepção de alunos de outras áreas do país, seja pela realização de eventos temáticos, nacionais e internacionais, e da freqüência de membros dos corpos docente e discente em eventos promovidos por outras instituições no Brasil e fora dele; seja ainda pela realização de cursos sob responsabilidade de professores convidados. Ressalte-se a freqüência em eventos científicos, bem como o incessante intercâmbio entre professores e alunos das mais diversas instituições do Brasil e do exterior.

Podemos salientar, no momento, novos convênios estabelecidos com as universidades de Barcelona, de Paris, de Buenos Aires e de Moçambique, que oferecem oportunidades de atualização acadêmica e ampliação do debate a partir das pesquisas realizadas. As missões dos professores franceses, espanhóis e argentinos (principalmente) em São Paulo, têm permitido a realização nos últimos anos de work-shops, reuniões científicas, cursos para alunos de pós que têm contribuído de forma positiva à ampliação do debate. A criação dos "seminários de pesquisa" tem sido um espaço importante do debate entre alunos e professores da USP com os professores estrangeiros e de outras universidades brasileiras, criando um outro dinamismo para os programas.

A qualidade das pesquisas realizadas, marcadas pelo compromisso desta universidade com o progresso científico, continua sendo a meta buscada cotidianamente através do exercício da crítica e da manutenção do indispensável exercício da liberdade, que nos possibilita atuar no sentido do respeito às

diferenças. Diferenças que concretamente se realizam enquanto reconhecimento da existência de linhas teórico-metodológicas divergentes, embasando o ensino e a pesquisa e a produção de um conhecimento que se pretende plural.

A melhor comemoração que podemos fazer, neste ano de 2004, é a realização de um

seminário apresentando o trabalho de pesquisa de professores e pós-graduandos do Departamento de Geografia sobre São Paulo que tem por tema "**As geografias da metrópole**" e o lançamento da Obra, em dois volumes, com o mesmo título, no momento em que São Paulo está fazendo 450 anos.

Ana Fani Alessandri Carlos
Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Artigos



CIÊNCIA, ARTE E A GEOGRAFIA NO CINEMA DE DAVID LYNCH

Pedro P. Geiger *

RESUMO:

As correspondências entre Geografia e Cinema são densas, cobrindo temas do espaço vivido e das representações do espaço. Este trabalho procura discutir as relações entre Geografia e Cinema em uma perspectiva filosófica das relações Arte/Ciência.

PALAVRAS-CHAVE:

Geografia, representação, cinema, arte, espaço geográfico.

ABSTRACT:

The correspondences between Geography and Cinema are dense. They cover a range of lived space and representations of space issues. This work discusses the geography and Cinema relationships upon philosophical perspective of the Art/Science relations.

KEY WORDS:

Geography, representation, Cinema, Art, geographic space.

1. Introdução.

Especificidade tecnológica do cinema.

A luz da sala é apagada para se dar início à sessão de cinema. A escuridão é similar à que reina no Cosmos, e que será quebrada pelo jato de luz do projetor, lançando suas imagens sobre a tela. Não importa que as imagens projetadas descrevam atos vividos que se desenvolvem em velocidades distintas; o rolo do filme continuará girando em um ritmo uniforme. Como o faz a Terra, em seus movimentos uniformes, embora, sobre a sua superfície, os acontecimentos estejam se desenrolando segundo velocidades variadas.

Cada arte possui a sua especificidade tecnológica, condicionadora de suas possibilidades de linguagem, sendo que já existe vasta literatura, estrangeira e brasileira, tratando deste tema particularmente, é grande

a literatura sobre as possibilidades que a tecnologia da produção cinematográfica oferece para a sua linguagem e para o sentido de sua produção.

O cinema é uma arte que trabalha com a imagem construída, regra geral, por um conjunto de fotografias que foram tomadas de forma sequencial e impresso sobre uma fita de celulóide. (No chamado 'desenho animado' uma sequência de desenhos substitui a sequência fotográfica).

As fotografias, ao serem transportadas através de um projetor e numa certa rapidez, da fita para uma tela, criam uma imagem virtual que parece animada de movimento. Teatro, música, também lidam com movimento e tempo, mas, transcorrem num espaço limitado. O cinema também se realiza num espaço limitado, porém pode fazer o espectador se deslocar virtualmente por todo o espaço geográfico, por

todo o tempo histórico. Dada esta possibilidade, o cinema também é utilizado para produzir documentários. Haverá arte na produção de um documentário cinematográfico, do mesmo modo em que há arte na produção do formato de um jornal. O fato de se poder movimentar, tirando fotografias através de vastos espaços geográficos, e depois poder reuni-los num único filme, significa poder utilizar uma enorme quantidade de significantes numa mesma representação. Por outro lado, se o cinema pode servir ao trabalho da documentação, por outro lado, com o jogo de montagem das imagens é possível praticar o ilusionismo, como nas artes plásticas.

Com a capacidade de produzir as representações fotográficas do espaço real, o cinema pode abranger tanto o quadro natural, como o espaço construído, assim como cobrir as experiências vividas da população, inclusive as suas práticas do imaginário e do simbólico. Ele o faz, quer na forma de documentário, quer na forma de ficção. São estes os fatos que fazem dizer do cinema, que é como se ele possuísse um movimento que o faz "*sair dos limites do campo da Arte, como se passasse a explicar*", expressão de Michael Fried e citada por Steven Connor (Connor, 1996,127). Como se saísse do '*seu-eu-em-si-mesmo essencial*', expressão de Heidegger (Heidegger, 1966). Resulta em estabelecerem relações específicas entre esta área do campo da arte e as áreas do campo da ciência social, com a área da Geografia, em particular.

Regra geral, a produção cinematográfica compreende a utilização de uma câmara que fotografa em série, realizando uma representação do espaço. A observação continuada do espaço é também um aspecto da tarefa geográfica, que muitas vezes ilustra fotograficamente as suas proposições. Mais uma vez são constatados pontos de encontro da Geografia com o cinema. No presente trabalho pretende-se explorar o tema das relações entre a Geografia e o Cinema no contexto da perspectiva filosófica das relações Arte/Ciência. Mostra-se como algumas proposições correntes do pensamento geográfico

podem receber apoio e serem reconstruídas, a partir do cinema de David Lynch.

2. Arte e Ciência. Geografia e Cinema.

2.1. O visível e o invisível.

No filme *Cidade dos Sonhos, Mullholand Drive*, há uma seqüência que se inicia com um casal de idosos e uma jovem loura saindo do aeroporto de Los Angeles. O trio conversa anima-damente, enquanto caminha, e a primeira impressão é de que se trata de um grupo familiar, ou de pessoas que se conhecem. Alcançada a saída do prédio, o trio se detém e começam as despedidas, os velhos desejando todo o sucesso e as felicidades para a jovem. O espectador percebe então que foi induzido ao erro, através das aparências produzidas na construção da cena. Na verdade, tratava-se de uma daquelas conversas animadas que se estabelecem entre pessoas sentadas próximas entre si, em situações como as que se reproduzem numa viagem de avião. Este é um dos jogos do cinema, confundir a verdade e o falso através da aparência, ou através dos incontáveis 'truques' que a tecnologia cinematográfica dispõe.

É interessante lembrar um momento vivido pela Geografia, quando a questão de interpretar o significado de formas convergentes, mas que podem partir de gênese diversas, foi motivo de fortes controvérsias. Foi o caso do debate sobre a existência, ou não, dos ciclos de erosão, proposta da teoria davisiana, apoiada sobre formas morfológicas. Teoria que foi contestada pela chamada "escola morfoclimática"

A seqüência do filme acima descrita mostra um comportamento que ocorre em certos locais, como nos que a Geografia tem denominado de 'não lugares'. A cena expressaria o que se define como 'o visível' da Arte. O 'não visível' ficaria por conta do não enunciado, de que existe uma proposição que define 'lugares' e 'não lugares' (visível e invisível corresponderiam ao 'apolíneo' e 'dionísico'), e que aquela cena descreveria o 'não lugar'. 'Não lugares' seriam aqueles lugares que não teriam,

atrás de si, desenvolvimentos historicamente diferentes. Por isso, apresentariam aspectos comuns em suas paisagens e nos comportamentos de seus frequentadores. Aeroportos, *shoppings*, seriam exemplos de 'não lugares'.

Ao estabelecer relações entre o visível e o invisível, o cinema constitui uma interação entre o ver imediato e sua significação, diz Jorge Barbosa, citando *Psychoanalysis and Cinema*, 1982, de C. Metz (Barbosa, 2000). Que "*a imagem fílmica é um significador imaginário, tendo em vista o fato de que a realidade evocada está sempre ausente, apenas presente em nossas imaginação*" Na cena do aeroporto, a realidade evocada, a do 'não lugar', se encontra oculta, é sugerida. Neste ponto, vale lembrar uma frase de Deleuze e Guattari, de que "*os estados das coisas, os objetos os corpos, os estados vividos, fornecem as referências de função*".(Deleuze e Guattari, 1992: 195).

2.2. O espectador é quem interpreta.

Para o cinema, como área do campo das Artes, é dito que "*Toda leitura da imagem é produzida de um ponto de vista: o do sujeito observador*"¹. É o espectador quem constrói e localiza o significado de um filme. Neste sentido se distancia da Geografia. O cinema, como a Arte, em geral, não produz proposições, uma função das ciências. Na Arte se expressa, basicamente, 'afectos' e 'perceptos' que se encontram contidos nos objetos, ou nas idéias que constrói. Deleuze e Guattari se utilizam da palavra 'perceptos', para distinguir de percepções, pois estes serão vividos pelo espectador. Os perceptos não são propriamente as percepções, pois são independentes do estado daqueles que os experimentam, são fabricados pelos autores das obras. Já "*Os afectos não são mais sentimentos, ou afeições, pois transbordam a força daqueles que são atravessados por eles. As sensações, perceptos e afectos, são seres que valem por si mesmos, e excedem qualquer vivido. Encontram-se na obra, não no criador, fazem da obra de arte um ser de sensação, e nada mais, que existe em si. Caberá ao espectador captar sentimentos, afeições*"

(Deleuze e Guattari, 1992: 213).

De certo modo, estas diferenças entre Arte e Ciência explicam a freqüentação de um público maior para a primeira, em comparação à segunda.

2.3. Os planos da Filosofia, da Ciência e da Arte.

Deleuze e Guattari definem estas três formas do pensamento como sendo criações humanas para enfrentar o caos.

A Filosofia querendo salvar o infinito, dando-lhe consistência. Ela traça um plano de imanência, até ao infinito, de onde faz surgirem os 'acontecimentos', com os seus conceitos consistentes.

A Ciência não tem por objeto os conceitos, propriamente, mas as funções, que nos seus sistemas discursivos se apresentam como proposições. Ela define o estado das coisas, suas funções e lança proposições referenciais. Para esta tarefa, ela não necessita da Filosofia, pode renunciar às questões do infinito, desnecessárias para referenciar os seus objetos. Por exemplo, o geógrafo pode estudar um determinado território, propor-lhe funções, sem necessariamente, ter que conceituar sobre o espaço, em termos filosóficos.

Quanto à Arte, ela traça um plano de composição que carrega sensações que atingem afeições e com os quais constrói monumentos. Ela cria no finito, mas tenta re-estruturar no infinito.

O filósofo apresenta as variações. O cientista comparece com as variáveis e se ocupa dos processos de formação. Quanto ao artista, citando Paul Klee, ele produz variedades, apresenta as formas acabadas. Os objetos de arte se conservarão enquanto se conservarem seus suportes materiais. Florença muda ao longo do tempo, mas o Davi de Miguel Ângelo se mantém o mesmo.

Contudo, se os três pensamentos não se sintetizam, nem se identificam uns com os outros, no entanto, os autores citados o afirmam, eles se cruzam e se entrelaçam,

formando rico tecido de correspondência, que se estabelece entre os três planos, e dando margem a uma rede com pontos culminantes. Quando um objeto é cientificamente construído por funções, é válido buscar-se um conceito filosófico para o mesmo, o que não foi dado pela função. Este será um ponto culminante da rede. Assim, ocorrerão pontos culminantes quando um conceito for o conceito de uma função, ou de uma sensação; quando uma função for função de um conceito ou de uma sensação, e quando a sensação for sensação de um conceito ou de uma função.

Continuam Deleuze e Guattari afirmando que cada elemento criado sobre um dos planos apela por outros elementos, heterogêneos, que restam por criar sobre os outros dois planos. Um elemento não aparece sobre um plano sem que o outro possa ainda estar por vir, em outro plano, ainda indeterminado, ou desconhecido. Assim, o pensamento aparece como heterogêneo.

No entanto, os citados autores apontam para os perigos que podem decorrer da falta de um cuidado maior quanto ao significado deste entrelaçamento dos três planos, quanto a estes pontos culminantes da rede por ele formada. Eles podem reconduzir à uma opinião da qual se queria sair, ou precipitar no caos que se queria enfrentar. (Deleuze e Guattari, 1992: 151-256). Esta advertência é importante quando se notam movimentos no campo da Geografia que visam reencontros com a arte, como na 'Apresentação', da publicação *Geografia e Arte*, em que pede pelo resgate da "beleza e o prazer da geografia" (Paz, e Ricoca, 1996 :3). Propõe-se viver as sensações ao tempo em que se propõem as funções.

2.4. Geografia e Arte, com maiúscula e com minúscula.

Um número crescente de geógrafos vem se posicionando a favor da 'ampliação do diálogo da Geografia com a Arte' Tendência que vem refletindo uma condição geral contemporânea, e que vem sendo designada de pós moderna.

A crítica ao cientificismo; a relativização dos princípios da causalidade e da determinação, particularmente, quando aplicados em processos sociais; a maior

valorização do papel dos agenciamentos, para serem considerados, tanto quanto as estruturas nos processos sociais; o esmaecimento, no próprio pensamento marxista, do limite entre infra estrutura e super estrutura (Cosgrove, 1998), são alguns dos pontos que sustentam uma corrente de pensamento na qual se inserem novas tendências da Geografia.

Na já citada Apresentação de *Geografia e Arte*, se manifesta "Contra a ciência positivista. Em prol das explicações que privilegiem o sujeito e seus sentimentos. Pela fusão entre ciência e arte. Na tentativa de explicação de um imaginário-real e principalmente, pela necessidade de se resgatar a beleza e o prazer da geografia". Nesta mesma publicação, num dos seus artigos, lê-se que é importante "ver o mundo pelos olhos da Arte, tanto quanto a arte vê o mundo pelos olhos da Geografia. Fundir num só os olhares imagéticos sobre os espaços da geografia, ciências sociais, literatura, pintura, cinema, arquitetura, veres geográficos". E mais, que "Acostumados com o objetivo que impregnou o mundo da ciência, dissociamos no mundo o que é dela e o que é da arte. Não nos indagamos se não é este o nó cego que, até agora, afastou o olhar do geógrafo da capacidade de ver e acompanhar o mundo como o espaço tenso do ser contraditório" (Moreira, 1996:41 e 48).

Valeria lembrar, no entanto, como foi visto mais acima, que não se trata propriamente de realizar fusões, nem de sintetizar os pensamentos da Geografia e das Artes. O geógrafo observa o espaço geográfico, a geografia, de 'g' minúsculo, e elabora a partir de sua observação geográfica, uma Geografia, a de 'G' maiúsculo. O artista pode recorrer, também, ao espaço geográfico para a sua inspiração, à geografia de minúscula. Contudo, não necessita, forçosamente, de recorrer à Geografia maiúscula (à interpretação preparada pelo geógrafo. Sobre esta questão, a das palavras iniciadas com o uso de maiúsculas, ou minúsculas, ver, por exemplo, no filósofo Martin Heidegger).

No entanto, e ainda em concordância com o que fora dito anteriormente, o importante é estabelecer 'um tecido de correspondência'

entre os dois pensamentos, ou melhor, entre os três, o científico, o artístico e o filosófico. Um texto geográfico deve conter estilo, pode transmitir prospectos e afectos, estimular conceitos. O desenvolvimento cultural contemporâneo se desloca nesta direção através de uma interdisciplinaridade crescente. No próprio campo da Arte se observam os artistas se apropriando dos denominados mídia (não considerados como da tradição da arte) e de métodos de outras práticas, vindas das ciências sociais, da Antropologia, da Lingüística, por exemplo. Acoplado a este desenvolvimento, observa-se, nos tempos atuais, a diversidade na multiplicação da identidade dos artistas. Leonardo da Vinci foi uma exceção, no passado, alguém voltado para os meios não usuais da Arte. Hoje multiplicam-se os artistas que ocupam cadeiras de professores nas Universidades.

Na atual fase pós moderna, a Geografia, como as outras ciências sociais, passa a exigir de seus praticantes um lastro cultural crescente. O papel da cultura no quadro econômico e social é crescente. Isto significa, inclusive, recorrer às diversas mídias, para se conhecer os seus imaginários construídos. *"As construções imagéticas servem não somente como objeto constituído, mas ao re-ordenamento das imaginações geográficas que adquirimos do Mundo"*(citação de Mik Crang, *Cultural Geography*, por Vaz de Castro, 2000: 8)

2.5. Sobre a questão da forma.

Um aspecto que marca a proximidade particular da Geografia com a Arte diz respeito à questão da forma. Note-se que a palavra forma designa, tanto a terceira pessoa do verbo formar, como o substantivo forma. Qualquer objeto, ente, ou corpo, possui uma forma, e na medida que ele se modifica, a forma se altera. *"Do ponto de vista de um espectador, o que é consistência em si mesmo torna-se o que se expõe. É o que se oferece com o aspecto que se apresenta....Atingir sua consistência significa conquistar limites para si, delimitar-se, alcançar um 'fim' 'Fim' enquanto conclusão, no sentido de seu grau supremo de plenitude"* (Heidegger, 1966:

110).

A forma dos objetos, entes, ou corpos, marca tanto os seus limites, como as suas possibilidades. É através das formas que o objeto de arte exerce o seu potencial em termos de afectos e prospectos. Por outro lado, uma série de propo-sições da Geografia se referem aos potenciais e limites que as formas construídas pela natureza, ou pela sociedade, possuem.

2.6. Conclusão.

As correspondências entre a Geografia e o Cinema são muito densas, ambas cobrindo os temas do espaço vivido e das representações do espaço. 'O cinema produz dramas elaborados, vidas e eventos excitantes para os espectadores, que traduzem espaços vividos,' escreve José L. Barbosa, citando Mack Neuman. O Cinema é especificamente uma arte de representação, e a Geografia trata especificamente de representar o espaço geográfico. Ambas trabalham a construção simbólica, ao mostrar conscientizações quanto à imagem simbólica que o espaço geográfico assume, quanto a seu papel para a representação da identidade (Vaz de Castro, 2000).

Jorge L. Barbosa também lembra que para os pré Socráticos, como para Spinoza, *"a representação é um momento do conhecimento... tornar presente à consciência a realidade externa... ela comporta percepção/interpretação/reconstrução do objeto, mais a expressão do sujeito"* (Barbosa, 2000:6).

A Geografia se coloca atenta ao que produz o cinema, ou a literatura, ou qualquer outra arte, significa não se restringir unicamente a uma postura cientificista, limitar-se a um conhecimento desenvolvido segundo os paradigmas da modernidade e de suas 'metanarrativas' Significa trazer também o testemunho das observações de outras áreas, como as das Artes, contribuindo para o alargamento do saber pelo saber, e não atuar apenas para se obter a sua aplicabilidade como ciência, a rentabilidade imediata. Praticaria uma

ruptura com o consenso objetivista dentro da própria ciência (Connor, 1996 :30).

Para Lyotard (1987), as tendências contem-porâneas refletiriam a união do âmbito sócio econômico da pós modernidade com o âmbito cultural estético do movimento pós moderno, mediante a estetização do primeiro, o que faria considerar o social como parte do cultural. É fácil demonstrar, porém, a insuficiência da consideração do social como simples expressão do cultural. Neste sentido, Frederic Jameson (1996) avança, quando oferece combinação similar entre o âmbito sócio econômico e o âmbito cultural, mas onde a base econômica permanece com o seu vigor. Este autor aponta para a cultura como a estratégia da fase mais recente do capitalismo, em que se correlacionam as novas imagens formais da cultura com o novo tipo de ordem econômica e vida social.

Deste modo, a aproximação da Geografia à Arte, ao Cinema corresponde a 'um compromisso com a estética e à consolidação de um desenvolvimento pluralista' no interior da disciplina. Seria como que um exercício, na busca de estudar 'percepções, afeições e ações relativos aos objetos que ela examina quando trata das condições que dizem respeito ao vivido'.

3. Uma leitura geográfica de filmes de David Lynch.

Em David Lynch, a idéia da interação entre comportamento humano e espaço geográfico se revela de forma permanente, seja no enredo dos filmes, que ele mesmo escreve, seja na composição cinematográfica que ele dirige.

Na história do capitalismo, os Estados Unidos apareceram como um amplo espaço a ser colonizado, e que iria se tornar uma avançada economia nacional capitalista de dimensão continental. Este é o quadro de constringência que conduz à procura de velocidades crescentes, no transporte e na comunicação, e a uma mobilidade da população, como não fora vista na Europa. A história e a geografia americanas se constituem no meio,

produzido, que envolve a sociedade e os personagens dos filmes de Lynch, cada filme se passando em uma, ou em mais cidades, numa ou em mais regiões. Os meios e as vias da mobilidade se encontram sempre presentes, os automóveis e as estradas fotografados de forma particular.

Ideologicamente, numa atitude pós-moderna, o cineasta aprofunda a questão do trato formal como a essência da linguagem artística. Caberá ao espectador, através do que lhe é mostrado, reconhecer, ora uma forte crítica social, ora a exaltação de alguns 'valores americanos'

Veludo Azul (1986) começa com um carro de bombeiros desfilando lentamente pela rua de uma pequena cidade. A imagem do movimento lento dos bombeiros sorridentes transmite a sensação da paz e tranquilidade que se supõe reinar nas comunidades de cidades pequenas. Logo em seguida, o jovem 'herói' do filme se depara com uma orelha cortada, jogada no chão, o que sugere, de imediato, a violência sob uma superfície supostamente pacata. As curvaturas da orelha, colocada em *close*, sugerem a figura do um ponto de interrogação, como que indicando questionamentos a serem tratados pelo filme. A câmara se aproxima do orifício auricular, apontando para uma via, uma passagem. O elemento via figurará em todos os filmes de Lynch.

A passagem será vivida principalmente pelo jovem 'herói', representado na aproximação da câmara acima descrita. Questionar, procurar entender e agir significa olhar de dentro e olhar de fora. Assim, este jovem tornou-se um forasteiro, já mora numa cidade maior e se encontra de passagem para visitar o pai que se encontra doente. A curiosidade pelo conhecimento cresce com o crescimento urbano.

A classe média habita casas individuais, com jardins, que formam a paisagem dominante. Um setor pobre da população habita em prédios de pequenos apartamentos. O utilizado pelo filme tem o elevador quebrado. Neste setor está localizada a cantora de boate representada por Isabela Rossellini. Automóvel é um símbolo que

se tornou acessível também aos pobres, e o veículo se torna, no filme, um pedestal, ou um palco, sobre cujo teto uma mulher dança ao som de Elvis Presley.

Um ícone é constante nos filmes de Lynch: a placa no poste, com um nome de rua, de um rio, um sinal gráfico no filme. Como são sinais gráficos uma coordenada no mapa, a toponímia. Cinema é uma arte gráfica e Geografia é uma ciência gráfica.

Coração Selvagem (1990) trata da fuga de um casal de jovens, da classe popular, na direção do Oeste. A saída para o Oeste representa a busca de uma solução para uma situação que vinha sendo vivida, através da inserção em novos ambientes geográficos. Sem ser um *road movie*, automóvel e estrada ocupam longas seqüências. A sensação que vai sendo passada ao longo desta estória em que o casal se movimenta, é como se este deslocamento espacial não influísse em nada, nem nas condições de conforto do casal, nem no seu modo de ser. No final, porém, se descobre que a aventura, a mobilidade vivida pelos protagonistas, atinge seu modo de comportamento. Como se protegidos por uma fada boa, que aparece na cena 'surrealista' final, como figura imaginária, o percurso fizesse as pessoas começarem a mudar. Remete ao Mágico de Oz. Lá também há uma estrada, é cantada a mesma *follow the yellow brick road!*, e figura uma fada protetora de aparência semelhante.

A Estrada Perdida (1996), se inicia por minutos desfilando o chão de uma estrada, numa corrida que faz lembrar a corrida do próprio celulóide do filme. Para tornar este elemento gráfico mais dramático, a filmagem é à noite. Mais uma vez a mobilidade dos personagens é alta e o automóvel exerce várias funções. Uma situação de tráfego é motivo para um ato de violência por parte do chefe mafioso. Sua amante também é tida como uma propriedade, sempre associada ao automóvel. Neste filme, o tema da identidade plural é tratado, um personagem da estória se transformando em outro. Mais uma vez o surrealismo é associado à mobilidade geográfica.

Na **História Real** (1999), Lynch se volta para o Meio Oeste, rural, conservador, que vota

Republicano. Aqui, a retidão linear dos valores tradicionais se superpõe à trajetória linear do filme que acompanha a viagem do personagem, Mr. Straight, ao longo de uma estrada.

O sobrenome, em inglês, do personagem principal (e do título do filme, *Straight Story*), um homem idoso, evoca esta linearidade e retidão. Encarna valores americanos tradicionais, e herdados da Inglaterra. Entre estes valores, o relacionamento estreito entre homem e máquina, herança da revolução industrial inglesa, no caso, um cortador de grama. Viajar sobre um cortador de grama, ao longo de uma rodovia, expressa a herança da aventura, do pioneirismo, dos colonizadores sobre o imenso espaço americano. Tomadas da paisagem de imensas searas figuram no filme, e o tempo da duração da viagem, praticamente, dentro de uma mesma região geográfica, sugerem o tamanho do espaço geográfico. Em *close*, a tabuleta Mississipi, quando a ponte é atravessada; uma imagem que assume carga histórica. Ao longo da estória, enquanto a estrada é percorrida, ocorrem situações que evocam, seja o fluxo da diversidade cultural que cobre os espaços geográficos, seja a permanência de aspectos dos tradicionais costumes comunitários.

E tudo desemboca em Hollywood. No filme **A Cidade dos Sonhos, Mulholland Drive** (2001), o cineasta, finalmente, penetra na grande metrópole americana. O filme se inicia com um acidente de carro, à noite, numa estrada na periferia elevada de Los Angeles. Diante da mulher que sai do carro, a tela, por muitos segundos, apresenta o imenso mar de luzes da gigantesca cidade. Em seguida, personagem e espectador iniciam a descida em direção à cidade de Los Angeles, e de Hollywood, como ambiente constringente para o que será narrado.

Esta gigantesca metrópole, muito fragmentada, social e funcionalmente, já foi apresentada pelo geógrafo Edward Soja, como um modelo de metrópole pós-moderna. Fragmentação e divisão compõem, também, a narrativa do filme. Personagens que não têm a ver diretamente com a trilha central do filme entram no mesmo, por alguns instantes, e saem.

Um casal de velhos acompanha, conversando, alegremente, uma jovem, saindo do aeroporto. Parece que são parentes, ou antigos amigos. Não, não são. Trata-se de mais um encontro de estranhos, no 'não-lugar' Logo após as despedidas, com os 'mais sinceros votos de felicidades', a moça procura a bagagem, que não vê, e se assusta. Não há razão. Trata-se de mais um gesto da intimidade fortuita, contemporânea, que ocorre na grande cidade; um taxista já está colocando a bagagem no porta-malas do carro. Noutra seqüência, um *homeless* das grandes metrópoles é uma aparição aterradora que se fixa na mente delicada de um personagem.

Os diversos problemas apresentados no filme são associados a diferenciados ambientes visitados na cidade e que vão sendo filmados. Deslocar-se de madrugada, de táxi, pela imensa Los Angeles já traz uma sensação de aventura assustadora. Palmeiras ladeiam ruas de Los Angeles. A câmera filma as copas, em seqüência, o que acentua a altura. Elas são muito altas, mas bem distantes uma das outras, não se juntam, mais uma vez transmitindo a sensação de setores sociais distantes entre si e elevados em relação a outros.

Estes e outros aspectos filmados associam a permanência da antiga atmosfera do *Far West*, ainda atraindo forasteiros, e simbolizada pela aparição de um *cowboy*. Lynch não deixa de mostrar a imagem clássica - cartão postal do letreiro de Hollywood sobre o morro. E por tudo isso, Los Angeles é, também, o centro da cultura cinematográfica americana; a fábrica dos sonhos.

É de um sonho que trata o filme? Dividido em duas partes, cada uma contém quase todos os mesmos atores e nomes de personagens, estes, porém, trocados. Não importa. Cada um fará a sua interpretação do significado. Pode ser uma chamada da atenção para a questão da uma identidade plural, mais difundida no mundo contemporâneo. Um pluralismo cujo desenvolvimento teve que passar pelos grandes movimentos das populações pelo espaço geográfico, pelos encontros das diversas culturas no seio das metrópoles. A repetição de personagens, de seus nomes, como que indica, também, as sucessivas repetições de situações, mas em formas variadas, uma sensação sentida nas grandes cidades.

Nota

1 I Xavier et alii, Cinema: revelação e engano, O Olhar, 1988, citado em Barbosa, 2000)

Bibliografia

BARBOSA, Jorge Luiz. "A Arte de Representar como o Reconhecimento do Mundo: O Espaço Geográfico, o Cinema e o Imaginário Social" *Revista Geografia*, Niterói: UFF, II (3), 2000, p. 69-88.

CONNOR, Steven. *Cultura Postmoderna, Introducción A Las Teorias de La Contemporaniedad*. Madrid: Akal SA, 1996. Traduzido do inglês.

COSGROVE, Denis. "Em Direção a Uma Geografia Cultural Radical". *Problemas da Teoria, Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro: NEPEC/UERJ, Ano III, nº 5, 1998

DELEUZE, Gilles & GUATTARI. *O que é a Filosofia*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1992. Traduzido do francês.

HEIDEGGER, Martin. *Introdução à Metafísica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. Tradução do alemão.

JAMESON, Frédéric. *Pós Modernismo, A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1996.

LYOTARD, Jean François. *La Condición Post Moderna*.
Madri: Cátedra, 1987

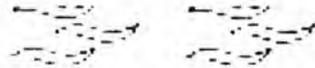
MOREIRA, Ruy. "Grande Sertão, Veredas, na trilha
de uma geografia roseana" *Geografia Arte, Revista
Fluminense de Geografia I*. Niterói: UFF, 1996, p. 41-
48.

PAZ, Katia & RICOCA, Renata. "Apresentação"
*Geografia e Arte, Revista Fluminense de Geografia
I*, Niterói: UFF, 1996.

VAZ DE CASTRO, Maria Helena Braga. "Inédito",
apresentação no 3º Simpósio Nacional sobre Espaço
e Cultura, Rio de Janeiro: UERJ, em outubro 2003.

Trabalho enviado em novembro de 2003.

Trabalho aceito em março de 2004.



ESPAÇO PÚBLICO E ACESSIBILIDADE: NOTAS PARA UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Angelo Serpa*

RESUMO:

No espaço público da cidade contemporânea, o "capital escolar" e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos. Mas, afinal, que qualidades norteiam a apropriação social do espaço público na cidade contemporânea? Como explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese, seriam – ou deveriam ser – acessíveis a todos? O presente trabalho pretende discutir essas e outras questões, baseando-se em uma revisão bibliográfica comentada das contribuições filosóficas de Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Walter Benjamin e Henri Lefebvre. Em seguida, a partir da análise de exemplos concretos de espaços públicos, em cidades como Salvador, São Paulo e Paris, objetiva-se uma aplicação empírica dos conceitos discutidos, buscando-se elucidar as dimensões socioculturais e políticas da apropriação social destes espaços urbanos.

PALAVRAS-CHAVE:

Espaço público, cidade contemporânea, acessibilidade, apropriação, identidade.

ABSTRACT:

In the public spaces of the modern city, the "school capital" and the means of consumption are the elements that determine social identity. Here, difference and inequality join forces in the process of occupation of space, defining an accessibility which is, above all, symbolic. Seen in this light, accessibility and difference have a visible social content, which acts in production of territories (and, in most cases, in privatization as well) within (of) urban public spaces. But, after all, what qualities are behind the social appropriation of public spaces in the modern city? How can one explain the selective and differentiated appropriation of spaces which, at least in theory, would be – or should be – accessible to all? This work seeks to discuss this and other relevant issues, based on a commented bibliographical review of the philosophical contributions made by Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Walter Benjamin and Henri Lefebvre. Next, based on an analysis of real examples of public spaces in such cities as Salvador, São Paulo and Paris, the aim is to present an empirical application of the concepts that have been discussed, in a move to shed light on the political and socio-cultural dimensions of the social appropriation of these urban spaces.

KEY WORDS:

Public space, modern city, accessibility, appropriation, identity.

A Geografia pouco se ocupou da discussão acerca do espaço público urbano. Com raras exceções, esse tem sido um tema pouco explorado pelos geógrafos. Em um livro lançado recentemente, Gomes (2002) busca compreender, na contramão dessa tendência, a contribuição da Geografia para o entendimento do espaço público na cidade contemporânea, baseando-se em estudos de caso no Brasil, França e Canadá. É um estudo pioneiro que pretende lançar as bases "geográficas" para análise deste tema, associando os conceitos/noções de espaço público e cidadania. Também o papel do Estado na conformação do espaço público urbano é discutido pelo autor. Gomes defende a idéia de que tais pesquisas, na Geografia, devem nortear-se pela concretude desses espaços, sem perder de vista as práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem¹

A questão levantada por Gomes (2002) é pertinente, mas é evidente a dificuldade de relacionar as dimensões políticas e sociais de uma esfera pública urbana e os aspectos formais e estruturais dos espaços públicos "concretos". Dialeticamente, forma e conteúdo são a um só tempo produtos e processos: são autocondicionantes, auto-referentes e historicamente determinados. Na análise do espaço público urbano, forma e conteúdo são, portanto, indissociáveis, e uma discussão sobre tal tema passa necessariamente pela difícil articulação entre os aspectos que dão "concretude" à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter intersubjetivo e a necessidade de uma abordagem fenomenológica do problema.

Uma abordagem assim passa necessariamente pela discussão da noção de cidadania e da ação política e, para falar em um conceito evidentemente geográfico, pela análise da acessibilidade. Esta última está estreitamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos. Pois, a acessibilidade não é somente física, mas

também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças, parques, largos, *shoppings* e prédios públicos. Se é certo que o adjetivo "público" diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços "abertos" de uso coletivo. Afinal, que qualidades norteiam a apropriação social do espaço público na cidade contemporânea? Como explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese, seriam – ou deveriam ser – acessíveis a todos?

O presente trabalho pretende discutir essas questões, baseando-se em uma revisão bibliográfica comentada das contribuições filosóficas de Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Walter Benjamin e Henri Lefebvre. Em seguida, a partir da análise de exemplos concretos de espaços públicos, em cidades como Salvador, São Paulo e Paris², objetiva-se uma aplicação empírica dos conceitos discutidos, buscando-se elucidar as dimensões socioculturais e políticas da apropriação social destes espaços urbanos, em contextos por vezes muito distintos. Aqui, a análise das semelhanças deve ter um peso equivalente à explicitação das diferenças, de acordo com a máxima de Milton Santos: as regiões e os lugares são "*as distintas versões da mundialização*" (SANTOS, 1994: 46). Como, em um contexto de homogeneização de espaços e técnicas, na escala mundial, pode-se falar em apropriação social do espaço público urbano? Qual é, afinal, o significado do espaço público na cidade contemporânea, expressão maior do capitalismo oligopólico e monopolista?

1. Entre ação e comunicação: as contribuições de Arendt e Habermas

Entre os chamados "filósofos do espaço público", destacam-se, sem dúvida, as contribuições de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Na obra de Arendt, o espaço público aparece enquanto lugar da ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária. Já para

Habermas, o espaço público seria o lugar *par excellence* do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão (Compare: Joseph, 1998).

Na concepção de Arendt, a ação política é uma atividade que comprova imediatamente a pluralidade da condição humana. Seguindo a tradição kantiana e aristotélica, Arendt tenta repensar a ação política a partir da capacidade de julgamento, entendendo como tal o poder de discernimento de cada ser humano; algo intercambiável a partir da possibilidade de comunicação entre os indivíduos, o que confere um caráter intersubjetivo à esfera pública, ampliada a partir do confronto de (diferentes) idéias e ações (Compare: d Allones, 1995 e Prado Jr., 1995).

Que o poder de julgar é uma faculdade especificamente política, no sentido indicado por Kant, a saber: a capacidade de ver as coisas não somente do ponto de vista pessoal, mas na perspectiva de todos que se encontram presentes; melhor, que o julgamento é uma das faculdades fundamentais do homem como ser político, na medida em que ele é capaz de orientar suas ações na esfera pública, no mundo coletivo – são pontos de vista tão antigos quanto a experiência política. Os gregos chamavam isso de perspicácia e consideravam a capacidade de julgar como a virtude principal que conferia excelência ao homem de Estado, em oposição à sabedoria dos filósofos (Arendt, 1972: 282)³

Habermas foi buscar na mercantilização da esfera literária ao longo do século XIX uma maneira de explicitar o declínio do uso público da razão. Na visão do autor, os círculos literários acabaram por perder sua independência frente às exigências de “satisfação das necessidades” de públicos cada vez mais largos. O comportamento característico de quem busca o lazer deve ser visto, segundo Habermas, como apolítico, já que isto está ligado ao círculo da produção e do consumo e não pode gerar uma esfera pública liberada da preocupação com as

necessidades econômicas mais imediatas (Compare: Prado Jr.,1995).

A esfera pública burguesa desenvolve-se no campo de tensões entre Estado e sociedade, mas de modo tal que ela mesma se torna parte do setor privado. A separação radical entre ambas as esferas, na qual se fundamenta a esfera pública burguesa, significa inicialmente apenas o desmantelamento dos momentos de reprodução social e de poder político conjugados na tipologia das formas de dominação da Idade Média avançada. Com a expansão das relações econômicas de mercado, surge a esfera do “social”, que implode as limitações da dominação feudal e torna necessárias formas de autoridade administrativa. À medida que é intermediada pelo sistema de trocas, a produção liberta-se das competências da autoridade pública – e, por outro lado, a administração descarrega-se de trabalhos produtivos. O poder público concentra-se nos Estados nacionais e territoriais, eleva-se acima de uma sociedade privatizada (HABERMAS, 1984: 169)⁴

Com a evolução do capitalismo e o avanço do liberalismo, dissolve-se de fato a relação original entre o público e o privado, através da decomposição generalizada das características essenciais da esfera pública burguesa. Para Habermas, duas tendências, dialeticamente interrelacionadas, marcam a decadência da esfera pública: ela penetra setores cada vez mais extensos da sociedade e, ao mesmo tempo, vai perdendo sua função política, no sentido de submeter os fatos tornados públicos ao controle de um público crítico (Compare: Habermas, 1984). A partir do momento em que as leis do mercado, que dominam a esfera dos negócios e do trabalho, penetram também na vida privada dos indivíduos, “reunidos” artificialmente em um “espaço público”, a capacidade de julgamento – a razão – tende a transformar-se em consumo. A comunicação – pública – perde em coerência e dissolve-se em estereótipos para o consumo individual (Prado Jr., 1995).

2. Seguindo a trilha de Benjamin...

O aparecimento de uma ideologia "sentimentalista" nos magazines de sucesso, a partir da segunda metade do século XIX, marcou uma degradação evidente dos círculos literários no continente europeu, como indica Habermas. Paralelo a esse processo, a consolidação de uma imprensa de massa, antes celebrada como uma instância fundamental para a emancipação dos cidadãos, passa a favorecer, ao contrário, a dispersão, a estupefação e a paralisia dos leitores-consumidores, despossuídos de sua capacidade de assimilação e de associação.

Com a degradação dos leitores em clientes-consumidores, confirmam-se, meio século mais tarde, as reflexões de Walter Benjamin sobre o declínio crescente da experiência e da capacidade de assimilar os acontecimentos externos à vida privada dos indivíduos. Graças às novas tecnologias e aos monopólios econômico-midiáticos, é cada vez maior o abismo entre intimidade e exterioridade, entre vida privada e vida pública, marcando uma crise evidente na percepção e na capacidade de assimilação dos indivíduos (Prado Jr., 1995).

A noção de experiência (*Erfahrung*) é uma das noções capitais da teoria de Walter Benjamin. A ela se junta a noção de vivência (*Erlebnis*). A experiência está relacionada à memória, individual e coletiva, ao inconsciente, à tradição. A vivência relaciona-se à existência privada, à solidão, à percepção consciente, ao choque. Nas sociedades modernas, o declínio da experiência corresponde a uma intensificação da vivência (Compare: Muricy, 1999).

Submete-se, portanto, a experiência à vivência, contrapondo as sensações fortes e o choque à aptidão humana de imaginar e de julgar. O que está em jogo aqui é a crise geral da percepção e da capacidade de julgamento, dentro de um contexto de "reprodutibilidade técnica". Segundo Benjamin, com a reprodutibilidade técnica, a obra de arte se emancipa, destacando-se do ritual. A obra de arte reproduzida é cada vez mais a reprodução de uma obra de arte criada para ser reproduzida.

Esse processo é sintomático, e sua significação vai muito além da esfera da arte. Generalizando, podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial. E, na medida em que essa técnica permite a reprodução vir ao encontro do espectador, em todas as situações, ela atualiza o objeto reproduzido. Esses dois processos resultam num violento abalo da tradição (Benjamin, 1996: 168-169).

3. A contribuição fundamental de Henri Lefebvre

O abalo da "tradição" em Walter Benjamin pode ser explicado também pela brutal (e crescente) separação entre os conteúdos econômicos e históricos no capitalismo. Para Henri Lefebvre, não é necessário um exame muito atento das cidades modernas, das periferias urbanas e das novas construções, para constatar que tudo se parece. A dissociação, mais ou menos artificial, entre aquilo que chamamos "arquitetura" e o que chamamos de "urbanismo", isto é, entre o "micro" e o "macro", não contribuiu para o incremento da diversidade na morfologia urbana. Ao contrário, o repetitivo substituiu a unicidade, o fatural e o sofisticado prevaleceram sobre o espontâneo e o natural, o produto sobre a produção. Esses espaços repetitivos resultam de gestos e atitudes também repetitivos, transformando os espaços urbanos em produtos homogêneos, que podem ser vendidos ou comprados. Não há nenhuma diferença entre eles, a não ser a quantidade de dinheiro neles empregada. Reina a repetição e a quantificação.

Esses espaços possuem um caráter visual cada vez mais pronunciado. Eles são fabricados para o "visível". Esse traço dominante, a visualização (mais importante que a "espetacularização" nela implícita), mascara a repetição. As pessoas olham, confundindo a vida, o olhar, a visão. Constrói-se sobre planos e projetos. Compram-se imagens. O olhar e a visão

*tornam-se intercambiáveis, eles permitem a simulação da diversidade do espaço social, o simulacro da transparência (Lefebvre, 2000: 92)*⁵

Lefebvre vai conferir a esse espaço homogêneo – “concebido” – um caráter abstrato, em contraponto ao espaço absoluto, o espaço vivido/percebido das representações e das práticas espaciais cotidianas. Produto da violência e da guerra, o espaço abstrato é instituído pelo Estado e, portanto, institucional. Ele serve de instrumento para que os detentores do poder – político e econômico – destruam tudo aquilo que representa ameaça e resistência, em outras palavras, abram caminho para que se homogeneizem as diferenças. O espaço serve, assim, ao poder institucional como um tanque de combate, instrumentalizando a homogeneização. O sentido do espaço absoluto nada tem a ver com o intelecto, guardando relação com o corpo, com as ameaças à existência (através de sanções diversas), com as emoções (colocadas à prova a todo instante). Este espaço é vivido, ele não é concebido, é espaço de representação, mais que representação do espaço (Compare: Lefebvre, 2000).

As reflexões de Lefebvre são sem dúvida fundamentais para a análise do papel do espaço público na cidade contemporânea. Se o espaço público é, sobretudo, social, ele contém antes de tudo as representações das relações de produção, que, por sua vez, enquadram as relações de poder, nos espaços públicos, mas também nos edifícios, nos monumentos e nas obras de arte. A triplicidade ou tríade lefebvriana é também uma característica subjacente à estrutura espacial da esfera pública urbana: a) as práticas espaciais, englobando produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais característicos para cada formação social, assegurando continuidade em um quadro de relativa coesão; b) as representações do espaço, ligadas às relações de produção, à ordem imposta, ao conhecimento, aos signos e códigos, às relações “frontais”; c) os espaços de representação, apresentando simbolismos complexos, expressão do lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também da arte (Compare:

Lefebvre, 2000).

4. Alteridade e acessibilidade no espaço público

Os símbolos que compõem uma identidade social não são construções totalmente arbitrarias ou aleatórias, já que sempre mantêm determinados vínculos com a realidade concreta. Ao mesmo tempo em que determina aspectos da vida em sociedade, o simbolismo está repleto de interstícios e de graus de liberdade (Castoriadis, 1982, apud Haesbaert, 1997).

A questão das identidades urbanas mantém-se insuficientemente explorada, mesmo nos estudos de Antropologia. No entanto, parece consensual que “identidades” constroem-se sempre a partir do reconhecimento de uma alteridade. Isso, no entanto, só pode acontecer onde há interação, transações, relações ou contatos entre grupos diferentes (Barth, 1969, apud Uriarte, 2001). Para Bourdieu, o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto:

As lutas a respeito da identidade (...) são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2000).

É no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade pode ser definida. Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente

igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade. Importante também é a distinção entre "diferente" e "desigual". Enquanto a desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório, que permita uma comparação global, "em rede", a diferença *stricto sensu* o é no sentido de alteridade, não havendo, a princípio, a possibilidade de hierarquização, já que se manifesta quando confrontada com outra identidade (Compare: Haesbaert, 1997).

No espaço público da cidade contemporânea, o "capital escolar" e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe⁶ evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos. O conceito de *habitus* é sem dúvida a melhor ferramenta disponível para perceber como a dimensão de classe age sobre cada indivíduo na esfera cultural (Garrigou, 1998). A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo "desigual" e "diferente". Desse modo, a acessibilidade ao espaço público da/cidade contemporânea é, em última instância, "hierárquica".

Os estilos de vida são produtos sistemáticos do *habitus*, que, percebidos a partir das relações sociais, transformam-se em sistemas de signos qualificados socialmente (como distintos, vulgares, etc.). O fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital em sistema de diferenças percebidas está, portanto, na dialética que contrapõe o *habitus* e as condições materiais objetivas. Trata-se de um "capital simbólico", indutor de propriedades distintivas, um capital pouco conhecido na sua verdade objetiva. O gosto, propensão e aptidão à apropriação – material e/ou simbólica – de objetos e práticas, constitui-se num princípio gerador de estilos de vida distintos, num conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem uma intenção "expressiva" (Compare: Bourdieu, 1979).

5. Espaços públicos para as classes médias?

Uma pesquisa de pós-doutorado, desenvolvida recentemente no Laboratório Espaço e Cultura, da Universidade de Paris IV, mostra que a concepção e implantação de novos parques públicos, em Paris e Salvador, a partir dos anos 1990, estão sempre subordinadas a diretrizes políticas e ideológicas (Compare: Serpa, 2003). Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas. Mais precisamente, as novas classes médias são representadas, nas cidades contemporâneas, pelos novos grupos de trabalhadores qualificados, engenheiros e técnicos, que surgem em função da evolução das condições de produção, pelas classes médias assalariadas com um nível elevado de estudos, pelas novas (ou renovadas) categorias profissionais, ou, simplesmente, pelo setor terciário inteiro (Bidou, 1984), salvo evidentemente o "novo proletariado" terciário, constituído de categorias de trabalhadores pouco qualificados, mal remunerados e/ou com empregos precários (Préteceille, 2002). Trata-se de posições sócio-econômicas equivalentes, onde as relações e representações estão "socialmente referenciadas". Pensa-se aqui no conceito de "*habitus*" (Bourdieu, 1979), naquilo que concerne os comportamentos das classes médias ao se apropriarem do espaço público contemporâneo.

No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias são os "motores" de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, recuperando e "integrando" *waterfronts*, desenvolvendo novas atividades de comércio e de lazer "festivo". Isto é particularmente evidente nos Estados Unidos, onde as experimentações se multiplicam, antes de se "exportar" para o resto do mundo (Augustin, 2001). Em Salvador, o Parque Costa Azul foi implantado no lugar de um antigo hotel em ruínas, margeando a orla atlântica, enquanto o Jardim dos Namorados foi projetado para dar

origem a uma zona de pedestres e ciclistas na beira do mar. Em Paris, o Parque de Bercy foi construído paralelo ao Rio Sena, enquanto o Parque André-Citroën está orientado em direção ao mesmo rio, que os criadores do parque entendem como o "quarto limite do projeto" em um jardim rodeado de água (Compare: Serpa, 2003).

Os novos parques da orla atlântica de Salvador vêm alimentar e "coroar" um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando novas amenidades físicas aos bairros que já possuem melhor infra-estrutura de comércio e serviços, bem como vias expressas para circulação de veículos particulares. A lógica da localização dos parques na Capital baiana obedece também ao princípio de priorizar áreas com algum interesse turístico, próximas a grandes equipamentos como o Aeroporto Internacional, o Centro de Convenções e os *shoppings centers* Iguatemi e Aeroclube Plaza. Em Paris, os parques já nascem como elementos de valorização de bairros novos, que surgem em antigos terrenos industriais da capital francesa. Junto a eles, novos equipamentos culturais e de lazer são acrescentados ao tecido urbano, com o intuito de transformar áreas decadentes em pólos de "lazer festivo" da cidade. Isso é evidente em Bercy, onde, junto ao Parque, surgem um grande cinema *multiplex* e uma grande praça de alimentação ("*Bercy Village*") nos antigos depósitos de vinho, outrora engarrafado ali (Compare: Serpa, 2003).

Existem também semelhanças evidentes quanto aos materiais utilizados e aos equipamentos implantados no Parque Costa Azul e no Jardim dos Namorados com outros projetos realizados ou em fase de execução na capital baiana (caso, por exemplo, dos Parques do Abaeté⁷ e das Esculturas) ou em outras cidades do país. O Parque Costa Azul acolhe em seu interior alguns restaurantes, equipamentos esportivos e áreas de jogos para crianças. Um anfiteatro serve de palco para shows e espetáculos de teatro gratuitos. O Jardim dos Namorados apresenta também *playgrounds* para crianças, um restaurante e áreas reservadas à prática de esportes. Uma pista de ciclismo liga este último ao Parque Costa Azul, graças a uma passarela sobre a Avenida Otávio Mangabeira. Ao longo do caminho, no Jardim dos Namorados,

encontram-se quiosques para venda de comidas e bebidas. Esculturas estão dispostas em pontos-chave nos dois espaços, ao lado de painéis (no Parque Costa Azul) e de pórticos de cerâmica colorida (no Jardim dos Namorados). Pequenas placas indicando a autoria das obras marcam um itinerário de "museu ao ar livre"

Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é, portanto, de investir em espaços públicos "visíveis", sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Estes projetos sugerem uma ligação clara entre "visibilidade" e espaço público. Eles comprovam também o gosto pelo gigantismo e pelo "grande espetáculo" em matéria de arquitetura e urbanismo. De uma forma deliberada, os novos parques públicos se abrem mais para o "mundo urbano exterior" e se inscrevem num contexto geral de "visibilidade completa" e espetacular. Projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às diferentes instâncias do poder local – verdadeiras "grifes" do mercado imobiliário – os novos parques tornam-se importante instrumento de valorização fundiária, como comprovam os estudos de caso analisados na pesquisa anteriormente citada (Compare: Serpa, 2003).

As pesquisas desenvolvidas na França mostraram, sobretudo, que as operações de urbanismo que deram origem aos grandes parques em Paris têm muitos pontos em comum com aquelas desenvolvidas nas metrópoles de terceiro mundo e, também, em Salvador. Pode-se afirmar que fazemos as mesmas coisas quando estamos em um parque assim, na França e no Brasil. Na verdade, estamos diante de um estilo de vida de classes médias, que homogeneiza as diferenças culturais em prol de modos de consumo mundializados. É claro que as classes médias francesas são muito mais numerosas e que seu poder de compra é incomparavelmente maior que no Brasil. Mas, para quem foi a França buscando diferenças, a quantidade de semelhanças encontradas não é de forma alguma negligenciável. Projetos assinados por arquitetos e paisagistas de renome, aqui e lá, servem para valorizar bairros de classe média, permanecendo distantes e

inacessíveis para um público de perfil mais popular que habita as periferias metropolitanas das duas cidades. Eventos musicais como aqueles que acontecem no Parque da Cidade e no Parque Costa Azul, em Salvador, estão também na ordem do dia nos parques parisienses.

Este é, por exemplo, o caso do Parque de La Villette, em Paris, intimamente ligado a grandes equipamentos culturais, como a Cidade da Música (um grande complexo musical, que abriga salas de exposições, sala de concertos, auditórios, conservatório e apartamentos para músicos), o Zenith (grande teatro para concertos de música pop) e a Cidade da Ciência (museu da ciência e da indústria), além do Cabaré Selvagem, da Géode (um cinema para exibição de filmes em três dimensões) e dos Teatros Internacional de Língua Francesa e Paris-Villette. Exposições, espetáculos de circo, peças de teatro, festivais de cinema, concertos de jazz, de música clássica e de música pop fazem parte do cotidiano do lugar. O público é jovem e diversificado, cresce a uma taxa de 15% ao ano, mas a maior parte dos consumidores da "cultura" de La Villette têm diploma de curso superior ou estão cursando a universidade. Pesquisas realizadas pelo Estabelecimento Público do Parque de La Villette mostram que, em 1992, os usuários do parque com nível elevado de estudos constituíam 61% do total de visitantes. Em 1993 e 1996, esse percentual oscilou para 57% e 55%, respectivamente (EPPGHLV, 1996). Pode-se falar aqui de um fraco sentimento de pertencimento a esse tipo de espaço público entre as classes populares, de uma "recusa a se deixar guiar por aqueles que se consideram os únicos a ter legitimidade para definir o que é cultura" (Ballion, Amar & Grandjean, 1983: 52)⁸

Em Salvador, das três milhões e 691 mil viagens feitas diariamente pelos habitantes da cidade, um milhão e 70 mil são feitas a pé, de acordo com uma pesquisa da Superintendência de Transportes Públicos, da Prefeitura Municipal. As causas apontadas pelo estudo que contemplou 600 mil domicílios para este fato são, além das dificuldades financeiras (a principal), as necessidades de deslocamentos curtos, a deficiência do sistema de transportes e a tradição das caminhadas em festas populares. Apenas 21%

dos domicílios pesquisados têm um carro estacionado na garagem (Rocha, 1998). Deste modo, ao priorizar a implantação de novos parques e praças na orla atlântica de Salvador, em detrimento da orla suburbana onde a renda média da população é de um a três salários mínimos - o governo e a prefeitura acabam discriminando grande parte da população soteropolitana, justo aquela com mais dificuldades de deslocamento e falta de opções de lazer. Em uma cidade, onde grande parte da população anda a pé, por falta de recursos para utilizar o transporte público, não é difícil perceber para que perfil de usuário foram pensados o Parque Costa Azul e o Jardim dos Namorados.

Mesmo que o discurso oficial defenda a idéia de que os novos equipamentos têm fomentado um novo comportamento nas atividades de lazer dos baianos, até então restritas à praia, poucos se beneficiam, além dos turistas e dos moradores do entorno, dos novos parques e praças. Em geral distantes dos bairros periféricos da cidade, os novos equipamentos vêm segregar ainda mais a população de baixa renda. Uma reportagem do Jornal A Tarde faz um relato pormenorizado sobre a adoção de praças e logradouros públicos por empresas privadas, através do *Programa de Adoção de Praças, Áreas Verdes, Monumentos e Espaços Livres*, da Prefeitura Municipal. Em 1999, foram aprovados sete projetos e oito estavam em andamento na capital baiana. Segundo o jornal, a população "não precisa mais temer a descontinuidade política, pois as empresas ficam responsáveis pela manutenção dos benefícios, e para os empresários serve como um veículo de marketing" (JORNAL A TARDE, 22/08/1999). Uma análise da distribuição dos quinze projetos anteriormente citados confirma uma concentração das intervenções em áreas consideradas nobres, como a Praça Marconi (na Pituba), a Praça do Iguatemi, o Parque da Cidade (no Itaigara) ou a Avenida Antônio Carlos Magalhães. A prefeitura justifica com "a escassez de recursos, que não permite que se atenda à demanda de obras e serviços que a comunidade reclama, a necessidade de unir esforços do Poder Público com a iniciativa privada e grupos sociais organizados, para a implantação, conservação e manutenção de

praças, áreas verdes, monumentos e espaços livres da cidade" (JORNAL A TARDE, 22/08/1999).

6. Quando as classes populares privatizam os espaços públicos

O Conjunto Habitacional José Bonifácio, localizado no bairro de Itaquera, na periferia leste de São Paulo, com mais de 250 mil habitantes, equivale em dimensão e população a várias cidades médias do Brasil. Para seu assentamento o relevo preexistente foi arrasado e, para isto, os movimentos de terra foram gigantescos (Macedo, 1987). O conjunto é um exemplo clássico da política oficial nas últimas décadas do século XX, ditada por padrões estabelecidos pelo BNH e pelas companhias estaduais de habitação, que caracterizam um absoluto desprezo pela qualidade do projeto de arquitetura e urbanismo, com clara preferência por soluções uniformizadas (Bonduki, 1992).

O centro de Itaquera, fortemente impactado com a construção destes conjuntos, é, por seu lado, um exemplo típico de "tecido urbano tradicional", onde a morfologia é gerada pela utilização dos elementos de composição urbana que possuem forte interdependência, originando espaços que guardam relação com a cidade histórica, claramente baseados na formação de percursos, quarteirões, praças, largos, etc. (Rigatti, 1995). No conjunto habitacional a sensação é aquela de quem caminha num labirinto e isso se deve em grande parte à privatização de espaços considerados no projeto original como "públicos". Embora esses espaços já constassem no memorial descritivo de cada prédio, não era prevista a construção de muros. A situação atual resulta do fato de que os mutuários – em grande parte por pressão da própria prefeitura, no sentido de legalizar e regularizar as áreas condominiais – cercam o lote do prédio depois de quitarem o imóvel junto à COHAB. Sem os muros, o percentual de espaços livres (e públicos) sobre a área total subiria para 74, 8%! (Serpa, 1996). Observa-se que as camadas menos favorecidas da população acabam assumindo o "ideal das elites": O prédio isolado no lote. A população dos conjuntos habitacionais recodifica e transforma

seus espaços livres, seguindo os arquétipos das classes de renda mais alta, criando ao seu modo cercas, pátios, guaritas, jardins e estacionamentos (Macedo, 1995).

No Conjunto José Bonifácio, cercados os prédios de apartamentos, começa a disputa interna pela ocupação e apropriação do espaço privatizado. Ganha em regra quem grita mais alto nas assembléias dos condôminos. O que prevalece são os estacionamentos, com garagens e lojas de construção precária: ocupam 41% da área total. A percentagem de áreas ajardinadas e terrenos baldios nos espaços internos aos prédios é alta, cerca de 29%. Mas, nos prédios com menos espaço a tendência é a redução e, em alguns casos mais radicais, a total eliminação das áreas ajardinadas no interior das edificações. Os terrenos baldios, "incorporados" aos prédios vizinhos e cercados, ou apresentam declividade muito alta e são abandonados pelos moradores, ou servem como varal de roupas coletivo (Serpa, 1997). No centro do bairro, a situação atual mostra a maior parte dos terrenos baldios – que aparecem na planta de 1980 como espaços "abertos" – privatizados e cercados. As leis municipais de parcelamento do solo prevêm multas altas para os donos dos terrenos não cercados (Serpa, 1996).

A privatização dos espaços livres de uso coletivo é, no entanto, um problema que atinge as cidades como um todo, sem distinção de classes, como nos mostram as chamadas "invasões de colarinho branco", em Salvador. São condomínios que ocupam terrenos com *playgrounds* e áreas de lazer (de uso restrito aos moradores dos prédios), são escolas e faculdades particulares que levam seus muros alguns metros à frente para abrigar mais laboratórios e salas de aula (de uso restrito aos estudantes daquelas instituições). O outro lado da moeda mostra uma Salvador favelizada, sitiada por 357 assentamentos espontâneos, de acordo com um estudo da CONDER Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador.

Pesquisas desenvolvidas no âmbito das atividades do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-

Ação⁹, na Universidade Federal da Bahia, permitem apontar tendências comuns ao sistema de espaços públicos nos bairros de urbanização popular em Salvador, como:

Formação e consolidação de centralidades intrabairro, que determinam uma hierarquia dos espaços livres de edificação existentes;

- Maior diversificação do comércio e dos serviços nas áreas consolidadas como centralidades, onde há também uma apropriação mais intensa e diversificada dos espaços livres de uso coletivo;

Urbanização espontânea crescente dos espaços livres de edificação de uso coletivo, que tendem a desaparecer nas áreas mais segregadas (menos centrais), especialmente locais não consolidados como de uso público;

Carência de áreas livres e de lazer, com a concentração dos usuários nas poucas áreas consolidadas como praças e largos nos centros de bairro (SERPA, 2002).

A privatização de ruas e acessos restringe o movimento de passantes, canaliza percursos e provoca a desertificação de muitas áreas públicas nas periferias urbanas. Com o confinamento dos moradores nos prédios dos conjuntos habitacionais populares (onde eles existem), agrava-se a questão das drogas e aumenta a violência urbana; decreta-se (muitas vezes de modo irreversível) a morte dos espaços públicos. Nas ruas das áreas centrais, os pedestres cedem seu lugar nas calçadas aos automóveis e camelôs. Em uma cidade como Salvador, com ruas estreitas e tortuosas, parece não haver mais espaço para o passeio a pé. Quem se arrisca a fazê-lo deve disputar o asfalto com os carros, ambulantes e caminhões, que também transitam livremente pelo centro da cidade (não há horários específicos para carga e descarga).

7. Quando as manifestações culturais se mercantilizam também nos bairros populares

Em outra pesquisa, também realizada em Salvador, as manifestações artísticas e culturais

de dois bairros populares – Plataforma¹⁰ e Ribeira¹¹ – foram analisadas sob a ótica do conflito global/local, expresso, principalmente, na cooptação/folclorização destas manifestações pelo *marketing* turístico. Trabalhou-se, na análise dos depoimentos dos moradores, com as noções de “aura” – unicidade da obra de arte, ou seja, sua “inserção no contexto da tradição”, e de “reprodutibilidade técnica” – técnica de reprodução dos objetos artísticos e culturais (Benjamin, 1996).

Entre as manifestações artísticas e culturais mais citadas pelos moradores entrevistados nos bairros estão as festas populares e a música. No caso das festas populares, pressupõe-se que já tiveram a sua “aura”, já que estavam ligadas a um ritual religioso que antecedia as comemorações “profanas” (Cordeiro & Serpa, 2001). Mas, com o passar do tempo, o “acontecer” dessas festas passou a ser marcado pela realização do lucro e pela possibilidade de diversão (fato particularmente marcante na Ribeira, um bairro com “vocaçao turística”), transformando, portanto, sua “aura” e sua autenticidade, que, segundo Benjamin (1996: 168), “*é a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico*”

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 e nos dias atuais, a Festa da Ribeira apresentou sinais de decadência e auge. Mas, nos momentos de auge, o resgate de sua importância se deu através de uma outra manifestação cultural dominante na Bahia: o trio elétrico – a música de carnaval. A Festa da Ribeira, na sua origem, nunca foi palco para esse aparato tecnológico. É compreensível, nas falas dos moradores, que apenas três deles tenham citado a festa, sendo que o mais jovem foi o único que a relatou com entusiasmo. A festa se estendia ao bairro vizinho de Plataforma, mas à medida que este último foi sofrendo com o processo de expansão urbana (na direção da orla atlântica) e o conseqüente afastamento da cidade (no sentido da perda de importância enquanto bairro antigo, que faz parte da história de Salvador), as festas populares foram deixando de acontecer nesse espaço. Outras, por falta de incentivo dos poderes públicos, acabaram por existir (e resistir)

apenas na memória dos moradores. A Festa de São Brás (padroeiro do bairro) é o exemplo que melhor ilustra o isolamento e o esquecimento de Plataforma. Mesmo na época em que a tradição ainda era mantida, a imprensa escrita não mencionava a lavagem de Plataforma entre as opções do circuito de festas populares da cidade.

Com a música ocorre o mesmo, se pensarmos agora na questão da reprodutibilidade técnica. Os gêneros musicais mais executados nos dois bairros são também os mais reproduzidos no País. Se hoje se escuta mais o pagode e a *axé-music*¹², os bairros tornam-se uma pequena parcela desta realidade. Reproduzir esses gêneros musicais tornou-se relativamente fácil, a partir das novas técnicas e da força da mídia impressa e eletrônica. Restam, apenas, como outras possibilidades, gêneros musicais como o *reggae* e a MPB, ou ainda os corais de cunho religioso, que se manifestam, entretanto, em espaços muito restritos (Cordeiro & Serpa, 2001). A alteração dos referenciais culturais das áreas de urbanização popular, a partir da mercantilização de suas manifestações artísticas, transforma radicalmente os espaços públicos nos bairros populares, agora instrumentalizados pela lógica do capitalismo para multiplicar produção e consumo. Modifica-se também a paisagem urbana, a partir de ações de agentes externos aos bairros, por intensificação da atividade turística – Ribeira ou por exclusão do circuito turístico – Plataforma (Cordeiro & Serpa, 2001).

Os resultados da pesquisa mostram ainda diferenças no interior dos bairros pesquisados, quanto à incorporação seletiva de algumas áreas pela atividade turística. Geralmente a localização da infra-estrutura também é diferenciada, privilegiando estas áreas, que coincidem muitas vezes com os núcleos históricos dos bairros, mais consolidados e com população com maior poder aquisitivo. Essa imagem “histórica”, cooptada pelo *marketing* turístico, é “interiorizada” na percepção dos moradores, mesmo daqueles que não moram nas áreas com maior potencial turístico, que acabam

por reproduzir uma “representação hegemônica”, estilizada, dos bairros onde moram.

8. À guisa de conclusão

Todos os exemplos aqui analisados nos mostram que a crise da modernidade é uma crise nos domínios público e privado: A erosão do equilíbrio entre a vida pública e a vida privada destrói o pilar que sustentava a sociedade nos primórdios do capitalismo (Sennet, 1998). Caminhamos para a consagração do individualismo como modo de vida ideal, em detrimento de um coletivo cada vez mais decadente. Para que os conflitos sejam minimizados e para que se preserve uma certa “soberania” sob condições de proximidade física, fazemos questão de manter alguma distância psicológica, mesmo nas relações mais íntimas.

Nossas relações de vizinhança são condicionadas de uma forma determinante pela densidade populacional do local que habitamos, pelo nível econômico e o grau de cooperação dos seus habitantes, bem como pela distância entre as unidades de habitação (Keller, 1979). As relações de vizinhança na cidade contemporânea são ainda muito condicionadas pelas diferenças entre classes sociais. Nos bairros populares, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam por fortalecer-las e torná-las parte fundamental da trama de relações familiares. Nos bairros de classe média, as relações entre vizinhos são mais seletivas e pessoais, já que o maior poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumentar a necessidade individual de espaço.

Sofrem as metrópoles contemporâneas, especialmente no Brasil, com a fragmentação do tecido sócio-político espacial e a formação de encaves territoriais no tecido urbano, sofisticando as formas de auto-segregação dos habitantes. Esses encaves formam, nos bairros com urbanização de *status*, circuitos exclusivos, cada vez mais restritos, de residências (condomínios), lazer (parques temáticos) e consumo (*shopping centers*), constituindo o processo que Souza denomina de “involução metropolitana” (Souza, 1999). A lógica dos novos bairros de classe

média baseia-se na acessibilidade (física) e na valorização da segurança. São as chamadas *edge cities* que se originam em função de um entroncamento viário, ancoradas por um *shopping center* regional, ao qual acrescentam-se bancos, postos de gasolina e centros de serviços especializados (Del Rio, 1997). Na escala local ampliada, assiste-se a um evidente espraiamento da suburbanização; na escala nacional há sinais que apontam para uma desmetropolização relativa, uma "desconcentração centralizada" das metrópoles, com o crescimento das cidades médias (Souza, 1999).

Por outro lado, podemos falar também no desaparecimento da capacidade de assimilação e do uso público da razão, para pensar esta crise nos termos de Benjamin, Arendt e Habermas; aqui, o importante é observar a conversão de um público, que outrora fizera uso cultural da razão, em um público consumidor de cultura. A publicidade comercial ultrapassa os limites do consumo de bens e passa a investir diretamente no campo político, dirigindo-se explicitamente à opinião pública, propondo sua "formação". As sensações, o divertimento e o espetáculo são, afinal, a essência dessa "assimilação consumidora", constituindo uma cultura que é, ao mesmo tempo, de massa e "personalizada", centrada sobre o imediatismo e a força da autoidentificação (Compare: Prado Jr., 1995).

Em um contexto de declínio do engajamento cívico no espaço público contemporâneo, onde a regra da indiferença civil (Joseph, 1998) e do conformismo (Arendt, 2000) comanda de uma maneira implícita os comportamentos e as relações, seria demasiado simplista reduzir a esfera pública às dimensões materiais dos espaços urbanos de acessibilidade generalizada. A esfera pública não se restringe apenas aos espaços concretos de circulação e de repartição de fluxos, nem aos espaços materiais de consumo, de lazer e de diversão¹³. É a esfera pública que nos reúne na companhia uns dos outros, mas é ela também que evita que colidamos uns com os outros: "O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre

elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas com as outras e de separá-las" (Arendt, 2000: 62).

Para retomar os exemplos dos novos parques públicos, pode-se afirmar que as práticas urbanas que neles ocorrem inscrevem-se em um processo de "territorialização do espaço". Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o "outro" em um espaço que é acessível a todos. Os usuários do espaço contribuem assim para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa. Na cidade contemporânea, toda cultura da exposição pública é também uma cultura do desengajamento, pois o espaço público "neutraliza-se" do interior, através da percepção simultânea e constante das diferenças (Joseph, 1998).

A soma de processos de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. O parque público é um espaço aberto ao público, acessível a todos, posto a disposição dos usuários, mas todas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público. Este processo é, por um lado, o resultado de uma concepção (e da promoção) do parque público como cenário, destinado à fascinação dos futuros usuários, transformando-o em uma espécie de imagem publicitária das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar-lhe algum conteúdo e significado (Arantes, 1998). Com a instauração e consolidação de um mercado da paisagem e do paisagismo, os novos parques são, hoje, mediadores da cultura oficial, nivelando as diferenças e fazendo emergir uma representação

estática, teatralizada e simplificada da "Natureza" no contexto urbano.

Essas intervenções urbanas não são mudanças para atingir o futuro, mas para permanecer no passado. Sob essa ótica, a moda e os modismos são desses artifícios com os quais as coisas permanecem as mesmas, embora aparentando uma transformação. Milton Santos nos lembra um segundo caráter da moda: sua uniformidade. Segundo essa lógica, cada qual deve tornar-se semelhante aos outros. É preciso "fazer como todo mundo", pois se fazer notar é se excluir do meio social ao qual se pertence (Santos, 1992). Nesse contexto, o produto é quem ganha em poder e a existência não é vivida mais tanto para a consagração dos valores éticos e estéticos, mas para a buscadas coisas, o produtor se tornando submisso ao objeto produzido.

No mundo contemporâneo, o Estado funciona de fato como uma gigantesca "administração caseira": este "lar coletivo" ganha significado e sentido através da concepção de coletividades políticas como famílias saídas "*do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública*" (Arendt, 2000: 47). O domínio público deixa de ter uma conotação política para assumir um significado cada vez mais "social", interditando a possibilidade da ação. A sociedade atual espera "*de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a 'normalizar' os seus membros, a fazê-los 'comportarem-se', a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada*" (Arendt, 2000: 47).

As relações de propriedade podem inviabilizar muitas vezes a apropriação social do espaço público no contexto urbano. O conceito lefebvriano de apropriação esclarece a propriedade, no limite, como não-apropriação, como restrição à apropriação concreta. A apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizariam o homem como espontaneidade, como energia vital. Mas, essa energia vital tende a recuar à proporção que cresce a artificialidade do mundo; ela é reelaborada do ponto de vista humano, porque, atualmente, as relações de propriedade invadem domínios cada vez mais amplos da existência, alcançando

costumes e alterando-os (Seabra, 1996).

Todos os habitantes do espaço urbano tem seu sistema de significações ao nível ecológico, expressão de suas passividades e de suas atividades. Já os arquitetos (paisagistas e urbanistas) parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, elaboradas não a partir do percebido e do vivido pelos habitantes da cidade, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado. Esse conjunto de significações é verbal e discursivo, tendendo para a metalinguagem; é grafismo e visualização, que tende a se fechar sobre si mesmo, a se impor e a inviabilizar qualquer crítica ou questionamento (Lefebvre, 1991). Isso também acontece porque o cotidiano se concebe como estratégia do Estado dirigida às classes médias, suporte e produto desse mesmo Estado.

Trabalhando para as classes médias urbanas, o Estado parece produzir apenas objetos e imagens que são, na verdade, testemunhos da desintegração e da desorganização da cidade contemporânea. Como participante de parcerias entre o público e o privado, nos campos da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, o Estado coloca em ação estratégias urbanas que não conseguem "*ultrapassar os limites de sua própria sombra*" (Baudrillard, 1987: 4). Desse modo, são produzidos, apenas, lugares de expulsão e de extradição, de êxtase urbano: aqueles que vêm se aglomerar ali procuram antes de tudo um sentimento vazio de êxtase, um banquete espacial, uma greve cosmopolita, um lugar parasitário (Baudrillard, 1987).

Em um mundo onde a cultura transformou-se em lazer e diversão, existe uma distância mais social que física, separando os novos equipamentos públicos daqueles com baixo capital escolar, o que mostra que segregação espacial e segregação social nem sempre servem para designar a mesma coisa. Em Paris, a garantia de acessibilidade física aos novos parques públicos não assegura sua apropriação pelas classes populares e o problema da democratização do acesso não se resume a uma repartição espacial eqüitativa dos equipamentos que permitiria, em tese, chances de utilização equivalentes a todas as categorias

sociais (Ballion, Amar & Grandjean, 1983). Vemos que a aplicação dos conceitos/noções geográficas de distância e acessibilidade acabam por colocar em questão a esfera pública, o espaço público, na cidade contemporânea.

Afinal, estamos diante de espaços verdadeiramente públicos ou de espaços concebidos e implementados para um tipo específico de público?

Notas

¹ *"Um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. Aliás, essa parece ser a única maneira de se estabelecer uma relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público, ou seja, sua configuração física, seus usos e sua vivência efetiva"* (GOMES, 2002: 172).

² Estudos de caso a partir das pesquisas "Planejamento paisagístico em zonas periféricas e em áreas de alta densidade populacional" (com bolsa de recém-doutor do CNPq, 1994/1996), "Processos de periferação, descentralização e apropriação social dos espaços livres de edificação" (com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, 1998/2000), "Identidade de bairro: Um estudo de geografia humanística aplicada ao planejamento" (com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, 2001/2003) e "Clonagem de paisagens: Subsídios de Geografia Cultural para análise de Projetos Paisagísticos no Brasil e na França" (com bolsa de pós-doutorado da CAPES, 2002/2003).

³ Tradução do autor.

⁴ Sabemos, no entanto, que, no Brasil, a formação da sociedade civil burguesa não seguiu o modelo proposto por Habermas, já que, como não houve feudalismo no país, também não existiram as condições para a formação da burguesia a partir da evolução das relações feudais. Como Leite (1998: 31), nosso propósito aqui é menos o de discutir "o processo de formação da ordem social burguesa no Brasil, do que as condições apresentadas pelas cidades, e exclusivamente por elas, de abrigar representações dessa ordem (...). E aqui importa examinar as condições que

permitem, ou não, a representação pública das aspirações privadas".

⁵ Tradução do autor.

⁶ *"O espaço não se (re) produz sem conflitos e sem contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à produção imediata (...) é na vida cotidiana, como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente; nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infra-estrutura, ao lazer, à quantidade de produtos consumidos etc."* (CARLOS, 1994).

⁷ O exemplo do Parque do Abaeté mostra a uniformização visual e funcional dos espaços públicos urbanos, onde os parques se assemelham cada vez mais aos *shopping-centers*, com a valorização do consumo como atividade de lazer. Restaurantes e bares parecem ser a principal atração do lugar para os moradores da cidade, embora a lagoa continue a atrair turistas de procedências diversas. No Abaeté, quem quiser chegar perto da lagoa, deve abandonar os caminhos convencionais e adentrar a paisagem, caminhando pela areia. É como se os caminhos do projeto evitassem de maneira intencional a lagoa, partindo do pressuposto (incorreto!) que para preservá-la da depredação humana o melhor seria segregá-la (Serpa, 2001).

⁸ *"O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto às vezes é chamado de 'hegemonia cultural'. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (...) mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. (...) As culturas subdominantes podem ser divididas não apenas nos termos já indicados, mas também historicamente, como residuais (que sobram do passado), emergentes (que antecipam o futuro)*

e excluídas (que são ativa ou passivamente suprimidas) como as culturas do crime, drogas ou grupos religiosos marginais. Cada uma destas subculturas encontra alguma expressão na paisagem, mesmo se apenas numa paisagem de fantasia" (COSGROVE, 1998: 92-123).

⁹ O Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação tem como objetivo principal a análise da situação de bairros populares de Salvador, tendo como premissa o planejamento de áreas carentes e periféricas, disponibilizando informações coletadas e sistematizadas junto às próprias comunidades aos órgãos responsáveis por projetos de habitação popular e de planejamento urbano.

¹⁰ Situado no Subúrbio Ferroviário, Plataforma é um dos bairros mais antigos dessa região. Os primeiros núcleos de indústria têxtil se estabeleceram na Bahia por volta de 1844 e, em Plataforma, em 1875. Também é do século passado (1850) a instalação de ampla rede ferroviária no Brasil e em particular na Bahia, ligando Salvador ao interior e entrecortando Plataforma. Ao lado da estação ferroviária localiza-se o terminal hidroviário (desativado),

antiga ligação do bairro com a Ribeira, que tem sua história também ligada à indústria têxtil (Serpa & Garcia, 1999: 97-98).

¹¹ Primitivamente, a Ribeira – expressão portuguesa que significa ancoradouro de reparação de naus – era uma colônia de pescadores e lugar de veraneio, muito distante do centro da cidade, cuja única via de acesso era o mar. Com a construção da basílica do Bomfim, a península passou a receber romeiros de vários pontos da cidade, que passavam ali longas temporadas.

¹² Estilo musical hegemônico no carnaval de Salvador a partir da segunda metade da década de 1980, suporte principal das apresentações dos blocos de trio (Compare: Dias, 2002).

¹³ O consumidor/usuário não é necessariamente um cidadão: "Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos: a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão status. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes e as diversões pagas" (SANTOS, 1992: 41).

Bibliografia

ARANTES, Otília, 1998, *Urbanismo em fim de linha*, São Paulo, EDUSP.

ARENDRT, Hannah. *La Crise de la Culture*. Paris: Idées/Gallimard, 1972.

ARENDRT, Hannah. *A Condição Humana*, 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

AUGUSTIN, Jean-Pierre. "La consommation comme loisir", *Urbanisme*, n. 319, p. 74, 2001.

BALLION, Robert, AMAR, Laure, GRANDJEAN, Alain. *Le Parc de la Villette – Un espace public à inventer* Paris : Laboratoire d'Économétrie de l'École Polytechnique/CNRS, 1983.

BAUDRILLARD, Jean. "Préface". In : Isabelle Auricoste (dir.). *Parc-Ville Villette*, Vaisseau de Pierres 2 (Collection dirigida por Hubert Tonka). Seyssel : Champ-Vallon, 1987

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I – Magia e Técnica, Arte e Política / Ensaio sobre Literatura e História da Cultura*, 7ª edição, tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BIDOU, Catherine. *Les aventuriers du quotidien – Essai sur les nouvelles classes moyennes*. Paris : Presses Universitaires de France, 1984.

BONDUKI, Nabil. *Arquitetura e Habitação Social em São Paulo*. São Paulo: IAB-Instituto dos Arquitetos do Brasil/Fundação Bienal de São Paulo, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction – Critique sociale du jugement*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re) produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

- CORDEIRO, Márcia de Freitas & SERPA, Angelo. *Bairro e identidade cultural na periferia de Salvador*. In: II Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação/XX Seminário Estudantil de Pesquisa RESUMOS. Salvador: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2002. v. 1, p. 234-234.
- COSGROVE, Denis. "A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas" In: Corrêa, Roberto Lobato & Rosendahl, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 92-122.
- D ALLONNES, Myriam R. "Aristote: Entre Poétique et Politique" In : Isaac Joseph (dir.). *Prendre place - Espace public et culture dramatique*. Cerisy : Éditions Recherches, 1995, p. 61-78.
- DEL RIO, Vicente. "Considerações sobre o desenho da cidade pós-moderna" In: *Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR*, v. 1, p. 685-714. Recife: ANPUR, 1997
- DIAS, Clímaco. *Carnaval de Salvador : Mercantilização e produção de espaços de segregação, exclusão e conflito*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Mestrado em Geografia/UFBA, 2002.
- EPPGHLV. *Le Public des Espaces de Plein Air - Étude quantitative et comptages*. Paris : Parc et Grand Halle de La Villette, 1996.
- GARRIGOU, Alain. "Les classes moyennes dans l'histoire et l'histoire des classes moyennes". In : Pierre Guillaume (dir.). *Histoire et historiographie des classes moyennes dans les sociétés développées*. Talence : Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1998.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A Condição Urbana - Ensaio de Geopolítica da Cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade*. Niterói: EDUFF, 1997
- JORNAL A TARDE. *Empresas substituem a administração pública*. 1º Caderno, 22/08/1999.
- JOSEPH, Isaac. *La Ville sans Qualités*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 1998.
- KELLER, Suzanne. *El vecindario urbano: una perspectiva sociológica*, 2ª edição. México: Siglo XXI ed., 1979.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*, 4ª édition. Paris : Anthropos, 2000.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *As Tramas da Segregação - Privatização do Espaço Público*. Tese de Livre Docência. São Paulo: FAUUSP, 1998.
- MACEDO, Sílvio Soares. *São Paulo, Paisagem e Habitação Verticalizada. Os Espaços Livres Como Elementos De Desenho Urbano*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 1987.
- MACEDO, Sílvio Soares. "Espaços Livres", *Paisagem e Ambiente Ensaio*, n. 7, p. 15-56, 1995.
- MURICY, Kátia. Benjamin: Política e Paixão. In: Cardoso, Sérgio (org.). *Os Ensaio da Paixão*, 11ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 497-508.
- PRADO JUNIOR, Plinio Walder. "Observations sur les ruines de la publicité". In : Isaac Joseph (dir.). *Prendre place - Espace public et culture dramatique*. Cerisy : Éditions Recherches, 1995, p. 111 128.
- PRETECEILLE, Edmond. "Comment analyser la ségrégation sociale ?" , *études foncières*, n. 98, p. 10-16, 2002.
- RIGATTI, Décio. "Apropriação Social do Espaço Público. Um estudo Comparativo", *Paisagem e Ambiente - Ensaio*, n. 7, p. 141 197, 1995.
- ROCHA, Francisco Ulisses Santos. *Nem só quem tem fé vai a pé: Subsídios a uma política para o pedestre em Salvador*. Monografia de especialização. Salvador: Escola de Serviço Público/FUNDESP/Universidade Estadual de Feira de Santana.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*, 2ª Edição. São Paulo: NOBEL, 1992.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*, 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEABRA, Odete. "A insurreição do uso" In: José de Souza Martins (org.). *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996, p.71-86.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*, 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERPA, Angelo. "Morfologia e apropriação dos espaços livres em Itaquera, São Paulo: alguns conceitos e considerações". *Anais do II Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil*, p. 161-174. São Paulo: Universidade de São Marcos/FAUUSP/Unimarco Editora, 1996.

SERPA, Angelo. "Os espaços livres de edificação nas periferias urbanas: Um diagnóstico preliminar em São Paulo e Salvador", *Paisagem e Ambiente - Ensaio*, n. 10, p. 189-216, 1997

SERPA, Angelo. "Parque do Abaeté e Parque das Esculturas em Salvador: Uma análise comparativa" In: Santiago, Alina Gonçalves (Org.). *Tendências da Paisagem Contemporânea*. Florianópolis: UFSC, 2001, v. 1, p. 222-230.

SERPA, Angelo. "A Paisagem Periférica" In: Yasigi, Eduardo (Org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002, p. 161-179.

SERPA, Angelo. "Parque público e valorização imobiliária nas cidades contemporâneas: Tendências recentes na França e no Brasil" In: *CD ROM - X Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas do Planejamento - Repensando Teorias e Práticas*. Belo Horizonte: ANPUR/UFMG, 2003.

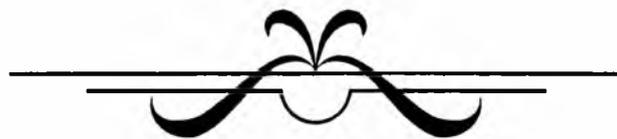
SERPA, Angelo & GARCIA, Antonia dos Santos. "O potencial turístico do Subúrbio Ferroviário de Salvador sob a ótica dos moradores". In: Lima, Luiz Cruz. (Org.). *Da cidade ao campo: A diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: Editora FUNECE, 1999, v. 1, p. 91-102.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. "Da 'fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial' da metrópole à 'desmetropolização relativa': alguns aspectos da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90" In: *Anais do 6º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, p. 40-41. Presidente Prudente: UNESP/AGB, 1999.

URIARTE, Urpi. *Espaço, Cultura e Identidade na Perspectiva da Antropologia Urbana*. Mimeo. Salvador, 2001.

Trabalho enviado em outubro de 2003.

Trabalho aceito em março de 2004.



ANÁLISE COMPARATIVA DA FRAGILIDADE AMBIENTAL COM APLICAÇÃO DE TRÊS MODELOS

Christiane Spörl* & Jurandyr Luciano Sanches Ross**

RESUMO:

Este trabalho apresenta uma comparação de três modelos metodológicos aplicados aos estudos da fragilidade ambiental. A aplicação destes modelos resultou na confecção de três mapeamentos diferenciados de fragilidade, os quais foram analisados e comparados entre si. Dos três modelos metodológicos aplicados, dois foram propostos por ROSS (1994), um com apoio nos Índices de Dissecção do Relevo, e o outro nas Classes de Declividade. O terceiro modelo foi proposto por CREPANI *et al* (1996) baseado nas Unidades Territoriais Básicas - UTB s.

Os modelos de análise da fragilidade servem como subsídio ao planejamento estratégico ambiental. Os mapeamentos das fragilidades ambientais identificam e analisam as áreas em função de seus diferentes níveis de fragilidade. Através destes documentos torna-se possível apontar as áreas onde os graus de fragilidade são mais baixos, favorecendo então determinados tipos de inserção, assim como áreas mais frágeis onde são necessárias ações tecnicamente mais adequadas a essas condições.

PALAVRAS-CHAVE:

Planejamento; Zoneamento Ecológico; Fragilidade Ambiental; Modelos.

ABSTRACT:

This work presents a comparison between three methodological models which were applied to Environmental Fragility studies. The application of these models resulted in three different Environmental Fragility maps, which were analyzed e compared with each other. Of the three methodological methods used, two were proposed by ROSS (1994), one of them based on the Relief's Dissection Index and the other on the Slope Classes. The third model was proposed by CREPANI *et al* (1996), based on the Basic Territorial Units - UTB s.

Although the different results presented by the three models, its purposes are the same: to gather information to the Environmental Strategic Planning. The environmental Fragility mappings identify and analyze the areas according to its different fragility levels. Through these documents it's possible to point out the lowest fragility rated areas, favoring then certain types of insertion; and the most fragile areas, where more adequate technical actions are required. The models of Fragility analysis serve as subsidy to the Environmental Strategic Planning. The environmental Fragility mappings identify and analyze the areas according to its different fragility levels. Through these documents it's possible to point out the lowest fragility rated areas, favoring then certain types of insertion; and the most fragile areas, where more adequate technical actions are required.

KEY WORDS:

Planning; Ecological Zoning; Environmental Fragility; Models.

* Mestre pelo Departamento de Geografia, FFLCH-USP. E-mail: christianesporl@usp.br

** Professor Doutor do Departamento de Geografia, FFLCH USP. E-mail: juraross@usp.br

Introdução

As últimas décadas têm sido marcadas por profundas modificações tecnológicas, sociais, econômicas e, principalmente, ambientais. Os sistemas ambientais, face às intervenções humanas, apresentam maior ou menor fragilidade em função de suas características "genéticas". Qualquer alteração nos diferentes componentes da natureza (relevo, solo, vegetação, clima e recursos hídricos) acarreta o comprometimento da funcionalidade do sistema, quebrando o seu estado de equilíbrio dinâmico. Estas variáveis tratadas de forma integrada possibilitam obter um diagnóstico das diferentes categorias hierárquicas da fragilidade dos ambientes naturais.

Estes estudos relativos às fragilidades dos ambientes são de extrema importância ao Planejamento Ambiental. A identificação dos ambientes naturais e suas fragilidades potenciais e emergentes proporcionam uma melhor definição das diretrizes e ações a serem implementadas no espaço físico-territorial, servindo de base para o zoneamento e fornecendo subsídios à gestão do território.

Dada a importância deste tema, este trabalho visa avaliar três modelos metodológicos desenvolvidos para a análise ambiental da fragilidade, dois deles propostos por ROSS (1994), e o outro por CREPANI *et al* (1996). Para a avaliação destes modelos foi escolhida uma área que se localiza na divisa entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, abrangendo terras dos municípios de São João da Boa Vista (SP), Águas da Prata (SP) e Poços de Caldas (MG), conforme apresentado na Figura 1.

Para esta área foi aplicada e estabelecida uma comparação analítica destes três modelos de análise da fragilidade ambiental. A aplicação destes modelos resultou na confecção de três cartas-síntese de fragilidade, através das quais foram confrontados seus resultados e avaliadas as diferenças apresentadas em cada um dos modelos.

I. Procedimentos Técnico-Operacionais:

A seguir são apresentados os procedimentos para a confecção do Mapa de Fragilidade dos Ambientes Naturais utilizando-se

as três alternativas metodológico-operacionais e a análise destes produtos cartográficos:

Modelo de Fragilidade Potencial Natural com Apoio nos Índices de Dissecação do Relevo

Segundo ROSS (1994) as unidades de fragilidade dos ambientes naturais devem ser resultantes dos levantamentos básicos de geomorfologia, solos, cobertura vegetal/uso da terra e clima. Esses elementos tratados de forma integrada possibilitam obter um diagnóstico das diferentes categorias hierárquicas da fragilidade dos ambientes naturais.

Este modelo propõe que cada uma destas variáveis seja hierarquizada em cinco classes de acordo com sua vulnerabilidade. Assim, as variáveis mais estáveis apresentarão valores mais próximos de 1,0, as intermediárias ao redor de 3,0 e as mais vulneráveis estarão próximas de 5,0. Desta forma, a partir da composição das relações destas quatro variáveis:

- ♦ Índices de Dissecação do Relevo categoria hierárquica muito fraca (1) a muito forte (5);
- ♦ Solos - classes de fragilidade muito fraca (1) a muito forte (5);
- ♦ Cobertura Vegetal grau de proteção muito alto (1) a muito baixo/nulo (5);
- ♦ Pluviosidade - categoria hierárquica muito fraca (1) a muito forte (5).

Foi então estabelecida uma classificação da fragilidade através da composição entre estes quatro planos de informação composta pelas categorias e algarismos acima mencionados. O primeiro relacionado ao relevo, o segundo ao solo, o terceiro à cobertura vegetal/uso da terra e o quarto à pluviosidade.

Da combinação desses algarismos (ex: 1111, 1213, 2345, 3423, 5555), foi possível hierarquizar os graus de fragilidade natural. Nesta convenção, o conjunto numérico 1111 representa todas as variáveis favoráveis (fragilidade muito baixa), e o conjunto numérico 5555 apresenta todas as variáveis desfavoráveis (fragilidade muito forte).

Através desta análise empírica proposta por ROSS (1994), foi possível estabelecer quais áreas podem ser consideradas como mais críticas

Localização da Área de Estudo

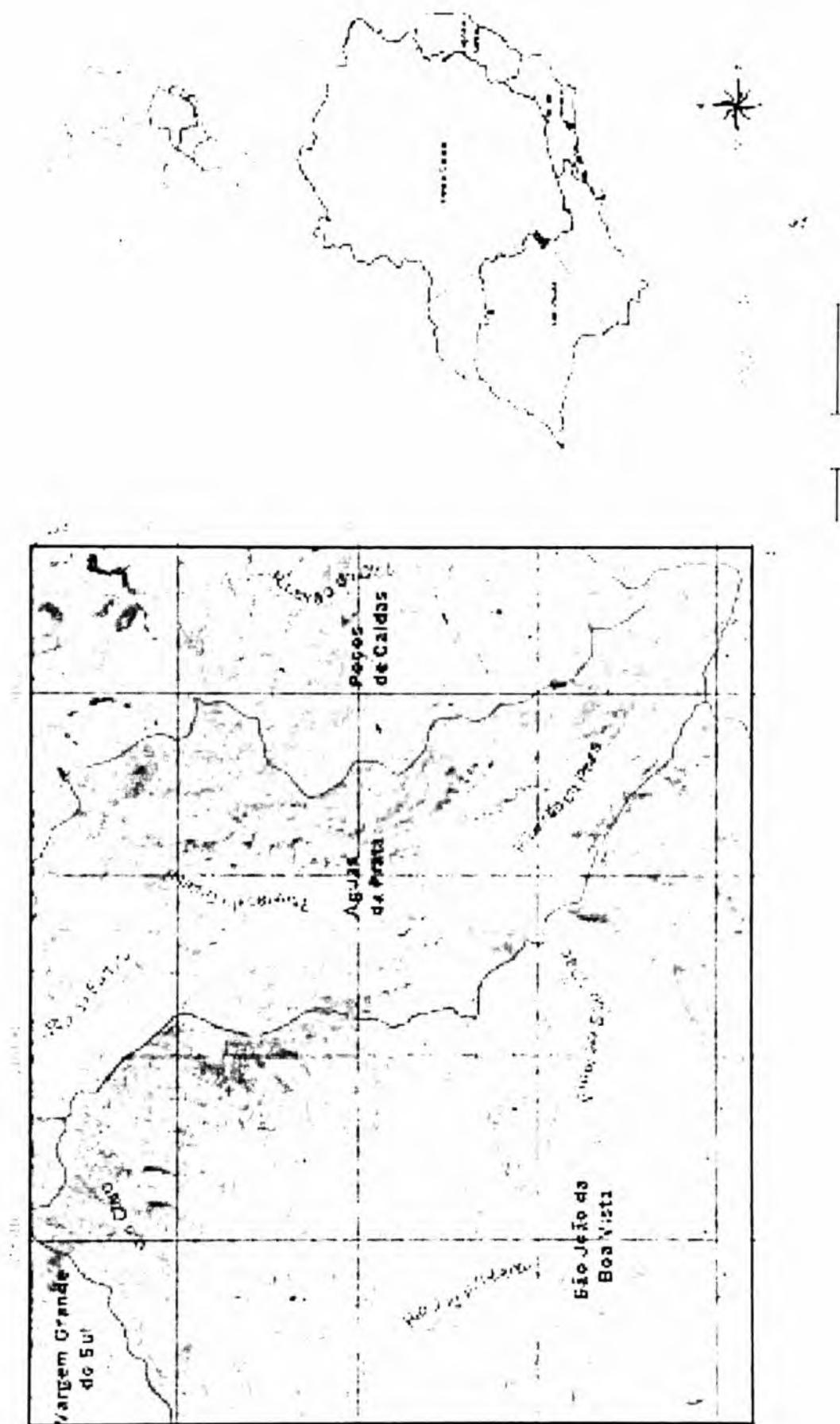


Figura 1: Localização Regional da Área de Estudo
Fonte: **Imagem de Satélite TM-LANSAT - 1997**
Organização: **Christiane Spörl**

do ponto de vista da fragilidade potencial natural para a área de estudo. A Figura 2 apresenta o mapa de fragilidade ambiental seguindo os procedimentos metodológicos propostos por ROSS (*op cit*) com apoio nos Índices de Dissecação do Relevo.

Foram obtidos como resultados para a área de estudo quatro graus diferenciados de fragilidade (fraca, média, forte e muito forte), havendo um predomínio da classe média.

Segundo os procedimentos técnico-operacionais deste modelo a variável índice de dissecação do relevo (1º dígito) é que vai determinar o grau de fragilidade de cada área analisada. As demais variáveis irão definir uma hierarquização através de seus coeficientes de fragilidade, sendo que a variável cobertura vegetal irá identificar, através de seus índices as áreas onde o equilíbrio dinâmico foi rompido propiciando situações de riscos e as áreas onde a estabilidade continua reinando (até o momento).

Modelo de Fragilidade Potencial Natural com apoio nas Classes de Declividade

O procedimento técnico-operacional utilizado para a confecção deste produto cartográfico é uma derivação dos procedimentos apresentados no modelo anterior. Ao invés de utilizar os índices de dissecação do relevo como suporte para a confecção da carta-síntese de fragilidade, usou-se as classes de declividade.

Para se estabelecer os intervalos das classes de declividade foram utilizados os intervalos já consagrados nos estudos de Capacidade de Uso/Aptidão Agrícola associados aos valores já conhecidos de limites críticos de geotecnia. Desta forma, as classes de declividade foram hierarquizadas em cinco categorias:

- 1 – Muito Fraco – < 6%
- 2 – Fraco – 6 a 12%
- 3 – Médio – 12 a 20%
- 4 – Forte – 20 a 30%
- 5 – Muito Forte – > 30%

As variáveis solo, cobertura vegetal/uso da terra e pluviosidade mantêm os mesmos parâmetros aplicados para o modelo anterior. Cada uma destas variáveis foi classificada em cinco graus diferenciados de fragilidade, conforme apresentado a seguir:

- ♦ Classes de Declividade – categoria hierárquica muito fraca (1) a muito forte (5);
- ♦ Solos – classe de fragilidade muito baixa (1) a muito forte (5);
- ♦ Cobertura Vegetal – grau de proteção muito alto (1) a muito baixo/nulo (5);
- ♦ Pluviosidade – categoria hierárquica muito fraca (1) a muito forte (5).

A classificação destas variáveis de acordo com sua fragilidade compõe, assim como no modelo anterior, uma combinação numérica representada por quatro dígitos. O primeiro relacionado à declividade, o segundo ao solo, o terceiro à cobertura vegetal e o quarto à pluviosidade.

Também como no modelo anterior, estes quatro dígitos representam as características de cada variável presente numa determinada área. A Figura 3 apresenta o Mapa de Fragilidade Ambiental seguindo os procedimentos metodológicos propostos por ROSS (1994) com apoio nas Classes de Declividade.

Com a aplicação destes procedimentos técnico-operacionais foram obtidos como resultados para a área de estudo cinco graus diferenciados de fragilidade (muito fraca, fraca, média, forte e muito forte), notando-se um nítido predomínio da classe muito forte.

O 1º dígito da combinação entre as variáveis irá sempre definir o grau de fragilidade para a área. Ou seja, neste caso a variável declividade sobrepõe-se às variáveis solo, cobertura vegetal e pluviosidade, fixando graus de fragilidade distintos para a área. A variável cobertura vegetal/uso da terra irá classificar estas áreas como estáveis ou instáveis, apontando nuances desta instabilidade.

Utilizando-se a variável declividade, ao invés dos índices de dissecação do relevo, a identificação do grau de fragilidade para a área de estudo torna-

FRAGILIDADE AMBIENTAL COM APOIO NOS ÍNDICES DE DISSECAÇÃO DO RELEVO

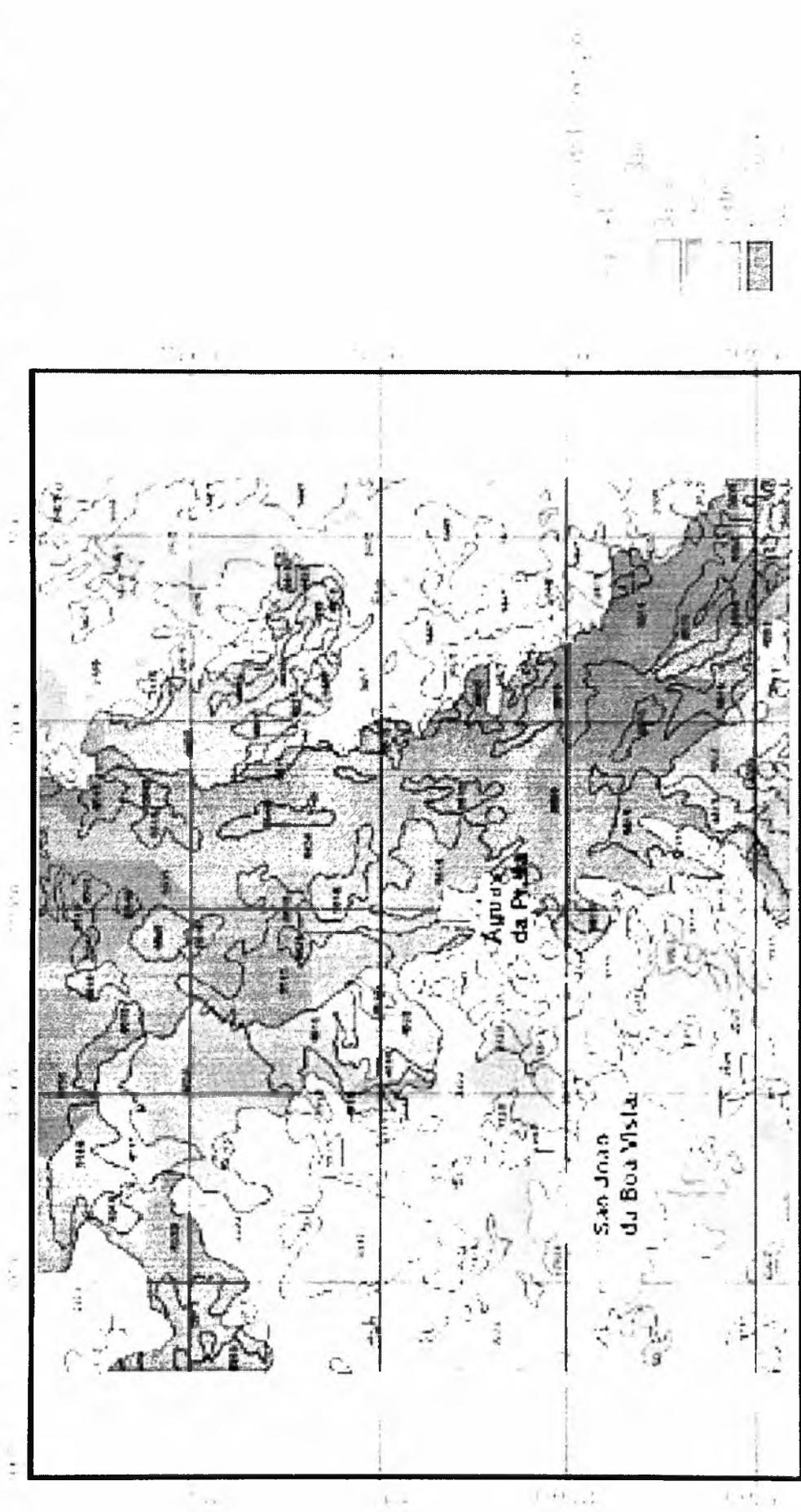
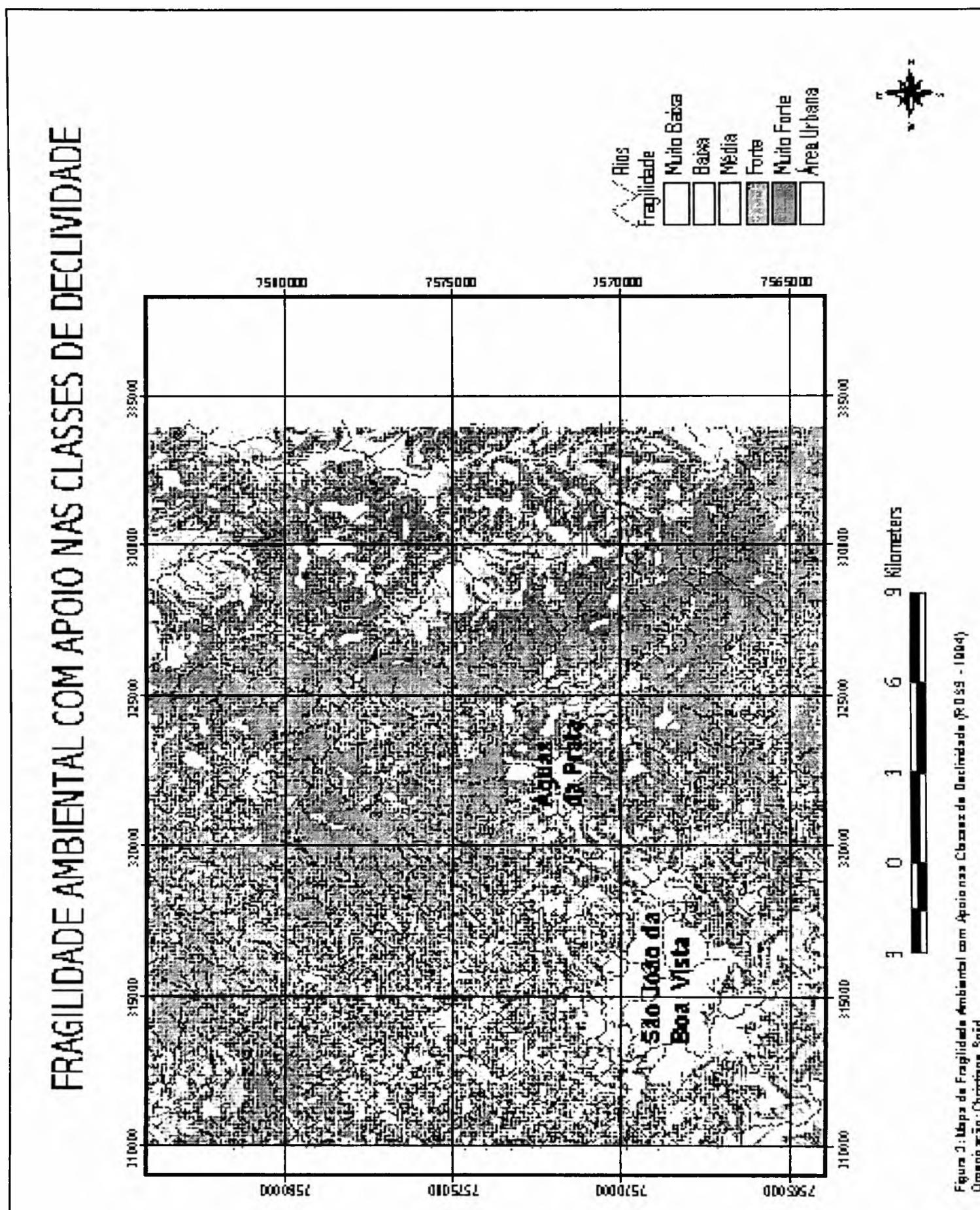


Figura 1. Mapa do relevo da região de estudo com a sobreposição dos índices de dissecação do relevo (IDR) e da fragilidade ambiental (FA).



se mais fragmentada. A área tem uma variabilidade maior em relação à identificação dos seus graus de fragilidade.

Modelo de Fragilidade Potencial Natural com apoio em UTB's – Unidades Territoriais Básicas

O INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, objetivando subsidiar o Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia desenvolveu uma metodologia para elaborar mapas de Vulnerabilidade Natural à Erosão. Esta metodologia consiste primeiramente na elaboração de um mapa de Unidades Homogêneas de Paisagem, ou Unidades Territoriais Básicas (UTB's), obtido através da análise e interpretação de imagem TM-LANDSAT. O segundo passo é associar a este mapa preliminar de unidades homogêneas, obtido através das imagens, as informações temáticas pré-existentes.

A estabilidade ou vulnerabilidade, a resistência ao processo natural de erosão das unidades de paisagem natural é definida pela análise integrada do conjunto rocha, solo, relevo, vegetação e clima. Seguindo esta proposta metodológica cada um destes temas recebe uma pontuação de fragilidade variando entre 1 e 3. Desta forma, as unidades mais estáveis apresentarão valores mais próximos de 1,0, as intermediárias ao redor de 2,0 e as unidades de paisagem mais vulneráveis estarão próximas de 3,0.

Como resultado final, esta metodologia apresenta a vulnerabilidade de cada unidade ambiental em função das informações provenientes de cada tema avaliado: geologia, geomorfologia, vegetação, solos e clima. Ou seja, cada unidade territorial básica recebe um valor final resultante da média aritmética dos valores individuais segundo uma equação empírica, que busca representar a posição desta unidade dentro da escala de vulnerabilidade natural à perda de solo:

$$\text{VULNERABILIDADE} = \frac{(G + R + S + V + C)}{5}$$

Onde:

G = vulnerabilidade para o tema Geologia

R = vulnerabilidade para o tema Geomorfologia

S = vulnerabilidade para o tema Solos

V = vulnerabilidade para o tema Vegetação

C = vulnerabilidade para o tema Clima

Dentro desta escala de vulnerabilidade as unidades territoriais básicas são classificadas conforme a tabela a seguir:

GRAU DE FRAGILIDADE	INTERVALO DE CLASSE
Muita Baixa	1,0 - 1,4
Baixa	1,4 - 1,8
Média	1,8 - 2,2
Forte	2,2 - 2,6
Muito Forte	2,6 - 3,0

Tabela 1: Classes de Vulnerabilidade
Fonte: Adaptado de Crepani et al (1996)
Organização: Christiane Spörl

A Figura 4 apresenta o Mapa de Vulnerabilidade/Estabilidade seguindo os procedimentos metodológicos propostos por CREPANI *et al* (1996).

Segundo a aplicação destes procedimentos técnico-operacionais foram obtidos apenas três graus diferenciados de fragilidade: fragilidade baixa, média e forte, havendo para a área de estudo um predomínio marcante da fragilidade média.

Este predomínio da fragilidade média é decorrente da utilização da média aritmética ponderada aplicada para a totalidade das variáveis analisadas. A média faz com que variáveis muito frágeis sejam atenuadas pelas variáveis de menor fragilidade. Sendo assim, variáveis potencialmente muito frágeis quando combinadas com variáveis menos frágeis, deixam de oferecer riscos à erosão, segundo o modelo de análise aplicado.

Comparação e Avaliação dos Modelos :

FRAGILIDADE AMBIENTAL OU VULNERABILIDADE / ESTABILIDADE COM APOIO NAS UTB'S

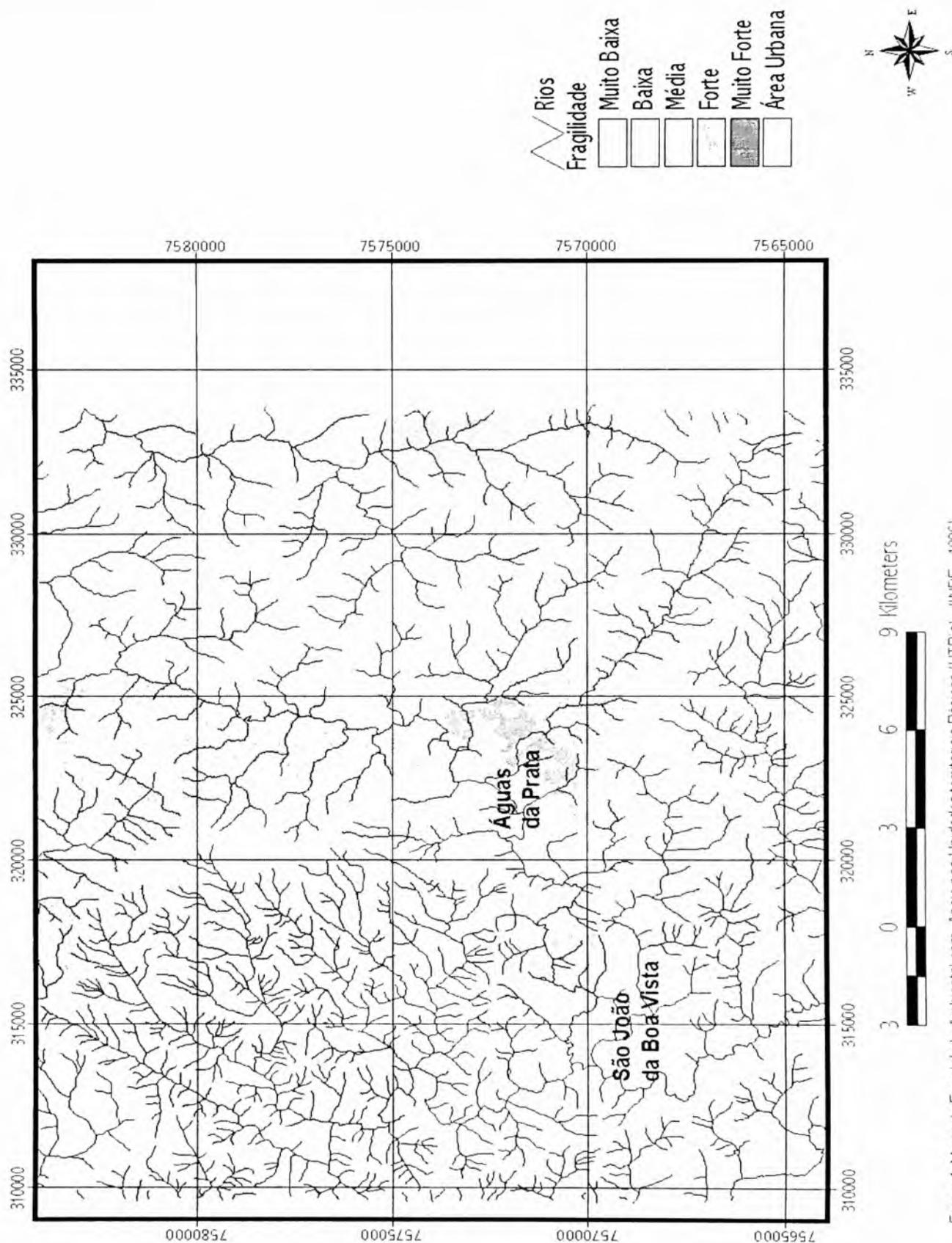


Figura 4 Mapa de Fragilidade Ambiental com Apoio nas Unidades territoriais Básicas (UTB's) - (INPE - 1996)
Organização: Christiane Spörl

Os modelos apresentaram resultados divergentes para a área de estudo. O modelo proposto por ROSS (1994) utilizando-se os Índices de Dissecação do Relevo classificou a área em quatro diferentes graus de fragilidade (fraca, média, forte e muito forte). O outro modelo proposto por ROSS (op cit) utilizando-se as Classes de Declividade classificou a área em cinco graus de fragilidade (muito fraca, fraca, média, forte e muito forte). Já com a aplicação do modelo das

UTB s proposto por CREPANI *et al* (1996), a área foi classificada em apenas três diferentes graus de fragilidade (fraca, média e forte), conforme apresentado no gráfico a seguir:

As três metodologias com seus respectivos procedimentos técnico-operacionais levam em consideração basicamente as mesmas variáveis, mas com pequenas diferenciações, como pode ser verificado na tabela a seguir:

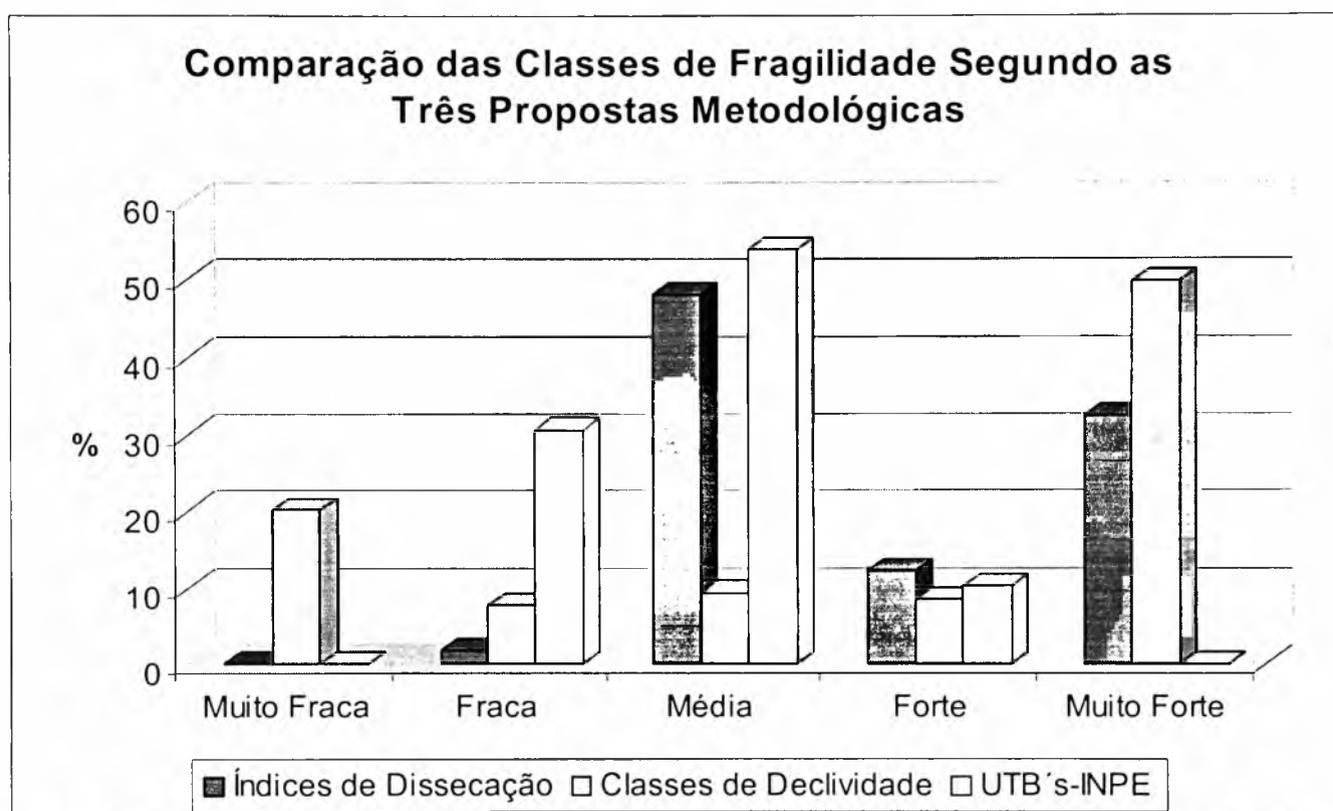


Gráfico 1: Distribuição das classes de fragilidade segundo as três metodologias analisadas
Organização: Christiane Spörl

METODOLOGIAS	INDICES DE DISSECAÇÃO DO RELEVO (ROSS 1994)	CLASSES DE DECLIVIDADE (ROSS 1994)	UTB'S (CREPANI ET AL 1996)
Variáveis			
Índices de Dissecação do Relevo	X		X
Declividade		X	
Solos	X	X	X
Cobertura Vegetal	X	X	X
Rochas			X
Clima	X	X	X

Tabela 2: Variáveis utilizadas em cada um dos procedimentos técnico-operacionais
Organização: Christiane Spörl

Com relação às formas de calcular a fragilidade, o modelo proposto por CREPANI *et al* (1996) trabalha com valores médios para o produto final, e ROSS (1994) trabalha com o agrupamento dos índices das variáveis e adota o relevo como variável principal.

As formas de cálculo para obtenção dos graus de fragilidade refletem as diferentes maneiras de ponderar a importância das variáveis avaliadas. Por exemplo, no modelo de análise proposto por CREPANI *et al* (1996), a utilização da média aritmética entre as variáveis pressupõe que todas elas têm a mesma importância (peso) para o estabelecimento do grau de fragilidade de determinada UTB. Nos modelos de análise sugeridos por ROSS (1994) a variável que representa o 1º dígito da associação numérica determina o grau de fragilidade, enquanto as demais variáveis apenas hierarquizam nuances desta fragilidade. Deste modo, a variável relevo ou declividade (1º dígito) é mais expressiva para a determinação do grau de fragilidade segundo as propostas de ROSS (*op cit*). Sendo assim, no modelo de CREPANI *et al* (*op cit*) todas as variáveis tem o mesmo peso, já no modelo de ROSS o relevo ou a declividade têm uma importância muito maior na definição dos graus de fragilidade.

Mas é preciso ressaltar que estes procedimentos operacionais analisados podem apresentar resultados de fragilidade que não refletem as características da área. Por exemplo, nem sempre o relevo mais dissecado é de fato mais frágil, ou ao contrário, nem sempre o relevo pouco dissecado é realmente mais estável. Pois a fragilidade depende também do tipo de rocha, dos solos, do uso da terra e do regime de chuvas. Isto quer dizer que a valorização do relevo/declividade (1º dígito) no modelo sugerido por ROSS (1994) pode definir uma fragilidade muito forte para uma área muito dissecada, mas que na realidade as demais variáveis poderiam amenizar sua vulnerabilidade, ou ainda, poderia determinar uma fragilidade muito fraca para uma área de relevo estável, mas que as outras variáveis poderiam acentuar sua vulnerabilidade.

Já no modelo proposto por CREPANI *et al* (1996), a igual ponderação entre os diferentes

valores dos atributos que resulta em valores médios para cada UTB pode acabar por "mascarar" ou atenuar o resultado final do índice de fragilidade da unidade identificada.

Como foi analisado, tanto as ponderações das variáveis, quanto a forma de cálculo para obtenção dos graus de fragilidade são as grandes responsáveis pelas divergências de resultados apresentados entre os três produtos analítico-cartográficos gerados, no contexto da escala de trabalho, 1:50.000.

Considerações Finais:

A grande contribuição dos modelos de fragilidade ambiental é proporcionar uma maior agilidade no processo de tomada de decisões, servindo de subsídio para a gestão territorial de maneira planejada e sustentável, evitando problemas de ocupação desordenada.

Neste trabalho não foi possível apontar qual o melhor modelo de fragilidade ambiental, pois não foi estabelecida uma comparação destes modelos empíricos com a realidade de campo. No entanto, através de análises e das comparações executadas entre os três modelos verificou-se que estes apresentam certas deficiências. O principal problema observado está relacionado à atribuição de "pesos" às variáveis. Estes pesos devem indicar a contribuição relativa de cada uma das variáveis (relevo, solo, rocha, cobertura vegetal e clima) na determinação do grau de fragilidade de uma área. No entanto, esta avaliação é geralmente arbitrária e subjetiva, pois é complicado avaliar o quanto cada uma destas variáveis contribui para se estabelecer o grau de fragilidade. Esta dificuldade em atribuir pesos a cada uma destas variáveis é que explica as divergências apresentadas entre os modelos de fragilidade ambiental avaliados.

Para uma melhor avaliação sobre a eficácia destes três modelos de análise de fragilidade ambiental, visando ainda identificar o modelo que melhor se ajusta com o que ocorre na natureza, é necessário correlacionar os problemas de erosão, deslizamentos e perda de qualidade das águas de superfície encontrados em campo com os três modelos empíricos analisados. Só assim será

possível apontar um modelo que melhor condiz com a realidade.

Esperou-se com a análise comparativa destes modelos apontar aspectos positivos e negativos, contribuindo para o aperfeiçoamento dos mesmos e para o desenvolvimento de

outros modelos de análise da fragilidade ambiental. Pois estes modelos representam um importante instrumento para tomada de decisões necessárias ao processo de gestão territorial.

Bibliografia

BARBOSA, Cláudio. *Álgebra de Mapas e suas Aplicações em Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento*. Dissertação de Mestrado. São José dos Campos: INPE, 1997.

CREPANI, E.; MEDEIROS, J.S.; AZEVEDO, L.G.; DUARTE, V.; HERNANDEZ, P. & FLORENZANO, T. *Curso de Sensoriamento Remoto Aplicado ao Zoneamento Ecológico-Econômico*. São José dos Campos: INPE, 1996.

CREPANI, E.; MEDEIROS, J.S.; AZEVEDO, L.G.; DUARTE, V.; HERNANDEZ, P.; FLORENZANO, T & BARBOSA, C. *Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Aplicados ao Zoneamento Ecológico-Econômico e ao Ordenamento Territorial*. São José dos Campos: INPE, 2000.

MEDEIROS, José Simeão. *Banco de Dados Geográficos e Redes Neurais Artificiais: Tecnologias de Apoio à Gestão do Território*. Tese Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

NAKASHIMA, Myriam. *Análise dos Processos Erosivos e da Fragilidade Ambiental na Bacia do Keller-PR*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

RODRIGUES, Sílvio Carlos. *Análise Empírico-Experimental da Fragilidade Relevo-Solo no Cristalino do Planalto Paulistano: Sub-Bacia do Reservatório Billings*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/ USP, 1998.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. "O Registro Cartográfico do Fatos Geomórficos e a Questão da Taxonomia do Relevo" *In: Revista do Departamento de Geografia - FFLCH-USP, nº 6, São Paulo, 1992.*

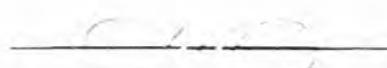
ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. "Análise Empírica da Fragilidade dos Ambientes Naturais e Antropizados" *In: Revista do Departamento de Geografia nº8, FFLCH-USP, São Paulo, 1994.*

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. "Análise e Síntese na Abordagem Geográfica da Pesquisa para o Planejamento Ambiental" *In: Revista do Departamento de Geografia nº9, FFLCH-USP, São Paulo, 1995.*

SPÖRL, Christiane. *Análise da Fragilidade Ambiental Relevo-Solo com Aplicação de Três Modelos Alternativos nas Altas Bacias do Rio Jaguari-Mirim, Ribeirão do Quartel e Ribeirão da Prata*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH - USP, 2001.

Trabalho enviado em novembro de 2003.

Trabalho aceito em abril de 2004.



AS PROPRIEDADES FRACTAIS DA REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DE LINHAS: UM ESTUDO DE CASO PARA O LITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Thiago Salomão de Azevedo* & Mara Lúcia Marques**

RESUMO:

Este artigo apresenta a influência da resolução espacial na estimativa da dimensão fractal (D) de linhas de costa localizadas no litoral norte e sul do Estado de São Paulo, respectivamente. Os resultados mostram que a resolução interfere na estimativa da dimensão fractal do litoral paulistano. Contudo, estes são menos significativos para a linha de costa localizada no litoral sul (Itanhaém) do que para a linha de costa no litoral norte (Maresias).

PALAVRAS-CHAVE:

Dimensão Fractal; Resolução Espacial; Linha de Costa

ABSTRACT:

This paper presents a study case involving the influence of resolution on estimative of the Fractal Dimension (D) of the São Paulo State coastline. To analyze such influence we calculate D for two coastal zones. One was located in Maresias, north coastal zone, and the other in Itanhaém, south coastal zone. The results showed that the resolution altered the fractal estimative of coastal shoreline. However, the results also indicate that this influence is smaller in Itanhaém compared with that in Maresias

KEY WORDS:

Fractal Dimension; Resolution; Coastal Shoreline

I- Introdução

A geometria clássica aborda o espaço tendo por base noções euclidianas de n dimensões, examinando a natureza e as relações de figuras abstratas como pontos, linhas e polígonos. Esses objetos são conhecidos como sendo idealizações que não têm comprimento característico e nem tamanho absoluto. Este tipo de representação geométrica (Euclidiana) não pode caracterizar formas, exceto por estabelecer correspondência (igualdade e similaridade) entre um dado objeto e

simples objetos ideais (linhas e elipses) (LAM & DE COLA, 1993, apud MARQUES & FERREIRA, 2000).

Deste modo, a análise do espaço por meio de técnicas baseadas na geometria euclidiana tem se mostrado insuficiente para identificar a diversidade e a complexidade de fatores que influenciam na forma geométrica dos fenômenos espaciais (LOGLEY & BATTY, 1989).

Para JIANG & PLOTNICK (1998), a dificuldade em quantificar formas geometricamente

*Departamento de Geografia - Unesp - Rio Claro - SP. E-mail: azevdots@bol.com.br

** Curso de Pós-Graduação em Geografia - Unesp - Rio Claro - SP

complexas, como linhas de costa, cadeias de montanhas, sistemas fluviais, devia-se à inexistência de um método que pudesse efetuar tais constatações.

Na tentativa de suprir esta dificuldade MANDELBROT (1983), desenvolveu uma metodologia que permite descrever formas irregulares e complexas da natureza, retomando a riqueza original do fenômeno, permitindo que ele seja representado em diversas dimensões e seja visualizado em múltiplas dimensões.

Esta geometria irregular e complexa foi denominada de fractal. Ao procurar uma palavra que descrevesse melhor essas formas geométricas que acabara de descobrir, *Mandelbrot* se deparou com o adjetivo latino *fractus*, do verbo *frangere*, que significa quebrar, fraturar (PEITGEN, et al., 1992; BARBOSA, 2002).

Desde a sua criação, a geometria fractal tem sido usada em muitas áreas científicas (LONGLEY & BATTY, 1989). Mas foi somente no início dos anos 70, e mais recentemente com o desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica e do sensoriamento remoto, que a geometria fractal passou a ser incorporada em estudos cartográficos, topográficos, ecológicos, etc. (LAWFORD & MASTER, 2002).

Entretanto, salientam LAWFORD & MASTER (2002), que a aplicação de metodologias baseadas na geometria fractal, relacionada a estudos de representação cartográfica de linhas, apresentam algumas limitações. Para estes autores, tais limitações devem-se ao fato de que as metodologias baseadas na geometria fractal podem ser aplicadas somente para alguns tipos de feições cartográficas lineares, como linhas de costa e cursos d'água, por exemplo.

Porém, as metodologias fractais aplicadas a representações cartográficas lineares não são totalmente inválidas, pois alguns estudos têm mostrado que a geometria fractal linear possui fundamentação lógica na representação e na simplificação de linhas, na estimativa da complexidade das mesmas, assim como na verificação da resolução efetiva (LAWFORD & MASTER, 2002).

Baseado nestas observações, este trabalho tem o objetivo de verificar a influência da resolução espacial na estimativa da dimensão fractal de duas faixas litorâneas, localizadas no sul (Itanhaém) e no litoral norte (Maresias) do Estado.

II- Revisão da Literatura

Os estudos mais recentes em ecologia e geografia espacial têm ressaltado que as métricas utilizadas na quantificação da dinâmica da paisagem estão baseadas no nível de detalhe dos arranjos espaciais que as compõem (TURNER et al. 2001).

Segundo LAWRENCE & RIPPLE (1996) e MLADENOFF (1997), a variação da resolução, ou do nível de detalhe das feições espaciais contidas em um mapa, é responsável por distorções nos valores de área, perímetro, número e forma dos objetos.

Desta maneira, muita atenção tem sido dada à resolução espacial dos arranjos espaciais das paisagens, pois quando a resolução ou o nível de detalhe é alterado, diferentes estruturas e feições espaciais podem aparecer (BENSON & MACKENZIE, 1995).

Segundo TURNER et al (2001), estas alterações influenciam diretamente nos valores das métricas utilizadas na quantificação dos padrões espaciais da paisagem, provocando distorções que são responsáveis por variações na estimativa da dimensão fractal (D) de elementos lineares, como é o caso das linhas de costa.

YOUNG & CHOPPING (1996), salientam que a utilização de resoluções inadequadas pode ser crucial em estudos ambientais, pois a supressão ou o aparecimento de novas feições espaciais na paisagem pode ser responsável, por exemplo, pela alteração dos padrões de irregularidade e sinuosidade.

O primeiro pesquisador que estudou empiricamente esta variação foi *Richardson* (1961, apud MANDELBROT, 1983). Em seu estudo, *Richardson* reproduziu as medidas experimentais do comprimento de várias curvas utilizando triângulos equiláteros de lado e cada vez

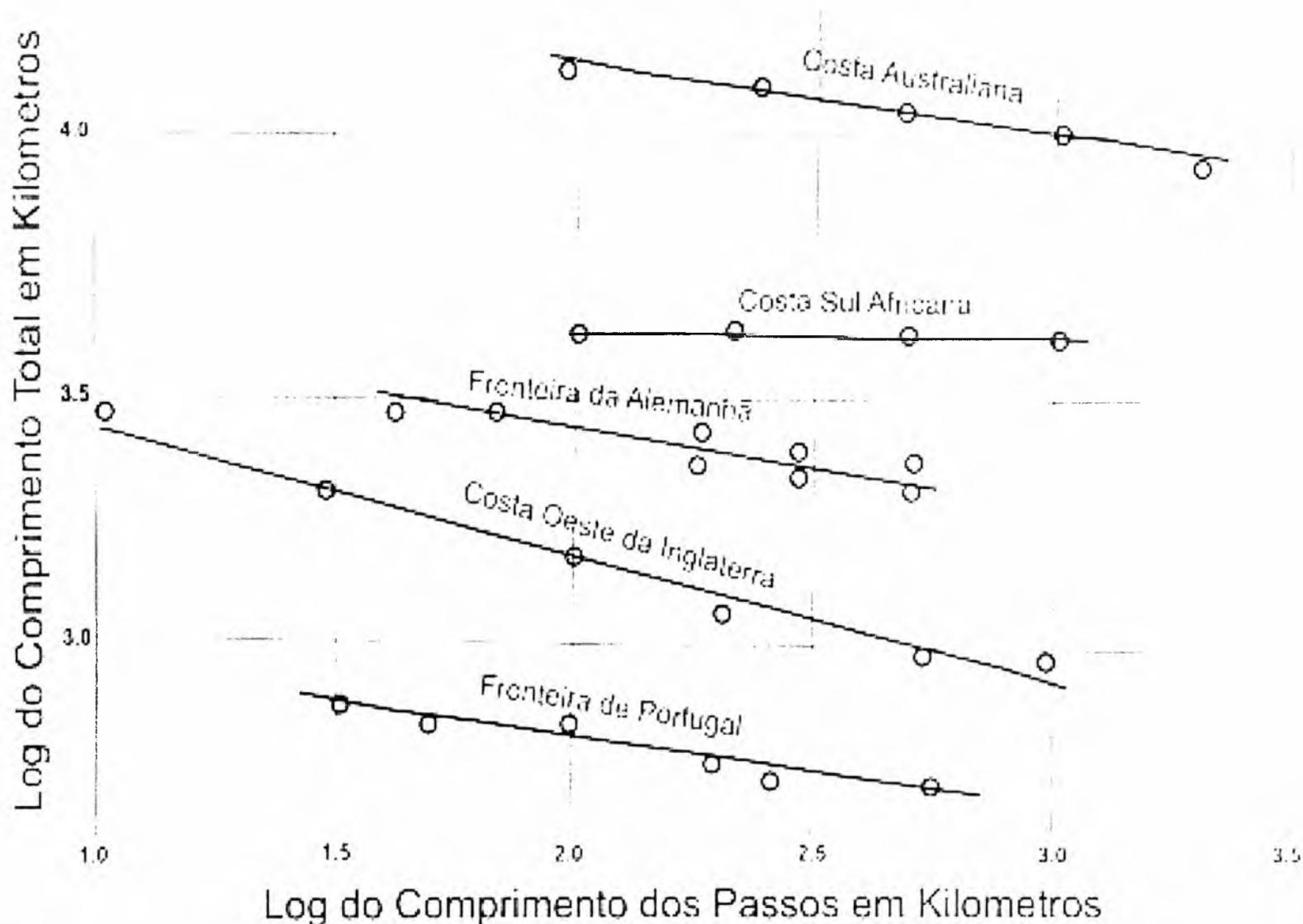


Figura 1- Experimento de Richardson (Mandelbrot, 1967)

vez menores (Figura 1).

Como observamos na figura 1, à medida que o tamanho padrão aumenta, os comprimentos aproximados das linhas de costa e das fronteiras diminuem MANDELBROT (1967). Segundo MANDELBROT (1983), não deu nenhuma interpretação teórica para estes padrões. Mas para este mesmo autor estes gráficos o levaram a concluir que o comprimento da linha de costa é dependente da resolução, ou seja, MANDELBROT concluiu que este padrão negativo dos gráficos são dependentes de duas constantes que podem ser interpretadas como uma dimensão, no caso a dimensão fractal.

A partir destas premissas, muitos pesquisadores puderam verificar a relação entre a resolução e a estimativa da dimensão fractal (D) de linhas de costa (MULLER, 1986; LONGLEY & BATTY, 1989; KLINBERLBERG, 1994; JIANG & PLOTNICK, 1998).

A variação do nível de detalhe, faz com que a geometria da linha costeira seja cada vez mais irregular (fragmentada), ou seja, a resolução determina o grau de complexidade da linha costeira que, conseqüentemente, influencia nos valores da dimensão fractal (D) (Figura 2).

Estas observações mostram a importância do estudo da resolução espacial, uma vez que as descrições de paisagens costeiras com níveis de detalhamento não apropriados podem acarretar em erros que influenciam na quantificação e no diagnóstico ecológico e geográfico da paisagem.

III- Materiais e Métodos

Para efetuar os procedimentos metodológicos referentes à avaliação da influência da resolução na estimativa da dimensão fractal de linhas de costa, foram selecionadas duas áreas testes do litoral paulista, localizadas no litoral norte a Folha Maresias (SF-23-Y-D-V-4) e no litoral sul a Folha Itanhaém (SG-23-V-A-III-1 e SG-23-V-A-III-3) (Figura 3).

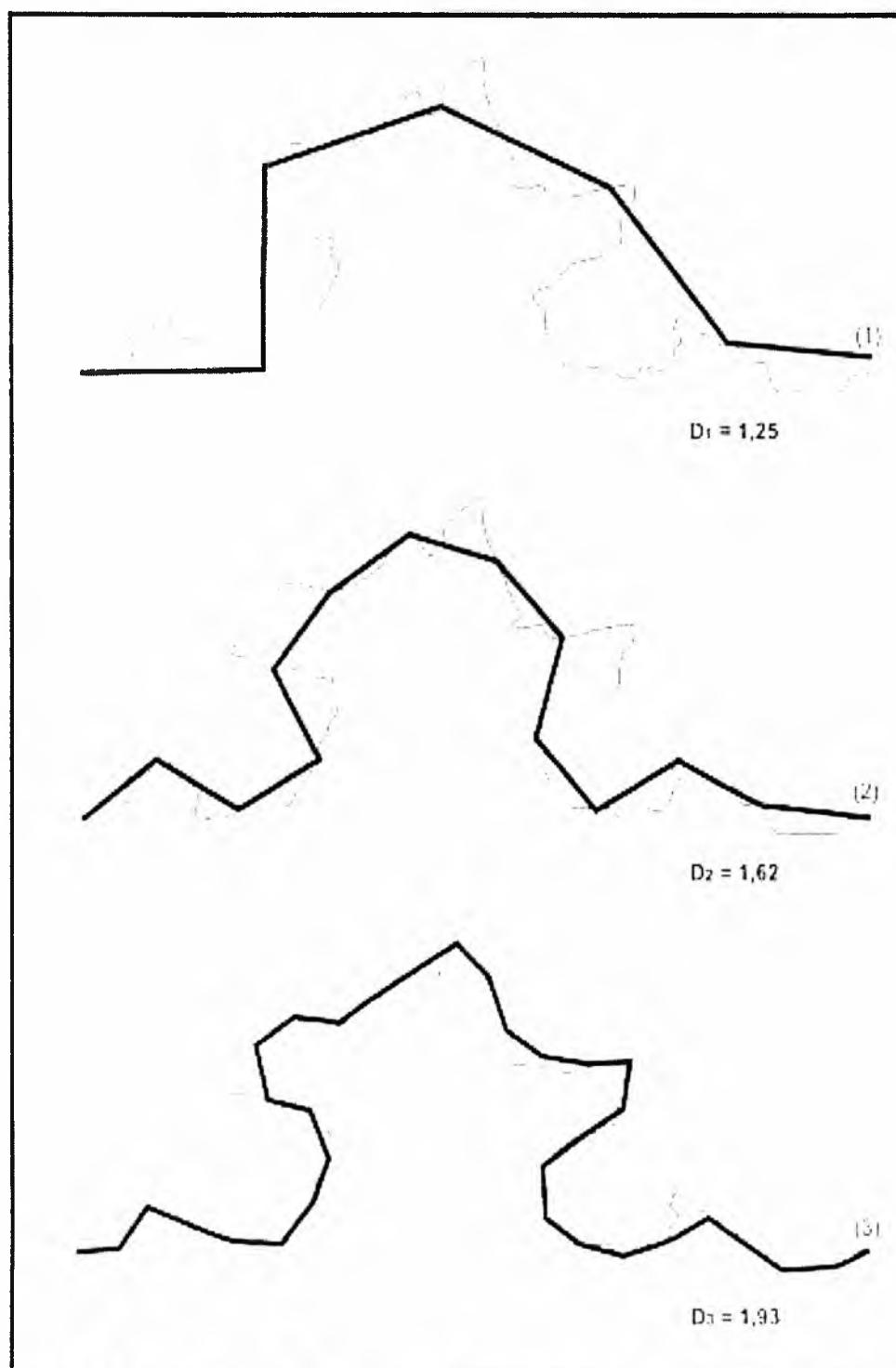


Figura 2- Influência da resolução na estimativa da dimensão fractal (Longley & Batty, 1989)

A distância entre os pontos extremos das áreas de estudo foram determinadas pelo método convencional (Teorema de Pitágoras), tendo sido calculado os comprimentos AB (Itanhaém) e AB' (Maresias) em linha reta (Le) para as linhas de costa estudadas, utilizando como unidade de referência as coordenadas UTM da carta topográfica na escala 1:50.000.

Posteriormente, as linhas de costa foram segmentadas em arcos onde cada arco é considerado como um passo, ou seja, entre dois pontos coletados na linha de costa existe um passo. Assim, foram efetuadas 08 digitalizações, no software AutoCadMap-R2 (AUTODESK, 1998), para cada uma das linhas de costa, sendo a resolução de cada passo, assim definidas: 125m; 250m; 500m; 1000m; 2000m; 4000m; 8000m e 16000m.

Em cada digitalização antes da conversão do formato analógico para o digital, os passos ou arcos foram marcados na carta topográfica e usados como pontos de controle para coleta de dados na digitalização em tela.

Cada uma das 08 curvas geradas para cada linha de costa, no formato digital (medidas em passos diferentes), resultou em um conjunto de dados utilizados para a determinação de medidas específicas para ϵ ($\epsilon_{0,25}$, $\epsilon_{0,50}$, $\epsilon_{1,0}$, $\epsilon_{2,0}$, $\epsilon_{4,0}$, $\epsilon_{8,0}$, $\epsilon_{16,0}$, $\epsilon_{32,0}$).

Para o cálculo de D foi utilizado o procedimento adotado por LAM & DE COLA (1993), que consideram o princípio de sinuosidade da curva como um modelo da dimensão fractal. O valor de D para as linhas de costa foi obtido através da relação:



Figura 3- Localização das áreas de Estudo

$$D = \Sigma \epsilon / L_{\epsilon} \quad (1)$$

Onde:

D = Dimensão Fractal

$\Sigma \epsilon$ = somatória do comprimento dos segmentos

L_{ϵ} = comprimento da reta

Este método ajusta um conjunto de dados a uma linha de tendência, mensurando as variações da resolução por meio da flutuação dos padrões de irregularidade das linhas, sobre a reta de tendência (Figura 4).

Para cada curva, este método analisa as n diferenças entre cada valor de α em relação à reta de tendência. As curvas que apresentam menores somas das diferenças α possuem valores de D menores do que as curvas que apresentam somas maiores.

Assim, a dimensão fractal linear (D) foi calculada para cada curva a partir das medidas L_{ϵ} e a somatória dos segmentos ϵ .

IV - Resultados e Discussão

Os resultados sobre a influência da resolução na estimativa de D , para as linhas de costa localizadas em Itanhaém e Maresias, litoral Sul e Norte do Estado de São Paulo, respectivamente, são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Valores da dimensão fractal (D) da linha de costa de Itanhaém e Maresias

Resolução	Dimensão Fractal	
	Itanhaém	Maresias
125m	1,0016	1,0066
250m	1,0031	1,0317
500m	1,0034	1,0794
1000m	1,0045	1,1953
2000m	1,0066	1,2879
4000m	1,0087	1,4719
8000m	1,0167	1,5532
16000m	1,0254	1,6369
Média	1,0097	1,3223
Desvio Padrão	0,0083	0,2364
CV %	0,8	17,87

Figura 4 - Sinuosidade de linhas de costa hipotéticas

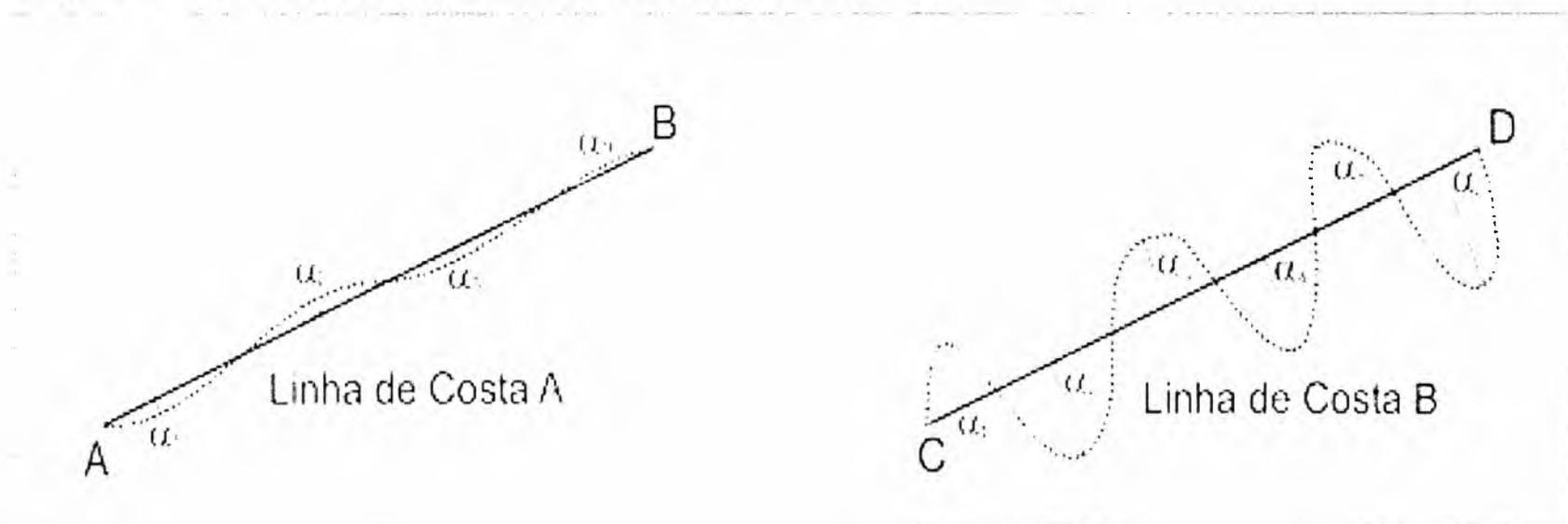
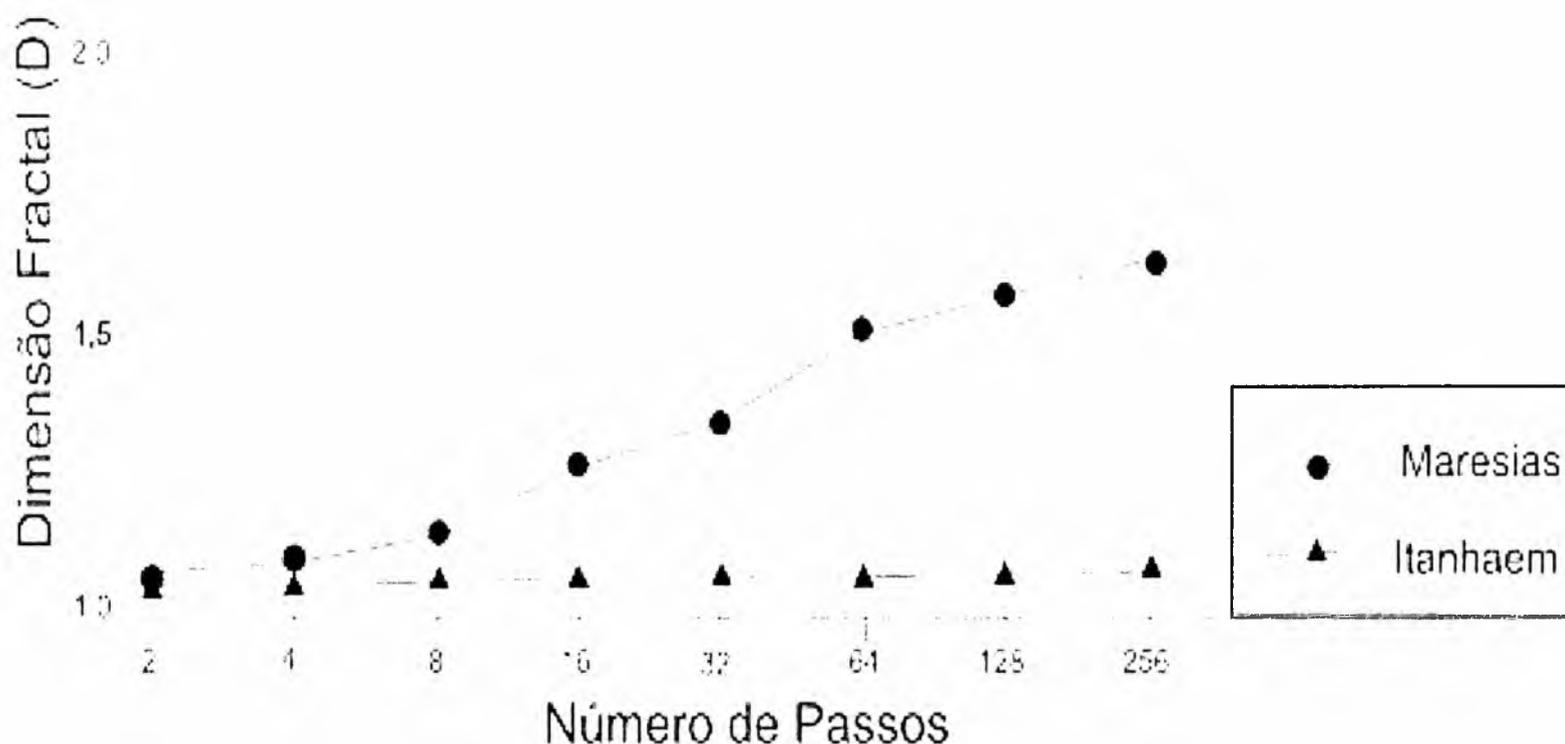


Figura 5 - Influência da resolução na estimativa de (D) para Maresias e Itanhaém

Nesta figura, observamos que a resolução altera a estimativa da dimensão fractal das linhas de costa localizadas em Itanhaém e Maresias. Os resultados mostram que os valores de D, situam-se entre 1,0016 a 1,0254 para Itanhaém e 1,0066 a 1,6369 para Maresias, observadas na figura 5. Estas amplitudes devem-se à relação entre a distância entre os pontos extremos das áreas (L_ϵ) e a soma dos seguimentos das diferenças α ($\sum \epsilon$), dadas pela resolução (n° de passos).

Entretanto, notamos que a influência das resoluções, na estimativa de D, é mais significativa para a faixa litorânea localizada ao Norte (Maresias) do que ao Sul (Itanhaém). Essas evidências podem ser melhor observadas na figura 5.

Com o intuito de verificar melhor estas observações foram efetuados testes estatísticos que estimaram o coeficiente de variação (CV) das amostras. Os resultados indicam que o CV são 0,8% para Itanhaém e 17,87% para Maresias, respectivamente. Desta forma, confirmamos que a resolução influencia mais a estimativa da linha de costa localizada em Maresias do que em Itanhaém.

Os resultados aqui encontrados estão em concordância com os estudos realizados por LEDUC et al (1994), em que aumento da resolução poder ser responsável por uma oscilação em torno de 10% na estimativa da dimensão fractal.

LAWRENCE & RIPPLE (1996) salientam que este tipo de padrão oscilatório deve-se ao fato de que à medida que se aumenta a

resolução, o nível de detalhamento dos objetos também aumenta, diminuindo por conseguinte, os erros associados à estimativa de D das linhas de costa.

As observações acima comentadas, nos indicam que as métricas utilizadas para quantificar a estrutura da paisagem, baseadas nas proporções de forma, como por exemplo a dimensão fractal, podem providenciar informações não confiáveis quando utilizamos baixa resolução espacial, apresentando assim resultados com alto grau de incerteza (erros).

Segundo MULLER (1986) e KLINKENBERG (1994), quando o foco de interesse está centrado no estudo de linhas de costa ou redes de drenagem, as resoluções mais adequadas são aquelas que apresentam menor grau de incerteza de medida (erros) destas métricas.

Isto ocorre por que os valores das métricas utilizadas para quantificar a estrutura da paisagem em baixas resoluções apresentam-se menos acuradas, pois estes conjuntos de dados possuem distorções oriundas da generalização dos arranjos espaciais.

A generalização dos arranjos espaciais consiste na perda de detalhes, ou seja, a generalização nada mais é que a simplificação dos detalhes dos objetos à medida que diminuimos a resolução (WOODCOCK & STRAHLER, 1987; MARCEAU et al, 1994).

Neste nível de compreensão, à medida que aumentamos o número de amostras (passos) através da simulação da resolução das linhas de costa em sistemas de informação geográfica, estamos transformando estas linhas, tornando-as retilizadas através da perda da irregularidade (Figura 6).

Como podemos observar na figura 6, o processo de generalização das linhas de costa, notamos que a forma do litoral vai se alterando, ou seja, a morfologia costeira vai perdendo a irregularidade (tortuosidade) tornando-se geometricamente regular. A figura 6 também nos mostra que o processo de generalização afeta a estimativa da dimensão fractal, pois a medida que alteramos o nível de detalhe dos objetos, tornando-os retilíneos, ocorre a perda de

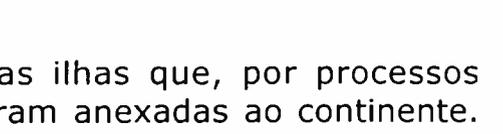
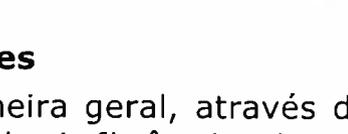
informação e, conseqüentemente, valores imprecisos da dimensão fractal são estimados não condizendo com a realidade encontrada das linhas de costa.

Os erros na estimativa de D , oriundos da utilização de resoluções grosseiras (baixo nível de detalhe) poderiam trazer conseqüências desastrosas em estudos ecológicos, geológicos e geográficos, pois a complexidade das regiões costeiras, dada pela sinuosidade da costa expressa pela dimensão fractal, pode ser um indicador dos padrões de diversidade de espécies, da origem do assoalho oceânico, no estabelecimento de áreas urbanas e portos, etc.

Estes resultados revelam a importância da resolução espacial na estimativa da dimensão fractal (D), porém, cabe aqui ressaltar, que para as linhas de costa, a geomorfologia do litoral também pode influenciar na mensuração da dimensão fractal, pois a feição do litoral onde as características geomorfológicas são mais homogêneas, isto é, apresentam geometria retilínea, a resolução não tem tanta influência na estimativa de D , como a porção do litoral em que as características geomorfológicas apresentam-se mais heterogêneas (sinuosas).

A oscilação nos valores de D das linhas de costa estudadas, aqui apresentados, segundo ALMEIDA (1968), ALMEIDA & CARNEIRO (1998) e SUGUIO (1999), são influenciadas pela morfologia do litoral paulista. O litoral do Estado de São Paulo é dividido em duas regiões, a porção Norte e a porção Sul. A feição Norte é caracterizada pela existência de falésias, onde se desenvolvem planícies costeiras, baías e enseadas, que são responsáveis por uma linha de costa totalmente irregular como, por exemplo, Maresias, Caraguatatuba, Ubatuba, Picinguaba, etc. Na feição Sul, a linha de costa muda a característica, torna-se baixa, com planícies deposicionais com praias extensas e urbanizadas, que são responsáveis por uma linha de costa retilizada como, por exemplo, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, etc. Contudo, estes autores também salientam a existência de algumas exceções, como os maciços da Juréia, Itatins e Iguape, que na

Figura 6 - Variações geométricas das linhas de costa (Maresias e Itanhaém) em função da resolução espacial e da dimensão fractal

Resolução (m)	Itanhaém	D	Maresias	D
125		1,0016		1,0066
250		1,0031		1,0317
500		1,0034		1,0794
1000		1,0045		1,1953
2000		1,0066		1,2879
4000		1,0087		1,4719
8000		1,0167		1,5532
16000		1,0254		1,6369

verdade são antigas ilhas que, por processos de colmatagem, foram anexadas ao continente.

Segundo ALMEIDA & CARNEIRO (1998); SUGUIO (1999), as diferenciações morfológicas entre as feições norte e sul do litoral paulista, podem ser explicadas pelo tectonismo, ou seja, pela movimentação de camadas, ocasionadas por movimentos endógenos, que propiciaram o soerguimento da porção Norte e subsidência da porção Sul do litoral paulista.

V - Conclusões

De maneira geral, através dos resultados da análise da influência da resolução na estimativa da dimensão fractal (D), podemos concluir que D é influenciado pela resolução espacial, pois dependendo do nível de detalhe de um conjunto de objetos a dimensão fractal apresenta valores diferentes.

Constatamos também que o comportamento da dimensão fractal pode ser influenciado pela geomorfologia das linhas de costa, pois dependendo do grau de

irregularidade da linha de costa, os valores de D possuem um padrão que é menos dependente da resolução, isto é, as linhas de costa com feições linearizadas (Itanhaém), apresentam valores de D muito similares, exibindo pouca variabilidade independentemente da resolução utilizada para mensurá-la.

Estes resultados nos alertam para a importância da resolução espacial em estudos no nível de paisagem, pois a utilização deste parâmetro incorretamente, pode acarretar em erros que mascarem e impossibilitem a interpretação acurada dos processos ecológicos, geológicos, geográficos, entre outros.

Os resultados apresentados e discutidos neste trabalho constituem-se em uma continuação aos estudos a serem desenvolvidos por outros pesquisadores, tanto na área de ecologia de paisagem ou de geografia, aplicando a teoria dos fractais.

Como este tipo de abordagem tem apenas duas décadas de existência, e que no Brasil está apenas aflorando, saliento que como qualquer outro modelo matemático, a teoria fractal apresenta limitações. O sucesso deste tipo de pesquisa depende da qualidade e da disponibilidade dos dados, além de um bom conhecimento teórico-metodológico do pesquisador.

Bibliografia

ALMEIDA, J. D. "Morfologia do Litoral". In: AROLDO DE AZEVEDO (Ed.) *Brasil: A Terra e o Homem*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional. 1968, p. 135 - 150.

ALMEIDA, F. F. M.; CARNEIRO, C. D. R. "Origem e evolução da Serra do Mar". *Revista Brasileira de Geociências*. São Paulo, v. 25 n. 2, 1998, p. 135 - 150.

AUTODESK, INC. *AutoCad MAP Release 2: user's guide*, EUA, 1998.

BARBOSA, R. M. *Descobrendo a Geometria Fractal para a sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, 144p.

BENSON, B.; MACKENZIE "Effects of sensor spatial resolution on landscape structure parameters" *Landscape Ecology*. v. 10, 1995, p.113 - 120.

JIANG, J.; PLOTNICK, R. E. "Fractal analysis of the complexity of United States Coastlines" *Mathematical Geology*. v. 30, 1998, p. 535 - 546.

KLINKEBERG, B. "A review of methods used to determine the fractal dimension of linear features" *Mathematical Geology* v. 26, 1994, p. 23 - 46.

LAM, N. S.; DE COLA, L. *Fractals in Geography*. New Jersey: Prince and Hall, Inc., 1993, 308 p.

LAWRENCE, R.; RIPLE, W. "Determining patch perimeters in raster image processing and geographic information systems" *International Journal of Remote Sensing*. v. 17, 1996, p. 1255 - 1259.

LAWFORD, G. J.; MASTERS, E. G. "Fractals and the cartographic line". *Cartography*. v. 31. n. 2. 2002, p. 61 - 72.

LEDUC, A.; PRAIRIE, Y. T.; BERGERON, Y. "Fractal dimension estimatives of fragmented landscape: sources of variability" *Landscape Ecology*. v. 9, 1994, p. 279 - 286.

LONGLEY, P. A.; BATTY, M. "Fractal measurement and line generalization" *Computers & Geosciences*. v. 15, 1989, p. 167 - 183.

MANDELBROT, B. B. *How long is the coast of Britain*. Science. v.156. 1967, p. 636 - 638.

_____. *The fractal geometry of nature*. San Francisco: Freeman, 1983, 468 p.

MARCEAU, D. J.; GRATON, D. J.; FOURNIER, R. A.; FORTIN, J. P. *Remote sensing and the measurement of geographical entites in a forested environment*. 2. The optimal spatial resolution.

Remote Sensing of Environment. v. 49. 1994, p.105 - 117

MARQUES, M. L.; FERREIRA, M. C. "Avaliação preliminar de um procedimento metodológico para o cálculo da dimensão fractal das linhas de costa do litoral paulista" In: *VIII Simpósio de Quantificação em Geociências*. Rio Claro: Anais Rio Claro. v. 1, 2000, p. 145 - 147

MLADENOFF, D.; GERALD, J. N.; MARK, A. W. *Effects of changing landscape pattern and U.S.G.S. land cover data variability on ecoregion discrimination across a forest-agriculture gradient*. Landscape Ecology. v. 12, 1997, p. 379 - 396.

MULLER, J. C. *Fractal dimension and inconsistencies in cartographic line representations*. The Cartographic Journal. v. 23. 1986, p. 123 - 130.

PEITGEN, H. O. P; JÜRGENS, H.; SAUPE, D. *Fractals of the Classroom. Part One: Introduction*

to Fractals and Chaos. New York: Springer-Verlag, 1992, 450p.

SUGUIO, K. *Geologia do quaternário e mudanças ambientais*. São Paulo: Paulo's Editoras, 1999, 366p.

TURNER, M. G.; GARDNER, R. H.; O'NEILL, R. V. *Landscape Ecology in theory and practice: pattern on process*. New York: Springer Verlag, 2001, 401p.

YOUNG, R.; CHOPPING, M. "Quantifying landscape structure: a review of landscape indices and their application to forested landscapes". *Progress in physical Geography*. v.20. 1996, p. 418 - 445.

WOODCOCK, C. E.; STRAHLER, A. H. "The factor of scale in remote sensing" *Remote Sensing of Environment*. v. 21. 1987, p. 311 - 332.

Trabalho enviado em dezembro de 2003.

Trabalho aceito em abril de 2004.



O MAR E O MARITIMO NOS TRÓPICOS

Eustógio Wanderley Correia Dantas*

RESUMO:

No final do século XX, tudo que diz respeito ao mar se transformou em verdadeiro fenômeno da sociedade. As imagens do mar e do marítimo, veiculadas globalmente e associadas a mudanças socioeconômicas, tecnológicas e simbólicas, provocam a geração de um fluxo evidenciador dos espaços litorâneos mundiais e, no caso em evidência, dos trópicos. Este tipo de valorização, freqüentemente percebido conforme a noção de tropismo, indica bibliografia fortemente marcada por uma maritimidade dicotômica: de um lado, uma maritimidade externa ou moderna referente aos ocidentais; de outro lado, uma maritimidade interna ou tradicional referente às populações dos trópicos. A análise do processo de valorização dos espaços litorâneos em Fortaleza/Ceará/Brasil permite relativizar esta abordagem. Nesta cidade litorânea, uma elite local fascinada pelas práticas marítimas modernas (banho de mar, veraneio, banho de sol e turismo litorâneo, entre outros) produz os mesmos territórios e alimenta os mesmos desejos do Ocidente, inserindo-se em racionalidade reinante nos países pouco tocados pelo fluxo turístico internacional, a saber, um movimento de caráter cultural que suscita uma mudança de mentalidade dos grupos locais em face do mar e convida à releitura da abordagem dicotômica supracitada

PALAVRAS-CHAVE:

Maritimidade, trópicos, banhos de mar, veraneio, turismo.

ABSTRACT:

At the end of XXth Century, every thing about sea became a social matter. The sea and maritime images, globally linked and related to social-economical, technological and symbolic changes, makes a flow to give evidence to worldwide seaside and, in particular, to the tropical seaside. Very often, this kind of valorization is understood according to tropism notion. It indicates what bibliographical references has been used, that of a marine dichotomy: an external or modern in ocidental references of marine qualities; and on the other hand, an internal or traditional marine qualities, considering the tropical population. The analysis of Brazilian (specifically in Fortaleza-CE) seaside valorization process allows us to get into a more relative explanation. This coastal city has an elite fascinated with modern marine activities (beach, holiday, sun, tourism). Such local elite produces the same territories and feeds the same Ocidental wishes will getting inside dominant rationality in countries weakly touched by international tourist flow. That is a sort of cultural movement able to suggest a mental change to local groups upon sea and invites us to perform a different conception of that dichotomy mentioned above.

KEY WORDS:

Maritime, tropic, bathing beach, holiday, tourism.

I - Considerações Iniciais

Na literatura consagrada ao mar e ao marítimo, os pesquisadores que analisam o fluxo turístico internacional vêm se impor, em termos quantitativos, àqueles destinados às zonas litorâneas. Entre os que remetem ao fenômeno de valorização dos espaços litorâneos nos trópicos, Cazes (1989) merece destaque por explicitar concentração dos fluxos turísticos internacionais em países possuidores de zona costeira. Conforme o citado geógrafo, do fluxo total, 75,8% se concentra em *estados dispendo de pelo menos um espaço ribeirinho marítimo*, 21% em áreas insulares e somente 3,2% são atribuídos aos países sem fachada costeira.

Este dado se reforça de tal maneira que Cazes (1999) fala de uma *turistificação dos litorais*, ao focar fenômeno relativo a mais de 90% do fluxo turístico internacional dos países do Sul em via de desenvolvimento (incluindo as ilhas), com um volume correspondente a 500 milhões de turistas e ao qual interessante seria acrescentar volume mais importante dos fluxos nacionais.

Logo, não é por acaso que os pesquisadores estudiosos do fluxo turístico internacional (envolvendo suas diversas destinações) vêm se impôr em termos quantitativos àqueles destinados às zonas litorâneas.

Com base em aspectos relativos ao modelo de desenvolvimento socioeconômico e, principalmente, às inovações tecnológicas empreendidas nos países desenvolvidos, indica-se criação de uma demanda por zonas turísticas nos países em via de desenvolvimento. As obras de referência apontam para duas dimensões características do processo de valorização das zonas de praia: a primeira relacionada aos países desenvolvidos e a segunda aos países em via de desenvolvimento.

Ao se partir dessa diferenciação tipológica, a noção de tropismo orienta todas as reflexões, indicando quadro de dependência e de relação entre o progresso do turismo nos países em via de desenvolvimento e o progresso

econômico, social e tecnológico registrado nos países desenvolvidos.

Evidenciando quadro evolutivo notado nos países desenvolvidos, esta perspectiva analítica denota evolução de tal atividade no tempo e no espaço. Inicialmente, remete-se à transformação de uma atividade de caráter elitista e sua generalização crescente com o turismo de massa. Mencionada transformação se produz nos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial e suscita mudanças de ordem econômica e social que determinam, de um lado, o aumento do salário das populações e, de outro lado, a criação de políticas sociais propiciadoras do direito de gozar férias remuneradas. Após os anos de 1970, estes estudos sublinham a ampliação desses fluxos ao atingirem dimensões continentais, em resposta principalmente às transformações ocorridas no domínio dos transportes (leia-se aéreo).

Este ponto de partida é indispensável na compreensão do processo de ocupação e valorização das zonas de praia dos trópicos, e denota quadro rico e complexo a considerar. Com efeito, trata-se de procedimento analítico que busca explorar o ponto fraco deste gênero de análise. Embora a abordagem retrodelineada permita a compreensão dos fluxos dirigidos às zonas de praia (sua origem, seu ponto de dispersão, seu direcionamento, sua duração, bem como a natureza desses fluxos ao longo dos anos), ela se limita à simples constatação de um movimento evidente. Para transpô-la, faz-se necessário precisar as razões desta *corrida dirigida para as praias* (URBAIN, 1996), se perguntando sobre o desejo crescente por estes espaços e a transformação do mar em verdadeiro fenômeno de sociedade (PERON; RIEUCAU, 1996).

Nesta perspectiva se inscreve a abordagem cultural, na tentativa de compreender a modificação da relação dos homens com o mar, evidenciando, no presente artigo, as obras que remetem à realidade vivenciada nos trópicos.

Ao se tomar como ponto de partida as representações relacionadas ao mar, buscar-se-á entender as relações que os homens estabelecem com o meio e com o espaço, dado explicador de uma mudança de mentalidade que potencializa os espaços litorâneos nos trópicos. Esta mudança resulta de uma intercomplementaridade entre os aspectos de ordem social, econômica e tecnológica associados a uma dimensão simbólica. Assim, parte-se da premissa de que a produção de formas e a geração de fluxos dirigidos para o litoral são, concomitantemente, causa e efeito da emergência, sobre estas zonas, de novos valores, hábitos e costumes que fazem com que o mar, o território do vazio (CORBIN, 1988) e do medo (DELUMEAU, 1978), se torne atraente para a sociedade contemporânea (PERON & RIEUCAU, 1996).

II - O desejo por mar e sua transformação em fenômeno da sociedade.

Considerando os trópicos, a reversão de imagem associada ao mar e ao marítimo pode ser interpretada, quer seja como um fenômeno de origem externa, no caso dos países conhecedores de um fluxo turístico internacional importante, quer seja como um movimento próximo do ocorrido no Ocidente, no caso dos países menos tocados por estes fluxos (DANTAS, 2000).

II.1-Fenômeno de origem externa

A presente perspectiva de análise leva em conta fluxo de informações que constrói e alimenta novas representações dos trópicos no mundo desenvolvido. As representações favorecem o gerenciamento do litoral e a urbanização da orla marítima das cidades de acordo com uma demanda majoritariamente turística, aquela originária de um turismo balneário nascido do turismo de massa dos países desenvolvidos.

Os trabalhos de Cormier-Salem (1996) e de Desse (1996), apresentando no quadro do colóquio *La Maritimité de Cette Fin du XX^{ème} siècle, Quelle Signification ?* (realizado na Sorbonne pelo

Laboratoire Espace et Culture em 1991) e consagrados respectivamente à maritimidade no Senegal (em Casamance) e nas cidades das colônias e ex-colônias francesas sublinham aspectos importantes neste domínio.¹

Em análise do que denomina de maritimidade externa, Cormier-Salem (1996) distingue três discursos dominantes na construção das representações dos trópicos pelos ocidentais. O primeiro discurso encontra seu lugar nas narrações de antigos viajantes e de romances como Robson Crusóe e Paul e Virginie, que apresentam o mar e o litoral dos trópicos como símbolos de liberdade e da verdadeira natureza. O segundo discurso, difundido pelas agências turísticas, por meio da construção de uma imagem dos litorais tropicais demandados pelos turistas, evocam frequentemente praias de areias finas bordadas de coqueiros e habitadas por criaturas de sonho. O terceiro discurso, de característica mais científica, apresenta o litoral tropical como zona marginal, virgem, subexplorada, subutilizada (CORMIER-SALEM, 1996).

Desse (1996) faz referência ao segundo discurso, aquele que domina em nossos dias e alimenta imagem midiática apresentada nos salões internacionais de cruzeiros e de turismo. Esta imagem se construiu em cidades da Martinica, de Guadalupe e de Reunião, exprimindo uma maritimidade que suscita a promoção delas com vistas a atrair fluxos turísticos internacionais. Este fluxo seria a condição *sine qua non* para estas cidades não darem as costas para o mar, em lógica antes característica das cidades comerciárias, as quais, apesar de seus entrepostos e portos, se voltaram para o mar, elas e todas as ilhas se voltavam para o continente (zonas de plantação). Segundo Desse (1996), necessário foi aguardar os anos de 1970 para estas cidades poderem redescobrir o mar, colocando em relevo uma maritimidade originária de demanda externa, e que suscitou novo gerenciamento dos litorais, com o estabelecimento de estações turísticas e marinas, bem como intensa urbanização da beira-mar das cidades em análise. Este tipo de ordenamento suscita a

abertura destas cidades para o mar, rejeita a maritimidade tradicional (ligada à pesca, ao comércio e a marinha nacional) e oferece uma decoração paisagística marítima: o mar espetáculo. As ilhas se fizeram, portanto, *um produto turístico em um contexto de concorrência entre as ilhas e seus arredores e entre os municípios insulares*.

Referido tipo de ordenamento do litoral, conforme demanda de uma maritimidade ocidental, corresponde a uma lógica que se instala em detrimento do litoral percebido e, sobretudo, vivido pelas comunidades locais. Tal oposição é marcada tanto por Desse como por Cormier-Salem ao falarem dos excluídos e dos litorais tropicais como lugares de ordenamentos conflituosos. De acordo com o primeiro autor, esta maritimidade dá-se em detrimento das populações marítimas, as grandes ausentes e excluídas, que permanecem indiferentes. *É de fato uma maritimidade ofertada aos turistas* (Desse, 1996). O segundo autor estabelece a distinção entre uma maritimidade externa (alóctone e também etnocêntrica) e uma maritimidade interna (autóctone), que alimentam representações do mar e contribuem para transformar este espaço em lugar de ordenamento conflituoso. Para Cormier-Salem (1996), o ordenamento turístico, realizado pelo governo local, provoca um processo de *expropriação do território tradicional das comunidades locais*.

A perspectiva de análise indicada nesta parte do trabalho reforça a tese de uma adequação ao fluxo de informação originário dos países desenvolvidos. Este fluxo determina a valorização das zonas de praias a partir de uma demanda turística não inscrita no quadro de representações ainda dominantes nos países tropicais. Como demonstrado pelos autores evocados, esta valorização se funda sobre as representações que fazem sonhar os turistas dos países desenvolvidos e que são adaptadas pelos governantes locais como uma estratégia de desenvolvimento econômico. Assim, a cidade se acha transformada para atrair fluxos turísticos.

A contribuição do presente estudo é demonstrar não haver somente a construção

de uma imagem midiática dos países tropicais pelos ocidentais a exercer poder de atração em relação aos consumidores de praia. Observa-se, também, um fenômeno de incorporação dos hábitos, valores e costumes ocidentais por parte dos habitantes dos trópicos. Este aspecto é indicado por Claval (1995), ao analisar a fascinação exercida pela civilização ocidental sobre certas camadas da população local, notadamente a elite.

Este esforço de ocidentalização levou o Brasil a incorporar tentativa de diferenciação social fundada na virtude da civilização européia. Tal civilização é cantada e ovacionada pela elite local (na qual a intelectualidade teve papel essencial), que se crê capaz de transmitir seus valores aos outros. Indica-se, portanto, sentimento de superioridade da citada elite (composta de europeus, mas com uma participação muito forte de mestiços) e de certas camadas em relação a outros grupos autóctones, notadamente os indígenas, sempre tratados como selvagens ou primitivos.

Nestes termos, ressalte-se, quando os cronistas brasileiros empregam o termo civilizar estão fazendo referência a fenômeno de ocidentalização empreendido pela elite, esforço realizado tanto pela fascinação exercida pela civilização européia como por uma tentativa de diferenciação social, fundada na valorização dos estrangeiros (os contatos com os europeus). A especificidade da América Latina é a de que, além da elite se fazer porta-voz dos europeus, estes ainda propiciam possibilidade de melhoramento genético: missigenação. Os mestiços passam a adotar, em grande parte, a cultura ocidental e facilitam, também, os contatos com outros grupos étnicos.

Estes traços de ocidentalização relativos ao mar e ao marítimo aparecem mais claramente nos países pouco tocados pelo turismo internacional (DANTAS, 2000), os quais podem produzir modelo de maritimidade próximo do advindo dos países desenvolvidos. A oposição entre maritimidade externa-moderna e maritimidade interna-tradicional deve então ser relativizada. Na realidade, encontram-se grupos locais que produzem os mesmos territórios e alimentam os mesmos desejos existentes no

Ocidente. Assiste-se a uma mudança de mentalidade de grupos locais em relação ao mar. É neste quadro que se pode inscrever o desejo pelo mar no Brasil, próximo daquele da invenção da praia no Ocidente.

II.2- Movimento próximo do ocorrido no Ocidente

Grosso modo, falar de um movimento próximo equivale a uma transposição pura e simples dos esquemas conceituais ocidentais para outra realidade, a dos países em via de desenvolvimento, ou seja, fundar-se em sistema de representações que tornam as praias atraentes para os europeus.

Neste domínio, a obra de Corbin (1988) – *Le territoire du vide: L'Occident et le désir ou rivage (1750-1840)* – constitui a referência maior. Para o citado historiador:

a) O desejo pelos espaços litorâneos surge entre 1750-1840, com a invenção das praias. Anteriormente, as praias eram portadoras de imagens repulsivas que impediam a consideração do charme desses espaços e do mar;

b) Uma mudança de olhar foi necessária para poder a sociedade europeia se beneficiar da atmosfera litorânea. Esta mudança se efetiva progressivamente por meio da indicação de um quadro científico e, principalmente, simbólico contrário àquele que apresentava imagens repulsivas do mar. A reversão dessa imagem repulsiva se opera entre 1660 e 1675 graças aos progressos científicos alcançados principalmente no domínio da oceanografia e a emergência de três fenômenos que modificam o sistema de apreciação: a teologia natural, a exaltação das costas holandesas e a moda de viajar na baía de Nápoles;

c) Os românticos, os médicos (os higienistas) e a nobreza contribuíram no desenvolvimento de novas práticas marítimas. O primeiro grupo mediante criação de um discurso coerente sobre o mar. O segundo, por meio de um discurso médico que provoca a corrida às estações balneárias e dos adeptos da nataçãõ às praias. O terceiro, como indicador de um efeito de moda na sociedade. Apesar dos românticos não serem

os responsáveis pela descoberta do mar, foram eles, de acordo com Corbin (1988), responsáveis por um discurso que enriqueceu poderosamente os modos de deleite da praia e acentuou o desejo inspirado por esta indecisa fronteira. No referente às práticas marítimas ligadas ao tratamento terapêutico, tem-se o banho de mar, os passeios de barco e as estadas nas ilhas. As prescrições de banho de mar como tratamento terapêutico provocam a corrida massiva de doentes às estações balneárias. Estes doentes, acometidos pela melancolia e depressão, tentam acalmar suas angústias. Este quadro se inscreve num discurso médico, que assume e codifica as práticas marítimas e prescreve o banho de mar. O tratamento permite beneficiar os doentes das qualidades curativas da água fria do mar e da ambiência marítima. A prescrição dos passeios de barco e das estadas nas ilhas, como tratamento das doenças pulmonares, privilegia a virtude terapêutica do ar em relação à água. Isto resulta, segundo Corbin (1988), do sucesso da teoria de Lavoisier que, insistindo (a partir de 1783) sobre a importância do bem respirar, reforçou o papel da praia nos tratamentos terapêuticos. A nataçãõ corresponde a outro domínio não menos regulamentado que os anteriores. É à ocasião do surgimento da ginástica que os teóricos conceberam a arte da nataçãõ. Este prazer consiste em um esforço, combate à gula, sobrecarga de energia, que corresponde a um desejo de desafiar o mar. Significa um modelo masculino de banho de mar que se harmoniza com a ginástica. Para os homens a nataçãõ representa também uma prova de coragem e exaltação, pois as mulheres ficavam próximas aos seus automóveis, às vezes ao lado de seus banhistas. Todas as práticas mencionadas eram desenvolvidas pela aristocracia, que possuía papel remarcável na sua difusão e promoção, provocando um efeito de moda determinante do sucesso das estações balneárias.

Ao insistir sobre a valorização das zonas de praia em Fortaleza-Brasil, Linhares (1992) procura situar seus estudos conforme supra-citado quadro de transformações. Inicialmente apresenta uma seqüência evolutiva lógica,

originada na Europa e que chega posteriormente à América de Sul. Ele descreve, portanto, um movimento produzido na França (Deauville, Biarritz, Trouville), na Bélgica, e depois na América do Sul, no Chile (Viña del Mar), no Uruguai (Punta del Leste) e, por fim, no Brasil, no Rio de Janeiro (Leme, Copacabana, Ipanema). Posteriormente insere este processo de valorização no mesmo sistema valorativo, mostrando o papel encenado pelos românticos brasileiros, e pela nobreza, que difundiam as práticas marítimas modernas no novo continente. No relativo aos românticos, o autor menciona influência dos franceses sobre os escritores românticos brasileiros. É nesta perspectiva que Linhares (1992) situa o romance *Iracema*. Tenta, então, mostrar a influência de Chateaubriand na obra de José de Alencar, afirmando que *a exemplo de seu mestre francês, José de Alencar idealizou seus heróis místicos numa floresta de frente para o mar*. No respeitante à aristocracia como geradora de um efeito de moda, o sociólogo apresenta seu homólogo brasileiro, aquele que introduziu o banho de mar como tratamento terapêutico no Brasil, o Imperador D. Pedro II.

O trabalho de Linhares (1992) é interessante por evidenciar, mediante apresentação dos equivalentes brasileiros, uma civilização cujo Ocidente é o espelho. Se for verdadeiro afirmar que as práticas marítimas modernas são originárias do Ocidente, a análise empreendida não poderia ser feita sem relativizar o apresentado conforme realidade vivida em Fortaleza. Na sua ânsia de desenvolver seu estudo acabou fazendo tábua rasa do espaço. Esta falha de sua análise impossibilita externalização de uma maritimidade complexa e diversificada, característica tanto do Ocidente como dos países tropicais.

Na elaboração do quadro de valorização das zonas de praia segundo o modelo ocidental, Linhares (1992) esquece as observações formuladas por Corbin (1988). Este último indica um quadro complexo das práticas e da afinidade dos europeus com essas zonas: os banhistas mediterrâneos são exemplo do exposto, praticam um tipo exclusivo de banho masculino

(principalmente os jovens) que fugia das normas dos banhos terapêuticos e da natação. Prevelakis (1996) também menciona o exemplo dos gregos, considerados rara exceção entre os europeus por apreciarem plenamente o charme do mar e da praia. O mar exerce forte influência na cultura desse povo, ao contrário de outros europeus que temiam o mar. A propósito das comunidades litorâneas tropicais, como afirma Cormier-Salem (1996), há o estabelecimento de relações complexas e variadas com o mar. Esta complexidade é tamanha que ela se interroga sobre *o sentido do conceito de maritimidade no domínio tropical*.

Linhares (1992) é amplamente influenciado pelo modelo ocidental de valorização das zonas de praia. Por se achar a imagem estereotipada desta zona profundamente reforçada, pode-se associá-la à expressão crítica empregada por Cormier-Salem (1996), a de que ao molde do Ocidente passasse a idéia de que o vivenciado na Martinica, e por extensão no Brasil, seria, remetendo à obra de Corbin, um *território do vazio tropicalizado*.

Lamentavelmente, no estudo de Linhares (1992) não há indicação da complexidade e da variedade anteriormente mencionada, por se adotar metodologia baseada na idéia da ocorrência de simples transferência dos modelos ocidentais nos trópicos. Todavia, ainda convém ressaltar, a valorização das zonas de praia em Fortaleza não resulta de uma simples transferência de informação de um grupo que detém o saber a um outro que não o detém.

A transferência de informação é antes de mais nada de ordem simbólica. Ao partir da noção de transferência, Linhares (1992) não percebe que os novos costumes não são adotados passivamente e não se dão da mesma maneira em todas as comunidades litorâneas. De forma breve, três aspectos de valorização da zona de praia em Fortaleza podem ser enunciados:

a) Trata-se de um processo em construção, resultante da interiorização ou da recusa dos sinais emitidos do Ocidente;²

b) Representa um fator de diferenciação social;³

c) Engloba, com o advento das inovações tecnológicas no domínio da comunicação (notadamente a televisão), progressivamente outros grupos e indivíduos.⁴

Uma análise diacrônica, relativa à história do espaço, permite indicar as especificidades do processo de valorização das zonas de praia em Fortaleza. Aproveitando-se, na época colonial, de transformações no domínio social, econômico, tecnológico e simbólico, a elite local pôde a esta época se voltar à Europa e estabelecer/fortalecer vínculos com este continente, principalmente a França.

De acordo com Girão (1954), é da França que vinham os produtos cujas classes mais abastadas tinham necessidade, para a saúde, o cérebro e o vestuário. Para o citado historiador a influência era tão marcante que os comerciantes locais atribuíam nomes parisienses a seus comércios e neles vendiam mercadorias francesas na moda: *tecidos, calçados, chapéus, conservas, bebidas, vinhos, licores, produtos farmacêuticos, livros...*

Nesse período, a fascinação pela França era tamanha que a elite começou a enviar seus filhos para lá estudar. Tal prática reforça a influência da cultura francesa sobre a literatura e a língua, a ponto de a atual Academia de Letras do Ceará (a mais antiga do gênero no Brasil e criada antes da Academia Brasileira de Letras) ser denominada, no momento de sua criação em 1872, para difundir os novos conceitos ligados à necessidade de progresso (notadamente discussões filosóficas em torno das idéias de Auguste Comte, ou seja, do positivismo), de Academia Francesa.

A zona portuária reforça tal influência, e representa metaforicamente uma janela aberta para a Europa; ajustada a uma zona exportadora de mercadorias provocava grande movimento de mercadorias e de pessoas na praia Formosa. Tais fluxos desenvolvem-se em virtude da presença de diversos estabelecimentos na beira-mar, notadamente a Alfândega e os entrepostos comerciais. A beira-mar é ordenada como espaço de troca de

mercadorias, dificultando a apropriação deste espaço pelas classes abastadas. Tal dado produz e justifica contatos efêmeros estabelecidos pelas classes abastadas com as zonas de praia. Num primeiro momento, eles só se deslocavam para estas zonas com o intuito de partir para a Europa ou para outros pontos do território brasileiro. Este espaço era até mesmo desaconselhado às *peças de bem* fora desses momentos, principalmente nas horas de transporte de mercadorias quando se produzia intenso fluxo de trabalhadores vestindo diminutas tangas, como indica Paiva (1971) em romance escrito em 1889. Num segundo momento, para dedicar-se às práticas terapêuticas, de recreação e de lazer. Resultava diretamente de comunicação tornada possível através do porto. O vínculo estabelecido com a Europa conduzia à adoção de certos costumes ocidentais pelas classes mais abastadas de Fortaleza. Com efeito, por trás da simples importação de mercadorias se encontra também a incorporação de um modelo de sociedade.

Todavia, contrariamente ao que pensam alguns cientistas, a adoção das novas práticas marítimas não representa simples transferência dos costumes ocidentais para os trópicos, pois ela acaba suscitando um quadro diferente daquele que lhe serviu de matriz. Esta diferenciação resulta diretamente da possibilidade de os indivíduos poderem recusar ou criar dificuldades na incorporação de certas inovações. Aproxima-se, portanto, da pista metodológica desenvolvida por Claval (1995), que concebe as culturas como realidades dinâmicas, em constante mutação conforme influência do meio no qual se insere.

Esta hipótese pode ser confirmada pela análise das práticas marítimas modernas próximas daquelas encontradas no ocidente: as práticas próximas das práticas terapêuticas ocidentais; as práticas próximas das práticas ocidentais de recreação e de lazer; os banhos de mar, as caminhadas, o veraneio e o turismo litorâneo em Fortaleza.

II.2.1- As práticas próximas das práticas terapêuticas ocidentais.

Entre as práticas próximas das práticas terapêuticas ocidentais, convém remeter aos banhos de mar e àquelas associadas ao tratamento da tuberculose.

O primeiro tipo de prática terapêutica, os banhos de mar, provoca em Fortaleza a especialização de algumas casas de campo (as religiosas) na acolhida de quantos queiram se cuidar graças às qualidades terapêuticas da água do mar. Esta valorização das zonas de praia se refere principalmente à praia do Meireles. Por oposição aos estabelecimentos similares do Ocidente, estas residências não se desenvolviam conforme uma prática normatizada pelo discurso médico. Tratava-se de prática não estandardizada. As casas das religiosas abrigavam simplesmente os doentes em busca de cura, dando-lhes grande liberdade na hora dos banhos, os quais podiam ser acompanhados, no máximo, por uma dama de companhia (PAIVA, 1971). Os banhos de mar como tratamento terapêutico eram costumeiramente praticados pelas classes abastadas de Fortaleza. Os únicos a escapar dessa lógica eram as crianças que freqüentavam estes espaços para nadar ou pescar (FERNANDES, 1977).

Apesar de sua importância na época, esta prática marítima moderna não adquiria as dimensões dos banhos de mar no Ocidente, provavelmente em virtude da fraca eficácia que o discurso médico local lhe atribuía. A importância aos banhos de mar variava de acordo com o discurso sobre as qualidades curativas atribuídas ao clima, notadamente no tratamento de doenças respiratórias.

Evidencia-se, portanto, a segunda prática terapêutica, aquela associada ao tratamento da tuberculose. É pela qualidade do clima que os cientistas locais vão se interessar, construindo assim um quadro conceitual que fazia referência à salubridade do Ceará e sua influência no tratamento de doenças pulmonares. Entretanto, este quadro conceitual não se reduz apenas aos espaços litorâneos. Ao se fundar sobre as mesmas reflexões teóricas (as teorias de

Lavoisier, segundo a qual o respirar bem é essencial) que ocasionaram a valorização das praias no tratamento da tuberculose no Ocidente, este quadro conceitual se aplicou a um meio mais vasto. As praias perdem seu papel principal e as práticas terapêuticas desenvolvidas em Fortaleza decorrem mais de sua localização geográfica (uma cidade litorânea).

Consoante um dos primeiros cientistas a tratar desse assunto no Ceará, Brasil (1890), a insolação e os ventos são elementos essenciais para a salubridade do clima, e impedem a proliferação de epidemias no Estado, notadamente aquelas que afetam as vias respiratórias. O Ceará é conhecido, em escala nacional, por suas condições de salubridade. Isto atrai um fluxo expressivo de doentes a vir se curar nestas paragens. Os tuberculosos se instalam nas cidades de Quixadá, Quixaramobim e Icó (no sertão), enquanto as vítimas de doenças inflamatórias dos nervos (como o beribéri) se estabelecem nas regiões montanhosas, principalmente Baturité. Este fluxo para o interior conduz Barbosa, em 1889, a caracterizar o Estado como conveniente aos indivíduos acometidos por doenças pulmonares. Tomada por este efeito de moda, Fortaleza não escapa à regra. Agassiz (1938) a descreve, entre 1865 e 1866, como uma cidade salubre. Segundo Studart (1909), Fortaleza desfruta dessa reputação porque se beneficia de uma temperatura média anual de 26,7°C (a temperatura máxima de 30,4°C e a mínima de 23,1°C), de uma pressão média barométrica de 762,4 mm Hg, de um índice pluviométrico de 998mm anuais e de um índice de umidade de 72,6%. É uma localidade favorável para a cura dos tubérculos. A estes índices ainda se somam os efeitos das brisas constantes cujos efeitos refrescantes constituem a especificidade de Fortaleza no tratamento da tuberculose em relação a outras cidades do litoral – como Belém, Natal e Recife, cujas temperaturas médias são respectivamente de 26,21°C, 26,5°C e 26,3°C.

A análise de documento sobre as causas das mortes em Fortaleza, no final do século XIX

e início do século XX, permite precisar o papel desempenhado por esta cidade no tratamento das doenças pulmonares. No final do século XIX, Brasil (1896) dá uma idéia da importância desta conveniência médica, notadamente no seu estudo sobre a mortalidade na Fortaleza de 1894. Em introdução relativa ao aumento das taxas médias de mortalidade das pessoas, constata que o número de mortos originários de outros estados aumenta concomitantemente. As suas mortes eram frequentemente atribuídas às doenças pulmonares, que representavam, em virtude da transmissão desta doença aos autóctones, um real perigo à saúde pública. Para se ter uma idéia do impacto dessas doenças, a causa da quinta parte dos 1.462 mortos enterrados no cemitério São João Batista, em 1894, eram as infecções dos órgãos respiratórios, ou seja, uma proporção na ordem de 17,8 por 100.

No início do século XX, Studart (1909), em estudo sobre epidemias e endemias do Ceará, fornece dados precisos a respeito da tuberculose. Segundo dados levantados por ele, o número de mortos vitimados por esta doença era de 186 em 1906, de 226 em 1907 e de 193 em 1908. Estes dados absolutos adquirem maior relevância se comparados à taxa de mortalidade de outras cidades. Conforme Studart, Fortaleza possuía uma taxa de mortalidade de 15,43% em 1903 e de 18,51% em 1907, valores bem superiores àqueles registrados em São Paulo, respectivamente, de 6,5% e 7,3%.

De acordo com Studart (1909), elevado percentual se deve:

a) Ao grande número de indivíduos procedentes de outros estados e que, ao sucumbirem aqui, representam maior contribuição à cifra da mortalidade;

b) Ao aumento da densidade demográfica;

c) Às doenças crônicas, enfraquecimentos e a todos os tipos de vícios e fraquezas orgânicas e à miséria fisiológica causada pelas secas;

d) À sífilis e ao álcool, dois vícios que corroem a cidade;

e) À crença, infelizmente difundida, do não contágio.

Ao mencionar estes aspectos acima (notadamente A e E) como fatores determinantes do aumento do número de mortes provocadas por doenças respiratórias (a exemplo do indicado por Brasil em 1896), caracteriza Fortaleza (em razão de suas qualidades climáticas) como local propício para a recepção de tuberculosos.

II.2.2- As práticas próximas das práticas ocidentais de recreação e de lazer

No referente às práticas próximas daquelas de recreação e de lazer encontradas no Ocidente, sobressaem as serenatas realizadas em Fortaleza, durante as noites de lua cheia e sobre as dunas em torno da cidade.

A exemplo das caminhadas na praia realizadas pelas classes abastadas em lugares como o *Promenade des Anglais* no Mediterrâneo, verifica-se tentativa das classes abastadas de Fortaleza de tornar as zonas de praia um espaço de recreação e de lazer.

Distrações da mesma ordem significa o fato de em Fortaleza também se tirar proveito da paisagem característica das praias, mas para um tipo diferente de uso. Tal paisagem dispunha de uma particularidade, a impossibilidade de aproveitar as praias durante o dia, Neste período, a temperatura impossibilita a exposição ao Sol e, conseqüentemente, o desenvolvimento de toda e qualquer atividade de lazer e de outras atividades sociais. Fernandes (1977) relaciona este aspecto afirmando que a capital conhecia à noite:

... uma intensa vida social e noturna; se é toda a noite o espaço que vai do pôr do sol às 21 horas ... À noite é que se realizam os casamentos e os enterros, em lentas marchas a pé; sob a proteção noturna efetuam-se, também, as silenciosas e lúgubres procissões de penitência.

Na mesma racionalidade, era à noite que as serenatas ocorriam, notadamente em noites de lua cheia, logo após a iluminação pública a gás ser desligada. As pessoas bem nascidas se dirigiam até às praias para ficar sobre as dunas

brancas iluminadas pela lua. Aproveitando a lua cheia, mas também as baixas temperaturas.

... Crianças vão passear na praia, enquadradas por ásperos e beligerantes esquadrões de matronas, que mantêm à distância os encabulados badamecos de colher; cantam-se, ao violão, as doloridas cantigas imperiais; banhadas de lua, as areias brancas cintilam, as árvores recortam-se em sombras nidas no chão tão claro e no céu tão alto; há cirandas alegres de crianças. Os homens, sempre graves, falam da política e da vida alheia, com um gasto excessivo de palavrões, numa obsessiva constante sexual que acaso se vinculará à separação em que são mantidos as mulheres (FERNANDES, 1977).

Se tais práticas têm um papel importante e representam um tipo de maritimidade característica de Fortaleza, não provocam, entretanto, nesta época, processo significativo de urbanização das zonas de praia. O tratamento de tuberculose não dizia respeito diretamente a estas zonas e a natureza efêmera e desordenada das novas práticas marítimas não justificava uma ocupação capaz de pôr em xeque a lógica militar, cuja estratégia de ocupação da beira-mar suscita criação dos terrenos de marinha (ABREU, 1997).

O plano de Adolfo Herbster é revelador dessa lógica. Por meio de um conjunto de *boulevards*, ele orienta o crescimento de Fortaleza para a zona Oeste (atual Avenida do Imperador), a zona Leste (atual Avenida D. Manuel) e a zona Sul (atual Avenida Duque de Caxias). A zona Norte, representada pelas zonas de praia, não o interessa. Seu plano se limita a orientar a ocupação da zona do Porto, porque, nesta época, o porto constituía a principal ligação da cidade com o mar, o que ocasionou a ocupação da beira-mar reduzida à zona do Porto e à sua vizinhança imediata, especificamente no quarteirão da Prainha, onde se encontravam algumas casas, um seminário e a Igreja de N. Sra. da Conceição da Prainha (PEREIRA, 1877).

Esta orientação, canalizada pelas vias antigas de comunicação com o interior, concentra todos os contatos da cidade com o mar na zona portuária. Assim, a fraca atração exercida pelas zonas de praia sobre as classes abastadas, em virtude do caráter interiorano desse segmento da sociedade, representa o segundo elemento limitante do fenômeno de urbanização da beira-mar.

A construção de uma cidade pouco ligada às suas zonas de praia e principalmente destinada às classes abastadas reforça o caráter do litoral como lugar de moradia das classes pobres. A impossibilidade de morar na cidade construída por e para as classes ricas de Fortaleza conduz a ocupação dessas zonas por um contingente de migrantes pobres do sertão (em razão das más condições de vida, externadas pelo latifúndio e reforçadas pelas secas).

Nestes termos, tem-se nos terrenos de marinha, anteriormente ocupados por vilarejos de pescadores, um incremento demográfico, elevado a um estado de saturação cujo testemunho, desde final do século XIX, é a construção de favelas na beira-mar. O primeiro tipo de ocupação, ligado à pesca, se encontra na totalidade do litoral do Ceará. O segundo tipo, as favelas, é um fenômeno particular e característico de Fortaleza, cidade cujo forte fluxo migratório ocasionou impossível integração desses novos oriundos do sertão nos antigos vilarejos de pescadores. Portanto, pode-se afirmar que as zonas de praia em Fortaleza constituem-se em *locus* de pesca e de habitação das classes pobres. Tal dado se traduz na presença e crescimento de antigos vilarejos de pescadores, notadamente o do Mucuripe (1902), e na ocupação da beira-mar pelos pobres, como ocorrido em zonas de construções precárias nas dunas d'Outeiros (sobre a margem direita do Rio Pajeú) e da Favela Arraial Moura Brasil (ao lado do Porto das Dragas) no final do século XIX (PAIVA, 1971).

II.2.3 Os banhos de mar, as caminhadas, o veraneio e o turismo litorâneo em Fortaleza

O desenvolvimento das primeiras práticas marítimas no Ceará, os banhos de mar, as caminhadas e o veraneio, respondiam à demanda de uma sociedade de lazer que se construiu e cresceu em Fortaleza.

A citada demanda se justifica na construção da *capital do sertão*, cidade situada no litoral e voltada para o interior, caracterizando o que se convencionou chamar de *cidade litorânea-interiorana* (DANTAS, 2000) cujos vínculos mais marcantes se dão com o sertão, zona de origem das elites locais e de onde provinham os produtos exportados pelo porto, notadamente o algodão. Tal imagem, nascida da simbiose entre o sertão e o litoral, sustenta e alimenta uma abertura cultural da sociedade local em face das zonas de praia e sem perder suas características interioranas (DANTAS, 2002b). Consiste em mudança de mentalidade que torna as zonas de praia atraentes para uma elite interiorana (originária e atrelada ao sertão) marcada pela influência dos costumes ocidentais. Observa-se, assim, o papel motriz das mudanças do modo de vida que propiciou a instalação das classes abastadas na beira-mar, em rendição aos atrativos do veraneio e dos banhos de mar.

Tal instalação inicia-se em Fortaleza e se expande, posteriormente, para os demais municípios do Ceará. É nesta cidade, a partir de 1920-1930, que a elite descobre as novas práticas marítimas. À medida que estas práticas se expandem provocam mudanças importantes na paisagem litorânea, notadamente com a construção de residências secundárias, substitutas dos antigos vilarejos de pescadores existentes na zona leste e, mais especificamente, os vilarejos existentes na praia de Iracema, nos anos de 1920-1930, e na praia do Meireles, nos anos de 1940.

Inaugura-se, neste período, nova lógica de ocupação do espaço que associa a demanda de uma sociedade de lazer em emergência a uma demanda por zona de trabalho (da parte

dos pescadores) e de habitação (da parte dos retirantes). Assiste-se à inauguração de um quadro característico de Fortaleza, cidade onde os conflitos entre espaço de consumo e espaço da produção evidenciam-se, e ocasionam o distanciamento das classes pobres e dos pescadores, à proporção que as classes abastadas se apoderam da zona leste da cidade.

No primeiro caso, o espaço da produção, a natureza transformada representa um dom, uma resposta a certas necessidades dos indivíduos (LEFEBVRE, 1986). Esta lógica provocou a transformação dos espaços litorâneos em lugar de trabalho, lugar de festa e lugar de moradia de pescadores e dos migrantes provenientes do sertão. No segundo caso, o espaço de consumo, assiste-se à transformação da natureza em mercadoria (LEFEBVRE, 1986) oferecida aos amantes de praia.

Mencionado processo de valorização das zonas de praia amplia-se a partir dos anos de 1970, quando, graças ao veraneio, atingem-se as zonas de praia de outros municípios do Ceará, sujeitando os espaços inseridos em antiga lógica de defesa do território às demandas de uma sociedade de lazer em expansão. A exemplo do ocorrido em Fortaleza, este tipo de valorização resulta na construção de um quadro conflitual que desencoraja a apropriação das zonas de praia pelas classes pobres e pescadores.

Em razão da demanda turística por zonas de praia, procura-se estabelecer no Ceará, a partir dos anos de 1980, uma política de desenvolvimento fundada no turismo. O Ceará se inscreve nesta nova lógica ao adotar política voluntarista de desenvolvimento do turismo à escala de Fortaleza e do Estado.

A vontade de inserir o Ceará na rede turística internacional suscita transformações importantes na paisagem litorânea. A construção de um sistema de vias e de serviços reforça o papel de Fortaleza como ponto de recepção e de distribuição dos fluxos turísticos balneários. Esta cidade constitui-se em cidade

litorânea que começa a controlar diretamente as zonas de praia dos municípios litorâneos do Ceará. Ela se transforma em cidade marítima tirando proveito da exploração dos espaços litorâneos por uma indústria turística em forte expansão. Com efeito, ela se volta para a zona costeira, alongando seus tentáculos através da construção de um aeroporto internacional e de rotas integrando as zonas de praia à sua zona de influencia direta. Nestes termos, todos os esforços do Estado, em parceria com a iniciativa privada, se voltam para a beira-mar, denotando uma racionalidade de ocupação paralela à zona costeira e em detrimento de racionalidade anterior: perpendicular à zona costeira.

Esta nova racionalidade associa-se a políticas de marketing, relacionadas diretamente à necessidade de elaboração de um quadro simbólico que suscita a valorização da zona de praia de acordo com imagens veiculadas de Fortaleza. Pode-se falar de imagens específicas que representam relações dos grupos humanos com os espaços litorâneos semi-áridos. Grosso modo, representaria a construção da cidade do Sol, imagem mais atual e resultante do reforço de Fortaleza como destino turístico, adaptando-a à nova lógica de valorização dos espaços litorâneos dos países em via de desenvolvimento (Dantas, 2002a).

Se a lógica de valorização precedente (banhos de mar, veraneio) se associa a uma investida de caráter local (grupos locais que ao se ocidentalizarem descobrem as zonas de praia como espaço de lazer, recreação e veraneio), a lógica do turismo balneário encontra distante suas raízes.

De início, está relacionada a uma demanda crescente por zonas de praia que transformam gradativamente as cidades litorâneas dos países tropicais em espaço privilegiado para o desenvolvimento da atividade turística. Na tentativa de explorar as zonas de praia como mercadorias turísticas, este conjunto de países se funda em aspectos de ordem socioeconômica (o desenvolvimento do turismo de massa nos países desenvolvidos), tecnológica (no domínio do transporte e da comunicação, em grande parte

responsáveis por uma redefinição espaço-tempo) e político-administrativa (no quadro dos países em via de desenvolvimento que dão ao turismo uma dimensão continental).

É por esta razão que, como indicado anteriormente, os teóricos falam frequentemente de tropismo quando se referem ao fluxo turístico internacional materializado nos países em via de desenvolvimento. Todavia, se esta noção é válida para um bom número de países tropicais, ela não o é para outros países onde as reformas político-administrativas no domínio turístico não são tão marcantes. Ademais, estes teóricos negligenciam a demanda suscitada pelo turismo interno, nacional ou intra-regional, que alimenta igualmente os fluxos turísticos nestes países (CAZES, 1989; MIOSSEC, 1977).

Considerações Finais

O apresentado até então nos conduz a uma reflexão sobre a importância adquirida pelo mar e o marítimo na atualidade, notadamente nos países tropicais e em via de desenvolvimento. Em vistas dos aspectos comentados até o momento, pode-se falar do modelo brasileiro, aquele de um país em via de desenvolvimento cujo:

a) Fluxo turístico nacional é também responsável pela valorização das zonas de praia. Esta caracterização coloca em xeque os modelos explicativos fundados em análise evidenciadora de uma dependência dos fluxos turísticos em relação a transformações de caráter socioeconômico e tecnológico ocorridas no Ocidente.

b) Fraco fluxo turístico internacional evidencia demanda das classes abastadas locais por zonas de praia e onde o desejo pelo mar constitui um movimento próximo ao ocorrido no Ocidente e suscitador das novas práticas marítimas (os tratamentos terapêuticos, os banhos de mar, as serenatas, as caminhadas, o veraneio e o turismo litorâneo).

Portanto, a consideração da maritimidade em Fortaleza/Ceará/Brasil revela quadro complexo dos países tropicais cujos grupos

locais, que estabelecem relações com o mar, são fortemente influenciados pelo modelo ocidental.

À medida que se toma consciência de que os habitantes das destinações turísticas internacionais também são tocados pelo desejo do mar, a constatação evidenciada anteriormente permite a relativização das considerações fundadas na noção de tropismo.

Denota-se quadro rico e complexo a considerar, ligado à forma como os grupos locais incorporam as novas práticas marítimas nos trópicos. Em resumo, não se pode reduzir a análise a uma simples oposição entre maritimidade interna-tradicional e maritimidade externa-moderna. A maritimidade diz respeito a um fenômeno de sociedade cujas fronteiras não são tão precisas.

Notas

¹ Conforme Claval (1996), *a maritimidade significa uma maneira cômoda de designar o conjunto de relações que determinada população estabelece com o mar – aquelas inscritas no plano das preferências, das imagens e das representações coletivas em particular.*

² Tal dado reforça a tese segundo a qual *os modelos oferecidos à cultura não são ... imutáveis* (CLAVAL, 1995).

³ Segundo Claval (1995), *a aventura pela qual cada um se imbuí da cultura do grupo ou vive é fundamentalmente individual [...] a cultura é um desses fatores essenciais da diferenciação das situações sociais e do status que é reconhecido em cada um.*

⁴ Conforme Claval (1995), estes potentes meios de teledifusão ... têm impacto importante na aculturação dos jovens e do conjunto das populações

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. "A apropriação do território no Brasil colonial" In: CASTRO, Iná Elias de et al (organizadores). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

AGASSIZ, Elizabeth et al. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Brasiliense, 1938.

BARBOSA, Antônio Cunha. "Recordações de uma viagem feita ao estado do Ceará" *Revista da Academia Cearense de Letras*, t.4, Fortaleza, 1889.

BRASIL, Thomaz P. de Souza. "Importância da vida humana como factor da riqueza: desenvolvimento da população de Fortaleza. Sua natalidade e mortalidade. Taxa excessiva desta" *Revista da Academia Cearense de Letras*, t. 1, Fortaleza, 1896.

BRASIL, Thomaz P. de Souza. "População do Ceará" *Revista do Instituto do Ceará*, t. 4, Fortaleza, 1890.

CAZES, Georges. "Les littoraux en proie au tourisme" *Hérodote*, n. 93, Paris, 1999.

_____. *Les nouvelles colonies de vacances?* Paris: Éditions L'Harmattan, 1989.

CLAVAL, Paul. " Conclusion", In: PERON, Françoise et RIEUCAU, Jean (organizadores). *La maritimité aujourd'hui*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

CLAVAL, Paul. *La géographie culturelle*. Paris: Nathan, 1995.

CORBIN, Alain. *Le territoire du vide: l'Occident et le désir du rivage (1750-1840)*. Paris : Aubier, 1988.

CORMIER-SALEM, Marie-Christine. "Maritimité et littoralité tropicales: la Casamance (Sénégal)" In: PERON, Françoise et RIEUCAU, Jean (organizadores). *La maritimité aujourd'hui*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

DANTAS, Eustógio W. Correia. *Fortaleza et le Ceará. Essai de géopolitique d'un pays de colonisation tardive: de la découverte à la mutation touristique contemporaine*. Paris: Tese de Doutorado, Paris IV-Sorbonne, 2000.

_____. *Construção da imagem turística de Fortaleza*. MERCATOR, ano 1, n.1, 2002a.

_____. *Mar à vista*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002b.

DELUMEAU, Jean. *La peur en Occident, XVI^{ème} - XVIII^{ème} siècles*. Paris: Fayard, 1978.

DESSE, Michel. "L'inégale maritimité des villes des départements d'outre-mer insulaires" In: PERON, Françoise et RIEUCAU, Jean (organizadores). *La maritimité aujourd'hui*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

FERNANDES, Yaco. *Notícias do povo cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1977

GIRÃO, Raimundo. "Interpretação de Fortaleza" In: MIRANDA, Ubatuba de et al. *Retrato de Fortaleza*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1954.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986.

LINHARES, Paulo. *Cidade de água e sal*. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 1992.

MIOSSEC, Jean-Marie. *Un Modèle de l'espace touristique*. L'Espace géographique, nº 1. Paris: 1977.

PAIVA, Manoel de Oliveira. *A Afilhada*. Fortaleza: Ed. Anhambi, 1971.

PEREIRA, Felipe Francisco. *Roteiro da costa norte do Brazil desde Maceió até Pará*. Pernambuco: Tipographia do Journal do Recife, 1877

PERON, Françoise; RIEUCAU, Jean. *La maritimité aujourd'hui*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

PREVELAKIS, Maria. "La double signification de la maritimité dans la culture hellénique". In: PERON, Françoise et RIEUCAU, Jean (organizadores). *La maritimité aujourd'hui*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

STUDART, Barão de. "Climatologia, epidemias e endemias do Ceará" *Revista da Academia Cearense de Letras*, t. XIV, Fortaleza, 1909.

URBAIN, Jean-Didier. *Sur la plage*. Paris: Éditions Payot, 1996.

Trabalho enviado em dezembro de 2003.

Trabalho aceito em abril de 2004.



COTIDIANO, ESPAÇO E TEMPO DE UM ANTIGO BAIRRO PAULISTANO: TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE E A DIMENSÃO DO VIVIDO

Alúcio Wellichan Ramos*

RESUMO:

Este artigo procura discutir as diversas espacialidades de uma porção da cidade de São Paulo conhecida por Água Branca, procurando ressaltar a importância da interação constante entre a observação e análise empíricas e as teorias sobre a indústria e o urbano. Neste sentido, há uma tentativa de mergulho na dimensão do vivido para compreender de forma mais ampla a realidade objeto deste estudo.

O foco da discussão é o bairro e a sua concepção, o que, na verdade, é o ponto de partida da análise. Como tentaremos mostrar, o bairro aqui é descoberto e redescoberto, a partir do movimento inseparável do *espaço-tempo*. No entanto, tal movimento de suas espacialidades, que vão do rural (*localidade*) ao urbano (*porção imersa na metrópole*), passando pelo industrial (*bairro*), não pode negligenciar a dimensão do vivido.

PALAVRAS-CHAVE:

Bairro, cidade, metrópole, urbanização, modo de vida.

ABSTRACT:

This article tries to discuss some of the spacialities of a sector of São Paulo City, known as Água Branca. We will try to put in evidence the importance of the constant interaction between the empirical analysis and the theories about the industry and the urban. In this sense, there is a tentative to go deep in the lived dimension, in order to understand better the reality of this study. The focus of the discussion is the neighborhood and its conception, which is, actually, the starting point of the analysis. As we will try to show, the neighborhood is discovered and rediscovered, starting from the inseparable movement of the space-time. But the movement of its spacialities, which goes from the rural (*local*) to the urban (*portion immersed in metropolis*), passing through the industrial (*neighborhood*), can not council the lived dimension.

KEY WORDS:

Neighborhood, city, metropolis, urbanization, way of life.

I - Introdução

O ponto de partida deste artigo é a discussão sobre as transformações de um local da cidade de São Paulo, conhecido por "Água Branca", localizado em seu oeste próximo, o qual

tem sua gênese enquanto bairro paulistano vinculado ao início da industrialização da cidade no final do século XIX. Tal local, no entanto, deixa de ser um bairro a partir de meados do século XX, devido à combinação de um duplo processo:

* Mestre e Doutorando em Geografia Humana pelo Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo.
E-mail: aluisio@usp.br ou awramos@uol.com.br

porção oeste, no subdistrito da Lapa. Localiza-se, portanto, no setor oeste de São Paulo, entre a Vila Romana a oeste (subdistrito da Lapa) e a Barra Funda ao norte e nordeste; ao sul, encontra-se com a Vila Pompéia (subdistrito de Perdizes) e a leste e sudeste com o bairro de Perdizes.

Sem nos preocuparmos com a infrutífera tarefa de estabelecer limites fixos, podemos dizer que a Água Branca compreende uma área (na verdade uma estreita faixa) ao longo do trecho final da Avenida Francisco Matarazzo (a partir das imediações da Avenida Antártica até seu término no Largo Pompéia), da Rua Carlos Vicari e do trecho inicial da Rua Clélia, seguindo ainda por um trecho dos arredores da Rua Guaicurus e da Avenida Santa Marina, a partir da Praça dos Inconfidentes.

O entendimento do local passa, necessariamente, pela reconstituição e compreensão de sua história e de sua inserção no conjunto da cidade. Nesse sentido, buscaremos fazer uma síntese da inserção da Água Branca na história da cidade de São Paulo. Com esse intuito, recuamos até meados do século XIX, momento no qual localizamos as primeiras menções à este local sob a designação de Água Branca, quando este espaço integrava os arredores rurais da pequena São Paulo, que contava por essa época com cerca de 20.000 habitantes.

A Água Branca como uma porção urbana da cidade (como bairro integrado à cidade) tem sua gênese por volta de meados da década de 1880. Por sua vez, é difícil precisar quando a localidade rural da Água Branca passou a ser denominada e reconhecida como determinada porção rural dos arredores do oeste do "município" de São Paulo. No entanto, pelo estudo retrospectivo que empreendemos, consultando variada série de mapas, cartas, croquis, documentos e textos, podemos concluir que essa porção oeste de São Paulo passou a ser conhecida como Água Branca por volta do início do século XIX, em algum momento de suas duas primeiras décadas, tendo aí se estabelecido um pouso de tropas, mencionado por viajantes (Auguste de Saint-Hilaire e Luiz D'Alincourt)³ em descrições de viagens em 1819/

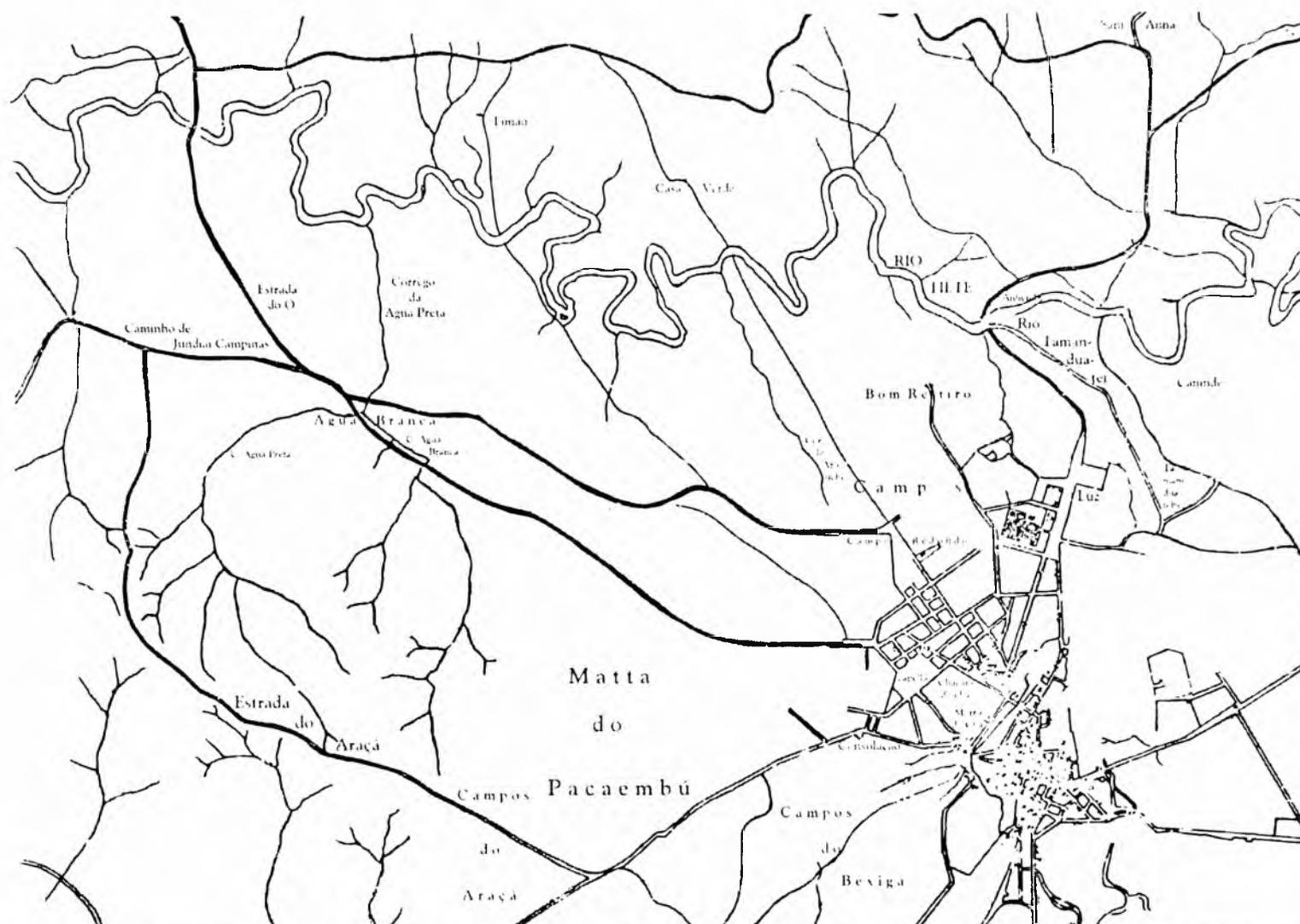
1821, além de ter sido constatada, algum tempo depois, a instalação de chácaras, que passaram a dar vida ao local.

O ponto principal que explica o surgimento da localidade (e suas funções – pouso de tropas e chácaras) é o fato desta estar situada às beiras do antigo caminho de Jundiaí⁴, o que desde logo lhe trouxe o movimento das tropas de muares que se dirigiam para a região de Jundiaí e Campinas e também para o núcleo colonial de Nossa Senhora do Ó⁵, uma vez que a estrada do Ó tinha seu início numa bifurcação a partir do antigo caminho de Jundiaí, exatamente no local denominado Água Branca⁶. Tratava-se, portanto, de um local de convergência de duas importantes estradas.⁷ Além disso, é importante salientar, que o núcleo inicial da Água Branca está situado em torno da confluência dos córregos da Água Branca e da Água Preta, confluência na qual situa-se hoje o Largo Pompéia, onde terminam as avenidas Pompéia e Francisco Matarazzo.⁸

Quanto às funções sócio-econômicas que a localidade desenvolvia antes de ser incorporada como bairro à cidade de São Paulo, podemos citar duas como as principais: o fornecimento de produtos primários à cidade de São Paulo, através de alguns sítios e chácaras formados ao longo do século XIX e o apoio à circulação extra-regional, através da existência de um pouso de tropas na localidade.

O mapa II, a seguir, é uma reconstituição geral de como seria São Paulo em 1840, feita por Frederico H. Gonçalves em 1937 e na qual vemos a Água Branca já figurar como uma localidade, a oeste da cidade de São Paulo na confluência dos córregos da Água Preta e Água Branca. Vemos também, passando pela localidade, as estradas de Jundiaí e do Ó. O ponto a oeste da dita confluência, de onde divergem as estradas é o local em que encontramos hoje a Praça dos Inconfidentes, também conhecido anteriormente como Largo da Água Branca. Como se vê, a designação "Água Branca" é bem anterior ao aparecimento do bairro e, portanto, à urbanização da área.

Mapa II: RECONSTITUIÇÃO DE COMO SERIA SÃO PAULO EM 1840



Fonte: GONÇALVES, Frederico H., São Paulo em 1840 – reconstituição geral feita em 1937, In: BARRO, Máximo, História dos Bairros de São Paulo: Nossa Senhora do Ó, v. 13, São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1977, modificado por Aluísio Wellichan Ramos.

Vale insistir que a localidade era cortada por uma importante estrada, a de Jundiá/Campinas e ali ainda iniciava-se a estrada para a Freguesia de Nossa Senhora do Ó, portanto um local de interesse para os chacareiros, na medida em que tinham a comunicação e o transporte facilitados.

No entanto, o interesse pela localidade passou a ser ainda maior quando da construção da antiga *São Paulo Railway*. A estrada de ferro, inaugurada no início de 1867, e que teve desde o seu princípio uma estação intermediária, entre Perus e Luz, na Água Branca, sem dúvida fez com

que diminuísse, até cessar, o movimento de tropas pelas estradas da localidade. Portanto, sua função de abrigar um pouso de tropas, provavelmente, logo chegou ao fim, antes do início (meados da década de 1880) daquilo que podemos chamar propriamente de bairro da Água Branca. Outra importante ferrovia concorreu para a ocupação da localidade, sobretudo para a formação do emergente bairro da cidade, a *E.F. Sorocabana*, inaugurada em 1874, situando-se paralela à *São Paulo Railway* neste trecho da cidade.

O mesmo processo não ocorreu com as chácaras que conviveram por algumas décadas

com o bairro nascente. Em realidade, as chácaras aumentaram a partir de 1870/80, não devido à instalação da ferrovia, mas ao crescimento demográfico da cidade de São Paulo. Segundo LANGENBUCH (1971), os "chacareiros portugueses" foram instalados "em áreas que estavam sendo difusamente ocupadas pela expansão urbana, tais como Água Branca, Vila Pompéia, Lapa, Tatuapé, Penha, Itaim-Bibi, Santana, Casa Verde, etc. Estes chacareiros produtores de legumes e verduras após 1920 passariam a se deslocar, em sua maioria, para áreas mais afastadas da cidade." (p.118)

De maneira explícita ou, por vezes, implícita, mostramos até aqui a importância das vias de circulação para a gênese da localidade. A conformação tanto da localidade, quanto do bairro nascente está vinculada aos caminhos. Se fôssemos classificar a Água Branca, quanto à forma, falaríamos em "localidade/bairro de beira de estrada". Este fato perdura de certa forma até os dias atuais, na medida em que, quanto mais nos afastamos, para o sul ou para o norte, das citadas vias (que formavam os antigos caminhos), mais distantes ficamos da Água Branca. Nos dias atuais, muito em consequência das características que apontamos até aqui, a Água Branca não tem uma área *core*, um coração, mas uma artéria, e quanto mais longe dela, mais longe do bairro. Por vezes, basta andar um ou dois quarteirões distanciando-se da artéria para que a Água Branca se mescle com outros bairros: Perdizes, Vila Romana, Vila Pompéia, Barra Funda ou Lapa.

A partir de 1870/1880, na localidade rural passa a se configurar o bairro da Água Branca no momento em que a cidade de São Paulo, impulsionada pela industrialização e pela expansão da cafeicultura no Oeste Paulista, passa a crescer como se tivesse acordado de um sono profundo.⁹

A ocupação mais intensa da área, o parcelamento do solo através de loteamentos e o conseqüente início do processo de urbanização da área, dão-se a partir de 1880, com a instalação de inúmeras fábricas, em razão da disponibilidade de terrenos amplos, planos

e relativamente baratos e da presença das duas importantes ferrovias citadas, principal meio de transporte, sobretudo em âmbito regional, da época.

O ponto chave para o entedimento da formação do bairro nascente é a industrialização. Foi a instalação de inúmeras fábricas (dentre as quais grandes estabelecimentos para a época, como a *Cia. Antarctica Paulista* em 1885, a *Vidraria Santa Maria* em 1896, a *Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo* em 1920, entre outras) que levou à formação do bairro. Este abrigou, ao longo de sua história, variados tipos de indústrias, de diversos setores, porém, predominaram largamente as de bens de consumo não duráveis, indústrias típicas da primeira fase da industrialização na cidade de São Paulo durante o período aproximado de 1880 a 1930, ou seja, o do início do processo de industrialização, o qual, cumpre notar, vem acompanhado nesta fase por um intenso processo de imigração, o que concorre também para a ocupação do nascente bairro.¹⁰

Do final do século XIX até meados do século XX, a área vai industrializando-se e urbanizando-se, paralelamente ocorrendo a formação e o desenvolvimento do bairro e da vida de bairro. A partir de meados do século XX, no entanto, a urbanização assume uma nova dimensão, com a formação da metrópole paulistana.

Assim, com o avanço da urbanização, com a formação da metrópole, a Água Branca é "reincorporada" à cidade, assumindo novas funções, novas formas e conseqüentemente novas estruturas. A área é revalorizada em relação à cidade, ocorrendo um processo de desindustrialização e um paralelo avanço do setor terciário, isso em razão de inúmeros fatores que vão desde os macroeconômicos até às transformações significativas no modo de vida de seus habitantes, conforme veremos a seguir, processo esse pautado em larga medida na grande valorização imobiliária que vem ocorrendo no local.

III- O Movimento do Local – Água Branca: de Localidade a porção imersa na metrópole

Antes de avançarmos na compreensão das espacialidades da Água Branca é importante tecermos algumas considerações sobre a definição de bairro que utilizamos neste trabalho. Um primeiro ponto que deve ser levado em conta no que concerne ao bairro, é que este só pode ser definido a partir da cidade enquanto totalidade (LEFEBVRE, 1975). Ou seja, o bairro não existe enquanto uma unidade isolada e autônoma. Trata-se, pois, de uma "unidade sociológica relativa", que não pode ser tida como a base ou essência da vida urbana. Ao contrário, a base da vida urbana para LEFEBVRE (1975) é o centro. É a noção de centralidade que constrói, que torna possível a cidade e seus bairros. Por isso, a centralidade é a essência da cidade. Assim, o bairro só existe diante da cidade, não podendo ser pensado dela desvinculado. Segundo SEABRA (mimeo), "a todos quantos vivam a qualquer distância do centro mas se reconheçam nele pertence a cidade."(p.2)

Por isso, o bairro não pode ser pensado de forma a-temporal, ou seja, ignorando a história da cidade, pois ele não tem um grau de realidade constante ao longo dela e sua existência histórico-concreta depende da conjunção de vários aspectos da sociabilidade de um local ao longo de um dado período¹¹. Daí afirmar LEFEBVRE (1975), que o bairro não é a essência da vida urbana, sendo uma organização espacial mais conjuntural do que estrutural. De acordo com SEABRA (2000: 11), "torna-se, portanto, necessário compreender qual é o estatuto do bairro na história urbana e porque tanto se evoca o bairro. Afinal, é preciso não deixar margem às ontologias e nem às nostalgias. Impõe-se compreender a historicidade do bairro."

Assim, os bairros terão graus de realidade diferentes para momentos diferentes de sua história, de acordo com as suas singularidades no interior de uma cidade. Lefebvre aponta algumas características e idéias que podem orientar o estudo metódico dos bairros: **a)** existem bairros que podem ser definidos como "uma pura e simples sobrevivência (que) se

mantém por inércia" devido ao peso da história; **b)** os bairros também podem ser tidos como "uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária. Sem bairros, assim como sem ruas, pode haver aglomeração, tecido urbano, megalópoles. Mas não há cidade." **c)** O bairro pode ter "uma existência pela metade, simultaneamente para o habitante e para o sociólogo. Constituem-se relações interpessoais mais ou menos duradouras e profundas. É o maior dos pequenos grupos sociais e o menor dos grandes." Ao bairro, corresponde, pois, "um equipamento mais ou menos suficiente e completo. Não só um monumento (igreja), mas uma escola, uma agência dos correios, uma zona comercial, etc. Um determinado bairro, desta forma, não é por si só auto-suficiente. O equipamento depende de grupos funcionais mais amplos, ativos à escala da cidade, da região, do país. A estrutura do bairro depende estreitamente de outras estruturas mais vastas: municipais, poder político, instituições." Porém, é ao nível do bairro que "o espaço e o tempo dos habitantes tomam forma e sentido no espaço urbano." (LEFEBVRE, 1975:201-202)

Por outro lado, o bairro também pode ser entendido como uma mediação entre o espaço privado (da casa, da família) e o público, entre a vida familiar e as relações societárias mais amplas. De tal forma que ele é o *locus* de uma sociabilidade intermediária, baseada em larga medida no compartilhamento de referenciais espaciais comuns, como o espaço do encontro, construído no nível da vida cotidiana.

Além disso, segundo Marcelo de SOUZA (1989), o bairro é definido, ao mesmo tempo, por uma existência concreta-objetiva e por uma existência subjetiva-intersubjetiva. Ou seja, o bairro é definido a partir de critérios objetivos, apurados objetivamente diante do espaço sensível e, simultaneamente, a partir de critérios que mergulham na intersubjetividade do grupo social que nele vive e o aceita enquanto bairro. Estas duas dimensões interpenetram-se, condicionam-se, não se separam e definem o bairro ao longo do processo histórico. Assim, segundo SOUZA (1989), "a rigor, a realidade social como um todo estabelece-se como uma dialética

entre o objetivo e o subjetivo. No entanto, o bairro pertence àquela categoria de 'pedaços da realidade social' que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros da cidade, ainda que com variações. (...) A atribuição de um significado ao bairro, a formação de uma imagem mental forte, a construção da identidade do bairro na mente do indivíduo, a própria bairrofilia, dependem de diversas circunstâncias", as quais estão compreendidas nos meandros que percorrem os diversos aspectos da relação dialética objetivo-subjetivo (p. 149). Sem esta interação mutuamente determinada (objetivo-subjetivo), os bairros ou são coisificados, pela objetividade extrema, ou, por outro lado, fantasmagorizados, através da subjetividade extrema.

SOUZA (1989) esclarece ainda que "as pessoas inconsciente ou conscientemente sempre 'demarcam' seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro. Os limites do bairro podem ser imprecisos, podem variar um pouco de pessoa para pessoa. Mas se essa variação for muito grande, dificilmente estar-se-á perante um bairro, porque dificilmente haverá um suporte para uma identidade razoavelmente compartilhada, ou um legado simbólico suficientemente expressivo. Para existir um bairro, ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a intersubjetividade, para uma ampla interseção de subjetividades individuais." (p. 150)

Este breve entendimento sobre o bairro foi nosso ponto de partida para a busca da compreensão da realidade do bairro na localidade designada Água Branca. Nesse sentido, o bairro deve ser entendido como uma espacialidade que tem sua existência determinada pela relação dos processos históricos mais amplos com os processos sociais que ocorrem na escala local e portanto tem uma existência datada, ainda que resíduos dessa

existência, conforme discutiremos a seguir, permaneçam.

No entanto, se o bairro e a vida de bairro têm uma existência que é datada, isso quer dizer que existiram outras espacialidades que o precedem e outras que são posteriores à sua desestruturação. Quais são estas outras espacialidades? O que nos levou a constatar a real existência do bairro? Como ocorreu a gênese do bairro e o que explica a sua dissolução?

Tendo-se em mente a breve reconstituição histórica feita anteriormente, podemos concluir que este espaço, denominado de Água Branca, surgiu, num primeiro momento enquanto uma *localidade*, o que, nos limites deste estudo, significa, um espaço rural, amplo, no qual os poucos moradores estavam dispersos em fazendas, sítios e chácaras. O tempo era lento, o ritmo era mais ditado pela natureza, pela chuva, pelo sol. A despeito de provavelmente serem menos frequentes, devido as distâncias que separavam as famílias, as relações eram possivelmente mais pessoais (primárias). Além disso, tratava-se de uma localidade importante, na medida em que por ela passava uma das principais estradas que demandavam o interior da Província. Era, pois, um local de movimento de passagem, de um último descanso antes de se chegar no centro da Capital da Província e dali seguir para o porto de Santos ou para a Capital do Império.

Não se trata de um espaço bucólico, calmo, livre de conflitos, mas de um espaço permeado de um tempo lento, que marca uma forma datada e específica de espacialidade: a da *localidade*.

Num segundo momento, a industrialização e a urbanização por ela induzida marcam uma nova passagem, que não é linear e tampouco isenta de novos conflitos e contradições. É o tempo da formação e da estruturação do *bairro*. Um bairro específico, que nasce com a industrialização, mas que permite uma determinada sociabilidade que podemos entender como associada ao sentimento de vizinhança, determinando uma outra forma

predominante de espacialidade: a do *bairro*.

O tempo, já não é mais o tempo lento da *localidade*, embora, persistam resquícios deste tempo lento de outrora. O tempo agora, é o tempo do apito das fábricas, do turno de trabalho ininterrupto, do homem que bate de porta em porta por volta da meia-noite para chamar, em suas casas, para o trabalho na fábrica, os operários que entram no turno que começa a uma hora da madrugada.¹² É o tempo rápido dos bondes lotados, do trabalho árduo e sem perspectivas, da corrida diária pela sobrevivência.

Terceiro momento: a desindustrialização, acompanhada pela intensa valorização dos terrenos da Água Branca e, sobretudo, a expansão da metrópole com a intensificação da urbanização, marcam um novo tempo e também uma nova espacialidade: a da *porção imersa na metrópole*. O bairro e a vida de bairro sucumbem diante da *explosão-implosão* da cidade e a partir do novo modo de vida e da nova sociabilidade engendrada pela intensa urbanização (LEFEVRE, 1991). Neste momento, *"a vizinhança se esfuma, o bairro se esboroa; as pessoas (os 'habitantes') se deslocam num espaço que tende para a isotopia geométrica, cheia de ordens e de signos, e onde as diferenças qualitativas dos lugares e instantes não têm mais importância."* (LEFEVRE, 1991:76-77). É o tempo de acentuação das relações impessoais, mediadas pela mercadoria, triunfo do capitalismo em sua fase monopolista avançada, do consumo em massa em templos fechados: os *shopping centers*. Sem dúvida que neste novo momento os conflitos não desaparecem e, como tentaremos mostrar ao longo deste item, mostram que as contradições do espaço são produzidas e reproduzidas constantemente pelo capital. GOTTDIENER (1997), em sua tentativa de propor uma teoria para a explicação da produção social do espaço urbano, entre outros pontos, também chega a mesma conclusão ao afirmar que *"a ação do espaço abstrato fragmenta todos os grupos sociais, e não apenas o menos poderoso, de tal forma que a vida da comunidade local perde a rua e áreas públicas de comunhão em favor da privacidade do lar. Os vizinhos se tornam cada*

vez mais estranhos devido à falta de experiências comuns, apesar da aparência superficial de civilidade entre eles, à medida que a rede pessoal de transportes substitui a comunidade localizada do passado com suas relações sociais outrora densas. As novas áreas de comunhão são enclausuradas dentro de mundos sociais engendrados pela lógica do consumo – os shopping centers, bares de solteiros, parques de diversão e quintais suburbanos."(p.271-272)

O bairro e a vida de bairro que este suporta não resistem ao avanço da urbanização, a partir do momento que este processo passa a configurar esta imensa aglomeração urbana, a metrópole. Segundo LEFEVRE (1991), a cidade *explode*, ou seja, a sociedade urbana se generaliza, entra em todos os lugares e tende a se tornar universal. E ao mesmo tempo, ela *implode*, é destruída, restando apenas fragmentos dispersos. A cidade que se expande na explosão não é a cidade obra, apropriada pelos seus cidadãos, mas a cidade produto, a cidade do capital, aquela em que os valores de troca predominam sobre os valores de uso, uma cidade fragmentada, recortada, reconstruída sobre si mesma constantemente para maximizar a reprodução do capital. Ao comentar a obra de Lefebvre, KOFMAN & LEBAS (1996), sintetizam que suas análises sobre este tema, *"giram em torno da profunda contradição da desestruturação da cidade e da intensificação e extensão do urbano."* (p.18)

Diante disso, quando falamos da Água Branca enquanto *porção imersa na metrópole* como uma nova espacialidade, isto significa, além do mais, que tal espacialidade, ao contrário do bairro, não é mais individualizada com facilidade diante do todo (metrópole). A porção imersa não se comporta como um todo no todo, como o bairro. Trata-se simplesmente de uma fração, uma porção do todo, e uma fração que é composta de fragmentos. Claro que uma porção com características próprias, diferentes das outras porções que também compõem o todo metropolitano. O antigo bairro foi destruído, inclusive fisicamente, foi recortado por viadutos, grandes avenidas, muros, enfim, obras que a configuração da grande metrópole demandava. O

bairro foi assim recortado, fragmentado pelas obras demandadas pela metrópole e deixou de existir, pois perdeu sua vida.

Um outro nível de entendimento desta passagem do *bairro* a *porção imersa na metrópole* nos leva a pensar que houve uma centralização do antigo bairro. Ou seja, com o avanço da urbanização e a conseqüente configuração da metrópole, o centro "tradicional" se amplia, ao mesmo tempo que novos centros são produzidos. Como sabemos, o bairro só existe diante da cidade. Para haver bairros é necessário que haja um centro. Assim, a metrópole é policêntrica e, no caso da Água Branca, ao mesmo tempo em que o local deixa de ser um bairro, ele passa a ser parte do centro. Portanto, nesse caso, a *porção imersa* é centro, comportando-se sócio-espacialmente como tal.

No entanto, essas espacialidades datadas estão sobrepostas. Uma não significa o fim da outra. Ou seja, tanto a *localidade* quanto o *bairro* ainda permanecem como resíduos de tempos passados na *porção imersa na metrópole*. Em suma, o movimento do local¹³ apurado aqui revelou três espacialidades (pelo menos três momentos do movimento da história): a da *localidade*, a do *bairro* e a da *porção imersa na metrópole*.

No que concerne ao questionamento sobre a existência do bairro na Água Branca, pode-se concluir que este local vive o conflito e a contradição de ter sido um bairro, cuja gênese se encontra no final do século XIX, no sentido de ter tido vida de bairro, e estar atualmente imerso na metrópole, configurando-se como uma porção desta metrópole, não somente como porção física, mas sobretudo por causa das significativas mudanças no seu modo de vida, marcado cada vez mais pelo individualismo, pela impessoalidade e pela diminuição das relações face a face, etc.

O que possibilitou aqui este entendimento das espacialidades diversas e sobrepostas foi o método *regressivo-progressivo*¹⁴, proposto por Henri Lefebvre, e no qual procuramos nos apoiar. Em breves palavras, SEABRA (mimeo)

resume o preceito que está por trás deste método: "*o que existiu sempre existe, ainda que seja nos seus fragmentos.*" (p.4)

Tal método supõe os seguintes momentos: primeiro faz-se uma descrição horizontal da realidade presente, observando, ouvindo, levantando elementos, descrevendo, sem nos preocuparmos ainda com a análise das diversas temporalidades existentes e sobrepostas.

Num segundo momento, com os olhos do presente, voltamos ao passado para compreendê-lo, desvendá-lo, elucidá-lo. Trata-se do momento analítico-regressivo, que parte do preceito formulado inicialmente por Marx, de que "*o atual permite compreender o passado e a sociedade capitalista as sociedades anteriores, porque desenvolve as categorias essenciais dessa*"(LEFEBVRE, 1975:17)¹⁵ É neste momento analítico que procuramos compreender as diversas temporalidades da história que continuam presentes no atual, mas que datam de outros tempos. Trata-se, pois, de um mergulho vertical na realidade social. "O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica"(MARTINS, 1996:17).

O terceiro momento é o *histórico-genético*, "*no curso do qual o proceder do pensamento volta até o atual, a partir do passado já decifrado, apreendido em si mesmo.*"(LEFEBVRE, 1975:17) Daí, a partir deste reencontro com o presente já elucidado pelo realizado, pode-se entender o possível, o virtual (futuro). "*Tendências e virtualidades são sempre plurais, e o que é impossível hoje pode tornar-se possível no futuro e vice-versa.*" (KOFMAN & LEBAS, 1996:9)

Este método permite, como se vê, uma ampla compreensão da realidade vista em sua complexidade, não a partir de uma história da simples sucessão linear de fatos. O tempo não é definido somente por linearidades, mas também por seus desencontros e descontinuidades. Além disso, segundo LEFEBVRE (1997) esse método deixa lugar para estudos locais (como o aqui realizado), em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria geral.

Atualmente vivemos, segundo Henri Lefebvre, numa sociedade que tende para a urbanização completa, da qual ainda não conseguimos compreender bem a lógica e as contradições concretas, porque um "campo cego" se define, ou seja, olhamos para o urbano com os olhos e a perspectiva da sociedade industrial (sua antecessora). Assim, olhamos e não enxergamos o que está diante dos olhos na realidade sensível em sua turva transparência. (LEFEBVRE, 1999b) Daí, também, a dificuldade de entender o processo de desestruturação dos bairros, que nas condições atuais da urbanização transformam-se no que aqui denominamos de *porção imersa na metrópole*.

Agora, discutidos ainda que brevemente o método e a teoria que dão sustentação a esta pesquisa, é possível afirmarmos que é a *porção imersa na metrópole* que revela o bairro e as suas características, assim como a *porção imersa* e o bairro revelam a *localidade* rural. Como dissemos na Introdução, devemos partir sempre do presente. A regressão sempre parte do presente, em enorme complexidade.

Tais espacialidades (*localidade, bairro e porção imersa*) comportam-se, em realidade, como camadas superpostas, interpenetradas e, eventualmente, absorvidas umas nas outras. Essas espacialidades podem ser compreendidas a partir da teoria do *espaço diferencial*, segundo a qual "as diferenças que emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala, reunido, confrontado pela/na realidade urbana. Contrastes, oposições, superposições e justaposições substituem os distanciamentos, as distâncias espaço-temporais" (LEFEBVRE, 1999b:117).

Além disso, cumpre esclarecer que essas espacialidades diversas da Água Branca estão vinculadas a um movimento mais amplo (que se dá em escala planetária, não ao mesmo tempo e no mesmo ritmo em todos os lugares), decifrado por Lefebvre, que vai do rural ao urbano, passando pelo industrial. "Nesse percurso, (há uma) complexificação da sociedade, quando ela passa do rural ao industrial e do industrial ao urbano" (LEFEBVRE 1999b:153). O espaço e a sociedade têm esse movimento, que

não se dá de forma linear, mas com passagens críticas (zonas ou pontos críticos), repletos de conflitos e contradições, além do que, vale insistir, tais passagens não se dão de forma absoluta, na medida em que a sociedade urbana sempre vai trazer consigo resíduos das eras industrial e agrária. "A cidade, sua explosão, a sociedade urbana e 'o urbano' em emergência, superpõem suas contradições às da era industrial e da era agrária" (LEFEBVRE, 1975:12).

Pois bem, tendo-se em conta a definição de bairro e a teoria exposta neste item, bem como a reconstituição histórica da Água Branca, propomo-nos agora, retomar algumas questões centrais expostas neste artigo, a partir do plano propriamente empírico, restabelecendo a discussão em outro patamar, ensaiando um mergulho no cotidiano. Isso porque é a perspectiva do cotidiano que irá fundamentar com mais clareza as descobertas deste trabalho.

IV- O Cotidiano como Base da Compreensão das Espacialidades

O cotidiano implica, ao mesmo tempo, no repetitivo e no criativo, na alienação e na desalienação, nas manutenções e nas possíveis transformações. Ambigüidades apenas aparentes, já que estamos debruçados num movimento dialético que revela a todo instante unidades de contrários. É, pois, na vida cotidiana que estão as possibilidades de apropriação do tempo e do espaço pelo cidadão. Simultaneamente o lugar da pobreza e da miséria, a cotidianidade revela a criatividade e a renovação incessante do homem. (LEFEBVRE, 1975)

Por isso, neste estudo, a dimensão do vivido tem importância fundamental para as conclusões a que chegamos no que diz respeito ao movimento das espacialidades da Água Branca, isso porque os espaços assumem diferentes significados e são diversamente utilizados pelos moradores/usuários em diferentes momentos históricos.

Daí a importância das entrevistas. Aliás foram os relatos de alguns moradores antigos da Água Branca que ajudaram de forma preponderante para a conclusão de que aquele

espaço foi durante um determinado período efetivamente um bairro, do qual, hoje, somente sobraram resíduos. Foram estes depoimentos também que nos ajudaram a compreender a dissolução do bairro e da vida de bairro e entender, portanto, a configuração da metrópole a partir das transformações nas relações sociais daqueles moradores que viram a passagem da Água Branca de bairro a porção imersa na metrópole.¹⁶

Assim, a diversidade, o caos aparente, as múltiplas formas, funções e estruturas que o espaço urbano nos apresenta diante dos olhos não podem ser entendidas somente como resultado de fatores naturais como o relevo, a hidrografia, o solo, etc., ou infra-estruturais como os equipamentos urbanos, as vias de circulação e seus traçados, enfim por aquilo que podemos chamar de espaço físico, seja produzido social ou naturalmente. Na verdade, tal diversidade é, sobretudo, resultado das várias formas de utilização desse espaço, bem como dos significados a ele atribuídos pelos moradores/usuários.

Também em José de Souza MARTINS (2000) encontramos sustentação para a abordagem aqui perseguida. Lembra este autor que *"a explicação do todo concreto é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante. (...) O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta."* (p.13) Além disso, *"é no âmbito local que a História é vivida e é onde, pois, tem sentido para o sujeito da história. (...) A História não será corretamente decifrada pelos pesquisadores se não estiver referida a esse âmbito particular que é o do sujeito e o da história local, isto é, ao modo de viver a História"* (p.132-133)

Por isso, por mais cabível que seja a crítica ao fato de que a memória dos entrevistados mais oculta do que revela, na medida em que *"revela omitindo e deformando"*, é por meio dela que os sujeitos excluídos têm a oportunidade *"de fazer História. (...) Por meio da memória (idéias e lembranças) dão ao pequeno fato a dimensão do acontecimento."* (MARTINS, 1992:19) E conforme lembra BOSI (1979), na verdade,

durante o processo de relato da memória, *"sempre fica o que significa."* (p.27)

Enfim, de acordo com MARTINS (2000) é necessário dar voz ao silêncio, dando, assim, vida à História. Ou, talvez seria melhor dar ouvido às *"vozes do silêncio"*, que a nosso ver, são as que mais falam, porém são as menos ouvidas.

Antes deste pretendido mergulho no cotidiano, vejamos, brevemente, quais são exatamente os elementos que justificam a afirmação do movimento do local que propusemos anteriormente (*localidade, bairro e porção imersa na metrópole*), trazendo mais adiante trechos dos relatos dos moradores como importantes fontes.

Segundo SIMMEL (1967), a vida metropolitana nos remete à idéia de um espaço do indivíduo, do solitário imerso na multidão, tornando-se as antigas relações face a face mais residuais (não que tais relações de proximidade deixem de existir, mas não são mais predominantes). O que se impõe cada vez mais é a impessoalidade. Assim, hoje é possível fazer as compras do supermercado sem sair de casa, sem ter que ir à rua, este local inóspito, violento, feio e perigoso. Parece que o modo de vida metropolitano acentua de maneira brutal a oposição entre a rua e a casa, entre o público e o privado, entre o social e o individual. Oposições que marcam atualmente relações de sociabilidade bem diversas, espacial e temporalmente bem delimitadas.

A esse respeito SEABRA (mimeo) esclarece: *"A urbanização contemporânea entendida como processo de transformação qualitativa no modo de viver segue continuamente e coloca no horizonte a possibilidade de uma sociedade urbana. Nessa sociedade estariam profundamente alterados os modos de vida em relação a situações precedentes, pois, o sentido da urbanização tem conduzido ao domínio da impessoalidade implicando na alteração de todos os vínculos, na sujeição do tempo, do espaço, do corpo, aos ritmos e sentidos prescritos pela lógica do mercado. Tudo se compra, tudo se vende."*

Aqui entramos numa questão que consideramos de suma importância, a partir desta idéia das mudanças nos modos de vida, na medida em que não há dúvida de que a cidade de São Paulo, por exemplo, teve seu modo de vida profundamente alterado desde o final do século XIX (quando era uma cidade pequena) até os dias atuais (uma metrópole mundial).

Em primeiro lugar, para tentarmos compreender esta idéia, vejamos o que Simmel escreveu. Este autor, partindo da clássica oposição entre *comunidade* e *sociedade* formulada por Tönnies, caracteriza o modo de vida metropolitano e o sujeito metropolitano como alguém calculista, individualista, guiado por convenções e relações secundárias e impessoais. Em contrapartida, nas relações comunitárias, que são primárias, prevalece o consenso e há um rígido controle social. Estas se aproximariam do que Simmel mostra como mais marcantes dos pequenos grupos, onde os sujeitos têm um relacionamento emocional mais profundo, menos calculista, as pessoas se conhecem, são mais solidárias, compartilham de forma mais aguda o bem comum, há vínculos de vizinhança, enfim, tipo de relação possível numa pequena cidade, mas residual nas grandes metrópoles.

Pode-se dizer que Simmel utilizando-se da oposição entre relações comunitárias e societárias de Tönnies, formulou por aproximação a oposição entre os modos de vida nas pequenas cidades e nas grandes metrópoles. Como veremos, há também uma mudança significativa nos tipos de relações que se desenvolvem no bairro antes do processo de urbanização configurar a metrópole e o que chamamos de porção imersa na metrópole. Ou seja, no bairro, entendido como parte da cidade de São Paulo antes da consolidação da metrópole, encontramos, com mais facilidade, com mais predominância, relações sociais mais próximas das comunitárias e na porção imersa, ao contrário, as relações comunitárias são muito mais residuais. É claro que **não** estamos afirmando que o bairro é uma comunidade, no

bairro desenvolvem-se, é claro, relações societárias. A propósito, lembramos aqui, mais uma vez, a crítica à ideologia comunitária do bairro apontada por LEFEBVRE (1975), a qual procura separar o bairro da cidade, da sua totalidade e por extrapolação tem apenas sentido de idealismo político.

Também em MARTINS (1973) buscamos apoio para pensar a comunidade. Segundo este autor "*as objetivações do capitalismo, que aparecem sob o conceito de sociedade, não envolvem a totalidade das ações humanas nem definem todos os aspectos da vida coletiva.*" (MARTINS, 1973:28) Esclarece, ainda, que a noção de comunidade pode ser utilizada basicamente de três formas que podem se relacionar. Na primeira, enquanto um *conceito* sociológico que contrasta com o de sociedade e que traz as características apontadas anteriormente. Na segunda, enquanto uma *forma social utópica*, que não tem uma contrapartida real, mas que é supostamente captada pelo teórico, portanto, nesse sentido a comunidade só existe enquanto uma utopia. Por fim, a noção de comunidade pode ser vista enquanto um método, uma forma de investigação que leva em conta esta perspectiva utópica.

Assim, é importante insistir que "*é enquanto utopia que a comunidade estipula uma maneira de conhecimento da realidade e de contraposição ao presente. A utopia comunitária constitui uma perspectiva de avaliação da sociedade e das relações do grupo que a vivencia com a sociedade. A utopia 'explica' o todo, as relações e os seus resultados. A comunidade como unidade de investigação é, pois, constituída por essa perspectiva utópica.*" (MARTINS, 1973:36) É somente nestas condições, pensando na comunidade como uma utopia, que podemos utilizar os conceitos de *comunidade* e *sociedade* e fazer aqui a aproximação que propusemos anteriormente.

Além disso, tais oposições entre diferentes modos predominantes de vida não podem ser consideradas como uma evolução linear. Na grande metrópole há elementos comunitários, assim como há, na atualidade,

elementos do modo de vida metropolitano tanto nas pequenas cidades, quanto nas comunidades agropastoris, isso porque há uma coexistência das diversas formas de sociabilidade de maneira sobreposta; o que MARTINS (1992) chama de diversas temporalidades que são datadas, porém, contemporâneas e que aqui estamos chamando de espacialidades coexistentes. Magnani também ressalta, no que diz respeito às relações "societárias" e "comunitárias", a sua coexistência, notando que não existem espaços comunitários de um lado e societários de outro; na verdade, todos os espaços estão imbricados pelos dois tipos de relações. "*Trata-se de dois padrões, dois tipos ideais de interação social: sociedade implica relações secundárias, vínculos impessoais, visão racional, atitudes utilitaristas, enquanto comunidade evoca relações face a face, sentimento de solidariedade, obediência à tradição, rígido controle social etc. Relações 'societárias' e 'comunitárias' não constituem características exclusivas de uma forma determinada de organização social: coexistem, imbricam-se.*" (MAGNANI, 2000:47)

Em suma, diante do caso aqui abordado, como vimos, há resíduos da *localidade* tanto no *bairro* quanto na *porção imersa*, assim como há resíduos também do *bairro* na *porção imersa*. Tal sobreposição de diversas espacialidades torna-se um princípio explicativo fundamental das relações sócio-espaciais na Água Branca ao longo da história e torna possível também o entendimento mais amplo da complexidade da realidade presente.

Vejamos, pois, o que as entrevistas mostraram sobre a constituição aí de uma vida de bairro antes da consolidação da metrópole.

As palavras da Sra. Shirley Grané de Luca, nascida em 1936, cujo pai foi operário da *Vidraría Santa Marina*, ao referir-se à sua infância (quando morava na Praça dos Inconfidentes, numa casa que não existe mais, bem no início da rua Guaicurus e da avenida Santa Marina) mostra estas mudanças:

"Era uma delícia. Era assim, aqueles vizinhos que nós fazíamos festa na rua, era

um..., assim um ambiente divino. Então era assim, por exemplo, festa junina cercava-se a rua, pra fazer a festa junina na rua, cada um levava um prato, dançava-se na rua, vinha conjunto, era uma delícia, era uma coisa assim que unia. Todo mundo se conhecia, todo mundo ajudava uns aos outros. Era assim, a mamãe, por exemplo, ia ajudar uma vizinha que era, passava roupa pra fora, engomadeira, que falavam antigamente, e eu e o meu irmão íamos pra escola, íamos no Grupo Escolar. Quando a gente voltava do Grupo Escolar, ela às vezes não tinha terminado o trabalho, apesar de ser em casa pegada, a vizinha do lado nos dava almoço, e isso era uma constante entre a gente. Era um pessoal muito ligado, muito... (...) Aqui o bairro era assim; pelo menos onde eu morava era assim: se um pai ficava desempregado, o outro se matava pra arrumar um emprego pra ele. Coisa que ultimamente não existe. Não existe mais essa afinidade, mas a gente quando morava era uma maravilha. A amizade era... excepcional." (Shirley Grané de Luca, em 23/03/2000)

Outra entrevistada, Sra. Neusa Maria Isola D'allevo, cujo pai era um dos proprietários da *Serraria Água Branca*, nascida em 1938, na rua Guaicurus, onde morou até os dezoito anos e que atualmente mora na rua Padre Antônio Tomás, rua atrás da S.E. Palmeiras e próximo do Shopping Center West Plaza (ver mapa I), faz o seguinte comentário sobre a sua infância:

"A infância foi maravilhosa, porque era tudo tão diferente. (...) A gente sentava no portão, era aquela coisa deliciosa, você tinha a liberdade de sair na rua, de brincar, de pular corda... O meu neto não sabe o que é brincar numa rua. Ele foi assaltado há pouco tempo aqui nessa esquina (da rua Padre Antônio Tomás e rua Embaixador Leão Veloso). Ele foi até o jornaleiro, aí não deixaram ele sem roupa porque... Mas veio sem sapato, sem meia, sem blusa... Não dá mais pra deixar. Naquele tempo não, a gente sentava na calçada, cada um levava

a sua cadeira... As crianças brincando, os adultos batendo papo... Piqueniques era toda semana. (...) E na rua Guaicurus, no Cine São Carlos¹⁷, você ia pular carnaval, você conhecia todo mundo no salão, sabe? (...) Então todo mundo se conhecia. Hoje em dia eu não conheço mais ninguém.” (Neusa Maria Isola D’alveo, em 06/04/2000)

Lembranças semelhantes também são apontadas pela Sra. Shirley Bonini Paladino, filha de operários, que morou na rua Guaicurus e na Rua Duílio e que mudou-se no final da década de 1960 para a Rua Barão de Tefé, (ver mapa I) para um dos primeiros prédios da região, na esquina com a avenida Antartica.:

“Imagina que tinha até um homem que passava com as cabras. Toda manhã ele passava com as cabras pra vender o leite. Então ele tirava o leite da cabra na porta da gente, né? Hoje em dia você não vai ver nunca isso, né?” (Shirley Bonini Paladino, em 03/05/2000)

Outro entrevistado, o Sr. Joaquim Guedes, nascido em 1905 na região do atual Morro Grande, onde trabalhava em plantações de cana-de-açúcar e na produção de aguardente e que reside na Água Branca desde 1931, considerava o bairro como uma família¹⁸:

“Então nisso que nós vamos entrar agora com a Lapa. Trabalhei quatorze anos e meio na Polícia, como guarda civil. (...) Sabe que a Lapa é o lugar que tem menos ocorrências de crimes, de roubos, de tudo. Era uma família. Que honra seja feita à esse povo! (...) Essa família Lapa, é de paz, não é?” (Joaquim Guedes, em 12/07/2000).

Como pode-se notar, a solidariedade, o compadrio e o sentimento de vizinhança afloram de forma constante nas falas. Era importante ser um bom vizinho e estar bem relacionado com os outros. As oportunidades de participação e de convívio que alimentam a vida de bairro eram grandes, a rua era apropriada como local das festas, brincadeiras, encontros, conversas, etc.

Assim como constatou SEABRA (2000) ao estudar os bairros além-Tietê, também na Água Branca houve um incremento da sociabilidade da vida de bairro com o aparecimento do “futebol de várzea” e do cinema.

Nesse sentido, as falas dos entrevistados também estão permeadas de referências às suas idas ao cinema e, muitas vezes, estas eram feitas em grandes grupos. Conhecia-se os donos dos cinemas e tais cinemas eram uma referência do bairro.

O cinema na cidade de São Paulo surge, ao que parece, de maneira dispersa por sua área. Mais tarde, é que eles deixam de estar nos “bairros”, concentrando-se na área central da cidade e em *shopping centers*. Atualmente, são poucos os cinemas que existem dispersos pela cidade em antigos bairros e podem ser considerados como resquícios.

O cinema da Água Branca era o *Cine São Carlos*, antigo *Cine Santa Marina*, montado inicialmente pela *Vidraria Santa Marina* e situava-se na rua Guaicurus.

Quanto ao futebol, inúmeros times existiram na localidade, tanto na várzea, quanto um pouco acima das linhas férreas na proximidades das ruas Guaicurus e Clélia. Os campos, que ficavam na grande várzea desocupada do Tietê, eram utilizados por diversos times que surgiam em grande quantidade. A maior parte deles teve duração curta, e apenas três destes times, surgidos no final do século XIX e durante a primeira metade do século XX, continuam a existir; dois deles tiveram sua origem vinculada a uma empresa. Um deles é o *Santa Marina Futebol Clube*, formado por funcionários da *Vidraria Santa Marina* e o outro é o *Nacional Atlético Clube*, antigo *São Paulo Railway Athletic Club*, formado em 1895 por funcionários desta ferrovia. O terceiro é o *Palestra Itália*, atual *Palmeiras*, que não só continua existindo, como transformou-se rapidamente num dos maiores clubes de futebol do país. Trata-se portanto de um caso bem específico, tanto por sua origem, vinculada à imigração italiana, quanto por sua trajetória.¹⁹

Outros times que existiram e que permaneceram na lembrança de alguns entrevistados foram o *Lapeano Futebol Clube* (lembrado com muito carinho como "O Lapeaninho" pela Sra. Edith Fragoso) e o *Jacaré Futebol Clube*, tendo sua origem ligada à empresa petrolífera de distribuição *Standard Oil (Esso)*.²⁰ BARCELOS (1983) ainda faz menção, além destes quatro times que poderiam ser considerados os principais, ao *Flor da Água Branca F.C.*, ao *Água Branquinha F.C.*, ao *Corinthians Pompeano*, ao *Rugerone F.C.* e ao *Estrella da Água Branca Foot-ball Club*.

Importante notar que o "futebol de várzea" tinha um duplo papel para o fortalecimento da vida de bairro, tanto por promover a sociabilidade, quanto por acentuar a identidade do bairro. Todos sabiam de onde eram os times, já que eram espacializados, tinham um lugar de origem e tanto os seus jogadores quanto os seus torcedores eram, em grande medida, do mesmo lugar.

Portanto, tanto o futebol, quanto o cinema, a rua, as festas, a solidariedade entre os vizinhos, etc., contribuíam no sentido de promover a vida de bairro. Segundo conclusão de BOSI (1979), "*São Paulo era familiar como a palma da mão quando as suas dimensões eram humanas. Seus velhos habitantes dizem: 'ali no Gasômetro, ali na ponte do Bom Retiro, ali na Estação', como se estivessem vendo tais logradouros, ali adiante... É com satisfação que dizem de muitos desses locais que 'ainda estão lá' "* (p.367)

Além disso, alguns dos entrevistados, trouxeram uma questão interessante: a da convivência de diversas classes sociais, no interior do bairro, dividindo os mesmos equipamentos, ainda que, dentro deste micro-espço social, houvesse uma clara hierarquização, ainda que não absoluta, de alguns espaços, havendo, pois, uma clara segregação sócio-espacial.

Pensando-se na porção ocidental do bairro, a oeste da avenida Pompéia, onde têm início as ruas Carlos Vicari-Guaicurus e Clélia, e onde localiza-se, mais ao norte, a estação Água Branca da estrada de ferro e a *Vidraria Santa*

Marina, enfim, na porção mais antiga do bairro, nota-se que havia uma hierarquização que era inclusive topograficamente marcada (ver mapa I).

O lado norte das ferrovias, onde está a estação da estrada de ferro e a *Vidraria Santa Marina*, ou seja, das estradas de ferro em direção ao rio Tietê, a parte mais baixa do bairro (*planícies aluviais sujeitas a inundações periódicas*), era considerado a parte mais pobre, onde havia uma grande concentração de fábricas e operários. O outro setor, ainda considerado dos pobres, mas com uma concentração, ao que parece, um pouco menor de operários, ficava da linha da estrada de ferro para o sul, até a rua Faustolo, numa pequena faixa que tem como centro a rua Guaicurus. Esta área é topograficamente um pouco mais alta, mas ainda considerada pelos moradores como a parte baixa do bairro. Por fim, o setor dos "ricos"²¹, a parte de cima do bairro, na faixa onde está a rua Clélia.

Na parte baixa, ou seja, a que inclui tanto as redondezas da *Vidraria Santa Marina* quanto a rua Guaicurus, nas imediações das ferrovias, as moradias eram, no geral, mais simples, havendo inclusive muitos cortiços. Além, é claro, das vilas de operários da *Vidraria Santa Marina*. Já na parte de cima, a saber, na rua Clélia, haviam casas maiores, com quintal, jardim na frente, espaçamento entre uma casa e outra, enfim, eram imóveis considerados bem melhores.

É importante deixar claro que tal divisão, inclusive a topográfica, não foi idealizada por mim, ela apareceu espontaneamente nas entrevistas e, como se verá a seguir, foi elaborada pelos entrevistados, em especial pela Sra. Shirley Grané de Luca, que nasceu e morou até os quatro anos na vila de operários da *Vidraria Santa Marina*, depois morou na Praça dos Inconfidentes, entre a rua Guaicurus e avenida Santa Marina até casar-se, quando foi morar na rua Clélia, ou seja, ela passou ao longo da vida por todos os setores do bairro, do pobre ao rico, subindo tanto na escala social quanto topograficamente²². Vejamos algumas passagens de seu depoimento:

"Mas era uma loucura. Não, era uma loucura a desigualdade. Dizem que atualmente você faz restrição a preto, a isso, a aquilo. Não. Naquela época a parte de baixo eram os pobres. A parte de baixo, era a parte de pobre. Onde eu morava (rua Guaicurus), eram os pobres. Aqui, a rua Clélia, eram os ricos. (...) Era a rua dos pobres e a rua dos ricos. Então, até pra você tomar ônibus, você era esnobado. Era incrível, se você saía da parte de baixo, onde a gente morava, pra parte de cima, pra rua Clélia, pra pegar o ônibus, era impressionante como você era esnobado. (...) Eu lembro que quando eu comecei a trabalhar na cidade, eu ia tomar ônibus na rua Clélia, e elas ficavam com aquele grupinho, fazendo caçoadas da gente. 'Ah, olha a roupa! Olha pra ela e vê se isso é jeito! Parece maloqueira' Sabe aquelas coisas que você acaba... (...) Até na missa, era coisa de doido o que a gente aturava. A gente às vezes ajoelhava e já ouvia os buchichos. Teve dias de eu levantar e falar: 'Vocês vieram à missa ou vieram pra reparar?' Porque, realmente, nós éramos um povo mais simples. E elas se achavam as donas do pedaço. (...) E você vê, depois que eu casei, que eu fui pra Clélia, é que eu comecei a fazer amizade com essa turma mais nojenta, como eu diria, né? (risos)" (Entrevistador: Então tinha a parte de baixo dos pobres e a parte de cima dos ricos... e aquela parte da Santa Marina, depois que passava a porteira das estradas de ferro?) Era pior ainda. Pior ainda. Lá era tido assim como favelado. Falava que morava na Santa Marina, era tido como a escória do bairro." (Shirley Grané de Luca, em 23/03/2000)

Dona Maria Lygia Suriano, que morava na rua Clélia, incluída na parte "rica" do bairro, ao ser questionada sobre a parte da Santa Marina, disse:

"Eu nem podia ir naqueles lados de lá! (Entrevistador: Mas dava pra falar que havia um lugar de ricos e outro de pobres ou acabava misturando?) Dava. Era bem...

Era bem separado. Era bem delineado." (Maria Lygia Suriano, em 23/03/2000)

Ainda no tocante ao lado norte das ferrovias, nas proximidades da *Vidraria Santa Marina*, a Sra. Neusa Maria Isola D'allevo, filha do proprietário, durante muitos anos, da *Serraria Água Branca* e proveniente de uma família tida como "uma das mais ricas do bairro" (Família Isola), ao ser questionada se ela conhecia ou freqüentava aquela parte respondeu que:

"Não. O meu pai era um pouco esnobe viu. Pra falar a verdade... Ele era um pouco esnobe. Ele não gostava que a gente tivesse amizade, porque era um pessoal muito simples, sabe, operariado. (...) Ele tinha um certo preconceito. (...) Mas lá na Santa Marina não era uma coisa bem vista.... ir pra lá. Também não sei te dizer por que. Só lembro que era... Não era uma coisa legal. (...) Era assim bem, sabe, essa coisa de indústria mesmo? Não tinha cara de bairro de moradia. Eram só casas de operários, de gente simples. Era muito, era muito simples ali." (Neusa Maria Isola D'allevo, em 06/04/2000)

Voltando ao "contraste" entre as ruas Clélia e Guaicurus, a Sra. Shirley Grané de Luca complementa:

"Eu era pobre. Era. Nós éramos considerados a ralé. Lá embaixo era o pessoal da ralé. Porque nós éramos gente mais de rua. Nossas brincadeiras eram de rua, ninguém tinha uma casa grande, suficiente pra pôr alguém dentro de casa. Então nós brincávamos aonde? Na rua. De queimada, barra manteiga, saía briga.... Era briga mesmo, era briga terrível, de pai ter que separar... Mas, passava aqueles cinco minutos, era todo mundo amigo. Agora a gente fala que existe gangue, antigamente era igual. Era a gangue daqui contra a gangue de lá, né? Se a turma de lá (Guaicurus) vinha pra Clélia, era um inferno. E se a turma da Clélia tentasse descer, não descia. (Entrevistador: E todo mundo sabia

diferenciar na hora, quem morava em que lugar?) Na hora. Na hora. Você sabia exatamente de onde vinha. Até dentro da igreja existia essa diferença. É incrível como existia.” (No interior da igreja São João Maria Batista Vianey, algumas cadeiras tinham os nomes gravados das famílias mais importantes e eram, pois, reservadas à elas.) (Shirley Grané De Luca, em 23/03/2000)

Por fim, a Sra. Neusa Maria Isola D’allevo, fala que as antigas casas de sua família na rua Guaicurus contrastavam com a simplicidade e a pobreza da rua:

“A nossa casa era considerada um palacete. (...) As únicas casas boas que tinham ali eram as nossas. A nossa casa não era pra estar na Guaicurus. Era uma casa pra rua Clélia naquela época, você entende? Porque ela destoava ali. São casas lindas, né, na época que nós éramos meninas ali. (...) Então era uma diferença muito grande, a nossa casa. As nossas casas destoavam do lugar. Agora, subia um quarteirão mudava a coisa. Na Clélia, na Coriolano. A Faustolo nem tanto... Tinha que subir dois quarteirões, né? (...) O tipo de pessoas que moravam (na Guaicurus) já era muito mais simples, as casinhas pequenas, e existem até hoje lá na frente. (Entrevistador: Tinham muitos cortiços?) Tinha. Tinha. Bastante. Na Vidraria tinha muito. Naquela rua Carijós, ali tinha muito. Perto da linha do trem tinha muito. Em frente de casa, eu me lembro, tinha uma família que morava num cortiço, né? Você falou ‘cortiço’, era um nome que eu nem lembrava mais. A gente entrava num portão e tinha um degrau alto, assim, cheio de portinhas... As pessoas moravam ali. Uma em cada cômodo. (...) Então não era uma vizinhança agradável, sabe? Não por causa das pessoas, mas eu digo de lugar, como lugar. Não era agradável ali. (Entrevistador: E na Clélia não tinha essa...?) Não. Não. Não tinha. Que eu lembre não.” (Neusa Maria Isola D’allevo, em 06/04/2000)

Como se vê, esta questão dos “ricos” de um lado e dos “pobres” de outro, de convivência e desta segregação sócio-espaço engendradas no cotidiano, era algo que podemos afirmar como mais uma característica da vida dos bairros industriais/operários. É o bairro que tal cotidiano é produzido da forma como foi relatado. Atualmente, não existe mais na Água Branca essa divisão tão nítida entre a parte de cima e os da parte de baixo, mesmo porque, os muros imaginários do antigo bairro industrial/operário foram derrubados pela urbanização, pela implosão da cidade, e outros muros apareceram. Além disso, a dita parte de cima, da rua Clélia, degradou-se muito, fazendo com que os “ricos” mudassem para os prédios próximos da S. E. Palmeiras e do Shopp Center West Plaza ou para outros bairros normalmente próximos, como Pompéia e Perdizes.

Por outro lado, contrastando com o antigo bairro, o novo modo de vida urbano próprio da metrópole também foi relatado pelos entrevistados, notando que é sempre ressaltada a questão dos que vêm de fora, os estranhos que vêm de longe e frequentam o local, como um espaço disponível e incorporado à grande estrutura metropolitana, da qual atualmente a Água Branca é uma porção. A visão de bairro ou “o bairro como uma família” como disse o Sr. Joaquim Guedes, já não é mais possível. A Sra. Neusa Maria Isola D’allevo tem as seguintes considerações nesse sentido:

“São Paulo pra mim é o máximo. Com tudo que nós temos de ruim, não é? Aqui mesmo, esse shopping (West Plaza) piorou muito a nossa qualidade de vida aqui. Aqui só tem moleque malandro, nessas ruas aqui. Dizem que foi o shopping que trouxe isso, né? Não sei se foi o shopping ou se... (...) O movimento de carro também. Assim, em época de Natal, Páscoa, Dia das Mães, dos Pais, isso aqui fica horrível. Mas eu digo, em questão de segurança, tem muita gente que roda pelo bairro. Vem muita gente da periferia pra conhecer o shopping. (...) Vem muita gente, de sábado, você vê os ônibus pararem ali na Francisco Matarazzo, desce

aquela multidão... É pro shopping. De todos os bairros. Como acontece no Shopping Norte. Os outros eu não conheço. O shopping Norte é um movimento terrível. Aqui de sábado também é.” (Neusa Maria Isola D’alveo, em 06/04/2000)

Dona Mirela Suriano, também aponta para o intenso movimento de rostos estranhos:

“Então você ia pra esquina, você sabia que tinha uma segurança, que você conhecia o dono do bar, você conhecia os diretores do clube (Palmeiras), você conhecia todos, sabe? Então você estava num lugar seguro... à vontade. Agora não. (...) Aliás teve muitos assaltos depois que construíram... Eu tenho a impressão que depois que fizeram esse viaduto (referindo-se ao viaduto Antartica sobre as linhas férreas, inaugurado no início da década de 1970) e o West Plaza (inaugurado em 1991), a favela que tinha do outro lado, sabe, eles tiveram mais acesso pra cá. Tiveram muito acesso pra cá. Então o que acontece: a molecada fica pedindo dinheiro, tomando conta de carro, dentro do shopping, vieram todos da favela. Então, isso aqui, o ambiente deu uma piorada. Você olha as caras muito tortas e você tem muito medo e muito receio de andar por aqui (...) Eu acho que com o viaduto isso aqui deu uma boa caída. Porque o pessoal não tinha condições de vir pra cá, fácil. E com o viaduto eles tiveram, sabe? Veio todo povo pra cá.” (Mirela Suriano, em 14/03/2000)

Por sua vez, a Sra. Shirley Grané de Luca, que morou na rua Clélia até por volta de 1992, aponta como razão para as mudanças na rua a chegada do SESC Pompéia, que trouxe pessoas de todos os lugares, enchendo os pontos de ônibus de visitantes e as ruas de assaltantes, guardadores de carro, etc. Segundo ela:

“Na rua Clélia era divino morar, entrou o SESC, acabou com a Clélia. O SESC acabou com o bairro. (...) O pessoal vem de fora pra conhecer o SESC, né. Eu saí de lá porque não tinha mais condições de

morar.(...) A Clélia tava um desperdício, terrível, muito ruim. Eu era uma das pessoas que mais ligava pra polícia pra ir pegar drogado na porta. Era uma coisa impressionante. Depois que o SESC abriu, verdade seja dita, foi depois que o SESC abriu. (...) A gente não tinha mais sossego na Clélia. Eu estava predisposta a sair. (...) Porque não tinha mais condição de morar.”(Shirley Grané de Luca, em 23/03/2000)

Opinião semelhante foi dada por sua filha, Mariângela:

“No tempo que eu morei lá (rua Clélia), que eu morei lá desde um ano de idade até vinte e quatro anos, hoje, eu não teria coragem de morar lá com uma família. (...) Colocar meus filhos naquele ambiente!? Não dá mais. Lá tem muito bar, né, bar mesmo, boteco mesmo.(...) Chegou uma hora que não dava mais, com o SESC... daí o movimento foi terrível. Porque o SESC é aberto, né, ao público. Você não sabe com quem está lidando.” (Mariângela Grané de Luca, em 23/03/2000).

Importante notar nas falas das entrevistadas “a chegada do estranho”, do que vem de fora e que amedronta, que leva o antigo morador pra dentro de casa, o tira da rua e vai tornando a rua um espaço inóspito e a casa um refúgio, porque “você não sabe com quem está lidando.” Dona Mirela Suriano e sua mãe Maria Lygia Suriano, que moraram na rua Clélia até por volta de 1965, sustentam a mesma opinião:

“É, ali também piorou muito com o SESC, né? Aliás, a rua Clélia deu uma boa caída, porque era uma rua muito, sabe, classe A. Depois virou C, D, E, e agora já deve estar no F, porque a maioria das pessoas que moram ali mudaram, tem muita gente que mora ali na Clélia, que tem receio, porque moram sozinhos atualmente, né? E com o SESC, aquilo lá deu uma boa caída, né? (...) E a Praça Cornélia era uma praça que nós íamos

brincar, que era gostoso, né? Agora você não pode ficar. Agora não dá pra ficar ali na Praça Cornélia. Na minha época dava pra gente brincar, namorar, ficar, tudo ali. (...) Agora você vai lá, só tem bebum, só tem maloqueiro.” (Mirela Suriano, em 14/03/2000)

Como se vê, nestes últimos depoimentos que colocam a rua Clélia em questão, nesta transformação do bairro em porção imersa na metrópole, a rua deixa de ser apropriada como espaço do bairro, de suas sociabilidades específicas, como um espaço de convivência, do encontro, de intensificação dos vínculos de vizinhança para se tornar um espaço da metrópole, espaço privilegiado da circulação de pessoas, veículos e mercadorias, espaço de todos, daí a presença constante dos estranhos. Segundo LEFEBVRE (1999b), *“a rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo.”*(p.31) A função de sociabilidade da rua, de local de encontro tem desaparecido diante da urbanização atual, tanto quanto o bairro. A nova rua, local de tráfego de veículos, de comunicação entre os diversos setores da metrópole, passa a ter uma existência acima do bairro, recortando-o, fragmentando-o, contribuindo para a sua destruição. Às vezes novas e largas avenidas são construídas, destruindo o espaço construído que havia antes, mas, outras vezes, as mesmas ruas de outrora, que eram fundamentais para a formação e desenvolvimento da vida de bairro, tornaram-se mais tarde, na metrópole, as bases de sua destruição. Contraditoriamente, a rua que criou o bairro, também o destruiu.

Nesse sentido, uma das entrevistadas, a Sra. Léa Francesconi²³, nascida em 1948, na Água Branca, e que viveu a diluição do bairro, tem a visão clara da fragmentação do espaço e não vivenciou a antiga vida de bairro, a não ser como resquício. Vejamos um trecho de seu depoimento:

“Então, o que eu estava falando da Água Branca, é que eu acho que tem pedaços tão diferentes, né? A minha rua eu achava muito particular, né? Depois ela

foi mudando de cara também, né? Ficou mais passagem, mais do que o lugar das fábricas. Até porque as fábricas foram acabando. (...) Esses pedaços, né, o trajeto pela Praça Cornélia é uma Água Branca, né? Esse loteamento atrás do Palmeiras é outro, né? Essa parte da baixada, no limite com a Pompéia, onde tem o córrego, é outro. (...) Então tinham todos esses pedaços assim. Pra mim era um monte de pedaços a Água Branca. Depois da estrada de ferro, tem aquela Santa Marina, entre as duas estradas de ferro, né? Era um outro pedaço também. A Guaicurus era um outro, um outro mundo, né? (...) É muito interessante isso aí, de pensar nos pedaços.” (Léa Francesconi, em 11/07/2001)

Ao ser questionada sobre o papel da rua, sobre a convivência com os vizinhos, as brincadeiras de rua, ela nos disse que:

“Não vivi isso. Na minha rua era impossível, né? Não tinha isso. Acho que não tinha gente e não tinha calçada agradável pra isso. Não tinha, essa relação com os vizinhos não tinha, né? (...) Não tinha esse hábito. Brincava nos quintais, a gente tinha os quintais, mas na rua não. E mesmo o vizinho, sair na porta pra conversar, acho que até tinha uma coisa, mas já meio assim de... meio... de achar meio esquisito. Meio... ver pejorativamente isso, de chegar no vizinho pra fofocar. Coisa desse tipo.” (Léa Francesconi, em 11/07/2001)

Depois ela complementa seu relato a esse respeito fazendo uma comparação entre a Água Branca e uma pequena cidade do interior que costumava freqüentar:

“Porque depois que eu casei, na década de oitenta, no interior, a gente tinha... A gente ia pra Jaú, Itapuí... Itapuí era muito pequenininho, então tinha mesmo. Só era a rua. Então numa época bem mais, duas décadas depois, né, desse tempo que eu estava na Água Branca, no interior se tinha esse costume. De pôr a

cadeira na calçada e conversar com as pessoas, né? (...) Mas aqui não tinha. Não tinha, né?" (Léa Francesconi, em 11/07/2001)

Hoje, já não é mais possível colocar a "cadeira na porta de casa ao cair da tarde", porque o modo de vida metropolitano chama as pessoas cada vez mais para dentro de casa, para o espaço privado, para o espaço individual, para a frente da televisão. Os moradores, a partir desse novo modo de vida, recolhem as cadeiras da calçada, fecham as janelas e não compram mais no armazém da esquina (local em que encontravam os vizinhos e no qual mantinham, com o dono, uma relação de afinidade, confiança e até, de afeto). Hoje, diferentemente, as pessoas entram no carro e vão às compras num grande supermercado de uma rede transnacional ou num *shopping center*, locais privilegiados de consumo, onde não se conversa com o dono, encontrar um vizinho seria mera coincidência e tudo é organizado para potencializar o consumo.

Com relação ao SESC, é interessante notar como a questão pode ser lida de diversos modos e como há diversas contradições. O SESC, de um certo ponto de vista, é tido como um patrimônio do bairro, espaço privilegiado do lazer, da educação, ponto de encontro e tranquilidade, portanto, como algo muito bem vindo e bem aceito, sobretudo se levarmos em consideração que o SESC foi construído no lugar em que funcionava uma indústria (CONFAB/IBESA), tipo de atividade que normalmente é bastante repelida pelos moradores vizinhos. Por outros, ele traz o estranho, os "de fora", a bagunça, enfim, alteram negativamente o cotidiano, mais atrapalham do que ajudam.

Com esses depoimentos a idéia não é fazer uma apologia da vida de bairro nem afirmar que antes era melhor ou pior, mas mostrar que houveram mudanças e que o modo metropolitano de vida, independentemente de qualquer juízo de valor, implica mudanças profundas no espaço, eliminando aos poucos as possibilidades da vida de bairro. Atualmente, o individualismo, as relações distanciadas, a

indiferença com relação ao outro, a multidão que divide os mesmos espaços e onde os estranhos, os diferentes, os de fora são aceitos, isso porque a metrópole abriga a todos, estas são as características predominantes. Acrescenta-se a isso, a explosão no número de edifícios de apartamentos a partir de meados da década de 1960 e que foi acentuando-se com o passar dos anos, alterando não somente a paisagem, mas também aumentando consideravelmente o número de pessoas que dividem o mesmo espaço.

O aumento da população e o avanço do processo de urbanização começam a demandar uma série de obras de infra-estrutura, sobretudo viária, tornando a Água Branca um espaço da metrópole, integrado e para ela disponível.

A Sra. Shirley Bonini Paladino nos relatou suas impressões das mudanças que testemunhou:

"Bom, tinha a Sears aqui. Já tinha a Sears (no local onde foi posteriormente construído o Shopping Center West Plaza). Não tinha o Bradesco e era uma avenida... uma rua larga só (referindo-se à avenida Antarctica). Não era uma avenida cortada no meio (não tinha sido alargada e não tinha um canteiro central), não tinha o viaduto (viaduto Antarctica). Então depois é que foi se formando... Fizeram o viaduto, foi logo depois que eu mudei. Alargaram a avenida aqui. Aí começaram a fazer a Sumaré, que pra lá também era tudo mato. Começaram a fazer a avenida Sumaré. Nossa, era muito mato, era muito... Sabe? (com ênfase). Sei lá, a gente olhava era só verde. Agora a gente olha e é só prédios." (Shirley Bonini Paladino, em 03/05/2000)

Tendo-se esses depoimentos em mente, podemos retomar a noção de bairro discutida anteriormente com o intuito de melhor compreendermos o movimento das espacialidades da Água Branca que vai da localidade a porção imersa na metrópole.

Como vimos, o bairro é uma unidade relativa, porque faz parte de um todo maior que

é a cidade, mas ainda assim pode ser particularizado, ao contrário do que chamamos de porção imersa, que não se comporta como uma unidade, misturando-se mais facilmente com o todo e, por conseguinte, fica menos reconhecido como parcela individualizada do todo que é a metrópole.

A existência do bairro só ocorre se grupos sociais de forma objetiva e subjetiva têm o sentimento de pertencimento a determinado espaço. Em outras palavras, os grupos sociais devem existir e exteriorizar de alguma forma a questão do pertencer a tal espaço e é este sentimento de pertencimento coletivo que dá sentido e coesão ao bairro. Nesse sentido, segundo Pierre GEORGE (1983), "o morador refere-se ao seu bairro, quando quer situar-se na cidade; tem a impressão *de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro.*" (p.76)

Deve haver, portanto, o compartilhamento de determinados referenciais espaciais comuns para existir o bairro. Quando a urbanização começa a destruir tais referências e em não havendo uma forma de resistência coletiva por parte dos moradores (exceto alguns esboços de movimentos reivindicatórios, nenhum dos entrevistados participou ou ouviu falar de uma associação de moradores ou sociedade de amigos do bairro na Água Branca) o bairro deixa de existir. Referindo-se ao bairro, ainda que somente na sua dimensão física, BOSI (1979) conclui que "*só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo (uma sociedade de amigos de bairro, por exemplo) podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva (parece ter sido esse o caso da Água Branca) os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes perdidas*" (p.370), o bairro é implodido, deixando apenas resíduos no espaço.

A esse respeito, SOUZA (1989) complementa afirmando que nos dias atuais (no quadro da cidade do capitalismo monopolista avançado), o bairro "*é um referencial compartilhado muito superficialmente pelos moradores. (...) A sobrevivência do bairro como*

algo mais que um referencial vazio, em que pesem as dificuldades e a diluição relativas da vida do bairro, se deve, em grande parte, à resistência variável dos diferentes segmentos sociais afetados." (p.151)

O bairro, tido em sua concepção de *locus* de sociabilidade, como o espaço do encontro, enfim da vida cotidiana, pode ser pensado como "*aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.*" (MAGNANI, 2000:32) Além disso, como fica claro pelas entrevistas, ele tem sua história e vida muito ligadas ao cotidiano. É, no nível da vida cotidiana que o bairro é construído. Ele pode, pois, ser considerado um espaço que traz a idéia de certos vínculos construídos cotidianamente.

O que se pode concluir, assim, no caso da Água Branca, é que este local vive o conflito e a contradição de ter sido um bairro, cuja gênese se encontra no final do século XIX, no sentido de ter tido vida de bairro, e estar atualmente imerso na metrópole, se configurar como uma porção desta metrópole, não somente como porção física, mas sobretudo por causa das significativas mudanças no modo de vida, marcado cada vez mais pela individualidade, pela impessoalidade e pela diminuição das relações face a face, etc.

No entanto, essa dissolução do *bairro* e o aparecimento do que chamamos de *porção imersa na metrópole* não se trata de uma transição simples e tampouco linear, pois a Água Branca enquanto porção imersa na metrópole mantém espacialidades/temporalidades datadas de outros contextos históricos. Uma visão ampla dos depoimentos dos moradores e as observações em campo permitiram entender que o bairro não existe mais enquanto unidade relativa predominante, mas continua existindo no interior desta porção imersa na metrópole, ainda que de maneira residual, como fragmentos. Em outras palavras, não existe mais no interior da metrópole, o bairro da Água Branca, mas existe o bairro (mesmo que

enquanto resquício ou resíduo) na cidade de São Paulo, como uma espacialidade datada e não mais predominante. De uma maneira geral e levando-se em consideração todas as discussões empreendidas aqui, no que diz respeito à definição de bairro podemos afirmar que a Água Branca não é mais um bairro, apesar do bairro não ter desaparecido totalmente, apesar dele continuar existindo no interior da metrópole.

A Água Branca, local identificado pelos seus moradores e usuários, onde todos se conheciam e tinham uma dinâmica própria e que podemos chamar de bairro é atualmente uma porção, uma área potencialmente disponível à metrópole como um todo. É como se suas fronteiras imaginárias tivessem sido derrubadas.

Depois desta discussão, podemos repensar a questão das transformações da rua e do bairro, também como decorrentes dessa dissolução da vida de bairro.

O *SESC Pompéia*, por exemplo, apontado como o deflagrador da deterioração da rua Clélia, por trazer os "estranhos", pode ser tido como um equipamento não do bairro, mas no bairro, ou seja, um equipamento que serve à metrópole e não somente ao bairro. Por isso, a Água Branca passa a receber muitos "estranhos", os "de fora", o que a torna muito mais imersa na metrópole do que um bairro no qual antigamente todos se conheciam, iam juntos à igreja e colocavam as cadeiras na calçada. E o *SESC Pompéia* aqui, é somente um exemplo entre outros que mostram esta mudança, esta inserção do local no modo metropolitano de vida.

Raciocínio análogo poderia ser usado para a compreensão das novas formas de sociabilidade, através do entendimento da inserção do *Shopping Center West Plaza*, inaugurado em 1991, empreendimento de grandes proporções que atende uma demanda metropolitana, localizado próximo da via marginal do Tietê. Além do *SESC* e do dito *shopping* a mesma lógica pode ser aplicada ao *Centro Empresarial Água Branca* (grande conjunto

de edifícios comerciais que estão sendo construídos na Av. Francisco Matarazzo); ao *Parque da Água Branca* que tem um público mais amplo do que os seus arredores, atraindo usuários de vários pontos da cidade, tanto de maneira regular quanto de maneira esporádica devido a exposições e feiras nele realizadas. Em suma, como se vê, não se tratam de equipamentos do local, mas da metrópole, estando estes simplesmente no local.

V- Considerações Finais – Industrialização, Urbanização e Bairro

O processo de industrialização é o indutor da urbanização que, no caso de São Paulo, transforma a antiga e pequena cidade na grande aglomeração de nossos dias, mudança que longe está de ser somente quantitativa, ela é, como vimos, qualitativa. Portanto, a industrialização é o processo indutor e a urbanização é o processo induzido. A vida urbana e a cidade eram qualitativamente distintas antes da industrialização. Assim, a indústria não cria a cidade e tampouco a vida urbana, mas é responsável por sua ampliação em escala mundial e sua transformação qualitativa. Não são a cidade e a vida urbana pré-industriais com suas características que explodem, que se generalizam, mas um novo urbano, um modo de vida submetido às exigências do processo indutor. As cidades industriais, tanto as novas, quanto as que já existiam e foram apoderadas pela indústria, são absolutamente distintas da cidade medieval e da cidade antiga. (LEFEBVRE, 1991)

Contraditoriamente, é com a urbanização induzida pela industrialização na cidade de São Paulo que surgem inúmeros bairros e que a vida de bairro na cidade se potencializa. Esclarecendo-se que não estamos nos referindo apenas aos bairros industriais, ou seja, aqueles que suportaram fisicamente a atividade industrial, mas a todos os bairros, com fábricas em seu interior ou não, mas que surgiram e tiveram impulso por conta da industrialização.

Segundo SEABRA (2000), "em todo o ocidente o bairro corresponde a uma espacialidade elementar, cujos nexos são a vizinhança, o

parentesco e o compadrio. Foi pela articulação destes três níveis que o bairro ganhou realidade, traduzindo-se como vida de bairro, produzindo profundos enraizamentos. Mas, não obstante ser o bairro um fenômeno pré-moderno, foi sob os impulsos da industrialização que a vida de bairro se tornou mais ampla, difusa, diversa e rica. (...) Além disso, a vida de bairro, impulsionada pela industrialização em São Paulo, foi levada a um extraordinário sincretismo, porque reuniu matrizes culturais muito diversas. Reuniu aos negros, brancos e índios, estes que estavam na origem da ocupação e do povoamento da região de São Paulo, a imigração estrangeira.” (p.12)

Portanto, este duplo processo de industrialização/urbanização, exerce um duplo e contraditório papel: primeiro ao formar e dar vida a inúmeros bairros e depois ao desestruturar tais bairros, tornando a vida de bairro apenas residual diante das novas espacialidades produzidas. ANDRADE (2000), ao estudar os bairros do Brás, Moóca e Belenzinho, também constatou que “o mesmo processo que integrava os bairros à cidade de São Paulo, dissolvia, desestruturava a realidade dos bairros industriais e operários das primeiras fases da industrialização paulistana.” (p.9)

SEABRA (2000) expõe claramente o vínculo entre a industrialização e a gênese dos bairros em São Paulo ao afirmar que “a industrialização é concentradora, maximizadora do uso do tempo e do espaço. Por sua lógica reúne aquilo que está disperso e potencializa enormemente o que reúne. Foi assim que os primeiros imigrantes, operários, artesãos de diferentes ofícios foram se estabelecendo em meio aos caipiras, relacionando-se com os caipiras sem mesmo disporem ambos, de uma língua comum. Mas por suas práticas fortemente enraizadas acabaram criando o **ethos** da vida de bairro.” (p.13)

Em suma, a industrialização, entendida como processo indutor da urbanização, foi a responsável pela formação dos bairros e, por conseguinte, da sociabilidade a este associada e, ao mesmo tempo, foi responsável por sua

dissolução. Uma desestruturação que, ao contrário de sua estruturação, não foi repentina, mas anunciada em sua gênese, pois a configuração da metrópole que se anunciava iria dentro de algumas décadas destruir a vida de bairro.

Foi nesse contexto que descobrimos não somente o bairro, mas o *bairro* como uma espacialidade deste local denominado Água Branca, o qual foi antes uma *localidade rural* e atualmente é o que designamos de *porção imersa na metrópole*. Tentamos mostrar tais espacialidades, não como se estas fossem separadas, desvinculadas, mas como um conjunto, uma antecipando e anunciando a outra, num imenso e complexo movimento da história, que se dá num pequeno local. Este foi o caminho seguido, sendo o ponto de partida a realidade presente. De seu questionamento surgiram as perguntas e hipóteses que nos fizeram recuar na história para a compreensão deste presente. Mas, tal recuo foi feito com os olhos do presente, do real, pois tempo e espaço não se separam, assim como teoria e prática. De tal forma que os caminhos da pesquisa (inclusive os que foram abandonados) e o método utilizado nos mostraram um bairro datado, compreendido em meio à complexidade não somente da história em que se inscreve, mas também diante da complexidade do espaço atual.

Quais serão as novas espacialidades que o processo de urbanização engendrará? O que acontecerá no futuro com a metrópole? Até que ponto a sociedade urbana efetivamente se generalizará por todos os espaços? Quais as conseqüências que acorrerão a partir de então? A Água Branca efetivamente vingará como um espaço terciário? Até que ponto e de que maneira se dá a sua (re)valorização no contexto da cidade? Estas são algumas questões que ficam em aberto sobre as quais apontamos apenas alguns indícios para uma futura investigação.

Notas

- ¹ Entendemos por "espacialidades" a coexistência de formas de organização espacial datadas de diversos momentos históricos. Assim, uma espacialidade é uma certa forma de organização geral do espaço social que apresenta características predominantes que a qualificam e a diferenciam historicamente das outras. A noção de espacialidade traz consigo a idéia de processo em permanente movimento, ou seja, não se trata do espaço em si, como objeto analítico, mas do espaço na história, pensado como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético. Mesmo porque não existe espaço *a priori*, ele só pode ser pensado como espaço social, não sendo uma categoria independente da realidade. Nesse sentido, a noção de espacialidade, conforme definimos anteriormente, é mais potente como objeto analítico.
- ² Uma concepção mais ampla significa aqui, a mais abrangente, ou seja, aquela que engloba toda a área que possa ser ou ter sido um dia considerada sob a designação "Água Branca" Isso porque quando nos referimos à Água Branca não nos remetemos a um local definido política ou administrativamente, de forma que este não tem, portanto, limites fixos, sendo considerado de maneira muito distinta pelos diferentes grupos sociais que vivem em seus diversos espaços, em diferentes momentos de sua história.
- ³ As menções dos viajantes foi encontrada em: LANGENBUCH, 1971:37-38.
- ⁴ A atual cidade de Jundiaí já era um núcleo em 1615 e foi elevada à categoria de Vila em 1655. (PETRONE, 1995) Segundo Sérgio Buarque de HOLANDA (1957), em 1667. Jundiaí, "*a nascente Vila da borda da Mata, produzia e vendia aguardente de milho*". (p. 220). Em seu passado remoto, Jundiaí era uma Vila de onde partiam as bandeiras para Goiás. Segundo ABREU (1988), "*prosperava à volta de São Paulo grande número de vilas: Moji das Cruzes, Parnaíba, Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jundiaí, Sorocaba, são todas anteriores a 1680. (...) Cada uma das vilas extremas demandava destino diverso: as vilas do Paraíba do Sul apontavam para as próximas Minas Gerais, como Parnaíba e Itu apontavam para Mato Grosso, como Jundiaí apontava para Goiás, e Sorocaba para os campos de pinheiros em que já surgia Curitiba.*" (p.45, grifos nossos).
- ⁵ Segundo PETRONE (1995), o núcleo de Nossa Senhora do Ó, teve seu início na primeira metade do século XVII, sendo a capela de Nossa Senhora do Ó de 1610.
- ⁶ A tal bifurcação ainda existe e é a atual Praça dos Inconfidentes, local onde hoje inicia-se a Avenida Santa Marina (antiga estrada do Ó), termina a Rua Carlos Vicari e tem início a Rua Guaicurus (as quais eram um trecho da antiga estrada de Jundiaí/Campinas). Por longo tempo, o núcleo de Nossa Senhora do Ó, tinha como principal meio de comunicação com o centro de São Paulo, o caminho de Nossa Senhora do Ó (por ser o caminho mais curto/direto), depois designado de Avenida Santa Marina (nesta última havia uma ponte de madeira que atravessava o ainda meândrico rio Tietê. Tal ponte foi desativada e extinta em 1956, após a construção da atual ponte da Freguesia do Ó, pouco mais a oeste). Assim, quem do núcleo do Ó se deslocasse para o Centro de São Paulo, passava usualmente pela Água Branca, seja enquanto localidade (uma denominação de um local que não era urbano ainda), seja enquanto bairro (mais ou menos a partir de 1880).
- ⁷ O caminho/estrada de Jundiaí (também estrada de Campinas), recebeu primitivamente os nomes de caminho da Emboaçava (possivelmente algo parecido com uma trilha) e depois, no bandeirismo, a denominação de caminho dos Goiazes. Com os tropeiros é que a estrada passou a ser conhecida como estrada de Jundiaí. A mesma estrada, com o crescimento da localidade da Água Branca, passou a ser conhecida, por um certo período, como estrada da Água Branca. Trata-se, atualmente, da radial formada pelas seguintes vias, do centro em direção a Lapa: Av. São João, Av. Francisco Matarazzo/Rua Turiassú, Rua Carlos Vicari, Rua Guaicurus, Rua Trindade e Rodovia Anhanguera.
- ⁸ De acordo com alguns mapas e através da observação da topografia da área, o córrego da Água Branca tem sua nascente nas colinas do Sumaré, na extremidade oeste do Espigão Central, próximo do início da Rua Cardoso de Almeida. Dali seguia, aproximadamente, pelo que é atualmente o canteiro central da Avenida Sumaré (*zona non edificandi*). Aliás, assim como o fundo do vale do

Água Branca foi aproveitado para a construção da avenida Sumaré, o vale do Pacaembú (Av. Pacaembú), o do Anhangabaú (Av. Nove de Julho), entre muitos outros foram utilizados também para a construção de avenidas. No término da Avenida Sumaré, na Praça Marrey Jr., o curso do córrego desviava-se para oeste, seguindo pela rua Turiassu, passando em frente à entrada principal do estádio Palestra Itália (da Sociedade Esportiva Palmeiras), encontrando o córrego da Água Preta, onde hoje está o Largo Pompéia. O córrego da Água Preta, mais ao ocidente do Água Branca, nasce no bairro do Sumarezinho, na altura da Rua Heitor Penteado e segue, canalizado, pelos bairros da Vila Anglo-Brasileira, Bairro Siciliano, Vila Romana, Vila Pompéia e Água Branca, passando por entre os edifícios novos do SESC Pompéia, até receber as águas do córrego Água Branca, no referido Largo.

⁹ O crescimento demográfico de São Paulo no final do século XIX e início do XX nos dá uma noção da "explosão" sofrida pela cidade: em 1872 a cidade tinha 23.253 hab., em 1886 passa a 44.033 hab., em 1890 passa a 64.934 hab., em 1893 passa a 192.409 hab., 1900 passa a 239.820 hab. e em 1920 passa a 579.033 hab. Segundo LANGENBUCH (1971), houve uma aceleração impressionante no ritmo de crescimento da cidade, bastando notar que no período de 1872 a 1886, "a população (...) praticamente duplica, conhecendo destarte uma ampliação relativa semelhante à verificada anteriormente no decorrer de um período três vezes mais longo. Com efeito, desde o censo de Müller realizado em 1836, até o ano de 1872, a população em causa se elevava de 12.356 a 23.253 habitantes." (p.77). (Dados obtidos em: LANGENBUCH, 1971 e MORSE, 1970).

¹⁰ Há inúmeros outros elementos importantes para a compreensão do processo de industrialização/urbanização de São Paulo, vinculados à macropolítica e à macroeconomia, cuja discussão seria inviável nos limites deste artigo.

¹¹ Segundo LEFEBVRE (1975), "a sociologia admite níveis de realidade, como também de pensamento; não há um 'tudo ou nada' de existência, de realidade, de coerência sociológica, mas uma extensa gama" (p.201).

¹² Tal situação ocorria na *Vidraria Santa Marina*, para evitar que os operários atrasassem para o primeiro turno do dia. Estes funcionários eram conhecidos

como "despertadores", eram os responsáveis pela pontualidade. Cf. BRANDÃO, op. cit., 1996, p.64 e relato da Sra. Edith Fragoso em 27/01/2000.

¹³ Local aqui é o modo mais genérico e "neutro" para nos referirmos à Água Branca.

¹⁴ Para a melhor elucidação deste método, ver, em especial: (LEFEBVRE, 1997, p.65-67); (LEFEBVRE, 1999 (b), p.33); (LEFEBVRE, 1975, p.17 e 61 a 76); (LEFEBVRE, 1999 (a), p.86); (MARTINS, 1996) e (KOFMAN & LEBAS, 1996, p.3-60).

¹⁵ Além disso, LEFEBVRE (1999b) em outro trabalho acrescenta: "Conhece-se o passado a partir do presente, mais do que o presente a partir do passado. **O que legitima uma historicidade sem historicismo.**" (p.72, grifos nossos)

¹⁶ Foram realizadas nove entrevistas, nas quais foram ouvidos moradores do bairro com idades que variaram entre 53 e 95 anos. O procedimento para o recolhimento dos relatos pessoais ocorreu da seguinte forma: elaboramos previamente um roteiro flexível, que servia somente para nortear as questões pelas quais gostaríamos de passar, com o intuito de termos alguns referenciais comuns para a comparação qualitativa entre os diversos entrevistados. Assim, a idéia principal era deixar o entrevistado conduzir a conversa. Procuramos, pois, fazer o mínimo possível de intervenções. Na medida em que a conversa ocorria, se as questões não fossem espontaneamente colocadas, aí sim, eram feitas. Todas as entrevistas foram gravadas e logo após transcritas integralmente para a análise.

¹⁷ O Cine São Carlos era o antigo Cine Santa Marina, montado pela *Vidraria Santa Marina*, em 1914, na rua Guaicurus. Atualmente no local funciona uma revendedora de pneumáticos.

¹⁸ Conforme já discutido, o bairro da Água Branca aqui é considerado de forma ampla e como foi visto, não há consenso no que se refere à designação de diferentes porções do bairro. Dependendo do lugar, ele é tido como Lapa, Barra Funda, Perdizes, Pompéia ou Vila Romana. Ao se distanciar de sua artéria central, a Av. Francisco Matarazzo, rua Carlos Vicari e rua Guaicurus, a designação "Água Branca" vai perdendo força. O Sr. Joaquim Guedes considera seu bairro como Lapa. Já sua antiga vizinha na Rua Duílio (travessa da rua Clélia que termina na Rua Guaicurus), Shirley Bonini Paladino, também entrevistada, considera seu bairro como

Água Branca.

¹⁹ Não cabe aqui uma análise extensa das especificidades do *Palestra Itália*, sendo importante salientar, entretanto, que este time surgiu de uma grande associação de imigrantes que envolvia, desde seu início, em 1914, a cidade como um todo. Era uma espécie de resposta dos imigrantes, que sofriam um grande preconceito por parte da elite paulistana, e que, ao se associarem, poderiam vencer a elite, representada por alguns clubes, notadamente o *Clube Atlético Paulistano*, dentro de campo. Tanto que, apesar do nome *Palestra Itália* e de seus fundadores serem italianos, muitos japoneses, espanhóis, etc., torciam para o *Palestra*, pois era o "grande time vencedor", embora não o único, dos imigrantes. Portanto, o *Palestra Itália*, apesar de sediado na Água Branca não era um time do local, ele desde o princípio, foi um time da cidade toda, tendo muitos de seus torcedores, na Bela Vista, no Brás, na Moóca, no Belenzinho, enfim, nos bairros que abrigavam grandes quantidades de imigrantes, sobretudo italianos. (Cf. ARAÚJO, J. R.C (2000) *Imigração e Futebol: o caso Palestra Itália*. São Paulo, Editora Sumaré/FAPESP)

²⁰ O nome *Jacaré F.C.*, faz menção ao símbolo mascote

da empresa naquela época que era um jacaré. Este time foi lembrado pelo Sr. Hugo Francesconi e pelas Sras. Cecília Francesconi e Edith Fragoso.

²¹ Ricos são considerados, pelo que foi possível compreender, o que classificaríamos como sendo classes médias, formadas por pequenos e médios empresários, donos de estabelecimentos comerciais, profissionais liberais, pessoas com maior grau de escolaridade, enfim, por aqueles que possuíam um nível de vida melhor do que os pobres naquele determinado espaço, o do bairro. Este é o entendimento que faz com que os pobres, da parte de baixo do bairro, chamem de ricos os que moravam na rua Clélia e arredores, ou seja, na parte de cima.

²³ Atualmente a Sra. Shirley Grané de Luca mora no Bairro Siciliano, um bairro das proximidades considerado melhor que a Água Branca nos dias de hoje.

²⁴ Filha do Sr. Hugo Francesconi e da Sra. Cecília Francesconi, que eram proprietários da de uma torrefação de café e refinaria de açúcar, denominada *Santa Ifigênia*.

Bibliografia

ABREU, J. C. de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1988, 164p.

ANDRADE, M. M. de. "Brás, Moóca e Belenzinho: formação e dissolução dos antigos bairros "italianos" além Tamanduateí". *Travessia - Revista do Migrante*, v. XIII, n.38, São Paulo, Centro de Estudos de Migratórios, 2000, p. 5-10.

BARCELOS, F. de. *Companhia Vidraria Santa Marina - 80 Anos de Sociedade Anônima / 90 de Vidro: a biografia de um monumento*. São Paulo, (mimeo), 1983, 274p.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979, 402p.

GEORGE, P. *Geografia Urbana*. Tradução Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução, São Paulo, Difel, 1983, 236 p.

GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. 2ª ed. Tradução de Geraldo Gerson de Souza, São Paulo, Edusp, 1997, 310 p.

HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro, José Olympio Editôra, 1957, 334p.

KOFMAN, E.; LEBAS E. "Lost in Transpositions - Time, Space and The City". In: LEFEBVRE, H. *Writings on Cities*. Oxford/UK - Cambridge/USA, Blackwell Publishers, 1996, p. 3-60.

LANGENBUCH, J. R. *A Estruturação da Grande São Paulo - Estudo de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971, 527p.

- LEFEBVRE, H. *De lo Rural a lo Urbano*. 3ª ed., Barcelona, Ediciones Península, 1975, 268 p.
- _____ *O Direito à Cidade*. Trad. de Rubens Eduardo Frias, São Paulo, Editora Moraes, 1991, 145 p.
- _____ *The Production of Space*. Translated by Donald Nicholson-Smith, 8ª ed. Oxford/UK – Cambridge/USA, Blackwell Publishers, 1997, 454 p.
- _____ *A Cidade do Capital*. Trad. de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur, Rio de Janeiro, DP&A, 1999a, 180 p.
- _____ *A Revolução Urbana*. Trad. de Sérgio Martins, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999b, 178 p.
- MAGNANI, J. G. C. "Quando o campo é a cidade: fazendo Antropologia na metrópole" In: MAGNANI, J. G. C. e TORRES, L. L. (orgs.), *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. 2ª ed., São Paulo, Edusp/Fapesp, 2000, p. 12-53.
- MARTINS, J. de S. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973, 222p.
- _____ *Subúrbio – Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do Fim do Império ao Fim da República Velha*. São Paulo – São Caetano. Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992, 363p.
- _____ As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____ *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 13-23.
- _____ *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo, Hucitec, 2000, 201p.
- MORSE, R. M. *Formação Histórica de São Paulo (de Comunidade à Metrópole)*. São Paulo, Difel, 1970, 447p.
- PETRONE, P. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo, Edusp, 1995, 396p.
- _____ As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____ *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 13-23.
- RAMOS, A.W. "Desindustrialização na Metrópole Paulistana: o caso da Água Branca" *Revista GEOUSP: espaço e tempo*. n.º 10, São Paulo, Humanitas/EDUSP, 2001a, p.91-113.
- _____ *Fragmentação do Espaço da/na Cidade de São Paulo: espacialidades diversas do bairro da Água Branca*. São Paulo, 1v. Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ USP, 2001b, 196 p.
- _____ *Industrialização e Desindustrialização na Metrópole Paulistana*. São Paulo, 1v. TGI, – FFLCH/ USP, 1998, 270 p.
- SEABRA, O. C. de L. "Urbanização: bairro e vida de bairro" *Travessia – Revista do Migrante*. n. 38, ano XIII, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, 2000, p. 11-17.
- _____ (mimeo) *Memória, Cidade e Paisagem*. São Paulo, 5p.
- SIMMEL, G. "A Metrópole e a Vida Mental. trad. de Sérgio Marques dos Reis". In: VELHO, O. G. (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, p. 13-28.
- SOUZA, M. J. L. de. "O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política". *Revista Brasileira de Geografia*. n. 51, Rio de Janeiro, IBGE, 1989, p. 139-172.

Trabalho enviado em novembro de 2003.

Trabalho aceito em março de 2004.



PROJETOS DE URBANIZAÇÃO EM VITÓRIA-ES: ASPECTOS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UMA METRÓPOLE MODERNA

Ana Lucy Oliveira Freire*

RESUMO:

Nosso trabalho, a seguir, procurou entender os aspectos que marcam o processo de produção do espaço urbano de Vitória no que diz respeito, especificamente, ao crescimento da periferia urbana que abriga classes de baixo poder aquisitivo/renda, cujo papel do governo municipal no processo tem sido fundamental. Em outras palavras, pretende-se compreender como vem ocorrendo, no momento atual, a expansão da cidade através do surgimento de novos bairros construídos por uma grande maioria de excluídos do acesso à propriedade privada ou que não podem pagar aluguel, áreas estas que passam por obras de urbanização, revertendo o quadro anterior do que se denomina degradação ambiental. Essa política reverte-se de grandes projetos a cargo do governo municipal, financiados pelo estado e por diversos organismos financeiros nacionais e internacionais, os quais almejam uma cidade moderna, adequada e competitiva para o capital e a economia globalizados.

PALAVRAS-CHAVE:

Cidade, espaço, urbanização, poder público, degradação ambiental.

ABSTRACT:

Our work to proceed tried to understand the aspects that mark the process of production of the urban space of Vitória in what it says respect, specifically, to the growth of the urban periphery that shelters classes of low power of income, whose the municipal government's paper in the process has been fundamental. In other words, it intends to understand how it is happening, in the current moment, the expansion of the city through the appearance of new neighborhoods built by a great majority of excluded of the access to the private property or that they cannot pay rent, areas these that go by urbanization works, reverting the picture previous of environmental degradation. They are treated of great projects under the responsibility of the municipal government, financed by the state and for several national and international financial organisms, which long for a city modern, appropriate and competitive for the capital and global economy.

KEY WORDS:

City, space, urbanization, public power, environmental degradation.

I- Introdução

Esse trabalho é parte integrante de um projeto maior que é entender o processo de produção do espaço urbano de Vitória-ES, incluindo nele pesquisas acerca de como vem se construindo a metrópole que se quer

moderna. No âmbito da pesquisa mais ampla, incluímos trabalhos tanto sobre a constituição da mancha urbana, isto é, da produção do espaço *strictu sensu*, assim como dos vários aspectos do urbano no plano da vida, da reprodução.

Interessa-nos mais de perto, nesse momento, entender os aspectos que marcam o

* Professora Adjunto do Departamento de Geografia. Centro de Ciências Humanas e Naturais- UFES.
E-mail: alucy.freire@bol.com.br.

processo de produção do espaço urbano de Vitória no que diz respeito, especificamente, ao crescimento da periferia¹ urbana que abriga classes de baixo poder aquisitivo/renda, cujo papel do governo municipal tem sido fundamental no processo de reprodução da metrópole. Em outras palavras, pretende-se entender como vem ocorrendo, no momento atual, a expansão da cidade através do surgimento de novos bairros construídos² por uma grande maioria de excluídos do acesso à propriedade privada ou que não podem pagar aluguel, áreas estas que passam por obras de urbanização que fazem parte de grandes projetos a cargo da prefeitura e financiado pelo estado e por diversas agências nacionais e internacionais¹

É preciso salientar que não se trata de discussões e análises evidenciando e questionando se as políticas implementadas pelo governo municipal são inclusivas e ampliam as possibilidades de cidadania, ou ainda de questionar possíveis projetos que tentam amenizar a situação degradante de grande parte da maioria da população que vive nas grandes cidades brasileiras, fruto de décadas de políticas econômicas excludentes. Pretende-se, sim, entender as contradições do estado que, por um lado, vem enfrentando o péssimo quadro social urbano instalado, e de outro, através de suas políticas públicas, em especial os projetos de urbanização estratégica, produz o espaço de modo que o capital possa usufruir dele.

Limitaremos-nos, aqui, a discutir a metrópole que se produz de modo desigual, cujo papel do poder público no processo, através de vários órgãos municipais e estaduais, tem enorme, para não dizer total participação e, neste caso específico que trataremos – que é o caso da cidade de Vitória-ES - não significa dizer que se trata de um estado “bom” ou “malvado”, mas que tem os seus interesses, tem suas estratégias e faz as suas defesas numa sociedade desigual.

No âmbito dessa discussão, é importante apontarmos o caminho do apoio teórico-metodológico que acreditamos ser possível para

entender a produção do espaço urbano, o que faremos no item 2.

O item 3 pretende fazer um resgate acerca dos aspectos que marcaram a grande transformação de Vitória, a partir dos anos 70, fruto do desenvolvimento industrial que proporcionou a mudança de uma cidade com pouco mais de 130 mil habitantes a um centro grande urbano na década de 90 (IBGE, 2000), além de ter se transformado no centro urbano de uma das mais recentes regiões metropolitanas do país, formada em 1995, hoje com quase 1.200 milhões de habitantes “recheada” do ditos “problemas urbanos”.

No item “A Cidade que se Produz Hoje: a constituição da nova periferia através de uma urbanização adequada” implementada pelo poder público, pretendemos analisar e entender como vem se dando a produção do espaço urbano na periferia de Vitória hoje, discussão que enfatiza o papel do governo municipal no processo via projetos enquanto parte de suas políticas públicas. Para tanto, optamos por um recorte espacial que se constitui por quatro bairros na região norte da cidade (atendidos por um destes projetos – o Projeto Terra), objeto de nossas observações e investigações de modo mais particularizado.

Por fim, no item 5 não concluindo as pesquisas, tecemos algumas considerações sobre o andamento e as tendências que envolvem as políticas do poder público municipal quanto aos projetos de urbanização de áreas na periferia de Vitória.

II - O Entendimento Acerca do Processo de Produção do Espaço Urbano.

O que responder diante da pergunta: o que significa, hoje, uma cidade moderna? Do ponto de vista do capital, da riqueza que circula e do mercado que rege tudo e a todos, trata-se da cidade sem barreiras e com muitas possibilidades de crescimento econômico.

Identificamos, nos últimos tempos, diversas manifestações do que significa a adequação, ou os ajustes dos governos das cidades às normas, valores, padrões, leis... ao

mercado globalizado. A inserção de cada cidade nesse novo momento da economia globalizada nos surpreende com mudanças sócio-espaciais, às vezes, profundas (ZUKIN, 2000, p. 108). As cidades passam por reestruturações, vestem-se de uma nova roupagem; nelas os espaços são domesticados, padronizados, homogeneizados, reconhecidos (até) pelos "de fora" Tudo isso para dar um *sentido global à cidade*², torná-la, acima de tudo, eficiente, produtiva, competitiva, posto que cumpre um papel nessa economia globalizada.

Nosso ponto de partida é pensar essa cidade adequando-se às forças da economia globalizada, objetivando oferecer e obter vantagens, na forma de abrigar, da melhor maneira possível, os capitais que chegam como investimentos/novos negócios, e exigem uma cidade nova, nobre, moderna, eficaz e elegante. Resulta disso: desigualdade, exclusão, segregação, degradação, desemprego, pobreza..., uma vez que se trata das contradições da dita globalização, dado relevante no entendimento sobre a problemática urbana atual.

O urbano - a sociedade urbana que se constitui - é um fenômeno complexo que exige reflexões de nós, geógrafos, para além da cidade, o espaço produzido na sua concretude, isto é, a realidade no que tange à sua dimensão espacial. Atingir e explicitar o entendimento desse fenômeno exige, antes de tudo, fôlego, para entender suas relações e o seu papel no atual estágio do capitalismo.

A realidade sócio-espacial que se nos apresenta no nível da paisagem urbana, em especial das nossas grandes cidades, é fortemente marcada pela desigualdade, fruto da relação entre dominantes e dominados no processo de produção do espaço (CARLOS, 1994; 2001). No caso do espaço urbano produzido (marcado pela segregação sócio-espacial) este se dá no âmbito da reprodução da vida, da existência mesma do homem, e a apropriação desse produto - o espaço - quando ocorre, depende da condição e da posição que esse indivíduo ocupa na sociedade. Segundo RODRIGUES (1991), o resultado é uma produção

diferenciada da cidade ou, conforme suas palavras, "*refere-se à capacidade diferente de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno, quanto pelos equipamentos e serviços coletivos.*"³

A cidade capitalista que se produz, hoje, não abre mão de uma massa de assalariados, como afirma SPOSITO (1988). Afinal de contas a cidade precisa concentrar todos os meios necessários, as melhores condições para melhor viabilizar o pleno desenvolvimento do capital, sobretudo hoje, em tempos de globalização (SANTOS, 1994). A ampliação da periferia da cidade que abriga a grande maioria das classes trabalhadoras é parte dessa condição, posto que esses indivíduos precisam morar em algum lugar. Os "problemas" que se manifestam desse crescimento urbano é sabido e sintetizado por muitos como "crise urbana", muito bem entendida e desvendada por SOUZA (2000).

Em nome da proteção do meio ambiente/da natureza, o estado e o capital, enquanto os seus protetores continuam produzindo o espaço urbano, principalmente nas grandes cidades, dentro da lógica do mercado, agora, também, se utilizando dos discursos ecológicos/ambientalistas, estes advogando a busca pela qualidade de vida, parte do processo de reprodução. Percebe-se, portanto, que as denominadas questões ambientais estão na ordem do dia e envolve a todos. Como bem trata SEABRA (2003, P. 309), "*o ambientalismo se pôs como prática que perpassa a vida social de cima a baixo. Em seu nome são formuladas políticas de Estado visando alocação de investimentos públicos em políticas educacionais, em turismo, como em quaisquer outras esferas da vida social*" O caso da cidade de Vitória não escapa a esse processo, no que tange às estratégias de ocupação e o uso do solo urbano - bastante exíguo nesse caso - sob rígido controle do poder público e dos capitais.

III- Transformações Econômicas e Crescimento Urbano de Vitória-ES a partir dos Anos 70.

A realidade urbana atual de Vitória tem seu entendimento baseado nas mudanças do desenvolvimento econômico do estado, especialmente no decorrer do grande surto industrial, a partir da década de 70. O aumento do número de favelas em morros e as inúmeras moradias sobre palafitas em áreas de mangue, passaram a ser a alternativa de levar de migrantes atraídos pelas oportunidades de emprego nos novos projetos industriais concentrados na capital, centro do grande aglomerado metropolitano.

A economia do estado do Espírito Santo passou por grandes transformações a partir da década de 60, mas tais mudanças foram mais compreensíveis e perceptíveis nos anos 70 com a modernização da denominada periferia do sudeste brasileiro (SIQUEIRA, 2001).

A economia cafeeira, até então, era o alicerce da base primário-exportadora dos capixabas, garantindo a dinâmica estadual. A partir dos anos 70, perante uma nova lógica econômica mundial, impondo um novo padrão de acumulação capitalista, o estado se viu obrigado a diversificar sua economia, em especial intensificando o processo de industrialização, condição que o integrou à economia nacional e, depois, mundial (ROCHA & MORANDI, 1991).

As vantagens do complexo urbano-portuário concentrado, a princípio, em Vitória, atraíu, entre 1975-1985, diversos projetos industriais que viam nesse complexo oportunidades para alavancar setores tais como a siderurgia, metalurgia, química, extrativa mineral (pelotização de minério de ferro e exploração do mármore e granito), papel e celulose, madeira e mobiliário, construção civil, material de transporte e outros, tornando hegemônico a atuação da grande indústria nas transformações econômicas do estado. Diga-se de passagem, indústria enormemente apoiada (leia-se financiada) pelo capital público através, por exemplo, pela atuação do BANDES Banco

de Desenvolvimento do Espírito Santo (PEREIRA, 1998).

O crescimento industrial concentrado na região da Grande Vitória consolidou, também, o maior aglomerado populacional do estado que, segundo SIQUEIRA (2001), *"cresceu a uma taxa de 7,0 a.a nos anos 70 [...] o que nos leva a confirmar o processo acelerado de metropolização da região, processo inerente ao novo modelo econômico adotado pelo estado"*⁴

A rápida expansão industrial, e com ela a urbanização acelerada, motivou o crescimento dos serviços necessários à atuação do grande capital industrial. Supermercados, *shopping-centers*, lojas de departamento, escritórios dos mais diversos, transportes, bancos, serviços do comércio em geral, hotelaria, construtoras/imóveis comerciais e residenciais, equipamentos de lazer/diversão, etc., são exemplos que articularam o crescimento econômico industrial, a dinâmica do setor terciário e o crescimento das cidades que, hoje, compõem a grande Vitória que, conforme ROCHA & MORANDI (1991) *"esta região detinha em 1950 apenas 11, 6% da população estadual, sendo 74,6% de população urbana. Em 1985 ela passou a concentrar o expressivo percentual de 39,6% da população estadual e a taxa de urbanização atingiu 99%"*⁵

É importante revelar que a cidade de Vitória, o *core* da Região Metropolitana atual, ainda nos anos 70, duplicou sua população com migrantes oriundos do interior do estado e de estados vizinhos (em torno de 45%); na década seguinte, o total de migrantes sobre a população total chegara a quase 60%⁶, atraídos pelo crescimento industrial e os setores de serviços. Essa realidade continuou por toda a década de 80, período em que, para muitos estudiosos da região, desestruturou e mudou a fisionomia de Vitória, a capital, dotada de melhores condições (de moradia, de oportunidades de trabalho, de infra-estrutura) para abrigar o significativo contingente de novos trabalhadores vindos de outros lugares, especialmente do interior do estado, do estado da Bahia, do estado de Minas gerais e do estado do Rio de Janeiro.

Não houve a esperada absorção desses contingentes de trabalhadores pelos novos setores dinâmicos da economia local, sobretudo por se tratar de mão-de-obra pouco ou nada qualificada. Estavam, assim, eliminadas quaisquer possibilidades de melhores condições de vida para a maioria dos que migraram para Vitória. Por outro lado, realizou-se a lógica da disponibilidade de uma massa de trabalhadores baratos para atender o capital quando necessário.

Evidenciou-se, rapidamente, um grande crescimento urbano "desordenado" na Grande Vitória. As desigualdades sócio-espaciais se multiplicaram fruto do quadro de pobreza que se ampliou dia-a-dia. A manifestação espacial urbana clara desse processo foi o surgimento de inúmeras e novas favelas, ocupações de morros e do manguezal existente no entorno da ilha⁷

SIQUEIRA (2001), nos dá uma boa idéia desse quadro de degradação sócio-espacial. Nas suas palavras:

"A maioria das aglomerações de favelados da Grande Vitória até 1980 sobrevivia em condições subumanas, em locais sem qualquer tipo de assistência à saúde, onde casas, em boa parte, não possuíam água encanada, luz elétrica ou sistema de esgoto. Essas casas, normalmente barracos de madeira, construídos nos depósitos de lixo, nos morros, ou fincados à beira do mangue, como palafitas, expressavam a própria miséria da população"⁸

IV - A Cidade que se Produz Hoje: a constituição da periferia em Vitória através de uma "urbanização adequada" ou o fim da "paisagem degradada"

A cidade de Vitória, pólo central da Região Metropolitana é, também, o menor município dessa região, além de ser toda limitada ao crescimento da sua mancha urbana. Trata-se de uma ilha de 81 km² que já não tem mais para onde crescer horizontalmente; sua extensão

territorial já foi, inclusive, ampliada com os constantes aterros transformados em solo urbano ao longo dos últimos 100 anos, avançando, portanto, pelo mar, sobretudo ao longo da baía de Vitória, um dos seus limites naturais, ao sul e leste. Um outro limite natural à expansão é o que resta de significativo do manguezal que margeia a baía de Vitória, nas regiões oeste, noroeste e norte da ilha (ver figura 1).

A ilha encontra-se dividida fisicamente por um maciço central que se alonga de norte a sul, transformado, em grande parte, em parque urbano/reserva municipal - o Parque da Fonte Grande (ver figura 1). De um lado do maciço concentra-se grande parte da cidade edificada/verticalizada, voltada para a baía e para o mar, a leste e sul, áreas cujas possibilidades de crescimento já se esgotaram. Lá estão localizados o centro principal, as novas centralidades, os bairros que abrigam as classes de médio e alto poder aquisitivo e alguns poucos bairros que abrigam as classes de baixo poder aquisitivo de Vitória. Também se esgotaram as possibilidades de criar solo urbano, isto é, os aterros que tinham que ser feitos, já o foram. Restou o outro lado, a outra parte da baía e as áreas, a oeste, noroeste e norte, onde parte do manguezal (ainda) se impõe e resiste às ocupações, ditas desordenadas.

O contingente de excluídos da moradia aumenta dia-a-dia nessas ocupações ampliando as áreas residenciais, fazendo surgir bairros, processo que chama a atenção dos governantes, os quais, dependendo dos interesses, removem essa população de imediato, às vezes usando a força, prometendo-lhes soluções de reassentamento em momento posterior, ou implementam políticas objetivando, no final das contas, integrar essas áreas à cidade, a exemplo do Projeto Terra (ver figura/mapa 3).

A ocupação de áreas de mangue a oeste e noroeste da ilha, na Baía de Vitória, a ponto de transformar-se em enormes bairros compoendo a denominada região Grande São Padro (I, II e III) tem a sua história marcada pela resistência

daqueles que precisavam de um lugar para morar. Teve início nos anos 70 e cresceu à medida que levadas de migrantes chegavam à Vitória, atraídos pela industrialização. A moradia sobre palafitas passou a ser a alternativa de habitação e de sobrevivência para muitos, não apenas porque do manguezal retirava-se o alimento para consumo e para comercializar, mas pelo fato de que essas áreas foram transformadas em lixões da Prefeitura. Ou seja, o lixo que servia de aterro (solo compacto), permitindo erguer barracos também oferecia possibilidades de sobrevivência, em condições de extrema ausência de humanidade. Os lixões deram lugar

a usinas de tratamento e de reciclagem de lixo e aos poucos as inúmeras famílias ocupantes foram conquistando o direito de morar.

Até o final da década de 80, centenas de famílias ainda viviam nessas áreas em condições precárias na esperança que a Prefeitura urbanizasse os aterros de lixo e o mangue ocupado. Em 1989 as primeiras ações governamentais tiveram início e, com elas, as políticas de ocupação e uso do solo (PMV, 1996). Passados mais de 20 anos, o fim dessas políticas ainda está longe de acontecer, posto que as ocupações ainda persistem, embora no âmbito dos

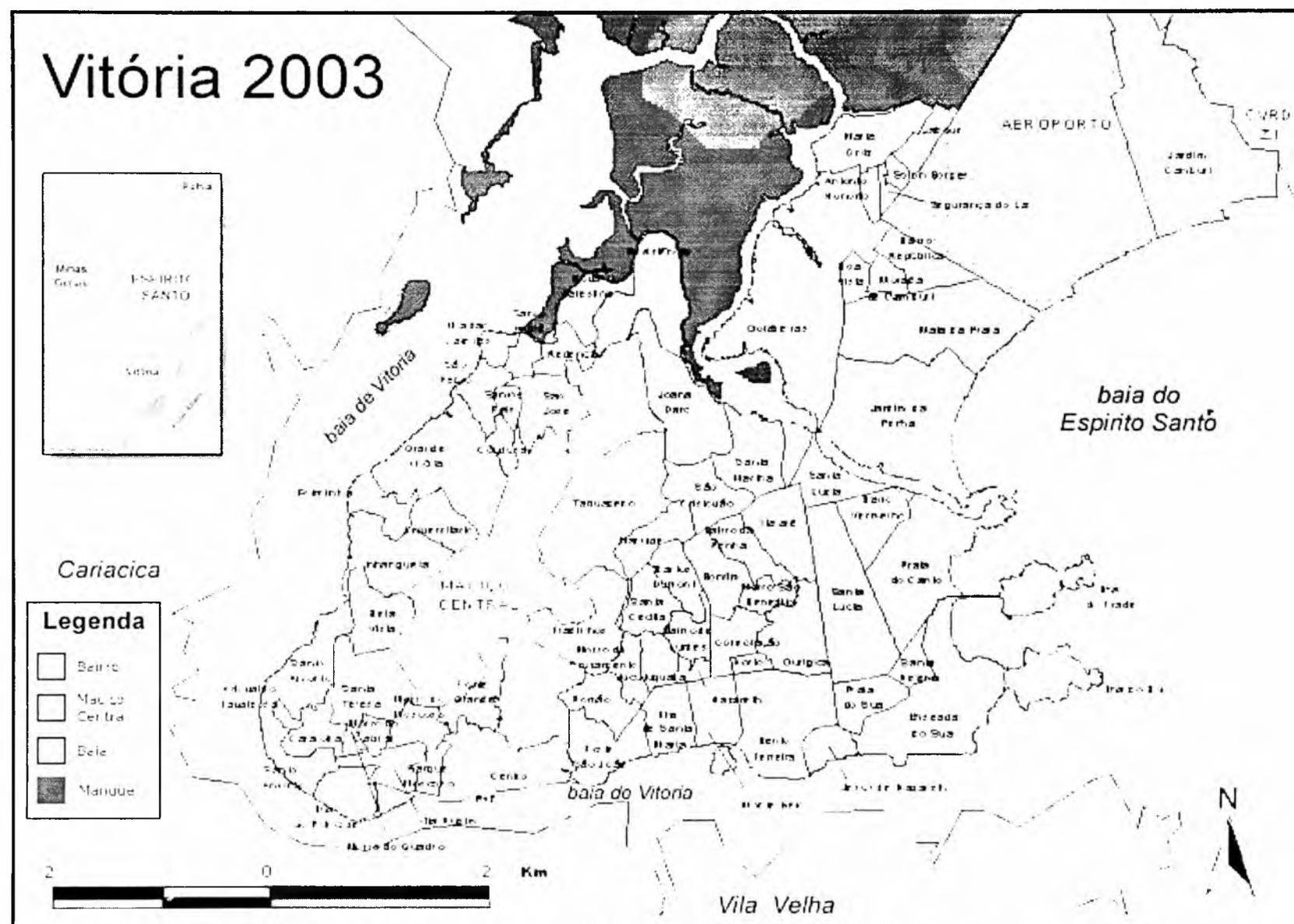


Figura 1: mapa da cidade de Vitória, destacando-se a localização dos bairros, a baía de Vitória, as áreas de mangue e o maciço central.

objetivos a serem alcançados pelo poder público, a delimitação do manguezal pelos órgãos ambientais tenha sido prioritário, o que dificulta processos de ocupação.

Junto às áreas de mangue, ao norte da cidade, vêm se consolidando novos bairros, dentre

os quais destacamos o Andorinhas, o Santa Marta (e dentro deste o Mangue Seco, área em vias de ser transformada em bairro), o Joana D'Arc e o Resistência, objetos de nossas primeiras investigações empíricas (ver figura/mapa 2). Sobre

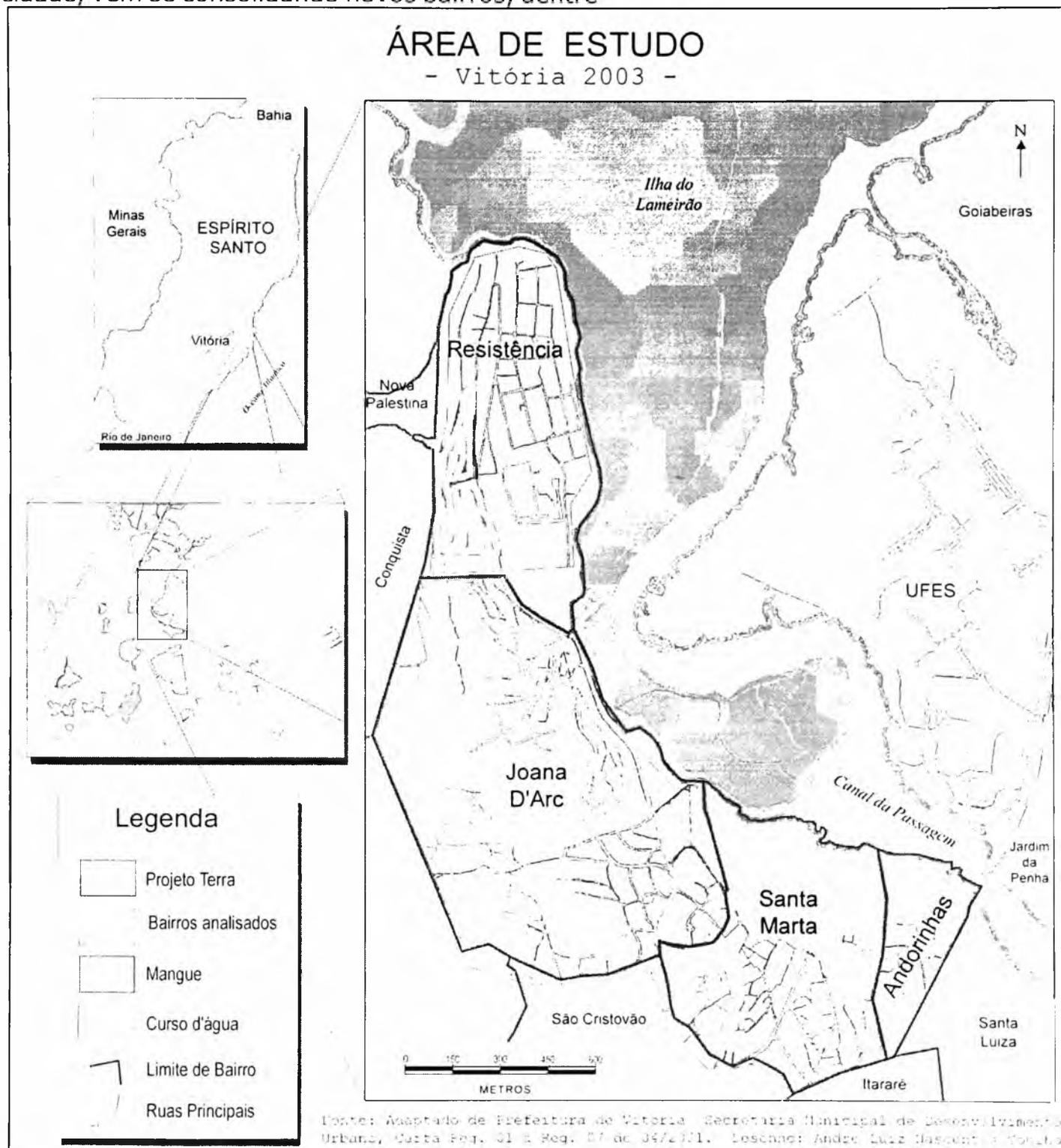


Figura 2: mapa da área de estudo/investigação, destacando os bairros Resistência, Joana D'Arc, Santa Marta e Andorinhas, ao norte da cidade de Vitória.

o manguezal aterrado algumas moradias ainda são toleradas, posto que o estado não atende à enorme demanda residencial dos trabalhadores, assim como é tolerada a degradação ambiental. Desse modo, confirma-se a regra da ocupação juntamente com o aterramento de ecossistemas litorâneos frágeis na grande maioria das cidades brasileiras, onde a efetiva legislação de proteção ambiental parece não existir. Em outras palavras, trata-se da relação direta entre moradia pobre e degradação ambiental por absoluta falta de alternativa para as classes de baixa renda. (MARICATO, 2001).

A história dos bairros que escolhemos para os estudos empíricos não é diferente do que já vinha ocorrendo nas áreas a oeste da baía de Vitória, especialmente em São Pedro I e II. Trata-se de um prolongamento do processo de ocupação. Conversando com moradores nos bairros Andorinhas, Joana D'Arc e Santa Marta, estes dizem que desde 1983 lutam pela urbanização e pela legalização dos lotes/casas pela Prefeitura. Passados 20 anos, a grande maioria dos becos e ruas estão calçados, nas ruas principais circulam ônibus, no bairro existe pelo menos uma escola municipal de ensino fundamental. No entanto, as obras de saneamento deixam a desejar, e o processo de regularização fundiária se arrasta lentamente. Em geral, os moradores estão satisfeitos com a moradia, sobretudo pela localização dentro da cidade, justificando que os gastos com transportes são bem menores se comparado com a situação daqueles que habitam os bairros distantes nos municípios que compõem a Grande Vitória (Serra, Cariacica, Vila Velha e Viana), e gastam horas em deslocamentos. Perguntados acerca das preocupações no que tange à moradia, muitos alegam que o aumento das despesas que vêm junto com a regularização do lote (tarifas e impostos) é motivo de pensar no futuro.

É importante assinalar que, ao longo de pelo menos 25 anos de políticas públicas municipais voltadas para a moradia das classes trabalhadoras de baixo poder aquisitivo, o discurso da preservação do manguezal⁹ se faz presente nos projetos do poder público em Vitória. É o caso

do Projeto Terra. É contraditório e requer questionamento tal discurso posto que entre as metas estabelecidas pelo governo municipal é prioritária a geração de emprego e renda, especialmente quando se observa que a sobrevivência e a renda dos que vivem no (e do) mangue, muitas vezes, é oriunda da exploração do manguezal (pescadores, catadores de caranguejo e siri, etc.), isto é, é do mangue que é retirada a matéria-prima que sustenta, inclusive, cooperativas e fábricas de alimentos no interior dos bairros, apoiadas financeiramente pela prefeitura. Acreditamos que as comunidades que habitam esses lugares tidos como "insalubres" são as mais interessadas na preservação desses ecossistemas que garantem o sustento das famílias que ali residem.

O Projeto Terra (Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental), da Prefeitura Municipal de Vitória, existe com essa denominação desde 1997, e se transformou na "menina dos olhos" do governo municipal atual, projeto que vem ganhando diversos prêmios nacionais e internacionais na categoria de política urbana local que dá certo. É composto de 11 poligonais (ver figura 3), que são áreas-foco de atuação do projeto, localizados principalmente nas porções noroeste e norte de Vitória (PMV, 1996).

Evidentemente, não podemos abstrair os pontos positivos do Projeto Terra e de outros que fazem parte das políticas do município. Além do mérito de ter uma continuidade independente da mudança de administração municipal, de fato, vem proporcionando melhores condições de vida às centenas de famílias vivendo em condições subumanas. Contudo, os méritos de tais políticas não eximem o poder público das suas contradições enquanto agente da produção do espaço urbano.

O Projeto Terra, como tantos outros implementados em várias cidades brasileiras nos últimos anos, é parte da macro política econômica nacional visando uma melhor inserção dessas cidades em tempos de economia globalizada. Ou seja, vislumbra-se tornar esses centros urbanos mais competitivos, o que não ocorre com a "agudização dos níveis de pobreza

inserção dessas cidades em tempos de economia globalizada. Ou seja, vislumbra-se tornar esses centros urbanos mais competitivos, o que não ocorre com a "agudização" dos níveis de pobreza e de um ambiente degradante. É

preciso, se não reverter esse quadro, pelo menos amenizá-lo. Segundo BITOUN (2001) estudando Recife-PE, "é preciso criar ambientes produtivos propícios à conquista e manutenção de níveis elevados de competitividade [...] proporcionar

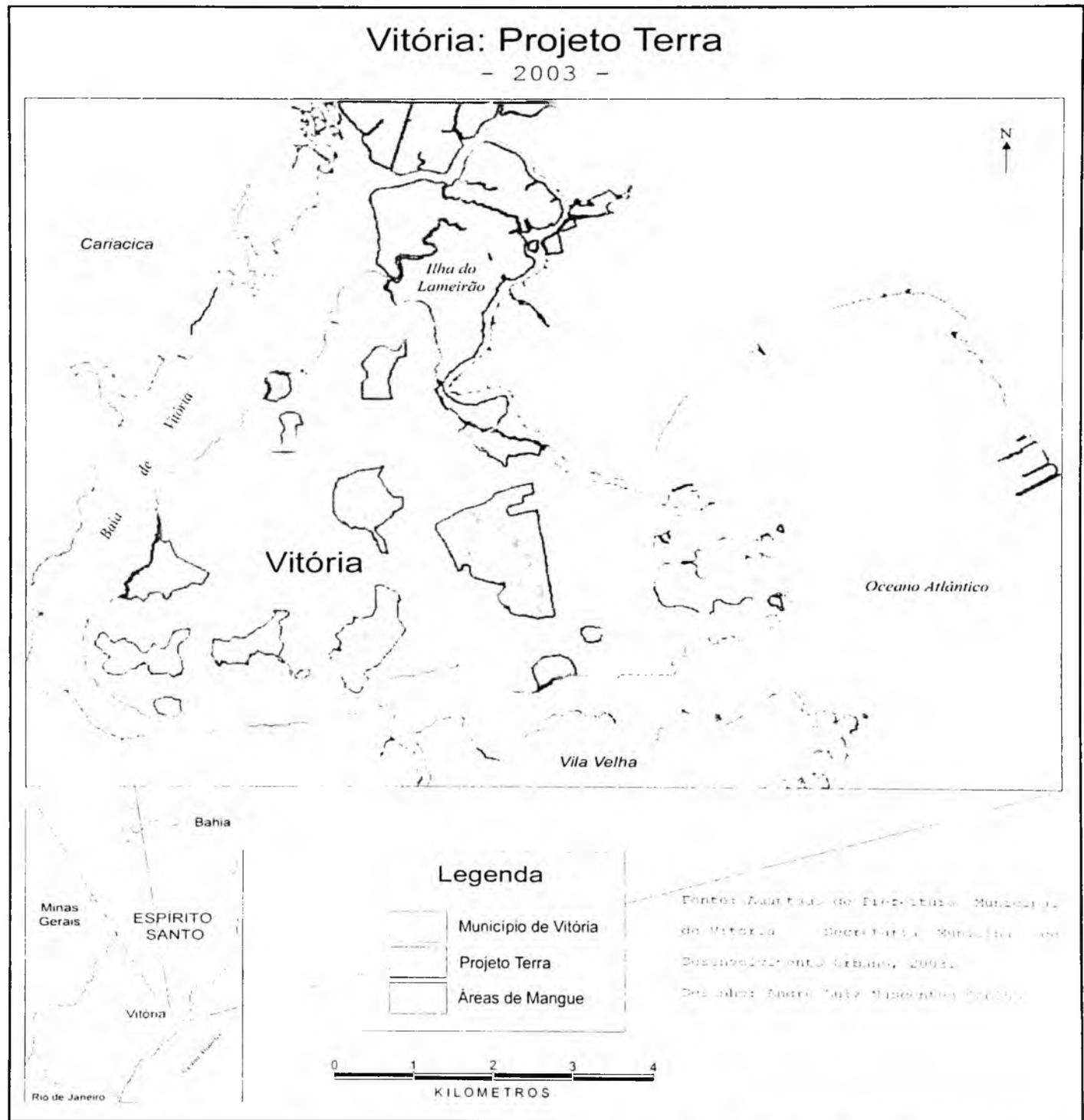


Figura 3: mapa de atuação do Projeto Terra, em Vitória, destacando-se as 11 poligonais/áreas de urbanização e implantação de equipamentos urbanos coletivos

estratégias de uso e ocupação do solo urbano, planos de urbanização e de dotação infra-estrutural, conservação de áreas como patrimônio ambiental e cultural, etc.

As políticas públicas para Vitória, sobretudo as implementadas pelo governo municipal, concentram-se na promoção de uma "urbanização adequada", aqui entendido como obras de infra-estrutura em geral e construção de equipamentos coletivos urbanos: construção de calçadas, muros de contenção, redes de esgoto, estação de tratamento de esgotos, redes de drenagem, iluminação pública, escadarias, pavimentação de ruas e becos, módulos sanitários, mirantes, píer em madeira, construção de casas de alvenaria, micro praças, etc. (PMV, 2003, mimeo).

O processo vem ocorrendo desde o final da década de 70 em Vitória, e se tornou mais significativo nos anos 80 tendo continuidade até os dias atuais na forma de projetos mais concretos e amplos integrando várias secretarias municipais, instituições estaduais e órgãos de outras instâncias do poder público (PMV, 1996)¹¹. As obras, embora visando, de um lado, a melhoria das condições habitacionais de áreas, bairros e regiões inteiras, de outro, efetiva a estratégia do embelezamento; a transformação do cenário; a melhoria paisagística da cidade-ilha, proporcionando o potencial turístico¹² dessas áreas que contornam Vitória.

Contando cada vez mais com infra-estrutura básica, serviços e condições de moradia, a expectativa do poder público é que essas áreas-alvo das políticas de urbanização adequada, tornem-se os objetivos do governo municipal no que tange ao Projeto Terra e outros que tenham claro a necessidade de "operações cirúrgicas" na cidade que se pretende moderna, eficiente e, sobretudo, competitiva para atrair investimentos. Em outras palavras, segundo o projeto, as áreas, os bairros, as regiões que apresentam índices de qualidade de vida muito baixo, a exemplo dos bairros construídos em cima do mangue,

precisam reverter o quadro de precariedade, o que significa:

"que sejam economicamente viáveis" [...] "incorporem a população com competitividade ao mercado" [...] "que esses espaços clandestinos sejam integrados à cidade legal" faz parte de um novo modelo de gestão da cidade, com metodologia adequada de participação e integração e de uso racional de recursos financeiros, com vontade política e determinação na promoção de um desenvolvimento sustentado" (Projeto Terra, 2003, mimeo; material de publicidade da Prefeitura de Vitória, 2001, 2002, e 2003).

V - Considerações Finais

Tem continuidade a veiculação pela mídia¹³ de propagandas acerca do sucesso de projetos de urbanização idealizadas e implementadas pelo governo municipal em (e para) Vitória, a exemplo do Projeto Terra, cuja análise que fazemos é a de que o processo seguirá em frente, em novas fases, a partir de novos financiamentos.

Observando e pesquisando nas áreas escolhidas para esse momento, não é difícil comprovar os esforços públicos: o aterro de partes do manguezal, a implantação de orlas que, a princípio, pretendem circular toda a ilha, a construção de minúsculas moradias para os ocupantes dos bairros, a eliminação de qualquer forma de habitação não condizente com os projetos pensados para acabar com as "paisagens degradantes", etc., são parte da adequação da cidade às "normas" de eficiência e de modernidade necessárias à dinâmica do capital.

Conforme já assinalado no trabalho, reconhecemos que esse tipo de política pública proporcionou algumas melhorias na vida de muitas famílias das áreas que apresentavam péssimas condições de vida, tais como: retirada da moradia de cima de áreas alagadas, em alguns casos implantação do processo de legalização fundiária, construção de casas em alvenaria, construção de pelo menos uma escola

e um centro de saúde municipal, coleta de lixo em alguns casos, pavimentação de ruas e becos em alguns casos, construção de acessos às casas, etc. Tudo isso não significa o fim dos “problemas”, como às vezes é passada a idéia de projetos de urbanização que solucionam tudo para os moradores da periferia precária.

Aliada a essa transformação que viabiliza uma melhoria nas condições mínimas de sobrevivência, percebemos mudanças na paisagem, as quais sustentam as intenções das políticas de urbanização visando cenários *cleans*, aptos a compor a imagem e o potencial turístico da cidade-ilha.

Nossas apreensões, no entanto, dizem respeito à real e concreta sustentabilidade de uma realidade que vem sendo produzida pelo poder público, realidade esta diferente daquela experimentada pelos moradores das áreas denominadas “de risco”

Vale salientar que a impressão que temos é que o discurso do risco de cunho ambiental (insalubridade, doenças, miséria, cenários desoladores, etc.) dá lugar ao risco social, de fato; da exclusão e do não acesso às formas de trabalho e de subsistência e, quem sabe, até da moradia, no momento em que não houver condições do morador da área urbanizada sustentar a valorização do solo urbano à medida que o processo de produção do espaço urbano tem continuidade seguindo uma lógica desigual do acesso à propriedade privada, neste caso específico

incorporando, cada vez mais, esses novos espaços no mundo do denominado mercado imobiliário regido por suas próprias regras e leis.

Está claro o que ocorre nas “entrelinhas” desses projetos: uma grande pressão pela transformação de algo não mercantil em espaço da racionalidade econômica, com a diferença de que se incorpora as idéias e os discursos da proteção ambiental e da sustentabilidade sócio-econômica (das populações-alvo, das comunidades, dos moradores, das coletividades, etc.). Afinal, está posto nos discursos dos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, que tais projetos precisam pensar e incluir nas políticas (saídas e práticas) que possibilitem renda para as comunidades envolvidas.

De tudo isso, compreende-se que a cidade pensada para o crescimento econômico, através de planos e projetos de desenvolvimento urbano (leia-se urbanização), acima de tudo, é uma cidade funcional; a cidade do (e para) o capital. Nela não há lugar para sentimentos, emoções, espaço da vida, das práticas espaciais. Enfim, a cidade, essa cidade que tentamos entender, não é o lugar para a vida; é obra do homem, porém sendo obra do homem parece sobrepor-se ao próprio homem, afirma H. LEFEBVRE (1978).

Notas

- ¹ Periferia é entendida aqui não enquanto lugar distante, mas como as áreas, os bairros, os territórios que abrigam as classes sociais de menor poder aquisitivo; o lugar da moradia dos trabalhadores de baixa renda.
- ² Construídos posto que, primeiro ocupados de qualquer forma, depois edificadas via auto-construção e, finalmente dotados de mínima infraestrutura pelos governos municipais.
- ³ Constatamos, nos documentos que compõem a implantação e o desenvolvimento do Projeto Terra, da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, que parte do financiamento dessa urbanização é oriundo,

principalmente, do BNDES e do Banco Mundial, além da participação dos cofres do município.

- ⁴ Termo usado por Doreen Massey (2000), o qual se traduz no processo de globalização econômica e cultural, em dar um sentido global ao lugar e cria uma consciência global do lugar, e este ganha identidades múltiplas, através de suas ligações espaciais com o mundo.
- ⁵ Arlete M. Rodrigues. Moradia nas Cidades Brasileiras, p. 12.
- ⁶ Maria da Penha S. Siqueira. Industrialização e Empobrecimento Urbano. O Caso da Grande Vitória 1950-1980, p. 138.

- ⁷ Haroldo C. Rocha & Ângela Maria Morandi. *Cafeicultura e Grande Indústria. Transição no Espírito Santo 1955-1985*, p. 138.
- ⁸ FIGBE – Censos Demográficos do Espírito Santo, 1970 e 1980.
- ⁹ Em Vitória, os ditos “assentamentos subnormais” se localizavam nos morros, baixadas e mangues, somando um total de 32 comunidades/bairros da periferia, abrigando quase 98.000 “carentes”, segundo Diagnóstico do Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.
- ¹⁰ Maria da Penha S. Siqueira, Op. Cit., p. 153.
- ¹¹ A Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão, localizada ao norte da baía de Vitória, tem 893 hectares de manguezal, e corresponde a 10% do território municipal. Trata-se de um ecossistema bastante preservado, e que, portanto, garante o sustento e renda para muitos pescadores, moradores dos bairros encostados ao manguezal.
- ¹² Jan Bitoun. “A Contribuição dos Planos Estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas?”. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.), 2001, p. 300.
- ¹³ Com o nome de Projeto São Pedro, a primeira etapa deu-se entre 1977-1988; a segunda etapa entre 1989-1992; a terceira etapa entre 1993-1996 e; a quarta etapa, com a denominação de Projeto Terra, teve início em 1997.
- ¹⁴ Algumas áreas que passaram pela etapa de urbanização e embelezamento nos últimos anos já mostram o retorno enquanto pontos de grande potencial turístico, a exemplo de “pedaços” da orla do bairro Santo Antonio com seus equipamentos de lazer e do bairro São Pedro, no ponto denominado Ilha das Caieiras, os quais atraem visitantes/turistas com os seus bares, restaurantes oferecendo os pratos típicos feitos pelas desfiadeiras de siri.
- ¹⁵ Com o título “Fim de Palafitas está mais Próximo”, saiu uma matéria no Jornal A Gazeta, do dia 14/12/2003, anunciando e reforçando as políticas do poder público local para eliminar a moradia sob áreas de mangue. Ao longo da matéria os moradores do bairro Joana D’Arc, em seus depoimentos, mostravam-se contentes em receber uma casa melhor, em alvenaria, num conjunto habitacional próximo da área ocupada, porém alguns se mostravam preocupados com a dívida que eles estavam contraindo, isto é, ao comprar a casa, a ser paga em 15 anos, em prestações que variam conforme a renda da família.

Bibliografia

- ACSELRAD, H. “Sentidos da Sustentabilidade Urbana” In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A Duração das Cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- BITOUN, J. “A Contribuição dos Planos Estratégicos na Gestão Municipal: modernidade do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas?” IN: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas*. Presidente Prudente/SP: GASPERR/Unesp, 2001.
- CARLOS, Ana F. A. *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- LEFEBVRE, H. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- MARICATO, E. “Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente” In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs.). *O Desafio da Sustentabilidade. Um debate socioambiental no Brasil* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1996.
- MASSEY, D. “Um Sentido Global do Lugar” In: ARANTES, Antonio (Org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas-SP: Papirus, 2000.
- PEREIRA, G. H. *Política Industrial e Localização de Investimentos e o caso do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998.
- Prefeitura Municipal de Vitória. “Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal em Vitória” In: BONDUKI, Nabil G. (Org.). *HABITAT: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e questão urbana nas cidades*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

_____. *Plano Estratégico da Cidade*. Relatório de Balanço, 1997/2000. (mimeo).

_____. Coordenadoria de Planejamento. *Projeto Terra*. Vitória, junho/2003 (mimeo).

ROCHA, H. C. & MORANDI, A.M. *Cafeicultura e Grande Indústria. Transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RODRIGUES, A. M. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. São Paulo: Ed. contexto, 1991.

_____. "Produção do Espaço e Ambiente Urbano" IN: SPOSITO, M. E. B. (Org.) *Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas*. Presidente Prudente/SP: GASPERR/Unesp, 2001.

SANTOS, M. *Por Uma Economia Política da Cidade*. São Paulo: Ed. Hucitec/EDUC, 1994.

SEABRA, Odete C. de L. "Os Embates Entre as Questões Ambientais e Sociais no Urbano" In: CARLOS, Ana F & LEMOS, Amália I. G. (Orgs.). *Dilemas Urbano. Novas Abordagens Sobre a Cidade*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

SIQUEIRA, M. da Penha S. *Industrialização e Empobrecimento Urbano. O Caso da Grande Vitória 1950-1980*. Vitória-ES: Edufes/CCHN Publicações, 2001.

SOARES, A. P. M. "Projeto São Pedro. A participação da população local e a ação integrada entre várias secretarias favorecem projetos que buscam restaurar a qualidade de vida em regiões degradadas pela ocupação desordenada e irregular" In: PAULICS, Veronika (Org.). *125 Dicas-Idéias para a Ação Municipal*. São Paulo, Revista Pólis, 2000.

SOUZA, M. L. de. *O Desafio Metropolitano. Um Estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2000.

ZUKIN, S. "Paisagens do Século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano" In: ARANTES, Antonio (Org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas-SP: Ed. Papyrus, 2000.

Trabalho enviado em dezembro de 2003.

Trabalho aceito em abril de 2004.



TRANSFORMAÇÕES NO CONCEITO DE TERRITÓRIO: COMPETIÇÃO E MOBILIDADE NA CIDADE

Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde*

RESUMO:

Esse artigo almeja reavaliar o significado da territorialidade nas grandes cidades brasileiras. Das proposições de Ratzel a territorialidade de hoje, esse conceito passou por diversas mudanças que podem renovar as interpretações do urbano. Acreditamos que o estudo da competição e da mobilidade nas cidades pode torná-las mais claras

PALAVRAS-CHAVE:

Território, política, competição e mobilidade.

ABSTRACT:

This article aims to reevaluate the meaning of territoriality in Brazil's largest cities. From Ratzel's propositions to today's territoriality, this concept has passed by several changes that could renew urban interpretations. We believe that the study of competition and mobility in the cities could make them clear to us.

KEY WORDS:

Territory, politics, competition and mobility.

O estudo do território vem se constituindo em uma tradição do pensamento geográfico nos últimos 100 anos. Desde as proposições de Ratzel, inspiradas na ecologia, no romantismo alemão e no imperialismo do final do século XIX, esse conceito tem sido utilizado para conferir uma dimensão política de mobilidade e de competição à lógica espacial. Nesse sentido, qualquer discussão da geografia que tenha o território como objeto deveria, primeiramente, reavaliar as características essenciais desse conceito, na medida em que, no mundo atual, as dinâmicas de mobilidade e de competição se tornam cada vez mais desenvolvidas. Dessa forma, o objetivo desse artigo é realizar tal tarefa, que muitas vezes, é ignorada ou simplesmente menosprezada nos trabalhos geográficos.

I - Do *boden* ao território descontínuo

Segundo a seminal "antropogeografia" de Ratzel, o território seria a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo (*Boden*) e do povo, na qual se organizaria a sociedade. Sua territorialidade associa uma identidade específica, presumindo que não existiriam subdivisões ou contradições internas a um Estado determinado, fixo no tempo e no espaço, características que só poderiam ser modificadas sob o uso da força (Raffestin, 1990; Souza, 1995). O movimento de expansão dos territórios assumiria caráter quase orgânico, como um ser vivo que se desenvolve e precisaria de uma área maior para ocupar. Nas palavras de Ratzel:

"Nesta poderosa ação do solo que se manifesta através de todas as fases da História, bem como de todas as esferas da

vida presente, há alguma coisa misteriosa que angustia o espírito; pois a aparente liberdade do homem parece aniquilada. Vemos, com efeito, no solo a fonte de toda servidão. Sempre o mesmo e sempre situado no mesmo ponto do espaço, ele serve como suporte rígido aos humores, às aspirações mutáveis dos homens, e quando lhes acontece esquecer este substrato, ele os faz sentir seu poder e lhes recorda, através de sérias advertências, que toda vida do Estado tem suas raízes na terra. Ele regra os destinos dos povos com uma cega brutalidade. Um povo deve viver sobre o solo que recebeu do destino, deve morrer aí, deve suportar sua lei”¹

Apesar desse famoso autor ter também estudado os “movimentos da humanidade sobre a Terra”², é o estudo da fixação territorial que é reconhecido mais freqüentemente como a sua herança: a geografia. De fato, a geopolítica dos anos 50 seguiu os mesmos princípios de território encontrados na teoria ratzeliana, estendendo a sua influência até os anos 80. Alimentadas pelas disputas geopolíticas por zonas de exclusividade de fluxos militares e econômicos de um dos pólos ideológicos, capitalista ou comunista, as áreas periféricas de desenvolvimento serviram como palcos da tensão e da disputa por territórios. O continente africano, por exemplo, ficou marcado como uma imensa fronteira do avanço desses blocos, constituindo uma infinidade de pequenos episódios da história da guerra fria.

Porém, nos últimos 20 anos, o território ganhou um sentido diferente, mais amplo, para abordar uma infinidade de questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de determinada área. Hoje um olhar geográfico sobre as fronteiras que separam os homens do século XXI irá necessariamente revelar a pluralidade das suas diferenças e a diversidade de suas formas de associação entre pessoas e espaços. O estudo dos territórios voltou a ser valorizado na década de 90 por diversas razões. O fim do mundo bipolarizado dos pontos de vista militar e econômico também foi fundamental para o desenvolvimento de novos pactos federativos

que legitimariam as novas políticas e suas áreas de influência. Portanto, o conceito de território assumiu um papel importante, uma vez que poderia servir como base para compreensão dos inúmeros processos de fragmentação e união entre as nações.

De forma análoga, a partir dos anos 80, os territórios passaram a ser aplicados para representar as atividades de movimentos sociais urbanos. Com o inchamento das cidades brasileiras na década anterior, aumentaram também os problemas relativos à superpopulação, a falta de justiça social, a baixa qualidade de vida, a violência e a desigualdade econômica. O crescimento caótico que derivou dessa soma de fatores trouxe uma pluralidade de atores e cenários para o espaço público. Nesse sentido, o discurso sobre o território passa a envolver novas possibilidades ao se tornar um elemento crucial das reivindicações nas cidades.

Para isso, foi necessário realizar uma rediscussão da validade do estudo territorial. As suas bases teóricas tiveram de ser renovadas para que esse conceito pudesse realmente realizar um estudo mais rico das cidades. Como vimos, no passado a geografia trabalhou o conceito de território associado apenas a escala do território nacional, sendo este inteiriço, limitado apenas pelas fronteiras com outros países, tendo o poder público como única fonte de poder em relação ao controle espacial e sendo este controle permanente no tempo. Os novos estudos exigiram a compreensão de que os fenômenos da organização sócio-espacial da política eram muito mais ricos do que a mera associação ao território nacional. As novas interpretações do território permitem uma visualização da cidade em disputa, dividida entre o poder público e os grupos organizados, sendo a expressão mais concreta e dramática da metáfora da guerra. Para entendermos como isso é possível, escolhemos os trabalhos de dois geógrafos: Sack³ e Souza⁴

Souza vê o território como um “(...) espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”⁵, definição que possibilita o início da compreensão do território como uma área de

influência e sob o domínio de um grupo. Para Sack, o conceito de território constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento de outros.

Seguindo esse raciocínio, a territorialidade para Sack seria justamente as estratégias espaciais usadas para obter esse controle. Ela seria constituída por 3 aspectos fundamentais: seria simultaneamente uma forma de classificação de área, uma forma de controle de acesso e ainda um modo de comunicação. Ao dizer que a territorialidade seria uma forma de se fazer uma classificação de área, Sack se refere ao fato de que ao se exercer uma estratégia de controle de uma área, cria-se instantaneamente uma limitação para o contato com quaisquer objetos ou pessoas dentro dos limites em questão, sem a necessidade de enumerá-los. Isso se torna possível ao estabelecer um controle direto de acesso, seja por barreiras físicas ou simbólicas, como guaritas ou placas. A terceira e última característica da territorialidade está presente na sua necessidade de comunicar o controle exercido, envolvendo uma declaração de posse ou exclusão e às vezes também de direção no espaço.

Atento às proposições de Sack, Souza critica as limitações da geografia e propõe um novo modo de se usar esse conceito. Segundo ele, uma nova forma de abordagem:

"(...) pressupõe uma flexibilização da visão de território. Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou uma rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os outsiders)"⁶

Assim, ele demonstra uma possível articulação entre os conceitos de território e de rede, que superaria as limitações da geografia clássica, tornando viável a aplicação desse conceito sobre o espaço da cidade, como é o caso

desse trabalho. De fato, a compreensão da complexidade da atuação dos grupos organizados exige uma abordagem na qual seja possível perceber a cidade em disputa e retalhada por diversos fenômenos territoriais que podem se superpor no tempo e/ou no espaço, pois eles se dividem em hierarquias de poder para realizar o maior controle territorial possível. Através dessas hierarquias, eles multiplicam as suas ações no espaço da cidade, aumentando também o conflito pelo poder.

Vejam os brevemente dois exemplos das hierarquias desses grupos na cidade do Rio de Janeiro: o primeiro trata-se do tráfico de drogas, que é dividido em grandes facções que dominam morros e disputam a hegemonia do tráfico como o Comando Vermelho, os Amigos dos Amigos, Comando Vermelho Jovem e o Terceiro Comando; o segundo exemplo está nas dinâmicas das torcidas organizadas de futebol, que se dividem em grupos e subgrupos ("Pelotões", "Comandos", "Esquadrões", etc) que alteram o cotidiano das metrópoles e entram em conflito (Valverde, 2002). Dentro dessas duas estruturas de pontos (ou subgrupos) espalhados pela cidade e unidos por fluxos de mercadorias, pessoas e informações, podemos encontrar a essência da associação dos conceitos de território e rede proposta por Souza (1995), o qual ele chamou de "território descontínuo"

Se observarmos as fronteiras desses territórios – possivelmente, seus aspectos mais claros tanto no nível simbólico quanto no nível concreto que comunicam a posse ou a exclusão – nós veremos que suas dinâmicas geram movimentos constantes de fronteiras, que surgem e desaparecem, se expandem e se retraem, e também se organizam segundo hierarquias. Moura⁷ faz um expressivo relato desses fenômenos nas grandes cidades:

"Transparentes ou ostensivamente cercadas, as fronteiras refletem o exercício da dominação e da autoridade de um povo em particular. (...). Cada vez mais presente nas relações cotidianas das várias espacialidades, a fronteira tornou-se um símbolo claustrofóbico de limites (...) o

mundo nunca viveu tanto controle sendo exercido em seus tantos fragmentos”

Dessa forma, a dinâmica da constituição e destruição diária de inúmeros territórios no espaço público do Rio de Janeiro parece ser sintomática do choque de percepções do significado da política e do espaço. Devido a isso acreditamos que o conceito de território é capaz de trazer elementos de importância inigualável na construção de novas concepções sobre as cidades.

É justamente nesse sentido que Gomes propõe o nomoespaço e o genoespço. O primeiro seria um conceito que assume um pacto territorial fundado no cumprimento de um contrato social nos moldes daquele proposto por Rousseau. Ele parte do princípio que todos os indivíduos dentro desse acordo que envolve espaço e política são autônomos e infinitamente diferentes entre eles. Isso significaria que seus interesses dentro do Estado seriam bastante diversos e que só se poderia garantir a segurança de todos através de um equilíbrio do conjunto ditado pelo cumprimento de suas leis na área em questão. Nessa concepção se admite até mesmo que o sucesso de qualquer interesse (seja ele privado ou público) dentro do conjunto depende de uma postura correta em relação às leis. Tal declaração está fundada na crença de que o desvio de conduta pode garantir um ganho imediato, mas compromete os maiores benefícios desse modelo, como a liberdade e os direitos e, portanto, age em detrimento dos seus próprios interesses privados.

A produção do espaço estaria então voltada para estabelecer um equilíbrio normalmente não muito bem definido entre o bem-estar público e os direitos privados, mas que está por princípio vinculado a idéias de equivalência e isonomia. O território seria apenas a área na qual esse conjunto de regras universais estaria sob vigor e o espaço público seria a grande arena da política e de todas as relações sociais, significando a essência e o sucesso do nomoespaço.

Já o genoespço estaria fundado na crença de que todos os indivíduos de um grupo (usa-se também a palavra comunidade) têm interesses iguais, uma vez que são culturalmente originários de uma combinação única, comum entre eles e o território. A única diferenciação possível é entre cada um dos grupos, desconsiderando qualquer outro nível de análise. O território expressaria muito mais do que a relação formal de pertencimento e de legalidade presente na definição do nomoespaço, sendo, antes de tudo, o “solo no qual floresceu” tal relação. O inegável teor ecológico é proposital, pois revela uma ligação mais passional com o terreno e procura “naturalizar” o intrincado processo social de formação da coletividade. Nessa concepção, toma-se por lei a tradição e os costumes presentes nesses grupos e que são encontrados nessa extensão de área (e apenas nela). Portanto, as leis são bastantes informais e dependem da continuidade dos laços de unidade e solidariedade expostos.

No passado alguns sociólogos como Tönies⁸ trabalhavam essas diferenças de associação entre pessoas e espaço de maneira simplificada, como se elas expressassem somente as diferenças de desenvolvimento do campo e da cidade, ou do antigo e do novo. Mas nos dias de hoje podemos observar a presença dessas duas concepções de relação entre indivíduos e espaço nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro. Para o nosso trabalho tal constatação é fundamental ao associar dialeticamente o recuo da cidadania e as transformações do espaço público a fenômenos que têm o controle territorial como característica comum. Estando a cidade totalmente tomada por essas dinâmicas territoriais, existe claramente um imaginário de guerra no qual podemos observar: a recusa a partilhar, a aceleração do processo de privatização dos espaços públicos.

Ao que parece, o “reencantamento do mundo” proposto por Maffesoli (1997), no qual ele proclama que nós vivemos em um momento histórico de renovação do pacto territorial que traria uma “nova harmonia”, ainda está um

tanto distante. Acreditamos que o territorialismo não significa hoje uma necessidade válida do ponto de vista moral para os diversos grupos sociais. Afinal, os grupos não são necessariamente os veículos de expressão de revolta e procura de um mundo mais justo, pois eles se mostram cada vez mais como uma possibilidade de se lucrar de diferentes formas do imaginário do caos das infinitas formas de superposição e justaposição territorial. O domínio dos territórios, nesse caso, parece estar mais próximo a uma ausência de ação do Estado e da falta de reconhecimento de sua legitimidade que, ao invés de gerar bases para um novo sistema de relações entre os indivíduos, está apenas reforçando os defeitos do sistema democrático e capitalista.

Definitivamente, a capacidade interpretativa do conceito de território ainda tem uma importância subestimada nos dias de hoje, pois a maior parte de suas formulações não é capaz de expressar o movimento de suas ações com a devida fidelidade. Entre o Boden, território-solo de Ratzel, enraizando a identidade nacional alemã a um território; a geopolítica dos anos de 1950, marcada pelas disputas de mercados consumidores e zonas de influência militares e econômicas; e as múltiplas representações da territorialidade nos anos 1980 e 1990, nós vemos, justamente, a compreensão de que as transformações do conceito de território almejam conferir atualidade a ele a partir da percepção do seu movimento.

De fato, nos dias de hoje, ao contrário dos exemplos de territórios abordados anteriormente, os territórios são mais marcados pelo movimento contínuo do que propriamente pela fixação, tornando os laços de pertencimento com o solo muito menos significativos do que antes. A justificativa para tal constatação estaria na intensidade das suas dinâmicas de competição.

II- A competição pelos territórios

Acreditamos que uma outra limitação ao estudo dos territórios está ligada a sua excessiva vinculação aos fenômenos relacionados à identidade. Novamente ligados à obra

de Ratzel, muitas vezes esperamos associar ao território uma representação ontológica que confira um sentido subjetivo que seja capaz de contê-lo e explicá-lo. Mas, nas metrópoles brasileiras, encontramos exemplos e evidências da relação do atual fenômeno do territorialismo com a competição pelo espaço. Aliás, a partir de um olhar histórico, é justamente nos momentos de crescimento excessivo da percepção da competição e de maior fraqueza da capacidade política de negociação, que o discurso sobre o território ganha maior dimensão.

Ao contrário do que argumentavam muitos pensadores como Fukuyama (1992), o fim do embate ideológico da guerra fria não representou o "fim da história" e muito menos o fim da geografia. Dissociada dos limites da dicotomia nos circuitos do comunismo e do capitalismo, a competição pelo território ganhou novas formas e novos sentidos. Na esfera política, tal competição no território, pelo território e através do território, abre caminho para uma nova interpretação das representações sociais na cidade.

Nesse sentido, acreditamos que, no Brasil, alguns fatores como a violência urbana e o avanço das dinâmicas de privatização dos espaços públicos são fundamentais para o entendimento da cidade sob a lógica da competição. Para vermos como isso acontece, devemos primeiramente aceitar a seguinte afirmativa: a multiplicação dos grupos territoriais significa, necessariamente, a existência de novos atores e que, tendo estes interesses bastante diversos, acabam por exigir a formação de um novo equilíbrio urbano.

Mas o que poderia ser apenas um processo de reorganização é interpretado por muitos como uma ameaça constante aos direitos dos cidadãos por estabelecer regras de convívio que muitas vezes alteram a efetividade das leis formais. De fato, alguns grupos territoriais se valem desse expediente como uma estratégia de ação na cidade, como é o caso da ação dos grupos que promovem o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Como essa forma criminal avança procurando estabelecer enclaves de domínio exclusivo que

vem se multiplicando em número e em tamanho, nos sentimos tentados a pensar todo o espaço da cidade como objeto de disputa constante entre o poder público e o poder paralelo dos grupos organizados.

Seguindo na análise desse exemplo, tal quadro tem como conseqüência a mudança no equilíbrio das forças na cidade que, se persistir instável, acabará influenciando os moradores e pode causar o rompimento dos valores urbanos como a civilidade e a cidadania. O primeiro valor perdido é a concepção da cidade como o "lugar da segurança", uma vez que esta imagem é talvez a mais frágil de todas aquelas ligadas, já que qualquer evento extremo e ao acaso podem significar o seu abandono. Na sua duração, é capaz de induzir e de permitir a existência de formas de interações sócio-espaciais que não podem ser vistas quando essa imagem se perde. Quando a imagem da segurança é deixada de lado, significa que alguns outros laços divididos entre habitantes da cidade podem ser cortados e reorganizados sobre outras bases. Na nossa concepção, a recusa à partilha e a insegurança na cidade é justamente o primeiro passo para avançar no descarte sucessivo dos outros "lugares". Afinal, se não há a ilusão da segurança, pouco a pouco as dinâmicas sociais começam a se retrair e a diminuir suas amplitudes, tentando garantir os seus interesses privados (Valverde, 2002).

Seguindo no esclarecimento dessa cadeia de eventos, podemos lembrar que a expansão dos territórios da criminalidade e/ou da sociedade civil, significam um processo de "coisificação" do espaço. Ao contrário do argumento "culturalista" de Maffesoli (1997), que credita a existência de novos territórios a um processo de "reencantamento do mundo" no qual as pessoas encontrariam nas suas novas dinâmicas territoriais o "amor perdido" e a sua identidade no caos das metrópoles do século XX e XXI, nós acreditamos que, por exemplo, o foco do territorialismo nas grandes cidades brasileiras, e, em especial, a cidade do Rio de Janeiro, está mais concentrado na relação de posse dos espaços públicos como uma estratégia de defesa, ao invés de uma ligação

subjéctiva entre terrenos e habitantes.

Enfim, a multiplicação dos grupos territoriais promove direta e indiretamente um recuo acelerado do espaço público, ao potencializar os processos de privatização e de segregação nos espaços da cidade, elevando-os a patamares poucas vezes vistos. Ela promove o recuo do espaço público através do controle de sua extensão ou mesmo da ameaça do controle, diminuindo o número de fóruns políticos ao expor a inutilidade dessas ações frente às dinâmicas de apropriação. Nesse sentido, para nós, as atuais forças de modificação dos espaços na cidade têm um caráter excessivamente exacerbado de segurança: muito mais do que a mera expressão do sentimento de insegurança ou a necessidade de proteção, este caráter revela um processo de autodestruição progressiva ao minar tanto as relações ilegais entre seus cidadãos quanto as legais, a partir do avanço de um planejamento quase "antiespacial" para as cidades.

Na nossa interpretação, essas ações territoriais prejudicam a permanência e o desenvolvimento da comunicação e da circulação dos habitantes da cidade. Tal perspectiva pode ser comprovada através da multiplicação de muros, armas, cercas, placas, bandeiras etc que vem tornando a cidade inacessível como um todo. Aos poucos, como vimos, as barreiras tornam a vivência pública uma mera questão coletiva, ou da impossibilidade da dissociação total, e acreditamos que em seguida podem estimular a um maior rompimento com a política através da negação da validade e da legitimidade dos fóruns públicos.

Dentro de tudo isso, nós consideramos que uma das conseqüências mais evidentes do territorialismo urbano como um vetor de mudança das cidades estaria na associação do espaço público como espaço do conflito e da competição, rompendo parcialmente o sentido de cidade aberta, democrática e capaz de combinar de maneira harmoniosa as diferentes representações sociais. Esse sentido ideal está se tornando cada vez menos visível nas cidades, restrito a certas áreas e horários, tornando a experiência urbana cada vez mais complexa.

III - Os territórios em movimento

Para sobreviver às dinâmicas territoriais de competição nas metrópoles brasileiras e a sua tendência de desregulação do binômio identidade-território, os seus habitantes são forçados a compreender e a interagir com territórios em constante movimento. Isso significa que, em um mesmo dia, em um mesmo lugar, dependendo da hora ou de circunstâncias especiais, um cidadão pode perceber diversos sinais de territorialização. Mas, além da mera constatação da superposição dos territórios nas metrópoles, ou das dificuldades de se viver em uma dinâmica urbana que exige um cosmopolitismo suficientemente desenvolvido para permitir a circulação por diferentes pontos da cidade, somos tentados a pensar que os próprios territórios podem ser forçados a se deslocar.

Tal afirmação não é banal: a possibilidade da inversão do movimento, saindo da figura dos homens e passando para os limites de um território, representa um rompimento cada vez mais acentuado no princípio da fixação do espaço. Acreditamos que tal proposição é aceitável na medida em que a competição força as dinâmicas territoriais a se contraírem, às vezes sumirem e reaparecerem, e também a projetarem as suas relações de poder em uma área diferente e distante da área original. Nosso ponto aqui é destacar que essa mobilidade estimula fundamentalmente duas grandes transformações: **a)** transformação do sentido do território; e **b)** transformação do sentido de cidade.

Podemos apontar mudanças de sentido no conceito de território na medida em que o movimento se torna cada vez mais o *fim*, e não o *meio* de se constituir o território. Um bom exemplo está na territorialidade das torcidas organizadas de futebol na cidade do Rio de Janeiro. Suas dinâmicas de confrontação são fortemente limitadas nos estádios hoje em dia, controladas pela Polícia Militar e o GEPE (Grupo Especial de Policiamento dos Estádios). Com isso, aparentemente, o poder de territorialização desses grupos estaria bem mais restrito do que era no

passado. Porém, os estádios não são mais os únicos palcos de representação da territorialidade das torcidas, que, como colocou GOMES (2002), "transbordou" os limites dos estádios e avançou na apropriação no espaço da cidade.

Nesse sentido, não é mais no ponto de fixação que se dá a plenitude do seu comportamento territorial: é no trajeto que os leva aos estádios em que seus participantes alcançam esse clímax. De diversos pontos da cidade partem pequenos grupos de torcedores, sub-grupos das torcidas organizadas que se dividem de acordo com a contigüidade dos bairros (são os *comandos*, *pelotões*, *famílias*, *núcleos* etc), rumo ao Estádio do Maracanã. Muitas vezes, tais grupos se valem do poder de intimidação para não pagar as passagens nos ônibus e/ou nos trens e também tentam convencer o motorista a ignorar as paradas de ônibus e as estações de trem. O meio de transporte se torna a expressão territorial daquele sub-grupo, no qual os torcedores expõem suas bandeiras e faixas nas janelas, cantam e coagem os torcedores adversários que passam pelas ruas (VALVERDE, 2002). Isso não significa que os ônibus e os trens sejam conservados como áreas de afinidade: essas lotações são constantemente depredadas, pois não é a fixação que confere o valor, e sim o movimento.

Esse exemplo radical da territorialidade em movimento é apenas um em meio ao mosaico de representações que dominam os espaços públicos das grandes cidades brasileiras. Alguns se fixam no território, outros se movem constantemente, de acordo com o grau de competitividade e de resistência às dinâmicas.

Dessa forma, acreditamos que tal conjunção de territorialidades engendra conseqüências para o sentido de cidade, pois elas se chocam e se superpõem no tempo e no espaço, e vem definindo uma nova forma de se pensar a experimentação do urbano. A cidade, mais do que nunca, é o palco de representações das diferenças, mas o movimento contínuo de pessoas tentando fugir das dinâmicas territoriais ou, ao contrário, tentando garanti-

las, dá à circulação significações mais ricas e mais relevantes do que antes. Portanto, circular em certas áreas, em certas direções e em certos horários podem ser atos muito significativos. Ao aceitarmos que a circulação ganha um papel

destacado na compreensão da cidade atual, abrimos caminho para novas interpretações do sentido de cidade, pois será nesses movimentos que iremos transparecer a riqueza de nossa organização sócio-territorial.

Notas

- ² Apud Gomes, Paulo Cesar C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996. p.186.
- ³ Apud Gomes, *op. cit.*, p.185.
- ⁴ Sack, Robert. *Human territoriality – its theory and history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986. 400p.
- ⁵ Souza, Marcelo J.L. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento" In: CASTRO,

- Iná E. (et alli) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. pp.77-116
- ⁶ Souza, *op.cit.*, p.78.
- ⁷ Souza, *op.cit.*, p.86.
- ⁸ Moura, Rosa. "Fronteiras invisíveis: o território e os seus limites" In: *Território – ano V, nº9*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000. p.86.
- ⁹ Sobre esse debate, ver GOMES, *op. cit.*, 2002.

Bibliografia

- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história*. São Paulo, Editora Gradiva, 1992. 384 p.
- GOMES, Paulo C.C. *A condição urbana*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2002. 326 p.
- _____, *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1996. 366 p.
- MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político*. Porto Alegre, Editora Sulina, 1998. 288 p.
- MOURA, Rosa. "Fronteiras invisíveis: o território e os seus limites" In: *Território – ano V, nº9*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000. pp.85-101.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Editora Ática, 1980. 269 p.
- RATZEL, Friedrich. *Géographie politique*. Paris, Editions Economica, 1988. 385 p.
- _____, "O povo e seu território" In: MORAES, Antônio Carlos R. (org.). *Ratzel*. São Paulo, Editora Ática, 1990. pp. 73-82.
- _____, "Posição, configuração e grandeza da humanidade" In: MORAES, Antônio Carlos R.

(org.). *Ratzel*. São Paulo, Editora Ática, 1990. pp. 112-121.

_____, "As leis do crescimento espacial dos Estados" In: MORAES, Antônio Carlos R. (org.). *Ratzel*. São Paulo, Editora Ática, 1990. pp. 175-192.

SACK, Robert. *The human territoriality its theory and history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986. 400 p.

SOUZA, Marcelo J.L. *O desafio metropolitano – Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2000. 366 p.

_____, "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento" In: *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1995. pp.77-116.

VALVERDE, Rodrigo Ramos H.F. *A metáfora da guerra*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em geografia UFRJ/PPGG, 2002. 105 p.

Trabalho enviado em novembro de 2003.

Trabalho aceito em abril de 2004.



PROCESSAMENTO DAS IMAGENS HRG-SPOT 5 NA DETERMINAÇÃO DE CLASSES DE USO DA TERRA E MANCHAS DE COBERTURA VEGETAL NA REGIÃO DE TEODORO SAMPAIO – PONTAL DO PARANAPANEMA

Fernando Shinji Kawakubo*; Rúbia Gomes Morato** & Ailton Luchiari***

RESUMO:

Classes de uso da terra e manchas de cobertura vegetal foram mapeadas utilizando técnicas de Modelo Linear de Mistura Espectral - MLME e Segmentação das imagens sintéticas. Após a edição dos erros contidos no mapa, verificou-se que a única mancha representativa de mata nativa está localizada dentro dos limites do Parque Estadual do Morro do Diabo. Pequenos fragmentos ainda encontram-se, principalmente, à Noroeste do parque inseridas numa matriz de campo/pastagem. As áreas de maior ocupação agrícola localizam-se à Leste-Sudeste na margem esquerda do rio Paranapanema

PALAVRAS-CHAVE:

Uso da Terra; Cobertura Vegetal; HRG-SPOT 5; Modelo Linear de Mistura Espectral; Segmentação.

ABSTRACT:

Land use classes and vegetation cover patches were mapped with Linear Mixing Model and segmentation techniques. After map mistakes edition, we verified that the only representative patch of native forest is situated inside Parque Estadual do Morro do Diabo limits. Small fragments are still placed mainly at Northwestern side inserted in a grassland/pasture matrix. The areas of larger agricultural occupation are East-Southeast of the forest reserve by the Paranapena river left border.

KEY WORDS:

Land Use, Vegetation Cover, HRG-SPOT 5, Linear Mixing Model, Segmentation.

I - Introdução

Mapear as manchas de cobertura vegetal e classes funcionais de uso da terra é uma tarefa importante e trabalhosa que requer na maioria das vezes tempo e custos. Principalmente quando a interpretação é feita visualmente sobre fotografias aéreas ou imagens de satélite.

O processamento digital é uma alternativa para dinamizar o ritmo de trabalho e diminuir o custo do mapeamento. Quando se deseja um mapeamento que registre as pequenas variações de uso e cobertura vegetal, a utilização de imagens SPOT 5 podem trazer vantagens em relação aos produtos gerados pelos satélites Landsat 5 e 7 em virtude de sua maior resolução espacial.

* Aluno de Mestrado pelo Departamento de Geografia, FFLCH-USP. E-mail: fsk@usp.br

** Aluna de Mestrado pelo Departamento de Geografia, FFLCH-USP. E-mail: rubiagm@estadao.com.br

*** Professor Doutor do Departamento de Geografia, FFLCH USP. E-mail: aluchiar@usp.br

Em vista disto, o objetivo deste trabalho consiste em caracterizar o uso da terra e a cobertura vegetal na áreas de Teodoro Sampaio - Pontal do Paranapanema utilizando as imagens multiespectrais do SPOT 5. As técnicas utilizadas consistiram na aplicação do Modelo Linear de Mistura Espectral e Segmentação das imagens sintéticas geradas por este modelo.

A quinta geração do Programa Espacial SPOT foi desenvolvido pelo Centre National d'Études Spatiales (CNES) em conexão com o Programa de Satélite de Observação Militar HELIOS II. Lançado no dia 4 de maio de 2002 no Centro Espacial da Guiana Francesa em Kourou, ele apresenta uma série de vantagens em relação aos seus antecessores, oferecendo uma resolução espacial muito maior com ampla faixa de imageamento (SPOT IMAGE, 2003).

Contando atualmente com dois novos instrumentos HRG (High-Resolution Geometric), o satélite gera imagens no modo pancromático (banda P) com 5 ou 2.5 metros de resolução espacial. Da mesma forma que no SPOT 4, o HRG imageiam igualmente em modo multi-espectral em 4 bandas, porém, com resolução espacial de 10 metros nos intervalos do Green (B1), Red (B2), Near Infrared (B3) e 20 metros na banda Shortwave Infrared. O instrumento

VEGETAÇÃO que foi desenvolvido no SPOT 4 para o monitoramento regional da dinâmica vegetacional continua no SPOT 5 com o nome de VEGETAÇÃO 2.

II- Característica da Área de Estudo

A área de estudo está localizada no município de Teodoro Sampaio entre as coordenadas 22° 27' - 22° 44' de latitude Sul e 51° 58' - 52° 29' de longitude Oeste no extremo Oeste do Estado de São Paulo (região do Pontal do Paranapanema). O principal rio que corta o município é o Paranapanema, um dos três mais importantes afluentes do rio Paraná no estado. A figura 1 ilustra a localização da área em questão.

Caracterizada por um topografia suave, a Geologia é formada, segundo o IPT (1981) por: sedimentos aluvionares nas áreas de banhado, que incluem areias inconsolidadas de granulação variada, argilas e cascalheiras fluviais; arenitos muito finos e médios compreendidos pelos sedimentos da Formação Caiuá e Santo Anastácio (ambos pertencentes ao Grupo Bauru).

Em razão de sua geologia, os solos que se desenvolvem são essencialmente arenosos,

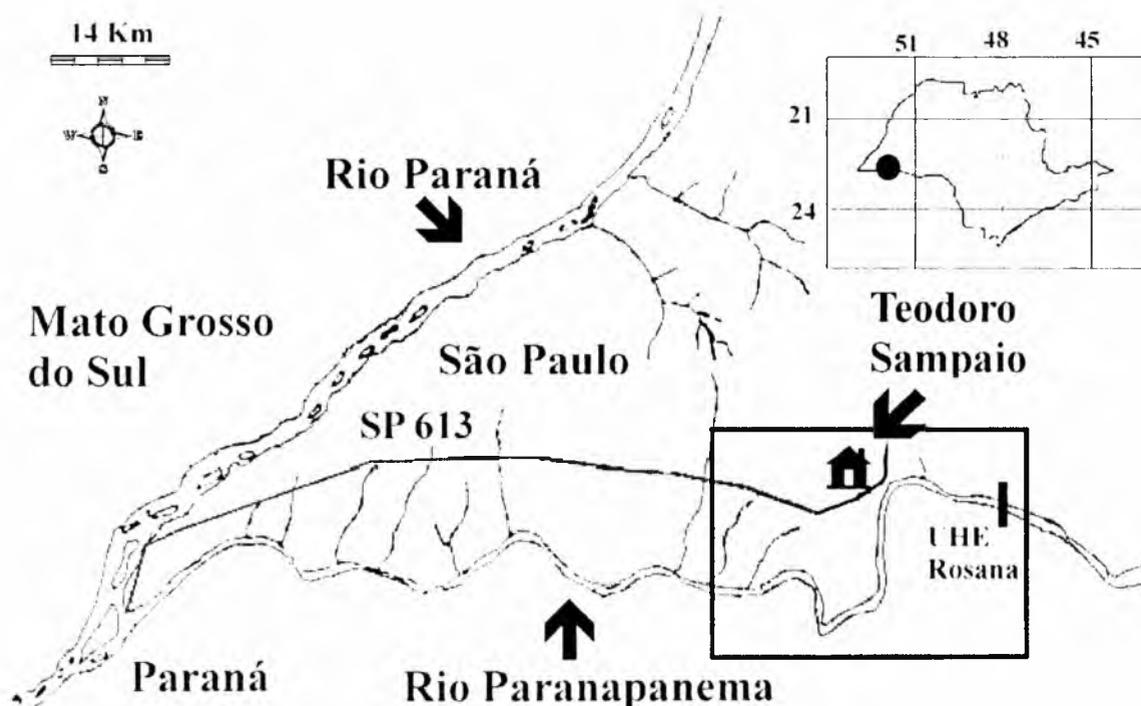


Figura 1. Localização da área de estudo (adaptado de PASSOS, 1988, p.175)

predominando segundo Amaral (2001), os Latossolos Vermelho-Amarelo distróficos. Este solo se distribui com dominância pelas amplas colinas de topos e vertentes convexas de baixa declividade.

A paisagem predominante na área é o campo/pastagem. Segundo Passos (1988), até o início do século estas áreas eram totalmente florestadas.

O desmatamento provocado pelo corte de florestas, expansão da cultura cafeeira e construção das linhas ferroviárias fizeram com que as áreas fossem reduzidas na década de 40 a 284 mil hectares (PASSOS, 1988). Atualmente estas áreas ocupam poucos milhares de hectares, sendo que a única mancha expressiva de mata nativa que restou está localizada dentro dos limites do Parque Estadual (PE) do Morro do Diabo.

O PE Morro do Diabo compreende uma área florestal de 33.845 hectares, coberto em sua quase totalidade pela Floresta Estacional Semidecidual, cuja principal característica é a queda das folhas das árvores durante a época de seca (SMA, 1998).

III - Materiais Utilizados

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas cartas topográficas na escala 1: 50 000 publicadas pelo IBGE (1973) referentes às folhas Teodoro Sampaio, Santo Antônio do Caiuá, Cuiabá Paulista e Ribeirão das Pedras.

As quatro bandas multiespectrais do sensor HRG SPOT 5 (localizada na órbita 704/395), passagem de 24 de fevereiro de 2003, fornecidas pela Intersat, foram processadas nos programas SPRING e ILWIS.

IV - Procedimentos Seguidos

IV. 1- Correção Atmosférica e Geométrica das Imagens

O primeiro passo no processamento das imagens foi aplicar a correção atmosférica. A técnica utilizada seguiu a metodologia desenvolvida por Chaves (1988) denominada

de Subtração do Pixel Escuro (DOS). Esta técnica consiste em selecionar um valor a ser subtraído da imagem por meio da análise do histograma de cada banda. Os níveis de cinza escolhidos geralmente são aqueles que apresentam uma variação abrupta de sua frequência em relação aos níveis de cinza mais baixos. A metodologia adotada não corrige propriamente os efeitos atmosféricos, mas ameniza consideravelmente os efeitos do espalhamento atmosférico. Como o espalhamento é inversamente proporcional ao comprimento de onda, os valores subtraídos são geralmente maiores nos comprimentos de onda do visível diminuindo o seu valor a medida que se aproxima da região do infravermelho próximo.

A transformação das coordenadas linha x coluna das imagens para um plano cartográfico (UTM) foi feita selecionando pontos de controles identificados nas imagens e nas cartas topográficas utilizadas (pontos homólogos). Após a seleção destes pontos uma transformação polinomial de 1º grau foi ajustada. Em seguida as imagens foram reamostradas banda a banda com o interpolador vizinho mais próximo. No caso do canal infravermelho curto, que possui uma resolução espacial diferente (20 metros), a imagem foi reamostrada para um pixel de 10 metros como forma de ajustar ao mesmo tamanho do pixel das outras bandas.

As distorções sistemáticas que afetam a geometria das imagens não foram consideradas nas retificações realizadas.

IV.2 - Seleção de Componentes Puros e Estimação das Imagens-Fração

O Modelo Linear de Mistura Espectral (MLME) tem como objetivos realçar os alvos de interesse presentes nas imagens e de reduzir a dimensão dos dados analisados.

Um dos problemas de mistura que ocorrem em imagens de Sensoriamento Remoto é causado em virtude da resolução espacial do sensor. O Campo de Visada do sensor (IFOV) registra em cada elemento-pixel da imagem a

média integrada da radiância de todos os materiais dispostos nesta superfície. Quanto mais heterogênea for esta superfície e menor a resolução espacial do sensor, maiores serão os problemas de mistura espectral.

O MLME tenta decompor estas misturas estimando a proporção de cada tipo de cobertura do terreno em cada pixel. Para isso são selecionados componentes puros de referência na própria imagem (denominados de endmembers) para servirem como parâmetro na estimativa.

Quatro componentes (água, sombra, solo exposto e vegetação) foram selecionados para geração de quatro imagens proporção. As frações água e sombra foram individualizadas por causa das diferenças espectrais contidas entre elas.

Para a resposta de um pixel qualquer o modelo pode ser escrito como:

$$r_i = a * \text{água}_i + b * \text{sombra}_i + c * \text{solo exposto}_i + d * \text{vegetação}_i + e_i \quad \text{sendo:}$$

r_i : a resposta espectral na banda i

a : proporção de água

b : proporção de sombra

c : proporção de solo exposto

d : proporção de vegetação

água_i : resposta espectral da água na banda i

sombra_i : resposta espectral da sombra na banda i

solo exposto_i : resposta espectral do solo exposto na banda i

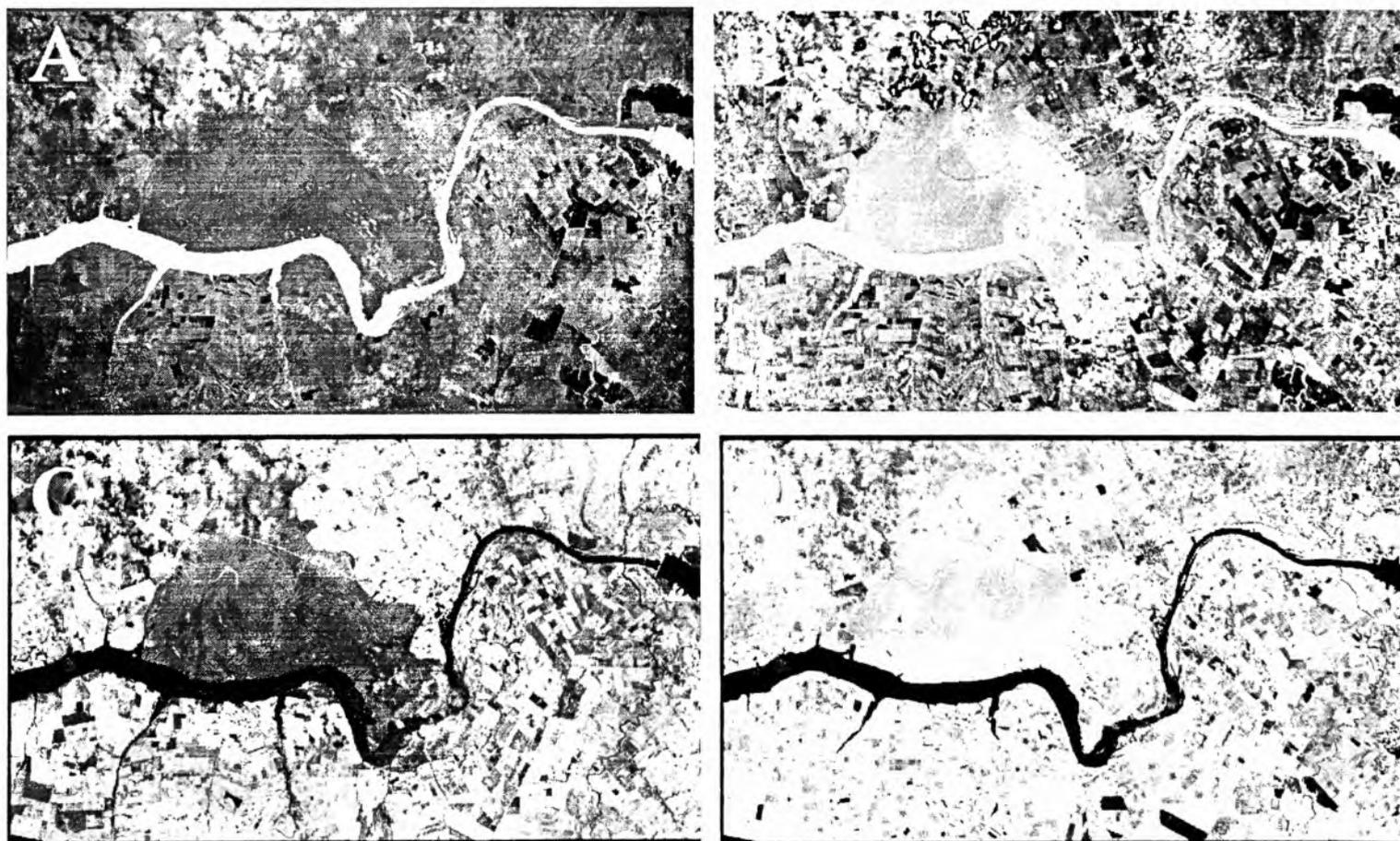
vegetação_i : resposta espectral da vegetação na banda i

e_i : é o termo de erro na banda i

i : são as bandas do HRG (1 a 4)

A decomposição foi feita resolvendo um

Figura 2. Imagens sintéticas geradas a partir do MLME. As figuras A, B, C e D representam respectivamente as frações água, sombra, solo exposto e vegetação.



sistema de equações lineares desenvolvidos por Shimabukuro e Smith (1991) que se baseia nos critérios dos mínimos quadrados (minimiza a soma dos quadrados dos erros).

Os resultados da aplicação do MLME é ilustrado na figura 2 que mostra as proporções Água, Sombra, Solo Exposto e Vegetação.

A figura 3 é uma composição colorida combinando as proporções Solo no filtro vermelho, Vegetação no filtro Verde e Água no Filtro Azul.

IV.3 - Segmentação das imagens-Fração e Seleção de Amostras Representativas de Classes de Uso e Cobertura Vegetal

A segmentação consiste numa técnica de subdividir as imagens em diversas partes ou regiões significativas. Esta subdivisão baseia-se em atributos de uniformidade interna e

diferença de vizinhança entre os pixels. A grande vantagem de sua utilização em relação aos classificadores pixel a pixel (MAXVER, por exemplo) é a relação de contexto que é implementada em sua análise.

As imagens-fração solo, água e vegetação foram selecionadas como imagens de entrada para o processo de segmentação. Antes de efetuar este procedimento as imagens foram filtradas com um filtro mediana para suavizar as freqüências e ao mesmo tempo preservar os limites de bordas.

O método de segmentação escolhido foi o de Crescimento de Regiões que leva em conta a similaridade dos valores dos pixels para separar as diferentes regiões. Segundo Kai e Muller (apud SHIMABUKURO; ALMEIDA FILHO, 2002, p. 87) esta técnica pode ser sumarizada nas seguintes etapas: **a)** segmentação da imagem em regiões; **b)** comparação de um

Figura 3. Composição colorida RGB gerada a partir do MLME com o arranjo Solo (vermelho), Vegetação (verde) e Água (azul)



segmento com seus vizinhos e fusão com aqueles estatisticamente semelhantes (média), com atualização da média dos níveis de cinza da nova região; **c**) crescimento do segmento por comparação com seus novos vizinhos, até não mais haver segmentos com semelhanças que permitam agrupamentos; **d**) repetição do processo para o próximo segmento e assim sucessivamente, terminando com a nomeação de cada segmento.

Limiares de área e de similaridade são definidos previamente antes de efetuar a segmentação. Estes dois parâmetros permitem ao usuário controlar o tamanho mínimo das áreas formadas e da diferença mínima entre os níveis de cinza para a definição de uma borda (ALVES et al., 1996) O grau de generalização do mapa temático pode ser controlado por estes dois valores.

Diante de vários testes realizados os valores que melhor segmentaram as imagens foram 26 para área e 17 para similaridade. A figura 4 ilustra o resultado da segmentação.

O procedimento que seguiu a segmentação foi a classificação supervisionada dos segmentos gerados. Seis classes de dominância foram definidas para a seleção de amostras de treinamento. São elas: Mata, Campo/Pastagem, Agricultura, Solo Exposto, Água, Nuvem e Sombra. Os valores de média (m) e desvio padrão (s) de cada classe ao longo das frações são descritas na tabela 1. As medidas de posição são apresentadas pelo diagrama de caixa (boxplot) na figura 5.

Analisando-se sucintamente os dados obtidos, notou-se que as quatro imagens sintéticas estimadas apresentaram um bom resultado visual, realçando as diferenças entre as classes de interesse. Em termos de análise estatística, os resultados evidenciam que as classes apresentaram uma boa separação ao longo das 4 frações. Problemas de estimativa é encontrado na classe Nuvem da fração Sombra cujos valores de nível de cinza se restringiram ao 255 (saturação da classe).As demais classes apresentam um bom intervalo de amplitude.

Após a seleção de amostras o classificador Bhattacharyy foi aplicado na classificação.

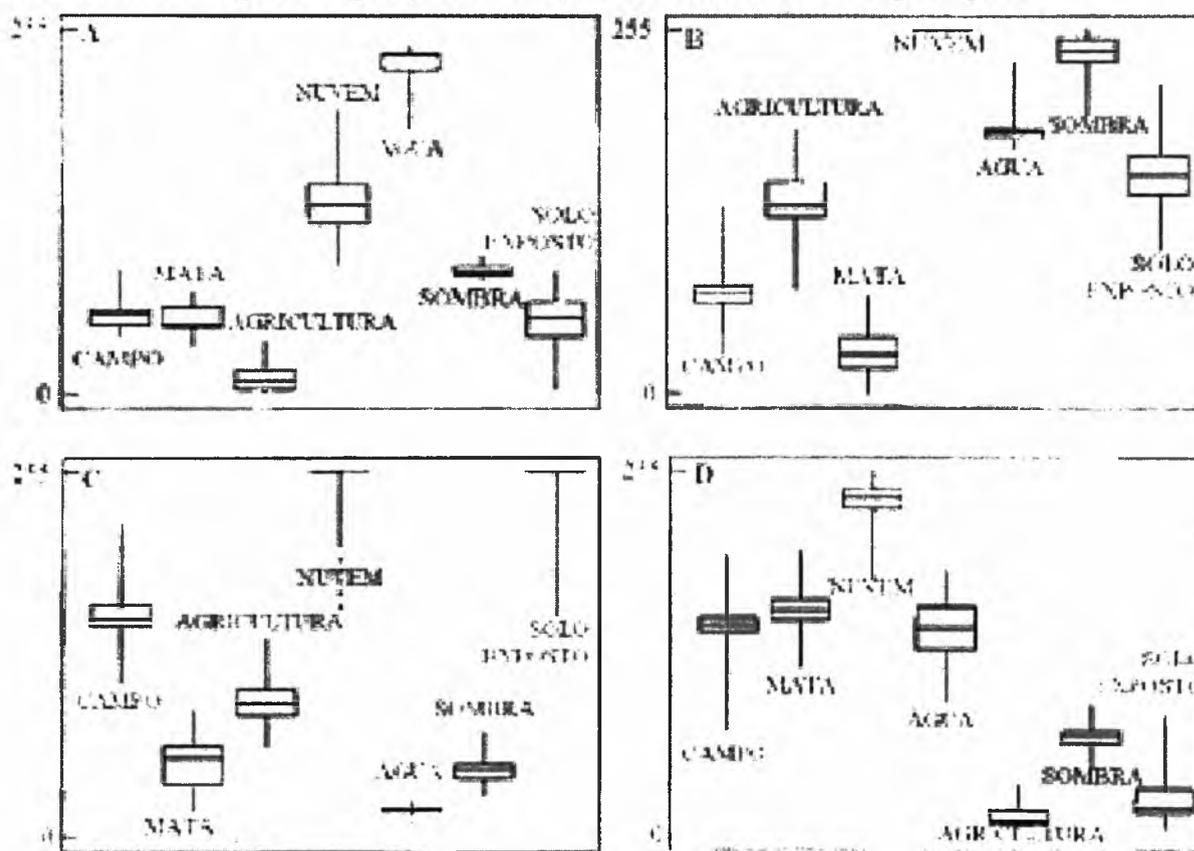
Figura 4. Resultado da segmentação utilizando as frações Água, Solo Exposto e Vegetação.



Tabela 1. Valores de média (m) e desvio padrão (s) de cada classe nas 4 imagens-fração geradas. Estas medidas correspondem às amostragens realizadas após aplicação do

Imagem-Fração	Água		Sombra		Solo Exposto		Vegetação	
	m	s	m	s	m	s	m	s
Campo	57,7	7,9	69,6	10,3	128,7	9,6	150,8	9,9
Mata	56,1	8,1	134,8	15,3	42,4	12,1	159,7	10,7
Agricultura	13,2	6,7	30,2	13	77,4	10,5	238,4	11
Nuvem	134,7	19,8	255	2,3	229	22,8	147,3	20,4
Água	228,8	14,1	183,8	12,6	14,4	2,5	15,7	4,4
Sombra	87,9	3,2	237,3	11,1	38,2	6,9	72,3	7,9
Solo Exposto	54,7	16,4	154,7	25,3	229,1	38,1	27,4	12,5

Figura 5. Diagrama de caixas das 7 classes amostradas. As figuras A, B, C e D representam respectivamente as frações água, sombra, solo exposto e vegetação.



IV.4- Correção de Erros e Inserção de Novas Classes Temáticas

Os erros de omissão e inclusão surgidos no mapa temático foram corrigidos por meio da edição poligonal. As pequenas manchas de silvicultura classificadas como Mata foram

editadas para a classes de Agricultura. Uma máscara foi incorporada ao mapa para separar a Área Urbana da classe Solo Exposto. É importante salientar que muito das áreas classificadas como Solo Exposto podem ser na realidade áreas agrícolas. A mesma

confusão pode ocorrer entre Áreas Agrícolas e Campo/Pastagem, pois é comum na região o preparo da terra para o cultivo de pastagem. Estes possíveis erros devem ser checados em campo para uma maior validade do mapa.

Além da classe Área Urbana, uma outra classe correspondente ao Banhado foi incorporada ao mapa em vista da representação que ele ocupa na área de estudo. O Banhado não foi inserido já no início da amostragem porque a segmentação não separou com eficiência as áreas úmidas influenciadas pela dinâmica fluvial. A sua delimitação foi feita visualmente na tela do computador (digitalização) utilizando uma composição colorida apropriada que permitiu diferenciar as áreas úmidas e secas ao longo do rio. Posteriormente o polígono que representa o limite do Banhado foi transformado para o formato raster e fundido com o mapa de uso e cobertura vegetal por meio da Tabela de Dupla Entrada.

A Tabela de Dupla Entrada consiste numa técnica de análise espacial em formato matricial que tem a propriedade de combinar informações de dois mapas por meio de uma análise de tabela (WESTEN; FARIFTEH, 1997). O primeiro passo na construção desta tabela é criar um mapa que contenha os novos limites a serem traçados no mapa com erro. O passo seguinte consiste em inserir estes novos limites no mapa a ser editado com base nas regras de interseção booleana.

A classe que sofreu maior perda de área após a inclusão do Banhado foi a de Campo/Pastagem. A classe Mata localizada dentro do limite a ser editado não foi modificada, preservando a sua área inicial. O resultado final dos procedimentos seguidos é sintetizado pelo mapa de uso e cobertura vegetal ilustrado na figura 6. Neste mapa pode-se observar que a única mancha expressiva de mata está localizada dentro do Parque Estadual do Morro do Diabo. Pequenas manchas localizadas a Noroeste e Sudoeste resumem o total de mata residual presente no retângulo mapeado. As áreas de agricultura estão concentradas no quarto quadrante do mapa no Estado do Paraná.

IV.5 - Imagem NDVI

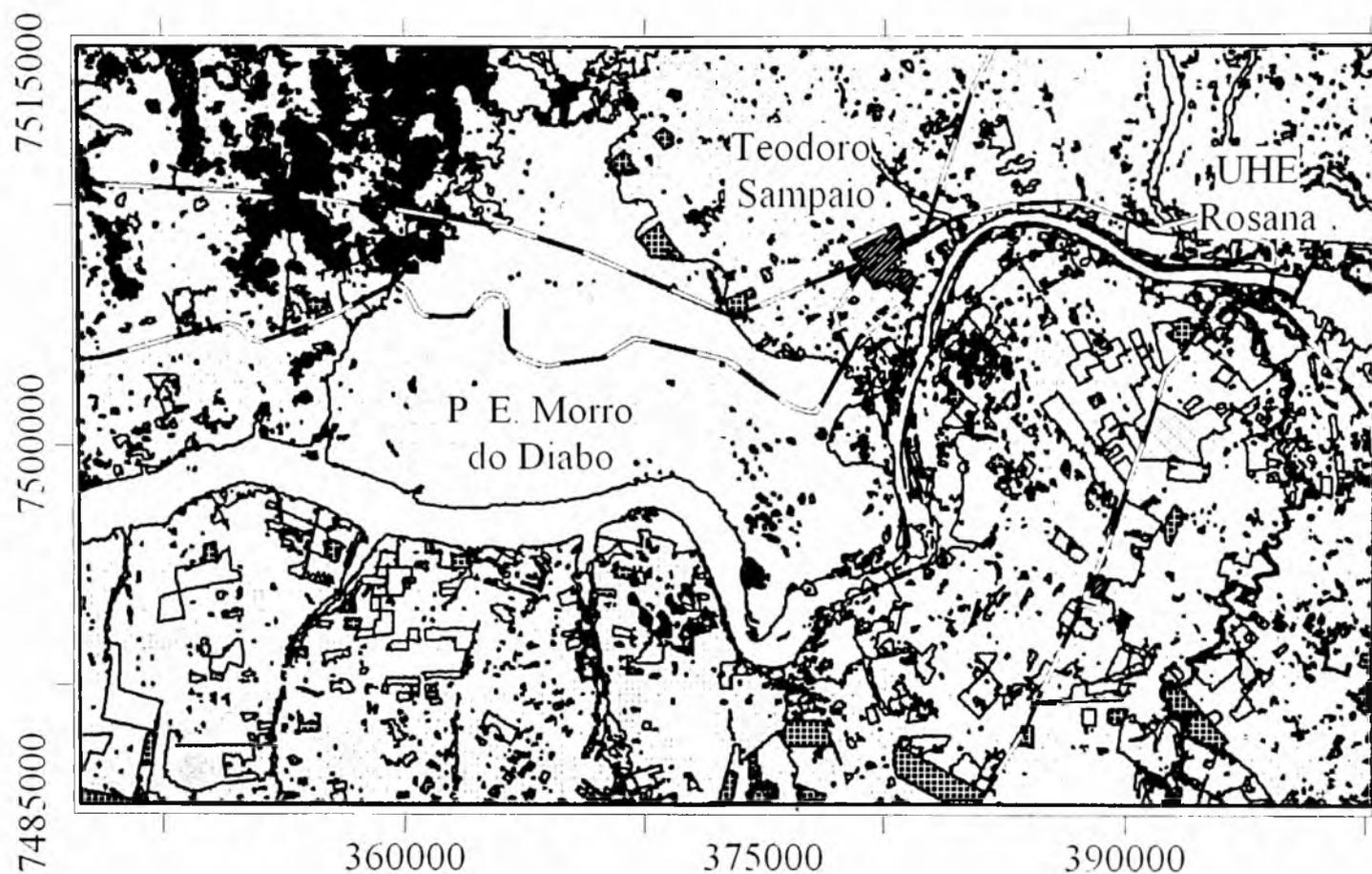
O Índice de Vegetação de Diferença Normalizada (Imagem NDVI), que é muito utilizado para estimar a proporção de biomassa foi aplicado no trabalho com o intuito de gerar um produto que pode ser rapidamente comparado com os resultados apresentados na figura 6.

Este índice foi proposto no início da década de 70 para as imagens MSS (ROUSE et al. apud JENSEN, 1996, p. 180) e explora a diferença normalizada de brilho das bandas do vermelho e infravermelho próximo. Para as imagens trabalhadas, o NDVI foi calculado aplicando: $NDVI = (HRG3 - HRG2)/(HRG3 + HRG2)$. Onde: HRG2 e HRG3 são respectivamente as bandas do vermelho e infravermelho próximo.

O resultado desta operação encontra-se na figura 7. As áreas agrícolas foram realçadas em branco; em preto estão os corpos d'água, nuvens e os solos expostos; as tonalidades cinza claro são as áreas de mata.

V. Considerações Finais

As imagens HRG-SPOT 5 mostraram-se eficientes na separação das principais classes de uso e cobertura vegetal na região do Pontal do Paranapanema. O Modelo Linear de Mistura Espectral permitiu realçar os dados de interesse e diminuir o tempo de processamento das imagens. Os valores que foram atribuídos no processo de segmentação das imagens-mistura foram 17 para similaridade e 26 para área. Estes valores não são fixos e podem ser modificados de acordo com o grau de detalhamento desejado. A imagem NDVI reforçou a consistência do produto gerado pela metodologia adotada. O resultado do mapeamento mostrou que a única área representativa de mata nativa encontra-se dentro do Parque Estadual do Morro do Diabo. As áreas de maior ocupação agrícola encontram-se no quarto quadrante do mapa na margem esquerda do rio Paranapanema.



- | | | |
|----------------|-------------------------|--|
| Mata | Agricultura | |
| Banhado | Área Urbana | |
| Corpos d'agua | Nuvem | |
| Campo/Pastagem | Sombra | |
| Solo Exposto | Áreas não Classificadas | |

VI - Agradecimentos

Os autores agradecem a gentileza da INTERSAT por ter fornecido gratuitamente as imagens SPOT 5 utilizadas neste trabalho.

Bibliografia

ALVES, D. S.; MOREIRA, J. C.; KAIL, E. M.; SOARES, J. V.; FERNANDEZ, O.; ALMEIDA, S.; ORTIZ, J. D.; AMARAL, S. *Mapeamento do uso da terra em Rondônia utilizando técnicas de segmentação e classificação de imagens TM*. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 8., 1996, Salvador. Anais... São José dos Campos: INPE, 1996.

AMARAL, R. *A fragilidade ambiental na bacia do ribeirão Bonito, município de Teodoro Sampaio, SP*. 90f. Monografia (Trabalho de Graduação Individual em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CHAVEZ, P. S. *An improved dark-object subtraction technique for atmospheric scattering correction of multispectral data*. Remote Sensing of Environment, New York, v.24, n.3, p.459-479, 1988.

IBGE *Carta topográfica das folhas Teodoro Sampaio, Santo Antônio do Caiuá, Cuiabá Paulista e Ribeirão das Pedras*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. Escala 1: 50 000.

IPT Mapa geológico do estado de São Paulo. São Paulo: IPT, 1981. Escala 1: 500 000.

JENSEN, J. R. *Introductory digital image processing: a Remote Sensing perspective*. Second Edition. New Jersey: Prentice Hall, 1996.

PASSOS, M. M. *O Pontal do Paranapanema: um estudo de geografia física global*. 1988. 324f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SHIMABUKURO, Y. E.; SMITH, J. A. *The least-square mixing models to generate fraction images derived from Remote Sensing Multispectral data*. IEEE Transaction on Geoscience and Remote Sensing. v.29, n.1, p.16-20, 1991.

SHIMABUKURO, Y. E.; ALMEIDA FILHO, R. *Processamento digital de imagens multitemporais Landsat-5 TM e Jers-1 SAR aplicado ao mapeamento e monitoramento de áreas de alteração antrópica na Amazônia*. Geografia. Rio Claro, v.27, n.2, p.81-96, 2002.

SMA Atlas das Unidades de Conservação do estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

SPOT IMAGE The SPOT Family. France: Spot Image, 2003. Disponível em: <www.spotimage.com.au/>. Acesso em: 14 nov. 2003.

WESTEN, C.; FARIFTEH, J. *ILWIS – intergrated land and water information system: user's guide*. Enschede: ITC, 1997

Trabalho enviado em setembro de 2003.

Trabalho aceito em fevereiro de 2004.





**NOTAS DE
PESQUISA DE
CAMPO**

APROXIMAR SEM REDUZIR: AS DERIVAS E A PESQUISA DE CAMPO EM GEOGRAFIA URBANA

Flávia Elaine da Silva *

RESUMO:

Este artigo busca aproximar o corpo teórico e prático dos situacionistas das pesquisas de campo em geografia. Esta aproximação se dará especialmente entre a prática espacial experimentada por este grupo, chamada de deriva, e a geografia urbana, sem deixar de lado o fato de que este debate, sobre a importância das pesquisas de campo para a constituição do pensamento geográfico, está presente na geografia como um todo e também fora dela.

PALAVRAS-CHAVE:

Deriva, situacionista, urbano, geografia.

ABSTRACT:

This article seeks to take the situationists's theoretical and practical work closer to the geography field researches. This approach will focus mainly on the situationists's special practice, named deriva, and the Urban Geography, without neglecting that this debate, about the importance of field researches to the constitution of the geographic thinking, is present in Geography as a whole as well outside it.

KEY WORDS:

Deriva, situacionist, urban, geography.

I- Primeiros apontamentos

Estando este texto inserido em uma secção da GEOUSP destinada às notas de pesquisa de campo, faz-se necessária uma prévia reflexão sobre o tema, pois antes mesmo de discutirmos a especificidade que pode ter, e certamente tem, uma pesquisa de campo em geografia urbana, é necessário falarmos da pesquisa de campo como um momento de uma pesquisa maior, científica.

Isso quer dizer que antecede, em importância, o fato de que uma pesquisa de campo constitui o processo de pesquisa como um todo e, para muitos geógrafos, isso é fundamento.

Antes de uma pesquisa ser definida no âmbito da geografia urbana, ela deve ser discutida no âmbito do conhecimento geográfico como um todo.

Sabemos ainda que a pesquisa de campo não é exclusividade da geografia, e nesse sentido ela também deve ser discutida no âmbito das ciências humanas. Nós não chegaremos numa abordagem tão ampla, que não é simples, nem nova, mas não ignoramos a sua necessidade.

Na geografia, muitos geógrafos abordaram a problemática e, na medida do possível, eles nos acompanharão neste artigo.

* Aluna do programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, FFLCH-USP. E-mail:

Bom, mas o que há de tão difícil no tema? Por que merece uma introdução com tantos rodeios?

Inicialmente, as diferentes maneiras com que as pesquisas de campo participam de uma pesquisa científica acompanham a transformação do pensamento da própria geografia. Neste sentido é bom lembrar que o pensamento geográfico muito se aproximou do poder e da guerra, e em parte se aproximou da sociedade com objetivos de transformá-la, de *revolucioná-la*, melhor dizendo. Estes movimentos do pensamento geográfico muitas vezes estiveram associados ao movimento mais geral, da universidade, e, às vezes, estiveram em descompasso com este.

Sobre a aproximação do geógrafo com a sociedade, com os movimentos oriundos da sociedade, e o papel da pesquisa de campo em um movimento como esse, é bom resgatarmos, por exemplo, a perspectiva do materialismo dialético discutida por meio de Bernard Kaiser, lembrando que esta perspectiva pode ser discutida nas ciências humanas como um todo. A nossa tentativa aqui é de contribuir minimamente com esta discussão, agora dentro da geografia urbana, por meio de um debate sobre as pesquisas de campo.

Retornemos então à dificuldade primeira que é entender como, teórica e praticamente, a pesquisa de campo entra em nossas reflexões. Vamos *crus* ao *campo*, como uma folha em branco? Temos *petições de princípio* antes de irmos ao *campo*?

Se a perspectiva que temos é materialista e dialética, a resposta é negativa para as duas perguntas, sendo que um pouco de cada um destes procedimentos está presente na nossa resposta.

Pensando na geografia urbana, quando lidamos com a urbanização, lidamos com um processo cuja teoria crítica vem se constituindo há tempos. Quando iniciamos nossas pesquisas nos bairros, nos municípios, comunidades, etc., nós não saímos do zero, existe já uma problemática sendo pensada teoricamente. O *contato com a realidade* não faz brotar nenhuma

teoria, especialmente porque o tempo de cada uma dessas coisas é bem diferente.

Muito menos nós vamos ao campo *confirmar* nossas hipóteses. Se esse é o objetivo do nosso campo, existem grandes chances de que *enquadremos* todo e qualquer acontecimento (como conceito e não como palavra), de modo que ele somente reforce o que já pensamos.

Estes procedimentos, anteriormente apresentados, constituíram momentos diferentes, historicamente, na geografia. Constituíram escolas de pensamento. Assim, um pouco de cada um deles está presente no que fazemos, e são importantes na composição de nossas pesquisas, mas não definem o todo.

Para Yves Lacoste, "o trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local: é também articulá-los, eficazmente, aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas" (LACOSTE, 1985, p.20).

Bom, mas não é exatamente com Lacoste que vamos trilhar este nosso caminho. O que pensamos teoricamente nos instiga, nos faz questionar sobre pontos desconhecidos, brechas. Nossas pesquisas nas ruas, na cidade, nas entrevistas formais e informais com as pessoas, nos faz verificar concretamente alguns pontos da teoria que nos orienta, mas também nos põe a duvidar de outros pontos da teoria, nos aponta a insuficiência da teoria, nos faz querer avançar no caminho da interpretação, no sentido de preencher lacunas, redefinir os conceitos.

O movimento entre teoria e prática envolve uma *militância* do pesquisador, mas não só no que diz respeito ao engajamento em movimentos sociais, e sim no que diz respeito ao rompimento com escolas de pensamento que se tornam insuficientes para o pensamento crítico da disciplina e da sociedade. Buscar novas matizes (e não matrizes) para nossas interpretações, nos aproximar de outras

disciplinas é uma atividade que acaba por se tornar um embate entre pesquisadores, no cotidiano das pesquisas geográficas.

Uma outra abordagem para a teoria e a prática, agora nos aproximando da geografia urbana, diz respeito a uma teoria social do espaço e uma prática espacial. Rápido demais chegamos ao espaço. Essa passagem merece maior cuidado. O trabalho de campo não existe em si, muito menos o espaço. A geografia trilha um caminho particular pelo espaço para compreender as relações sociais e as configurações espaciais destas relações. O espaço não é sujeito, também não é inerte. É produzido pela sociedade e é momento ativo. Sobre estas duas abordagens temos Henri Lefebvre e David Harvey para nos ajudar a entender, mas os meandros desta relação entre o espaço e a sociedade podem, em muito, ser aprofundados nas pesquisas de campo. Ainda que tenhamos teorias gerais sobre a urbanização, o estudo das particularidades nos remete ao todo, dando novas cores e contrastes para este. O todo por sua vez nos faz relativizar as grandes descobertas nas pesquisas de campo.

II - Teoria e prática espacial

Sobre como fazer uma pesquisa de campo, também já sabemos que as receitas não servem, são limitantes. Vamos falar neste texto sobre exercícios de pesquisa de campo que vêm sendo feitos dentro de uma abordagem teórica, sem tentarmos elaborar modelos. São exercícios que se mostram eficientes e que também apresentam lacunas. Estão sendo realizados e, embora existam indícios, não há confirmação da potência da prática que será apresentada aqui. Além disso, é prática de pesquisa presente em muitos geógrafos e não geógrafos. Os primeiros, na medida do possível e no limite dos nossos conhecimentos, estarão aqui presentes.

A prática espacial que abordaremos em seguida se chama Deriva e foi constituída por um grupo denominado Situacionistas. Este não é um grupo de geógrafos, mas de artistas, escritores, arquitetos, intelectuais, em geral.

Temos duas observações a fazer quando aproximamos os Situacionistas da geografia. A primeira diz respeito às reflexões teóricas elaboradas por este grupo, que chegam ao espaço mas não o tomam em si. Têm afinidades com os debates geográficos, mas nunca se limitaram a esta disciplina. A segunda observação quer ressaltar a proximidade das práticas escolhidas pelos situacionistas com os trabalhos de campo realizados por geógrafos.

Vejamos a seguir um trecho do texto de Bernard Kaiser sobre o procedimento de um pesquisador quando este chega ao terreno (palavra grifada pelo próprio autor):

"(...), ele deve passear longamente, tranqüilamente; que se impregne da atmosfera social; que procure o que realmente preocupa e distinga nas conversações banais os sinais das tensões profundas. E sobretudo, que ele se ponha a compreender a história. (...)" (KAYSER, 1985, p.33)

Outro geógrafo, cujo acesso à obra só foi possível pelo comentário de Jean Bernard Racine em Hérodote, nº 4, e que se chama William Bunge, parece ter realizado procedimentos próximos às derivas, denominados *expedições*. Para Bunge, "não significa simplesmente que a geografia se aprende pelos pés, mais do que pelo computador, mas que a geografia, que se apoiou sobre todas as fontes da formalização matemática e do tratamento informático, consente em mergulhar completamente *no comum* (...)" (BUNGE, 1976, p.87)

Os Situacionistas apresentam a deriva assim: "Passar ativamente por diversos ambientes urbanos. Não se resume em contemplação, e pressupõe conhecimentos aprofundados sobre os lugares das derivas, projetos, plantas, cartas. Não lida com o aleatório simplesmente, mas é uma atividade impulsionada e sensibilizada pelos movimentos do terreno que, ao mesmo tempo, reconhece intenções e projetos"

"O conceito da deriva está indissoluvelmente ligado ao conhecimento dos efeitos de natureza psicogeográfica¹, e à afirmação de um comportamento lúdico-construtivo, o que o opõe em todos os pontos às noções clássicas de viagem e de passeio" (DEBORD, 2003, p.89)

Bom, estes trechos apresentam, de certa forma, uma aproximação dos procedimentos de geógrafos e não geógrafos na hora de investigarem os lugares que pesquisam. A idéia da imersão e envolvimento com o ambiente que está sendo estudado aparece nestes autores. O "comum", *banal*, aparece sutilmente nos geógrafos, enquanto nos situacionistas vira plano mesmo de pesquisa, por meio da vida cotidiana. Mais tarde falaremos mais sobre este plano, agora o que nos interessa é ressaltar que, assim como, para os geógrafos o comum é reconhecido apenas como campo de análise, nos Situacionistas é meio para atividade, no sentido da revolução. Para tanto, o cotidiano não pode ser só fonte informação, e sim campo de batalha.

Uma outra diferença importante é a noção de passeio, abordada por um dos geógrafos e evitada pelos situacionistas. A contemplação é um dos principais elementos criticados por eles. Esta "crítica da natureza contemplativa da sociedade capitalista" é resultado da aproximação dos Situacionistas, em especial de Guy Debord, de quem já já falaremos, com Lukács. Um dos fundamentos desta crítica está no embate que este autor trava com a idéia de separação entre sujeito e objeto. Somente uma longa discussão poderia guardar a complexidade desta questão e esse não é o objetivo aqui. De qualquer forma, parece que temos aqui uma diferença entre os Situacionistas e estes geógrafos. Acreditamos então que, quando aproximamos os dois tipos de pesquisadores, ganhamos potência teórica e prática para aprofundar algumas questões na geografia urbana.

Fizemos um percurso torto aqui: primeiramente, apresentamos o debate, e

somente agora vamos apresentar os situacionistas.

III - Sobre os Situacionistas

Esta breve apresentação consiste em dizer que o grupo dos Situacionistas foi um grupo que se transformou muito e possuiu diversas composições ao longo de sua *existência*, se é que podemos usar essa palavra. Uma das formas mais comuns de mudança dos componentes do grupo era a própria expulsão. Muitos foram os expulsos do grupo.

Essa constante reformulação dos grupos é muito cheia de detalhes e pouco estudada. Também não existem documentos fartos para pesquisa aqui no Brasil, tais como revistas ou catálogos das exposições, etc. De qualquer maneira alguns pontos que interessam neste artigo serão abordados aqui. A origem do movimento está entre os surrealistas. Um eixo dissidente das abordagens de André Breton e de Paris foi o que criou o Grupo revolucionário surrealista² Dotremont é um nome fundamental neste grupo, e teve apoio do pintor dinamarquês Asger Jorn. Os dois foram apresentados a Constant, que fundou o grupo holandês Reflex. Constant também participou da formação do COBRA, "que chegou a ter mais ou menos 50 pintores, poetas, arquitetos, etnólogos e teóricos, de dez países diferentes".(HOME, 1999, p.49)

Um dos maiores projetos do movimento foi a criação de um novo ambiente urbano, que se manifestasse em oposição à arquitetura racional de Le Corbusier. Após a dissolução do Cobra, temos o movimento Letrista. A ampliação deste movimento inclui a presença de Guy Debord no grupo, dentre outros, e uma futura dissidência, agora com Michele Berenstein, cria a Internacional Letrista.

Asger Jorn, após a dissolução do COBRA "cria" o Movimento Internacional para uma Bauhaus Imaginista. Em 1956, o MIBI organizou em Alba, na Itália, uma reunião de diversos grupos que vinham trabalhando os mesmos temas e no ano seguinte Guy Debord funda,

com a participação de membros destes grupos, a Internacional Situacionista.

O que nos faz perseguir os rastros deixados pelos situacionistas, entretanto, não está somente ligado a uma recomposição histórica. O que nos interessa mesmo, ao fazer este percurso, é enfatizar que existe um debate constante acontecendo nestes grupos, apenas palidamente exposto aqui, mas que nos interessa. Primeiro porque a crítica feita por estes artistas e intelectuais nunca se limitou às artes ou ao urbanismo. Segundo porque, de uma certa forma, todas as dissidências apresentadas aqui, de grupos formados a partir de outros grupos, caminhavam em direção a uma maior aproximação da sociedade, das questões que envolviam a sociedade como um todo. Assim, os Situacionistas acabaram por desenvolver sua crítica ao urbanismo, às artes, não como especialidade, mas como um dos caminhos para crítica da sociedade, e de sua transformação. Em determinado momento, e muito por contato com Henri Lefebvre, estes autores chegam também à crítica da vida cotidiana, ponto que discutiremos um pouco mais para frente.

“A construção de situações é um conceito chave para os jovens lettristas e depois para os situacionistas. Estas situações, para eles, não deveriam ser realizadas através da afirmação de dogmas mas através da pesquisa e da experi-mentação. Debord escreve sobre a construção de situações desde seus primeiros estudos, mas enquanto faz parte da IL esta construção está mais relacionada com a superação da arte, que vai se transformando em uma pesquisa dos modos de vida. A revista da Internacional Lettrista, POTLATCH, conclama a unidade da vida com a arte, não para rebaixar a arte ao estado da vida atual, mas para elevar a vida ao que é prometido pela arte. (...). Compreende-se o interesse da IL pela urbanização a partir desta análise de que a arte está na vida e a vida se realiza temporalmente e espacialmente.”

Apoiados então na psicogeografia, o grupo realizava as derivas, numa tentativa de identificar zonas diversas da cidade, especialmente com relação ao impacto psicológico que diferentes lugares poderiam criar nas pessoas.

Um dos momentos importantes para compreender o corpo prático teórico que estes autores estavam constituindo diz respeito aos estudos urbanos, realizados por meio de práticas espaciais que estes autores vinham abordando por meio das suas “experiências”.

Em *Introdução a uma crítica da geografia urbana*, texto publicado por Debord nos *Lèvres Nues* nº 6, em 1955, o mesmo reclama uma pesquisa de um novo modo de vida. Já sabemos que a crítica destes autores chega na vida cotidiana combatendo muitas vezes uma idéia de felicidade baseada no consumo e na organização com base na passividade. Neste texto Debord apresenta o termo Psicogeografia como uma espécie de pesquisa, em uma perspectiva materialista, do condicionamento da vida e do pensamento pela natureza objetiva. Essa influência do meio (urbano) sobre o comportamento (afetivo) dos homens deve ser pesquisada em detalhes para criar situações de transformação, de pequena duração muitas vezes. Estuda leis e efeitos mas não quer criar leis gerais a serem impostas à sociedade.

Um outro texto, na verdade um relatório psicogeográfico feito por Abdelhafid Khatib em 58, apresenta que “os recursos da psicogeografia são numerosos e variados. O primeiro e mais sólido é a deriva experimental. A deriva é um modo de comportamento experimental numa sociedade urbana. Além de modo de ação, é um meio de conhecimento, (...). Os outros meios, como a leitura de mapas, o estudo de estatísticas, de gráficos ou de resultados de pesquisas sociológicas, são teóricos e não possuem este lado ativo e direto que pertence à deriva experimental. No entanto é graças a eles que podemos ter uma primeira representação do meio a estudar. E o resultado deste estudo pode, em retorno, modificar essas representações cartográficas e intelectuais no

sentido de uma maior complexidade, de um enriquecimento".(KHATIB, 1958, p.80)

Nos parece que esta abordagem da pesquisa de campo como um momento enriquecedor de mapas e tabelas está presente nos geógrafos também. Tricart diz que o geógrafo precisa "saber estudar os objetos que lhe interessam nas representações que deles são feitas: cartas, fotos aéreas, imagens de sensores remotos. Mesmo assim, o confronto com o campo é rigorosamente necessário, por um lado para identificar os objetos, e por outro, para avaliar precisamente os tipos de informação que podem ser extraídos dessas representações" (TRICART, 1980, p.116).

Queremos ressaltar a diferença, entretanto, de uma postura que apenas corrige dados para uma que quer compreender o motivo pelo qual os dados da realidade somem em um processo de abstração e representação. Caminhar com os Situacionistas significa não perder uma perspectiva de compreensão maior do que se apreende nas pesquisas de campo urbanas, tendo em vista a crítica e a transformação da sociedade.

Sabemos que esta apresentação dos Situacionistas é insuficiente para abordar o conjunto de teoria e prática que o grupo desenvolveu em muitos anos e que ainda está presente e em transformação por meio de diversos autores. Assim, já que esta tarefa inglória de resumir o pensamento destes autores não os aproxima de fato dos leitores, vamos apresentar o que significa uma tentativa de aproximação mais viva, por assim dizer, destes autores, feita por meio da prática espacial:

IV - O Registro de uma Deriva

O estudo que será apresentado agora é uma espécie de relatório psicogeográfico, com todas as ressalvas já feitas aqui sobre este termo, elaborado a partir da realização de derivas, que começaram sendo feitas em um bairro industrial denominado Jaguaré, projetado por um urbanista chamado Henrique Dumont Villares, e, rapidamente, conduziram à

necessidade de se compreender a existência da favela existente neste bairro.

Apresentaremos somente o texto referente às derivas pela favela, mas queremos ressaltar que ele é parte integrante de um conjunto de textos, elaborados a partir de derivas feitas pelo Distrito Industrial do Jaguaré como um todo, incluindo a área residencial e a industrial.

O objetivo inicial destas derivas era o de confrontar a concepção deste urbanista, elaborada na década de 40, com o que víamos na atualidade.

O texto que vem a seguir foi o que se obteve como registro das derivas feitas exclusivamente nas favelas:

"A palavra favela possui uma unidade que não é real. A extensa Vila Nova Jaguaré, toda ela favela, guarda uma série de diferenças³, espaciais e temporais, que são achatadas na denominação utilizada por todos os que não moram ali, e que resumem a complexidade sob o nome favela. Entretanto, em uma conversa rápida com uma moradora, nomes de trechos, vielas, becos, morros, escadarias, vão se revelando, e todos eles possuem uma definição espacial e temporal claras, de conhecimento geral dos moradores. Assim, surgem a Viela da Gaivota, o Trecho do Finado Inácio, o Morro do Sabão, que mostram uma textura inexistente em mapas, fotos aéreas ou levantamentos estatísticos.

Existe um grande trecho de favela, que agrupa muitas moradias e vielas, e que possui como característica definidora se localizar em um lado de colina cortado, voltado para o rio Pinheiros, cujo solo foi utilizado para aterro, por ocasião da retificação deste rio. É possível notar que, em contraponto ao cuidado extremoso do urbanista Dumont Villares, em implantar seus lotes residenciais respeitando as curvas de nível, estas habitações não contam com as curvas de nível para a sua definição, especialmente porque essas foram estouradas no período do corte do solo. Essa inclinação acentuada redefine tudo e acrescenta à circulação interna do morro a tensão das subidas e descidas

intensas.

As ruas desenhadas em espinha de peixe, no bairro admitido, são substituídas na favela por caminhos definidos pelos barracos, conectados por becos e escadas. Ao contrário do loteamento do urbanista, alguns caminhos se posicionam perpendicularmente às supostas curvas de nível, acentuando suas inclinações. Um destes pontos ganhou o nome de Morro do Sabão. Como a marginal Pinheiros não possui grande circulação de transporte público, o acesso aos ônibus só pode ser feito por dentro do bairro admitido, por linhas especiais e raras, que circulem próximas às favelas. A circulação interna às favelas corresponde então ao pedestre e ao seu corpo, seus pés.

Esse tipo de implantação em curvas definida pelo urbanista contava com um recurso, denominado "faixa de servidão". Se tratava de um instrumento espacial e jurídico ao mesmo tempo, uma vez que uma faixa de terreno era estabelecida para passagem dos canos de esgoto da casa vizinha, mais alta, pelo lote da frente, mais baixo. Essa faixa era registrada em cartório, juntamente com o lote. As casas do morro não contam com esse recurso, e o esgoto gerado por quase toda a favela passa por baixo das habitações, ou divide o espaço com a circulação, e se concentra sob os barracos localizados no ponto mais baixo da colina, ao lado da marginal.

Nos trechos de favelas que ocuparam as linhas do trem⁴, outras condições são percebidas. Existe uma diferença clara entre os lugares onde o trem ainda passa e naqueles onde o trem já não passa há vinte anos. Com relação a este último caso, realizando as derivas nos deparamos com um ambiente cheio de especificidades, que remetem a uma luta antiga com o trem. Uma luta que, de tão intensa, continua a definir o espaço pela passagem do trem, que não se dá mais.

Entrando por um corredor coberto, cruzamos o ambiente doméstico das casas. As atividades da casa se completam fora dela. São quintais sucessivos, dispostos na frente das casas, de ambos os lados do trilho. Aquilo que,

nos lotes residenciais da parte projetada do bairro, se resumia em jardim posterior, casa no centro e quintal nos fundos, foi aqui subvertido.

Muitas casas possuem um segundo andar geminado ao segundo andar da casa do outro lado do trilho, criando grandes passagens cobertas, como se fossem pórticos construídos em profundidade. A separação entre lote - rua - lote, aqui não se dá, e uma terceira dimensão é incorporada às construções. Existe uma continuidade neste espaço, casa após casa⁵, que é unificada ainda mais pela música, pelas mulheres conversando e crianças brincando. É bom lembrar: o trem aqui não passa mais, mas o único espaço que não foi construído é o lugar de sua passagem, antigamente.

O trem não passar mais faz muita diferença. De muitas formas podemos perceber uma fixação do morador neste espaço - as reformas nas casas, as próprias casas. O churrasco, a barraca de pastel aos domingos...

Por outro lado, nos trechos onde o trem ainda circula, nada parece ser definitivo. Os esgotos são lançados nos trilhos, muitos barracos são de madeira. Como já dissemos, não existe aqui convívio com o trem, mas luta. Foi possível presenciar a passagem de um vagão, vazio, em um domingo. Neste momento, a circulação é interrompida, as mães colocam as crianças para dentro das casas. Entre os trilhos e as casas não existe espaço. Sair de um significa estar no outro.

A ocupação da linha do trem promoveu um corte em alguns grandes lotes industriais, ao mesmo tempo que costurou pontos que não possuíam ligação no projeto inicial. A urbanização redefiniu o que o urbanismo postulou. O mesmo vale para o movimento das mulheres e da igreja aí.

Foi possível observar que existem pequenas comunidades católicas espalhadas pela Vila Nova Jaguaré. Em contraposição à localização de uma igreja católica, central, em acrópole, estas comunidades não se diferenciam do restante das edificações. Apenas em um dia de procissão torna-se visível uma comunicação entre elas, igreja e comunidades, invisível em

qualquer mapeamento, ou em dias comuns. Comunicação do mesmo tipo é notada entre as mulheres. Entre elas, bairro e favela não significam exatamente separação, mas uma continuidade cheia de nuances, reveladas em maiores ou menores dificuldades de relacionamento da mulher com a família e o trabalho.

Assim, com a urbanização que redefine o Jaguaré, a formação da Vila Nova Jaguaré expõe as fissuras da concepção ao mesmo tempo em que indica a potência da propriedade privada no loteamento. Em quase todos os trechos que foram percorridos, foi impossível deixar de notar que as habitações se espremem ao lado de grandes lotes vazios. Esses lotes não possuem sistemas sofisticados de segurança. São apenas muros altos e vigias, na maioria das vezes trabalhando sozinhos. Não foi observada, entretanto, nenhuma invasão destas propriedades.

As derivas foram reveladoras porque, por meio delas, identificamos a favela no interstício do bairro, e como um desvio - em constante e intensa luta com a demarcação da propriedade privada reforçada naquele urbanismo⁶, em conflito com os usos incômodos e perigosos dados aos galpões industriais⁷ deste loteamento, reconfigurando dimensões de lotes, habitações e ruas, ligadas agora não à ergonomia modernista, mas ao movimento do corpo”

A prática espacial que realizamos nos fez indagar sobre novas questões. É esse o ponto que queremos reforçar aqui, pois esta pesquisa de campo nos sugeriu novos caminhos de interpretação dentro de uma teoria mais geral.

Cada pequena subversão do uso previsto, no caso desta favela, acabou por constituir um todo de resistência. O desvio, instrumento tão caro aos situacionistas, pode ser visto como reinterpretação, pela sociedade, de códigos, aqui abordados pelo urbanismo, que modifiquem e submetam a sua vida. Esta resistência que se constitui espacialmente, é da vida, mas por meio do corpo, é espaço. Ganha atributos do espaço. Neste sentido, significa um campo diferencial, que se torna espaço diferencial, que, como tal, significa um espaço

de onde se dá um movimento de homogeneização e de resistência.

VI- Novos caminhos de pesquisa

No contexto apresentado anteriormente, a *urbanização* da favela do Jaguaré se torna o nosso novo eixo de investigação. Nós não partimos da favela como *objeto de estudo*, nós chegamos a ela por meio do movimento entre a teoria e a prática da nossa pesquisa, especialmente porque ela se mostrou portadora de situações reveladoras das contradições presentes nesta sociedade.

Atualmente, nossos estudos revelam que a urbanização desta favela aparece inicialmente como *contrapartida* à elevação dos coeficientes construtivos, obtidos por meio de uma Operação Urbana denominada Vila Leopoldina, a ser realizada no entorno do Ceagesp. Apenas para localizar, a Vila Nova Jaguaré e o Ceagesp são vizinhos, cada um estando em uma das margens do rio Pinheiros. Esta urbanização também está inserida em um programa municipal de maior amplitude, de urbanização de outras favelas, que por sua vez está inserido em amplos programas de financiamento mundial para, dentre outras coisas, regularizar ou inserir estas habitações e populações nas estruturas de pagamento de impostos e participação de programas sociais urbanos.

O que esta relação de contrapartida pode significar neste contexto? Para os Situacionistas “as relações de troca e contrapartida estão localizadas em uma sociedade que raciocina sobre o cálculo, distanciando-se do mundo da exuberância e da festa. Além disso, aquilo que poderia aparentemente ser mostrado como dom, nesta sociedade, guarda em si uma relação de poder, de quem dá sobre quem recebe” (Vaneigem, 1987, p.79),

Assim, reurbanizar uma favela como contrapartida de uma operação urbana significa assegurar o poder do urbanismo sobre o que escapa dele, esconder uma relação de troca desigual sob a aparência da igualdade, ou ainda, esconder o que é um cálculo racional sob a aparência da dádiva.

Nos é aberto então um novo caminho de elucidação desta urbanização, e queremos retornar ao plano da vida cotidiana como plano de pesquisa. Acompanhando as reuniões entre a prefeitura e as comunidades existentes na favela foi possível perceber que o urbanismo continua se cristalizando como uma combinação de elementos abstratos, códigos urbanos que esvaziam a vida de seu conteúdo. Queremos entender agora como as novas reformas urbanas chegam na vida das pessoas.

Os primeiros sinais do que pode significar o projeto de reurbanização da favela para os moradores vêm como marcas nas paredes, feitas durante o levantamento das moradias da favela. As marcas feitas nas casas soam para os moradores como ameaça porque estes já percebem um movimento maior e sabem que o processo significa, mesmo, a expulsão.

O tumulto ocasionado no momento do cadastramento, nas reuniões, é atordoante. Não preencher uma ficha pode significar ficar de fora, não existir como morador naquele lugar. Abstração poderosa, que pode substituir o concreto, o real.

As diversas realidades, histórias de vida de um sem fim de migrantes, são transformadas em um banco de dados, utilizado pela prefeitura para definir a política de reurbanização. O conteúdo histórico e social, reunido por meio da migração, passa da qualidade para a quantidade.

Para os especialistas, urbanistas, geógrafos, sociólogos, os lotes não possuem definição, e as casas ocupam o terreno de forma caótica. Existe, entretanto, uma hierarquia de ocupação relacionada à reprodução da família, especialmente ligada às origens rurais das famílias, sendo que as primeiras casas se implantaram em terrenos grandes, e que os familiares foram chegando e construindo em volta da primeira casa. O movimento da reprodução da vida não cabe na estreita racionalização do lote.

A lógica do bairro, redefinida pela metrópole, deve ir entrando pouco a pouco na favela. A favela nunca foi considerada bairro, e

nesta relação se tornou *desvio*. Com a abertura de uma avenida, que ligará a favela ao bairro, o espaço constituído a partir do corpo deve ser reestruturado para o carro. Essa substituição adquire um caráter quase simbólico para alguns moradores, pois estes sabem que a largura desta avenida significará ou não a sua expulsão. Assim, morar a quase vinte anos em um lugar significa pouco perto da largura de uma calçada ou avenida.

As relações de vizinhança que os moradores possuem também são colocadas em cheque. Ser transferido dali significa perder relações constituídas em muitos anos e remete ao fato de que o espaço não é um elemento neutro na vida das pessoas. Não é só suporte da vida das pessoas, mas permeia e constitui relações sociais. Assim, uma reurbanização que supostamente quer "qualificar" o espaço pode eliminar exatamente este atributo que é inerente ao espaço.

A expulsão é a face mais sensível de generalização da propriedade privada na vida do morador da favela. Em outros níveis estão a transformação e a organização necessárias do modo de vida.

V - Apontamentos finais

A partir destes novos questionamentos, que são de natureza teórica, acreditamos que a prática da deriva apresentada aqui precisa ser transformada. Como pretendemos que o plano da vida cotidiana se constitua neste trabalho de forma mais nítida, devemos acrescentar, por exemplo, entrevistas de *longa duração* ao procedimento das derivas. Os registros também deverão ganhar outras qualidades para que possamos abordar mais claramente o movimento da abstração pelo qual é submetido o conteúdo (histórico) existente na vida dos moradores desta favela. Outras fontes de pesquisa devem ser exploradas, tais como as audiências públicas. Estes são caminhos apenas apontados, sugeridos para o futuro desta pesquisa. Estão se constituindo, ao mesmo tempo em que formam uma pesquisa maior, de mestrado.

Notas

- ¹ A *psicogeografia* será abordada superficialmente neste texto porque, neste momento da pesquisa, este termo ainda não foi estudado teoricamente nos grupos de estudo, muito menos aprofundado praticamente.
- ² Este grupo possuiu contato com *Crítica da Vida Cotidiana*, de Henri Lefebvre.
- ³ Essas diferenças puderam ser percebidas especialmente porque foram encontradas muitas vezes num único percurso, em um único dia. Diferentes histórias convivem em um mesmo tempo. A deriva nos coloca em contato com a simultaneidade.
- ⁴ Esse trechos foram estudados detalhadamente por Hellen Cristina Damaso, em seu TGI, denominado *Às margens dos trilhos do trem: a expansão da favelização no bairro do Jaguaré*, para conclusão do curso de Geografia. Muitas informações foram gentilmente cedidas por ela.
- ⁵ As casas, na sua maioria, possuem um pequeno saguão de entrada, que acumula funções e atividades, uma espécie de varanda fechada por grades. É uma característica muito presente e que chama a atenção. Faz pensar: separa e guarda certa privacidade. Ao mesmo tempo, é aberta, entra luz, vento. As crianças brincam neste espaço. É uma faixa da casa permissiva aos olhares estranhos, mas de uso do morador. É mista, transitória. É um trecho da habitação que define o espaço público, de circulação, e prepara o privado, da habitação.
- ⁶ Luta que muitas vezes se definiu corporalmente, como nos casos dos atropelamentos de pessoas pelos trens.
- ⁷ Como o caso da empresa de "tratamento" de lixo hospitalar, CAVO, ou o do maior heliporto da cidade, empreendimento da Bratke Collect.

Bibliografia

DAMIANI, Amélia L. "A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses" *Revista Cidades*, v.1, Nº 1, 2004, p. 79-95.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo, comentários sobre a sociedade do espetáculo*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997. 237 p.

HOME, Stewart. *Assalto à cultura, utopia, subversão e guerrilha na (anti) arte do século XX*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 1999. 188 p.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens, o jogo como elemento da cultura*. São Paulo, 4ª edição, Ed. Perspectiva, 1993. 236 p.

JACQUES, Paola B. (org). *Apologia da Deriva: escritos Situacionistas sobre a cidade*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 158 p.

JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Petrópolis : Editora Vozes, 1999. 270 p.

KAYSER, Bernard. "O Geógrafo e a Pesquisa de Campo" *Seleção de textos 11*. Co-edição AGB-SP/AGB nacional. São Paulo, 1985. p.25-40.

LACOSTE, Yves. "A Pesquisa e o trabalho de Campo" *Seleção de textos 11*. Co-edição AGB-SP/AGB nacional. São Paulo, 1985. p.01-23.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991, 216 p.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions anthropos, 1974, 485 p.

LUKÁCS, George. *História e Consciência de Classe, estudos sobre a dialética Marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 594 p.

MARX, Karl. "Manuscritos econômico-filosóficos" In: Erich Fromm. *Marx y su concepto del hombre*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. 269 p.

RACINE, Jean-Bernard *De la géographie théorique à la révolution: William Bunge*. Hérodote, nº.4, 1976, p.79-90.

SEABRA, Odette. "Pensando o processo de valorização e a geografia" *Boletim Paulista de Geografia*, nº 66, 1º semestre de 1988. p. 97-104.

TRICART, Jean. "O Campo na Dialética da Geografia. In: DRESCH, Jean. *Reflexões sobre a geografia*. São Paulo: Edições AGB. 1980, p.97-119.

VANEIGEM, Raoul. *A arte de Viver para a geração nova*. Lisboa: Editora Afrontamento, 1980. 297 p.

VILLARES, Henrique Dumont. *Urbanismo e Indústria em São Paulo*. 1ª edição. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1946. 272 p.





Bertoncello, Rodolfo & Carlos, Ana Fani A. (org.)
Processos Territoriales entre Argentina y Brasil. Buenos Aires: Universidad Buenos Aires, 2003.

NA GEOGRAFIA DO SÉCULO XXI NÃO HÁ LUGAR PARA UM PENSAMENTO ÚNICO

Rita de Cássia Ariza da Cruz *

Todo livro tem uma história, mas a história deste livro em particular é fundamental para que o leitor compreenda o que poderíamos dizer ser sua mensagem central.

Com a volta, nos anos 80, de um regime político democrático em países da América Latina como Brasil e Argentina, deu-se início a um convênio institucional entre o Departamento de Geografia da F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo e o Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires, que significou o intercâmbio de professores e conferencistas e de estudantes de pós-graduação e a realização de encontros acadêmicos entre essas instituições.

Por motivos diversos, esse intercâmbio perdeu vigor ao longo dos anos 90 e foi recentemente, em outubro de 2003, que um grupo de docentes de ambas instituições reuniu-se em Buenos Aires com o objetivo de revitalizar esses laços, mantendo, como desde o início, "o objetivo de produzir uma Geografia social comprometida com a realidade de nossos países e do mundo"

Tal iniciativa foi motivada, sobretudo, pelo reconhecimento de que transformações importantes ocorreram no mundo ao longo dos últimos anos, acompanhadas de mudanças também no seio da Geografia como ciência particular, e que geógrafos de Brasil e Argentina têm reflexões e conhecimentos a serem

compartilhados na busca pelo desvendamento dessas transformações.

O "re-encontro" de argentinos e brasileiros firmou uma agenda de trabalho que contempla a realização de publicações conjuntas, reuniões científicas, intercâmbio de professores e alunos e pesquisas bilaterais. Este livro é, então, um marco dessa história, por ser a primeira publicação desta nova fase do convênio entre Depto. de Geografia da USP e Instituto de Geografia da UBA.

São, ao todo, 17 artigos de 34 autores (alguns são resultantes de pesquisas conjuntas), agregados em torno da temática central revelada no título do livro: processos territoriais na Argentina e no Brasil.

A Introdução do livro, redigida por Ana Fani A Carlos e Rodolfo Bertoncello, seus organizadores, agrupa os artigos em torno de uma afinidade temática e ressalva o fato de esta forma de organização não pressupor qualquer ordem ou hierarquia para a leitura. Destaca, também, a Introdução, a diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas sobre as quais se apóiam os artigos. Os temas sob os quais, entenderam os organizadores, podem agrupar-se os artigos são:

- Questões conceituais
- Discurso sobre o território

* Professora Doutora do Departamento de Geografia, FFLCH-USP. E-mail: ritacruz@usp.br

Questão urbana, espaços metropolitanos e transformações atuais

- O "rural"

- Outras temáticas (chamadas pelos organizadores de "setoriais")

No "bloco" que os organizadores identificaram como "questões conceituais" há dois artigos. O primeiro deles, que abre a coletânea, é de autoria de Maria Laura Silveira e se intitula "Por uma epistemología geográfica", no qual a autora faz uma reflexão crítica sobre o objeto e o método da Geografia, fundada numa preocupação com os conteúdos do território. Este texto é sucedido pelo artigo de Eduardo Yázig, Aportes metodológicos sobre *gentrificación*. *Miradas desde un país emergente*, que traz à tona uma discussão conceitual em torno do conceito de gentrificação, analisando seus limites, centrado numa abordagem etimológica, histórica e assumidamente crítica sobre seus usos.

No bloco seguinte, "discurso sobre o território", agrupam-se outros dois artigos: *El sertón como el "otro" geográfico*, de Antônio Carlos Robert de Moraes e *Política territorial y representación cartográfica en el Chaco: continuidades y rupturas entre el período colonial y el de formación del Estado Argentino (1750-1916)*, de Carla Lois, Perla Zusman e Sandra Minvielle. Moraes discute o conceito de sertão, mas, também, sobretudo, o discurso geográfico que sobre o mesmo tem pairado. Em verdade, ressalta o autor, "o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, senão uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica". O artigo de Lois, Zusman e Minvielle, por sua vez, analisa o discurso geográfico sobre uma região da Argentina, o Chaco, a partir de sua representação cartográfica ao longo do tempo, mais precisamente, o período 1750-1916.

Sobre "questão urbana, espaços metropolitanos e transformações atuais", tratam os quatro artigos seguintes desta obra: *Metropolización y centralidade del espacio*, de Glória da Anunciação Alves, *Tendências en la organización del espacio residencial em la Región Metropolitana de Buenos Aires em los noventa*, de Iliana Mignaqui e Daniela Szajnberg,

Centro antiguo y memoria: el reencuentro con la ciudad, de Francisco Capuano Scarlato e Fortines, *crímenes y pantallas*. Tropos de las narrativas visuales acerca de los countries de alta sociedad durante la prorroga de los años 90, de Juan Besse.

No primeiro desses artigos, a autora analisa, a partir de uma abordagem focada na cidade de São Paulo, processos de metropolização e, associados a esses, o papel que jogam as centralidades em cidades tidas como mundiais, como é o caso da metrópole paulistana. O texto de Scarlato, por sua vez, centrando sua análise também na cidade de São Paulo, faz uma abordagem histórica (desde a década de 1930) sobre o processo de produção do espaço nesta cidade e sobre o lugar que ocupa o chamado centro antigo neste processo. O artigo de Lois, Zusman e Minvielle aborda a dinâmica imobiliária na Região Metropolitana de Buenos Aires (RMBA) nos anos de 1990, analisando, de forma crítica, processos de densificação populacional e suburbanização da metrópole portenha. E, ainda, dentro desta temática, o artigo de Besse, que aborda um modelo de urbanização fechada, que tem ocorrido na Argentina na forma de condomínios rurais do tipo "clubes de campo", compreendidos pelo autor como verdadeiros enclaves e analisados como uma forma específica de urbanização cujo entendimento está, necessariamente colocado no "mundo do lado de fora".

Os quatro artigos que seguem tratam da temática "rural", sendo eles: *Instituciones, territorio y desarrollo local-rural (consideraciones teórico metodológicas)*, de Mabel Manzanal, *Campesinado y lucha por la tierra em Brasil*, de Marta Inez Madeiros Marques, *El campesinado em Brasil: movimientos sociales, conflictos y reforma agrária*, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e *Inovaciones tecnológicas y desarrollo local en el médio rural*, de Argélia Combetto e Graciela Pelicano.

O primeiro desses artigos analisa o desenvolvimento territorial rural a partir de uma perspectiva institucional, buscando trazer uma contribuição sobretudo metodológica para

outros estudos acerca desta temática. Já o artigo seguinte, de Marques, demarca a existência de territorialidades distintas em meio rural, como a campesina familiar e a capitalista, embrenhando-se por uma análise histórica, conceitual e crítica sobre a luta pela terra no Brasil. Este artigo é seguido pelo artigo de Oliveira, que também aborda movimentos sociais e conflitos no campo brasileiro, tomando, entretanto, como foco central da análise a chamada "reforma agrária". Por meio de uma abordagem igualmente histórica e crítica, o autor contextualiza politicamente os conflitos sociais no campo brasileiro e conclui apontando sua visão sobre o futuro desses conflitos. Por fim, ainda neste bloco, o artigo de Combetto e Pelicano que, conforme anuncia o título, analisa o papel de inovações tecnológicas na promoção de um desenvolvimento local no meio rural argentino. Esta discussão passa pelo abastecimento de água e energia elétrica, energia solar e serviços de comunicação, focando a análise no impacto dessas inovações tecnológicas sobre as organizações sociais em meio rural.

O último bloco temático do livro reúne artigos que versam sobre diferentes temáticas como risco em áreas urbanas, turismo e patrimônio, transporte, internacionalização de circuitos de produção no Brasil e processos territoriais em uma unidade de conservação.

Os artigos que encerram esta coletânea são: *Las dimensiones del riesgo en ámbitos urbanos. Catástrofes en el Area Metropolitana de Buenos Aires*, de Claudia E. Natenzón e outros, *Turismo y patrimonio: una relación puesta en cuestión*, de Rodolfo Bertoncello, Hortensia Castro e Perla Zusman, *Transporte, espacio y capital en la región Metropolitana de Buenos Aires*, de Jorge Blanco e outros, *El territorio brasileño y la internacionalización de los circuitos de producción*, de Mónica Arroyo e *Procesos territoriales en la reserva de Biosfera de las Yungas, Argentina*, de Claudio Danielle, Lía Bachmann e Andrea Frassetto.

O primeiro desses artigos trata do que os autores chamam de uma "teoria social do risco", que, segundo os mesmos, permite

superar visões reducionistas e naturalizadas de catástrofes desencadeadas por fatores naturais. Partindo desta premissa, o texto analisa situações de risco (ambiental) em algumas localidades argentinas.

O artigo seguinte é de Rodolfo Bertoncello, Hortensia Castro e Perla Zusman e se intitula *Turismo y patrimonio: una relación puesta en cuestión*. Este artigo coloca o conceito de atrativo turístico no centro de sua discussão, entendendo-o como "resultado de um proceso social de construcción de atraktividad...". Partindo do pressuposto de que patrimônio também é uma construção social, ao discutir sua apropriação pelo turismo, concluem os autores ser o patrimônio reinventado pela prática turística.

O artigo de Bertoncello, Castro e Zusman é seguido pelo texto de Blanco et al, que analisa a evolução do sistema de transporte da Região Metropolitana de Buenos Aires, a partir da identificação de dois processos estreitamente vinculados em função de estratégias de concentração e reprodução do capital: o desenvolvimento de infra-estrutura básica de circulação e a privatização ou concessão de parte desse sistema, previamente montado pelo Estado.

Já o artigo de Mônica Arroyo orienta sua discussão por questões como: qual a especificidade contemporânea da internacionalização dos circuitos de produção no território brasileiro? Como explicar a divisão territorial do trabalho a partir do tipo de inserção externa que esta formação socioespacial adota no período histórico atual? Como entender os processos de hierarquização e da seletividade espacial que apresenta esta situação? A partir do elencamento dos problemas metodológicos apontados por essas questões, a autora foca sua análise nos circuitos mineral do ferro, do aço e da soja.

O artigo que fecha este bloco e a coletânea faz uma retrospectiva histórica da criação da Reserva de Biosfera de las Yungas, em território argentino, analisando os programas de governo sobre ela incidentes, seu zoneamento e

questões sociais e ambientais que a contextualizam em tempos atuais.

A riqueza teórico-metodológica deste livro é, talvez, sua mais importante marca. Esta

riqueza, traduz, entre outras coisas, uma premissa para os geógrafos de hoje: na Geografia do século XXI não há lugar para um pensamento único. Vale a pena ler.





Notícias de Encontros

I Seminário de Pesquisa em Geografia – SEPEGE Geografia Humana/USP

Ricardo Baitz*

“- Conte como foi que você aderiu ao comunismo?

- Foi por culpa de Patrícia Galvão. Ela fizera uma viagem a Buenos Aires, onde realizou um recital de poesia. Voltou com panfletos, livros e uma grande novidade:

- 'Oswald, tem o comunismo... Conheci um camarada chamado Prestes. Ele é comunista e nós também vamos ficar. Você fica?'

- 'Fico.'"¹

“O Programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, da Universidade de São Paulo, realizará o I Seminário de Pesquisa em Geografia SEPEGE, com o tema 'Pesquisa em Geografia no Século XXI'”. Esse era o início da mensagem da Secretaria de Pós-Graduação recebida por e-mail. Que bom, logo pensei: afinal, todo seminário de pesquisa é bem acolhido. E o e-mail não terminava aí: “A produção acadêmica, extremamente abrangente, dos discentes matriculados no Programa, merecerá destaque por meio de apresentações orais e/ou por escrito. A expectativa é dar visibilidade às pesquisas em andamento, bem como discutir as metodologias aplicadas e os resultados preliminares.”. Ótima idéia, pensei. “É obrigatória a presença dos estudantes matriculados no Programa; assim como a apresentação de um texto, relativo à pesquisa em curso, conforme as normas abaixo especificadas”, em negrito. Pareceu estranho, esse “obrigatório” Desconfortável, continuei: prazos para entrega

dos trabalhos, normas de publicação, e as comissões que promoviam o evento... Eu estava na comissão organizadora! Assegurei-me, então, de estar presente às reuniões da comissão, para entender o que estava por detrás disso tudo.

Por dentro dos “bastidores”, a história era outra: esse e-mail só deveria ter sido enviado após uma conversa com os alunos *sugeridos* na organização, mas por um erro, foi encaminhado sem esse contato. O Departamento de Geografia necessitava dar transparência a sua produção, e precisava de todo apoio do corpo discente nesse sentido. Essa era a situação limítrofe do seminário, a proposição inicial: mas caberia à comissão organizadora (que estava em aberto quanto à integração de qualquer interessado) a condução do evento, e isso abria possibilidades de realizá-lo de forma a torná-lo uma verdadeira semana de estudos na pós-graduação, fechando as atividades do ano letivo com um balanço das pesquisas, findas e em andamento no Departamento, contribuindo para afastar a síndrome de isolamento mencionada por tantos nas suas pesquisas individuais; de enfim, *servir-se* da instituição para os projetos pessoais, promovendo mais um momento de debate, e não somente o inverso.

Em uma reunião com o corpo discente – que mobilizou grande número de alunos, que passaram a se comunicar através de uma lista na internet – a coordenação do programa de pós-graduação explicou a situação a todos os

¹Aluno do programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: ricardobaitz@yahoo.com

alunos, bem como as possibilidades que esse seminário sugeria. Apaziguados os problemas pertinentes à forma convocatória, pairou uma atmosfera muito otimista ao evento: esse é o sentido da epígrafe desse texto. Todos os alunos moveram-se no sentido de propor um artigo, de preferência articulado à pesquisa, para uma semana de intensos debates, embora o prazo dado tenha sido bastante estreito.

Coube à Comissão Organizadora uma organização temática dos trabalhos recebidos, encaminhamento dos mesmos à Comissão Científica para uma apreciação, bem como a difícil tarefa de promover o evento de modo a ensinar uma verticalidade nas discussões e abranger o maior número de alunos possível. Nesse sentido, flexibilizou-se alguns dos parâmetros da convocatória inicial, objetivando sempre ampliar o evento na direção já mencionada. Isso implicou, por exemplo, na prorrogação do prazo para entrega dos textos, embora 160 alunos (70% do corpo discente) o tivessem feito dentro do prazo inicialmente estabelecido, o que seria suficiente para a promoção do SEPEGE: essa prorrogação foi motivo de protestos por parte dos alunos "tempestivos". Esse momento, contudo, também foi visto oportunamente por muitos como um momento do instituinte: o SEPEGE não existia enquanto estrutura fixa, "instituição", mas tinha sua forma sendo forjada com o próprio tempo, com certa responsabilidade, sem hierarquia (a não ser as necessárias para que esse instituinte se transformasse em instituição, como a submissão dos textos apresentados à comissão científica, por exemplo), de modo que diversas pessoas encaminharam retificações aos textos originais, já entregues, e outros puderam entregar o texto que não estava concluído quando do término do prazo original. Ao total, computou-se 179 artigos, que sofreram sugestões por parte da comissão científica e que, uma vez devidamente adequados, foram organizados segundo as seguintes temáticas, cujos novos temas (consoante aos temas clássicos) fazem sugerir a pluralidade dos membros da comissão organizadora, e os rumos que a Geografia Humana da USP tem tomado

nesse princípio de século:

- Geografia e Ensino
- Geografia e Cultura
- Geografia e Turismo
- Geografia Regional
- Geografia e História
- Geografia e Migração
- Geografia Urbana
- Temas Urbanos
- Produção do Espaço Urbano
- Geografia Agrária
- Formas de Produção
- Mobilização Social
- Geografia Política
- Políticas Públicas
- Brasil
- Mundo
- Geografia Econômica
- Geografia e Indústria
- Geografia e Meio Ambiente
- Gestão dos Recursos Hídricos
- Planejamento Ambiental
- Políticas Públicas
- Sustentabilidade e Segurança Ambiental

Todo esse material foi disponibilizado aos participantes do evento por meio de um CDROM, entregue no primeiro dia do evento, e também através da publicação integral no website do Departamento (<http://www.geografia.ffe.usp.br/eventos/sepege-gh>), de forma a dar publicidade à comunidade exterior à USP aos estudos por nós praticados. Todo material (folders, pastas, CDs) foi realizado com um orçamento "apertado", típico dos dias atuais, e para isso foi necessário não só muitas horas de trabalho, mas o uso da infraestrutura de diversos laboratórios do Departamento, especialmente os de Geografia Física (Climatologia e Sensoriamento Remoto), para gravação de 500 CDs: é grande o agradecimento pela pronta disponibilidade dos equipamentos, merecendo muito mais que esse registro. Após dias e noites de trabalho intenso – que se tornaram "suportáveis" com o precioso auxílio de alguns colegas da pós (que por essa ocasião

passaram a integrar a comissão organizadora), que se dispuseram a ajudar para a concretude do evento -, tudo ficou pronto: era a noite do dia 5 de dezembro.

Do dia 8 a 10 de dezembro, realizou-se o SEPEGE, com abertura promovida por uma mesa, intitulada "A Pós-graduação no Brasil e os impasses de nossa pós-graduação", tendo como fomentadores os Professores Doutores: Ana Fani Alessandri Carlos, Antônio Carlos Colângelo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José Pereira de Queiroz Neto.

Desfeita a mesa de abertura, fez-se, naquela tarde e nos dois dias seguintes, a apresentação dos trabalhos dos alunos, organizados em 12 mesas temáticas, cada uma com 4 ou 5 discentes, em sessões coordenadas por um professor do Departamento. Com um tempo médio de exposição de 20 minutos, cada aluno teve a oportunidade de, encerrada a primeira fase de exposição de todos os discentes da mesa, responder aos questionamentos do público, que no geral buscou um aprofundamento das problemáticas, contribuindo às pesquisas individuais, como mais um momento do processo do conhecimento. Participar - seja apresentando, seja como "público" (que não tomou uma atitude passiva) - desse evento significou, enfim, um momento privilegiado de colocar as idéias em discussão, e de certo modo, romper com o mencionado espectro do isolamento que assombra muitas pesquisas. Infelizmente, somente os alunos que, ao menos, tivessem cumprido a fase do exame de qualificação puderam apresentar seus artigos. A única exceção a essa regra foi concedida, em caráter excepcional, a um aluno bolsista de Moçambique, que pôde apresentar a realidade de Nampula, dada a particularidade e a oportunidade da sua pesquisa.

Mesmo sob circunstâncias adversas - a saber: um evento realizado na segunda semana de dezembro, quando todos já estavam exaustos - foi grande a presença dos alunos, principalmente nos primeiros dias do evento. Certamente, o evento sugeriu desde participações ativas de docentes e discentes, até comparecimentos pontuais.

Por ser um evento de apenas três dias, houve a necessidade, às vezes, de duas mesas simultâneas, o que foi bom e ruim: podia-se optar por qual mesa assistir, mas ao conversar com os colegas sobre o que tinha acontecido na outra mesa, sempre ficava a impressão de se ter perdido alguma coisa. Contudo, havia o consolo proporcionado pela existência do CDROM: ao menos poderia-se ler o artigo, quando era impossível ver a apresentação. A publicação de um CDROM contendo os artigos do programa de pós-graduação em Geografia Humana, distribuído entre os participantes e enviado a diversas bibliotecas, promoveu, pela primeira vez, um quadro "mural" das pesquisas realizadas na Geografia da USP, com as diversas linhas metodológicas representadas, sempre respeitando a pluralidade dos pesquisadores, que foi uma das marcas do seminário.

O último dia do evento contou com uma plenária dos estudantes, que serviu para "por em dia" muitos assuntos da pós-graduação e planejar as atividades para o ano de 2004. No centro das discussões esteve o SEPEGE, o qual foi considerado positivamente por todos, negando-se, entretanto, a forma como foi proposto, em especial à sua convocatória. Esse momento, quente, esteve presente ao encontro como um todo, e revelou que o SEPEGE, enquanto evento que se pretende repetir, está em discussão, vivo, e que o centro do evento está ditado, ainda que não permanentemente, pelos alunos. A proposta de um evento que ajudaria ao Departamento de Geografia já está colocada muito além da sua proposição inicial: na dialética instituição-instituído, conduziu-se um processo que reconhece a importância da instituição somente consoante ao desenvolvimento dos instituídos. Em oposição a um outro evento de 2003, no qual argüiu-se sobre a periculosidade das instituições, exigindo a abolição de toda e qualquer instituição, *respaldando-se* (o cientista inescrupuloso *usa* os autores sem conhecê-los) em Castoriadis, pareceu-me que o SEPEGE se desenvolveu - e sem o propósito de fazê-lo -. dentro das perspectivas daquele filósofo, em especial quanto à autogestão da instituição (e portanto,

à existência das instituições, não de forma estática ou fetichizada), visando a autonomia dos indivíduos e à consolidação de instituições por eles subordinadas:

“O que tenho em vista são indivíduos capazes de assumir tanto suas pulsões como o fato de que pertencem a uma coletividade que somente pode existir enquanto coletividade instituída, que não pode existir sem leis, nem por acordo milagroso das espontaneidades, como acreditavam e ainda acreditam alguns de nossos ingênuos amigos esquerdistas.”²

Para a cerimônia de encerramento, a professora convidada Dra. Luiza Iñiguez, da Universidade de Havana teceu, dentre outras, considerações sobre a estrutura da faculdade de geografia de Havana, com seus diversos programas, o que certamente esclareceu a condição de dois programas no curso de Geografia da USP, sem transformá-los numa “anomalia”. Não foi possível nesse primeiro evento realizar mesas com alunos do programa de Geografia Física e Humana (a Geografia Física realizou evento próprio, nos mesmos dias, sob uma estrutura diferente, sendo compartilhada apenas as experiências da mesa de abertura e

as atividades de encerramento, comuns aos dois eventos), mas a expectativa é que essa unificação ocorra no próximo seminário.

A festa de encerramento contou com o som do grupo Só Quatro (integra esse grupo o Sr. Sebastião, que além de funcionário do Departamento é um artista, e dos melhores), que proporcionou um momento muito alegre, de confraternização.

O I SEPEGE foi realizado em meio a erros e acertos, e ao que tudo indica, sua aceitação se desdobrará no II SEPEGE. Espero ter explicitado que o formato está e estará em discussão (por exemplo: no próximo evento os alunos que já apresentaram no I SEPEGE voltarão a apresentar suas pesquisas? – pois se forem mantidas as regras, isso ocorrerá –; ou então as questões pertinentes à periodicidade do evento, que não deve interferir na pesquisa acadêmica, mas ser um momento da mesma), e que o seminário está em constituição. Ele deverá ser fomentado enquanto se tratar de um momento privilegiado para o processo do conhecimento, colaborando para a pesquisa acadêmica e ao fortalecimento da instituição de forma esclarecida. Se não cumprir esse papel, deverá perecer, como tudo que viceja.

Notas

¹ ANDRADE, Oswald de. *Os dentes do dragão: entrevistas*. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990, pág. 234

² CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto II – Os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pág. 107.



II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária

Marta Inez Medeiros Marques e Júlio Cesar Suzuki*

O Laboratório de Geografia Agrária, entre 05 e 08 de novembro de 2003, realizou o II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

O tema do evento foi "O Campo no século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social", tendo sido discutido por especialistas técnicos e acadêmicos, estudantes de graduação e de pós-graduação, representantes dos movimentos sociais, dentre outros sujeitos históricos envolvidos com a problemática agrária.

Tratou-se do campesinato, das comunidades tradicionais, dos povos indígenas e dos movimentos sociais, além da discussão sobre desenvolvimento e políticas públicas para o campo, valorizando questões que ocupavam a cena na ocasião, como a proposta de II Plano

Nacional de Reforma Agrária e a difícil situação de guerra civil, vivida pelos camponeses colombianos, há muitas décadas.

Também, discutiram-se questões teórico-metodológicas relativas à Geografia Agrária.

O simpósio contou com seis mesas redondas, duas conferências e várias sessões de comunicações livres.

Aproveitou-se a oportunidade para homenagear dois grandes mestres da Geografia Agrária Brasileira: Iraci Gomes Palheta e Manuel Correia de Andrade.

Muitos foram os momentos marcados pela emoção, como a conferência de Dom Tomás Balduino e o depoimento do Senhor Manuel dos Remédios que contagiaram o público, como a fala de outros expositores, conduzindo para debates acalourados e permanência dos participantes nas longas sessões de discussões, lotando o auditório.

* Professores Doutores do Departamento de Geografia, FFLCH/USP.

E-mail: mimar@usp.br; jcsuzuki@usp.br

VIII SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA

Paola Verri de Santana*

Em 2003, o VIII SIMPURB foi sediado no Recife de 10 a 14 de novembro, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. As diversas atividades ali realizadas contaram com uma significativa participação de alunos de graduação, mestrado e doutorado, além de professores, pesquisadores e técnicos, o que revela a importância das questões formuladas e analisadas pela Geografia Urbana. A motivação era o imperativo urbano em si, antes mesmo de estar compartimentado a um campo de investigação inserido na estrutura institucional universitária, que insiste em definir as fronteiras entre as ciências. Para um mundo urbano, em virtude do crescimento e multiplicação das cidades, a urbanização, mas também a intensidade do envolvimento da população com as cidades, onde serviços lá produzidos são encontrados em toda a parte, além de um modo de vida de caráter urbano tender a se generalizar. Neste sentido, não é casual o perceptível volume de trabalhos apresentados no último ENG, maior reunião da comunidade científica geográfica. O XIII Encontro Nacional de Geógrafos, ocorrido em João Pessoa, no ano de 2002, mostrou que a questão urbana tem estado entre as temáticas mais debatidas; mesmo quando o foco é outro, elementos do urbano aparecem atravessando o objeto em estudo. Possivelmente, essa será uma das maiores preocupações durante o próximo evento organizado pela AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros: o VI

Congresso Brasileiro de Geógrafos, a ser realizado entre os dias 18 e 23 de julho de 2004, em Goiânia.

A relação do espaço urbano com a esfera política foi uma das discussões sobre a gestão das cidades, em particular, as políticas públicas territoriais como o que se vem denominando de planejamento estratégico e intervenção urbana. Uma questão posta como prioritária para reflexão começou a ser exposta durante a Conferência de Abertura proferida pela professora Ana Fani A. Carlos (USP). Para ela, pensar a problemática urbana requer desvendar o sentido da cidade, nos moldes do que Henri Lefebvre propõe em “O Direito à Cidade”. Se a cidade é o lugar possível do uso (o habitar; a vida cotidiana), então onde estaria a contradição? A questão é que a condição para o morar deixou de ser a do usador, transformando-se na do usuário. A troca, que carrega como pressuposto a propriedade privada, passa a conduzir o acesso aos serviços e equipamentos urbanos. Se as relações sociais permanecem ligadas ao processo de reprodução do capital, então elas seguem o sentido da acumulação. É por esta razão que as possibilidades de transformação política em decorrência da Lei do Estatuto da Cidade são limitadas. As heranças da formação sócio-econômica, desde os tempos coloniais, são fundamentos do que se chama hoje de problemática urbana. A promulgação desta Lei, em 2001, exigiu sua avaliação crítica enquanto instrumento legal de regulação dentre os modos de gestão urbana. O questionamento consiste

*Doutoranda em Geografia Humana no Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Fani Carlos. E-mail: pvsantana@yahoo.com.br.

nas reais conquistas do movimento da Reforma Urbana, bem como do Ministério da Cidade, criado em 2003, tendo em vista as premissas básicas assinadas naquela Lei, a saber: do cumprimento da função social da cidade e da propriedade se esta última se impõe como um dos fundamentos do capitalismo? Afinal, o que virá a ser a sociedade urbana tendo em vista a preservação da propriedade privada?

Quer dizer, uma ruptura do ponto de vista econômico não se realiza, nem tão pouco a da concepção de Estado. As continuidades estão expressando o próprio modelo do desenvolvimento sustentável presente no discurso do Estado. Este assume planejamento e gestão seguindo discursos baseados nos parâmetros indicados no Estatuto da Cidade, por exemplo, a idéia de cidades saudáveis. A permanência do Estado é também a redução na formulação de uma política urbana participativa. O orçamento participativo, independentemente de estar limitado às restrições orçamentárias do município (pois as prioridades definidas pela população estão subordinadas a um pequeno percentual daquele), ainda é uma prática restritiva a medida em que as opções a votar já são predefinidas pela prefeitura. De fato, a desigualdade na apropriação do espaço geográfico persiste e isso se mostra de várias maneiras.

Um conjunto de recentes empreendimentos está concentrado nas áreas de recuperação dos centros históricos das cidades. A revitalização destes lugares é, em parte, responsável pela colocação de manifestações culturais como animação para simular o ambiente da antiga paisagem arquitetônica ora restaurada. Algumas comunicações e painéis, além de mesas redondas, trouxeram contribuições quanto ao patrimônio histórico e arquitetônico do ponto de vista do uso de monumentos, sua preservação ou sua exploração turística, por exemplo, a inserida na promoção de eventos culturais. A adequação destes espaços, tendência de muitas cidades brasileiras que estão comprando o "Modelo de Barcelona", tem como "estratégia" torná-los mercadoria, produzindo espaços de consumo e

consumo de espaços. Significativas experiências de intervenção têm revelado o que se propõe como "estratégico no planejamento". O ponto de vista urbanístico enfatiza da idéia de que a "requalificação" daqueles espaços possa ter efeitos multiplicadores positivos para a cidade como um todo. Talvez um olhar do geógrafo seja capaz de questionar as estratégias políticas e técnicas escolhidas como objeto de gestão urbana. A crítica deve salientar que determinados territórios vão sendo delimitados com estas ações. A expansão das periferias urbanas, a questão da falta de condições de moradia para famílias pobres, os riscos ambientais que sofrem, são expressões da desigualdade que persiste. Deste modo, a decisão quanto aos usos do espaço urbano vem acompanhada de um discurso ideológico, busca de legitimação da falsa idéia de adequação aos preceitos do ideal referido como "direito à cidade".

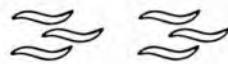
A participação do professor Roberto Lobato Corrêa (UFRJ) foi reconhecidamente enriquecedora. Suas contribuições versaram sobre críticas ao uso indiscriminado de noções como as de segregação e rede, embora esse não tenha sido o único motivo para fazê-lo avaliar muitos dos trabalhos apresentados. Sua sugestão: exigir uma seleção mais rigorosa a fim de evitar o aceite de propostas com caráter primário e de qualidade comprometida. Quanto à rede, essa seria uma noção teórica importante para demonstrar e analisar a re-configuração do território nacional. Para ilustrar, a intensidade do processo de urbanização brasileira na segunda metade do século XX significou transformações históricas: surgimento, encolhimento e ascensão de pequenas e médias cidades, tendo em vista o contexto regional a que pertencem. A rede urbana brasileira se modifica, em especial, na década de 70. Conhecer quais os atores influentes nas cidades, bem como, suas configurações e funções no cenário nacional e global, permite desvendar como a rede urbana foi sendo desenvolvida à medida que os elos e as relações entre os lugares iam sendo estabelecidos, por exemplo.

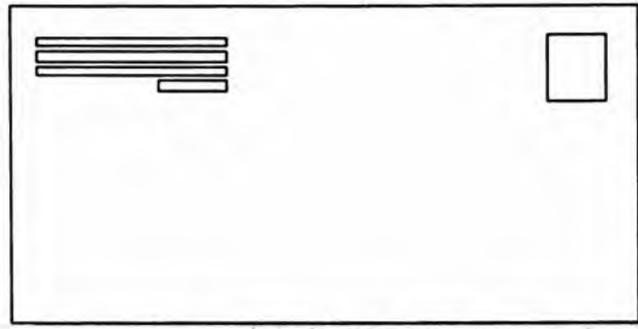
O processo de urbanização latino-americana, característico do mundo subdesenvolvido, implica em tratar do que se convencionou chamar de problemas urbanos. Violência, habitação em áreas de risco de alagamento ou desabamento, tráfico de drogas, pobreza, têm suas explicações estruturais, mas há que se ver que o urbanismo que se prega nada os transformam tendo em vista a permanência de algumas premissas fundamentais. Para os que confundem urbanismo com "medicina urbana" se diria: como curar doenças sem tratar das causas? Ao contrário, a concepção de transformação da vida urbana através da produção do espaço, tem privilegiado o centro onde cada vez mais investimentos tendem a se concentrar. Isso tem elevado as desigualdades e induzido a necessidade de que os espaços valorizados da cidade estejam protegidos. Esta seria uma justificativa para o aumento no número de condomínios com fortes sistemas de segurança, sabendo que apesar da proximidade das favelas e "bolsões de pobreza" a distância sócio-econômica valoriza "espaços urbanos protegidos", "seguros" e "integrados" Isso demonstra a existência de diferentes estratégias de apropriação do espaço, que ora integram ora separam territórios dentro da cidade, tendo em vista relações entre centros e periferias urbanas, mas também a presença de tensões e conflitos. Assim, o professor Jan Bitoun (UFPE) também questiona o uso generalizado do conceito de segregação. Ele argumenta que um debate conceitual precisa ser aprofundado sobre a idéia de segregação residencial no sentido de entender a espacialização das categorias sócio-ocupacionais, mostrando como se distribuem em aglomerações metropolitanas, agrupando-se, avizinhandando-se e separando-se. Conforme opinião do Professor Roberto Lobato, para a idéia de segregação sócio-espacial ser usada entre os geógrafos, faz-se necessário estudar a literatura disponível, embora pouco lida, como o próprio teor dos trabalhos apresentados o fez perceber.

Numa certa medida, a comunidade geográfica interessada pela abordagem do urbano manteve-se preocupada em avaliar as contribuições teóricas e metodológicas que a análise do espaço geográfico, enquanto objeto de estudo específico da Geografia, pode apresentar. Isso, entretanto, não exclui o diálogo com outras disciplinas: a História, a Economia e a Sociologia Urbana, mas também a Antropologia Urbana. Dentre elas, o urbanismo parece central; sob o domínio da racionalidade econômica, tem contagiado geógrafos a fim de reproduzirem o projeto funcional da cidade. Uma crítica à produção de indicadores diz respeito ao empobrecimento da análise geográfica, em parte, as bases estatísticas, fotográficas e cartográficas estão presas a um olhar positivista, o que, com frequência, as coloca em posição de superioridade do que se considera conhecimento científico. Ademais, a questão não se restringe a isso, já que os órgãos definidores de suas metodologias (por exemplo: IBGE, IPEA, PNUD) direcionam suas pesquisas a fim de atender à necessidade de formulação de políticas públicas. O que dizer dos erros nas previsões populacionais no período em que o Brasil teve taxas de crescimento populacional extremamente elevadas? Elas explicariam as deficiências das redes de infra-estruturas e das condições de vida nas cidades. O Professor Jan Bitoun (UFPE) embora acredite ser válido o atual esforço, o da produção de mapas da violência, da exclusão social, da pobreza, do desenvolvimento humano, continua a questionar em que medida estas bases são suficientes para inferir conclusões relativas a processos de segregação inseridos na forma urbana, particularmente, das metrópoles brasileiras. A análise dialética parece ir além ao articular e desvendar diversos meandros da realidade sócio-espacial, sob a ótica de uma crítica à lógica capitalista. Deste modo, ela assume o papel de possibilitar a explicação de como o processo de reprodução das relações sociais de produção liga-se indissociavelmente ao processo de produção e transformação do espaço.

A votação para a definição do local do próximo SIMPURB foi bastante concorrida, mesmo tendo sido a último momento da plenária, quando muitos participantes já haviam partido para suas cidades de origem. Manaus foi escolhida para acolher o IX SIMPURB, em 2005, sendo eleita apesar das duas outras candidaturas: as propostas para Belo Horizonte e Porto Alegre. A localização no Norte do território brasileiro deverá ser um marco na história deste evento. Uma expectativa é reunir participantes do eixo de maior concentração populacional do país a um maior número de trabalhos de pesquisadores ligados à realidade

da Amazônia. Como resultado da possibilidade de uma reflexão conjunta, acredita ser possível enriquecer tanto as questões teóricas como os conhecimentos relativos às particularidades e aos pontos de vista que aquela região possa suscitar. Por fim, esta reunião de temas diversos, estudados segundo a realidade das diferentes regiões do país, e até as influências estrangeiras, representa uma amostra do significativo amadurecimento da Geografia Urbana Brasileira. Esta vem sendo construída graças a uma rica variedade teórica e metodológica responsável, inclusive, pelas particularidades de cada centro de pesquisa.





Intercâmbio

A EXPLORAÇÃO DO ECOSISTEMA DOS MANGAIS ENQUANTO APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE ANGOCHE

Alexandre H. M. Baia*

RESUMO:

O artigo apresenta uma reflexão sobre a relação entre a população e os recursos naturais, com enfoque específico no ecossistema dos mangais. Descreve algumas práticas da vida cotidiana e que caracterizam a exploração dos mangais na cidade de Angoche; daí parte para uma reflexão em torno dos processos de produção do espaço: a apropriação do espaço. O artigo revela a importância desta categoria de análise para a compreensão das dinâmicas correntes na relação população e recursos naturais.

PALAVRAS-CHAVE:

Ecossistema dos mangais, uso, comunidade local, apropriação do espaço; cidade de Angoche

ABSTRACT

The article presents a reflection on the population and natural resources relationship, specifically with emphasis on the mangrove ecosystem. It describes some practices of the daily life that characterises the mangrove exploitation in Angoche city; thereby it makes reflections concerning the processes of production of space: the appropriation of space. The article reveals the importance of this analytical category to the understanding of population and natural resources relationship concerns.

KEY WORDS:

Mangrove ecosystem, use, local community, appropriation of space, Angoche city

I - Introdução

Atualmente, no seio de diversas instituições nacionais, colocam-se preocupações relacionadas com o ecossistema dos mangais em Moçambique. Vários estudos dão relevância a aspectos como o uso, conservação e protecção dos mangais. Neles, expõe-se geralmente a inventariação da floresta dos mangais e os tipos e padrões de uso dos mangais pelas comunidades locais. É nesse contexto que, para os ambientalistas nacionais

e defensores da conservação da natureza, cidade de Angoche passou a significar "degradação do ecossistema dos mangais". Assim, corrobora-se a afirmação segundo a qual,

"A pesquisa contemporânea sobre o uso e conservação dos recursos florestais, especialmente aquela que analisa a interação entre a população e o seu ambiente natural, é aplicada mais do que básica, é estruturada em torno de

* Docente da Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique e Mestrando no Programa de Geografia Humana FFLCH/ USP. Esta pesquisa foi financiada pelo Fundo Aberto para Investigação da UEM.
E-mail: alexandrebaia@yahoo.com.br

programas e projectos que correspondem à crises seleccionadas e a sua concepção tende a ser avaliativa. Nos últimos anos, o financiamento de pesquisas foi substancialmente limitado à análise do uso e abuso humano (entenda-se dos produtores rurais ou camponeses) dos recursos florestais, à identificação de produtos florestais exóticos, à avaliação das demandas dos agregados familiares sobre os recursos florestais, do consumo das mulheres e de combustível vegetal, e das relações entre programas de desenvolvimento florestal e esquemas de desenvolvimento rural integrado” (Shelley Feldman)

A exploração do ecossistema dos mangais, em Angoche, expressa formas de apropriação do espaço que se materializam a partir de práticas de reprodução da vida quotidiana. Ao comportar múltiplas atividades que caracterizam o tempo vivido, a exploração do ecossistema dos mangais articula os espaços colonizados pelo ecossistema dos mangais, onde ocorrem os processos de apropriação da natureza, os espaços de moradia – onde ocorrem os processos de realização dos produtos dos mangais enquanto valores de uso e os espaços de troca. É deste modo que a exploração do ecossistema dos mangais, na cidade de Angoche, enquanto apropriação do espaço, encontra-se vinculada a outros processos de produção do espaço urbano.

Assim, de acordo com Lefebvre, os conceitos, recentemente surgidos, como “*o meio ambiente*”, o esgotamento dos recursos, a destruição da natureza, fornecem versões atenuadas e “*mostram exclusivamente manifestações fragmentares*” que mascaram “*o problema global: do espaço, da produção e da gestão*” (Lefebvre, 1973:21-22).

II - A cidade de Angoche

A cidade de Angoche localiza-se na região litoral ao sul da província de Nampula em Moçambique. Atualmente, a cidade é a sede administrativa do distrito de Angoche.

Historicamente, o pequeno centro urbano surgiu de uma povoação mercantil cuja criação, por portaria, data de 1876. Segundo Negrão et al, torna-se claro que o desenvolvimento da povoação de Angoche esteve vinculado com a exploração de recursos naturais e ao comércio marítimo que contribuiu para a construção do porto de Angoche. Durante o período mercantil, a costa oriental de Moçambique foi integrada no sistema comercial internacional.

“Angoche tornou-se desde essa época um centro regional com grande vitalidade. Assim, nesse período, as actividades económicas (...) eram a caça, a coleta, (...), o artesanato de transformação e o comércio. A caça e a colecta permitiam satisfazer parte das necessidades alimentares das comunidades, mas, ao mesmo tempo, forneciam os produtos destinados ao mercado internacional (...)” (Negrão et al, 1996: 92).

Com a sucessão dos períodos históricos tornou-se evidente o declínio da importância económica da cidade de Angoche. Atualmente a cidade passou a desempenhar, predominantemente, um papel político-administrativo. No entanto, a cidade “*tornou-se pólo de atração de força de trabalho (...) porque os serviços, a pesca e demais indústria artesanal, criaram um mercado de trabalho informal que atrai pessoas de terras tão longínquas (...)” (op. cit, 1996: 114)*

Assim, a urbanização na cidade de Angoche é resultado do crescimento demográfico combinado com a expansão espacial através da construção em áreas anteriormente ocupadas por florestas (incluindo os mangais) no entorno da cidade¹.

Devido a sua localização geográfica, a cidade de Angoche é contornada por diversos ecossistemas marinhos, dentre eles o dos mangais.

Os mangais são comunidades vegetais que colonizam as lagoas costeiras, os estuários e as depressões dos deltas. São comunidades adaptadas às condições de elevada salinidade

e por isso podem subsistir submersas em águas marinhas. As árvores dos mangais são apenas um dos componentes do complexo ecossistema dos mangais que inclui: corpos associados de água e solos, bem como uma variedade de outras plantas, animais e microorganismos (Semesi e Howell, 1992:7; Nonn, 1974:103; Couto, 1993:3).

O ecossistema dos mangais contribui para a proteção das áreas costeiras contra a erosão e intrusão salina. Os mangais são elementos estabilizadores e protectores da linha da costa e contribuem para a formação dos solos: com a deposição e captura de sedimentos aluviais na franja dos mangais, criam-se condições ecológicas que permitem o avanço de solos do continente em direcção ao mar.

Através das folhas, as árvores dos mangais contribuem para o ciclo de nutrientes no habitat de mariscos (ex: do camarão); assim, os mangais constituem um viveiro para peixes, crustáceos e outros animais.

Os mangais constituem um recurso explorado pelas populações que vivem em áreas costeiras, o que sucede com a cidade de Angoche. Dos mangais obtém-se a madeira para a construção de habitações e barcos de pesca, para carvão vegetal (combustível lenhoso); capturam-se diversos crustáceos que servem para complementar a dieta alimentar. As árvores ainda podem ser usadas para extração da tanina (corante), como plantas medicinais, assim como para a produção de mel (Simesi e Howell, 1992:23-29; Couto, 1993:3 e 12; MICOA: 1995:7).

III - Exploração dos mangais enquanto apropriação da natureza

Segundo Lefebvre, a *"apropriação implica tempo (ou tempos), ritmo (ou ritmos), símbolos e uma prática. Quanto mais o espaço é funcionalizado (...) menos susceptível torna-se para a apropriação. Por quê? Porque assim o espaço é retirado da esfera do tempo vivido, do tempo dos "usadores", que é um tempo diverso e complexo"* (Lefebvre, 1991:356).

A exploração do ecossistema dos mangais, na cidade de Angoche, envolve diferentes grupos da população da cidade. Enquanto apropriação da natureza, a atividade articula as necessidades das comunidades de pescadores, camponeses, "lenhadores"², comerciantes "formais" e "informais", artesãos e funcionários de serviços públicos.

Como forma de apropriação da natureza, a exploração do ecossistema dos mangais é realizada por comunidades de pescadores, "lenhadores" e camponeses. São comunidades que se identificam por realizarem actividades similares (colecta) em espaços muitas vezes contíguos - porque as localizações das áreas agrícolas, locais de pesca e colecta de lenha, ou coincidem, ou estão próximas - e que usam um espaço comum - os espaços colonizados pelo ecossistema dos mangais. Assim, estes espaços tornam-se palco de diversos usos ao comportarem várias actividades, dentre elas a agricultura de cereais (rizicultura), a pesca e colecta de crustáceos e produtos lenhosos.

Ora, como processo de trabalho, as diversas actividades que constituem a exploração dos mangais são realizadas através do uso de instrumentos de trabalho artesanais e que caracterizam uma produção de subsistência. No corte de árvores de mangais utilizam-se usualmente catanas. A recolha de crustáceos é efectuada manualmente e os produtos podem ser transportados em pequenas tigelas e bacias manufacturadas ou peneiras artesanais, ou ainda em sacos plásticos ou de sisal quando as quantidades são maiores.

IV - Os lugares de moradia enquanto realização do uso dos produtos dos mangais

A pesquisa de campo permitiu constatar a reprodução (repetição) de uma relação baseada nas necessidades - uso - entre a população da cidade, na sua maioria relacionada com actividades artesanais e com a vida rural ou agrícola, com o ecossistema dos mangais. Pois, os produtos retirados do ecossistema dos mangais são destinados para a satisfação das necessidades dos agregados familiares ou para

a venda quando as necessidades quotidianas exigem.

Os lugares de moradia constituem uma das realizações da articulação entre a exploração do ecossistema dos mangais e outros processos de produção do espaço. Pois, os lugares de moradia constituem áreas de consumo de produtos dos mangais, dos que contribuem para melhorar a dieta alimentar (crustáceos) e dos produtos lenhosos (troncos e ramos das árvores dos mangais) que são utilizados como combustível lenhoso e para construção da habitação.

Desse modo, a morfologia da cidade de Angoche revela diferenças no uso do espaço que são agravadas, dentre outros fatores, pela expansão de áreas residenciais, agrícolas e de lazer nas áreas anteriormente ocupadas pelo ecossistema dos mangais e porque a construção da habitação produz diferenças nos lugares de moradia a partir dos diversos tipos de material de construção. Surgem dentro do espaço urbano áreas residenciais onde a maior parte das habitações é construída com materiais de origem vegetal³, incluindo ramos ou troncos de árvores dos mangais, ao lado de habitações construídas com material convencional (ex: cimento, zinco, etc.).

Portanto, outros tipos de uso ou ocupação do solo são introduzidos nas áreas anteriormente ocupadas pelo ecossistema dos mangais: os solos "livres" são usados para o lazer (prática desportiva) ou são preparados – através do sistema de aterros – para a rizicultura e para construção da habitação.

V - Os lugares da troca dos produtos dos mangais

Uma fracção dos produtos do ecossistema dos mangais é comercializada. A comercialização não visa a acumulação de valores monetários em forma de capital. Trata-se apenas de uma atividade que permite a captação de pequenas quantidades de dinheiro que são utilizadas, posteriormente, para a aquisição de diversos artigos manufaturados no mercado "formal". É neste contexto que a exploração do

ecossistema dos mangais se realiza enquanto valor de troca – num processo equiparado à circulação simples de mercadorias em que os produtos dos mangais são vendidos para obtenção de dinheiro e o dinheiro da venda é usado para comprar mercadorias para o consumo ou satisfação das necessidades dos agregados familiares – valores de uso.

Os resultados das observações de terreno indicam que não existem mercados especializados para comercialização dos produtos do ecossistema dos mangais. A venda de troncos ou ramos de árvores dos mangais e de crustáceos é feita ou em lugares próximos aos de colecta, na praia, em "bancas" localizadas nos mercados dispersos pelos bairros ou ainda pelas ruas da cidade ou de "porta - em - porta" ("comércio de rua"). A venda também pode ser feita ainda "por encomenda" para entrega ao domicílio. Esta modalidade ocorre quando os compradores encomendam previamente – com base nas relações de confiança mútua - não só determinadas quantidades, mas também as espécies dos produtos desejados. Os produtos envolvidos freqüentemente na troca por encomenda incluem diversos crustáceos e carvão produzido a partir das árvores dos mangais.

Os preços praticados na venda dos produtos dos mangais variam não apenas em função do tipo de produto e da quantidade, mas, também, se a sua coleta é recente ou não. Isto é, os produtos "frescos" ou coletados recentemente são vendidos a preços relativamente maiores que os produtos colectados há mais tempo. Na estipulação dos preços ainda influi a "capacidade de negociação" dos intervenientes – quando o comprador e o vendedor envolvem-se num diálogo com vista a alcançar um "preço consensual", ou seja, mutuamente conveniente. No processo de persuasão, são utilizados como argumentos as precárias condições financeiras pelos compradores e o "trabalho difícil" aplicado para a obtenção do produto por parte do vendedor. O discurso gira a volta da falta de alternativas económicas e necessidades de sobrevivência por parte de cada um dos intervenientes. Quer

dizer, cada interveniente evoca uma extrema necessidade de consumir a troca como o único meio de obter recursos para satisfazer necessidades imediatas. Isto é, compra-se porque não se pode recorrer a um outro mercado mais exigente (quantidades fixadas e preços mais elevados) e vende-se para obter dinheiro para aquisição de uma outra mercadoria básica no comércio "formal"

VI. Considerações finais

O quadro descrito, sobre a exploração do ecossistema dos mangais na cidade de Angoche, revela alterações espaço-temporais na relação entre as comunidades locais com os recursos naturais. Trata-se, pois, de uma relação que tem de ser compreendida a partir de categorias que explicam os processos de produção do espaço, dentre elas, a apropriação do espaço.

Importa compreender, segundo Santos 1979, que a personalidade espacial, nos países subdesenvolvidos, tem sido moldada e remodelada, num processo em que a herança do passado é um factor actuante. Ai onde ocorre um processo selectivo não só das actividades modernas a serem implantadas na sociedade, mas também, uma selectividade, relacionada com o consumo por parte dos indivíduos, limitada às diferenças nas condições sociais e económicas. A selectividade relacionada com a produção e o consumo de bens e serviços depende tanto das acções do Estado como de outras condições que afectam o desenvolvimento da economia (Santos, 1979:145).

Assim, as dinâmicas compreendidas na exploração do ecossistema dos mangais enquadram-se num processo mais amplo: o da produção do espaço global e do urbano na cidade de Angoche em particular. Tal processo inclui contradições e conflitos dos quais os padrões da exploração do ecossistema dos mangais são sintomáticos. Contradições e conflitos que podem ser deduzidos, dentre outras, a partir das seguintes oposições duais: 1) propriedade pública em oposição com a propriedade comum dos recursos naturais e; 2)

interesses dos "usadores" ou comunidades locais versus normatização e unifuncionalização dos recursos e do espaço.

1) Propriedade pública *versus* Propriedade comunitária dos recursos. A importância deste tópico resulta do fato de se tratarem de diferentes regimes de gestão de recursos. Os efeitos da sua implementação são diferentes e variam consoante o tipo de recursos.

Segundo Bromley (1986), a propriedade comum de uso dos recursos é um esquema de gestão local em que os interesses de grupo transcendem os interesses individuais. Nesse contexto, o acesso aos recursos comuns e a sua utilização são fixados dentro de regras e normas desenvolvidas segundo as formas de tomada de decisão imanentes às comunidades interessadas como um todo. As deliberações decorrentes incluem a definição de "*quem deve fazer parte da comunidade de "usadores"*", das sanções, dos direitos e das responsabilidades individuais. A utilização dos recursos tem como premissa o seu acesso a longo termo e, por isso, inclui a sua preservação e conservação, assim como, o seu uso em parâmetros definidos de acordo com a actividade. A gama de decisões a serem tomadas sobre a utilização dos recursos incluem, também, a opção duma exaustão planeada ou transformação dos recursos tendo em vista a multifuncionalidade do espaço.

O regime de "*propriedade pública*", no contexto de produção capitalista, assume que as normas dos "usadores" não são de interesse colectivo. São as actividades dos empreendedores individuais que constituem o "*bem público*" (Bromley, 1986). Assim, promove-se não só a normatização, mas, também a unifuncionalização do espaço e dos recursos. As normas e regulamentos que limitam as actividades encontram-se a cargo de instituições administrativas e legais geralmente incapazes e, por isso, a utilização dos recursos torna-se descontrolada.

2) Interesses dos "usadores" ou das comunidades locais versus normatização e unifuncionalização dos recursos naturais. O crescimento demográfico e o desemprego

poderão estar por trás da crescente tendência para satisfazer as necessidades básicas a partir do uso dos recursos naturais. Vários estudos indicam que a população moçambicana estaria concentrada nas áreas costeiras, como é o caso de Angoche. A dinâmica demográfica pode ter sido, provavelmente, um dos maiores fatores que estimularam o uso do ecossistema dos mangais para obtenção de troncos e ramos de árvores para construção de habitação e posterior ocupação do solo "livre" para habitação.

Por outro lado, a privatização e subsequente encerramento das empresas agroindustriais⁴, nos últimos anos, teria contribuído para o aumento da população desempregada⁵ e, por consequência, sem fontes "formais" de rendimento⁶. Assim, as necessidades de habitação e alimentação diária, sendo cobertas pelo uso dos recursos naturais, constituem um dos factores que influenciariam os padrões de

exploração dos recursos naturais – do ecossistema dos mangais em particular – devido a sua proximidade em relação à cidade. Desde ponto de vista, os interesses da população da cidade estariam em oposição às políticas vigentes que pretendem unifuncionalizar o ecossistema dos mangais; pois apelam para sua conservação como habitat do camarão – um produto para exportação.

Desde modo, segundo Feldman, a pesquisa sobre os recursos naturais requer um enfoque sobre "*uso diferencial dos recursos naturais segundo os modos de produção, as estratégias de subsistência dos agregados familiares e os padrões de emprego*" vigentes, quer perante um controlo privado dos recursos naturais ou sob jurisdição estatal, ou ainda perante uma propriedade comum. Tal enfoque permitirá compreender "*o contexto social, político e econômico da exploração dos recursos naturais*"

Notas

- ¹ Por exemplo, há indicações que referem a área onde se localiza o atual bairro mais populoso da cidade, Inguri, que "*era inicialmente uma floresta*". Hoje, o crescimento espacial do bairro é realizado à custa da degradação do ecossistema dos mangais.
- ² Autodenominação de indivíduos que coletam e vendem lenha.
- ³ As estatísticas sobre habitação mostram que cerca de metade (49,6%) das casas, na cidade de Angoche, possui paredes construídas com "paus maticados" e mais de 80% das casas têm uma cobertura de "capim e outros"

- ⁴ Refira-se que na cidade de Angoche estavam localizadas três fábricas de cajú que utilizavam mão de obra intensiva. Estas foram privatizadas e posteriormente encerradas num quadro de medidas (polêmicas) inseridas no Programa de Reabilitação Econômica em vigor sob os auspícios do Banco Mundial.
- ⁵ Embora não sejam suficientes para tirar conclusões definitivas, mais de metade dos entrevistados não tinham emprego "formal" e incluíam pescadores, camponeses, lenhadores e vendedores.
- ⁶ No distrito de Angoche, cerca de 84% do rendimento das famílias depende do acesso aos recursos naturais (Negrão et al. 1996: 103)

Bibliografia

BARROW, C.J., *Land degradation: development and breakdown of terrestrial environments*. Great Britain: Cambridge University, 1991.

BAIA, A. H. M., *Uma contribuição para a Análise da Degradação do Ecossistema dos Mangais: o caso de Nhangau*. Dissertação, Licenciatura, UEM, Maputo, 1998. 60pp.

CHAPMAN, V.J., Mangrove Vegetation. Germany: J. Cramer, 1975.

COUTO, A., *Efeitos de Mudanças Geomorfológicas numa Comunidade de Mangal na Ilha dos Portugueses*. Dissertação, Licenciatura, UEM, Maputo, 1993. 60pp

DNFFB/MADER, *Lei de Florestas e Fauna Bravia*. Lei n. 10/99 de 7 de Julho. Maputo, 1999.

ECKHOLM, E.P., *Down to Earth, Environmental and Human Needs*, New Delhi: East West, 1982.

ENGLISH, P.W. e MAYFEILD, R.C. (1972), *Man, Space and Environment: Concepts in Contemporary Human Geography*, London: Oxford University, 1972

HATTON, J e MASSINGA, A. *The Natural Resources of Mecufi District: Projecto de Gestão Costeira de Mecufi*. Moçambique, 1994.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*, Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H., *A Re-produção das Relações de Produção*, Porto: Escorpião, 1973.

MARX, K., *O Capital, Crítica da Economia Política*, 3 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MICOA, *Programa Nacional de Gestão Ambiental*, Maputo, 1996.

NEGRÃO, J. et al, *A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais*. Projecto COMRES, Maputo: CEA, 1996.

SANTOS, M. , *Espaço e Sociedade: Ensaio*. Petrópolis: Vozes, 1979.

Sites:

FELDMAN, S., "Household Crafts and Rural Industry in the Sundarbans: Extrapolation from Existing Bangladesh Data" In <http://www.Sundarbans.org>

MCCARTHY, F., "The Role of Foreign Assistance and Commercial Interest in the Exploitation of the Sundarbans". In <http://www.Sundarbans.org>

TIMBERG, T. A. "Sundarbans - Goods", Markets, and Value. In <http://www.Sundarbans.org>

Trabalho enviado em dezembro de 2003.

Trabalho aceito em abril de 2004.



MODELIZAÇÃO GRÁFICA PARA A ANÁLISE REGIONAL: UM MÉTODO

Hervé Théry*

A modelização gráfica, utilizada como instrumento de análise regional, é um dos métodos inovadores explorados por um grupo de geógrafos franceses, reunidos ao redor de Roger Brunet, no âmbito dos trabalhos do GIP (Groupement d'Intérêt Public) *Reclus*.

Foi desenvolvido e aplicado pelas equipes da *Géographie Universelle RECLUS* e da revista *Mappemonde*, mas novas aplicações foram realizadas além deste contexto. Esse artigo não tem como objetivo uma exposição completa da teoria subjacente ao método, mas indicações sobre alguns dos seus princípios fundadores, e um exemplo de aplicação bem detalhado para a situação do Brasil.

I- Hipóteses

Não se pretende expor neste texto toda a axiomática sobre as quais repousa o método. As primeiras formulações foram dadas por R. Brunet (1980, 1986, 1987) e amplamente desenvolvidas no volume introdutório da *Géographie Universelle*, recentemente republicado como *Le déchiffrement du Monde* (2001).

- Será suficiente dizer que a hipótese básica é que cada lugar situa-se numa série de "campos" que estruturam o espaço, cuja interferência local forma um sistema; que cada situação define-se em relação a fluxos, por conseguinte em relação a centros, direções,

limites. Definir-se-á, por exemplo, uma porção do espaço (usando uma metáfora da situação em relação aos ventos alísios) como "a barlavento" ou "a sotavento" da inovação, próxima ou remota da capital, ou do mercado, ou de centros de influência, etc. Ou lado "certo" ou (do) "ruim" de uma ou de outra fronteira, deste ou daquele limite.

- Outra hipótese forte é que estas estruturas e as suas combinações podem ser representadas por modelos. Estes, como nas ciências "duras" são simplificados, redutores provisórios, constituindo uma abordagem simplificada da complexidade, um instrumento que pode ser utilizado provisoriamente, até construir outro melhor. Os físicos sabem que um elétron não é uma pequena esfera que gravita ao redor do núcleo, como a Lua ao redor da Terra, mas eles se servem desta analogia enquanto lhes for útil, para abandoná-la depois.

- Postulamos, por último, que estes modelos podem ter uma expressão gráfica. A expressão gráfica tem sobre o discurso linear a superioridade de poder ser apreendida no espaço e, por conseguinte, de ser melhor adaptada para simbolizar a organização espacial, de ser mais sintética e ter neste domínio uma melhor eficácia demonstrativa. Essa premissa supõe, contudo, que tenhamos em conta as regras da semiologia gráfica, que produzamos "imagens a ver" e não "imagens a ler", segundo a distinção de Jacques Bertin.

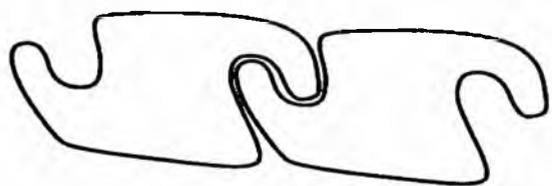
Algumas distinções devem ser feitas, após essa introdução em termos muito gerais:

A primeira, para dissipar uma confusão freqüente: estes modelos gráficos não são esquemas, à maneira do velho esquema regional de síntese. A semelhança superficial é

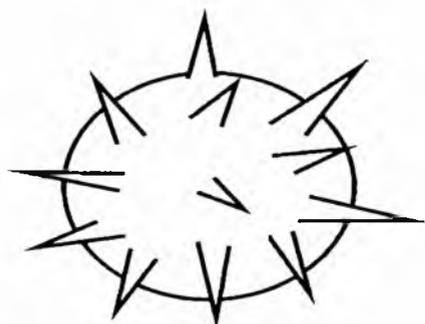
enganosa, porque não se trata aqui de simplificar um mapa, mas de detectar as estruturas fundamentais do espaço em causa, de reconstruir as lógicas cruzadas que conduziram a sua constituição.

- O processo de análise e de síntese é, portanto dedutivo, indo das estruturas fortes

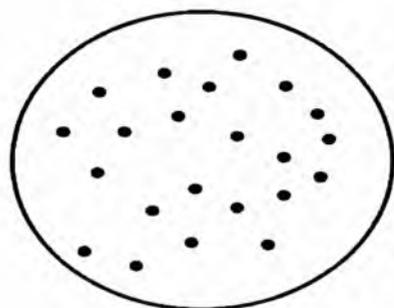
A evolução do modelo atômico



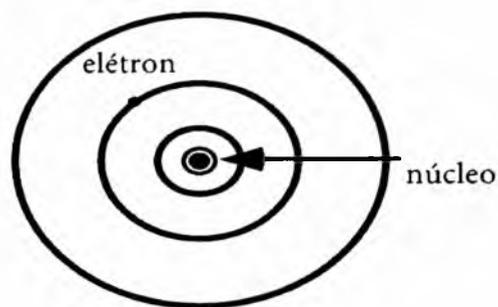
Os átomos "ganchudos"
de Demócrito et Epicuro
(século IV a.c.)



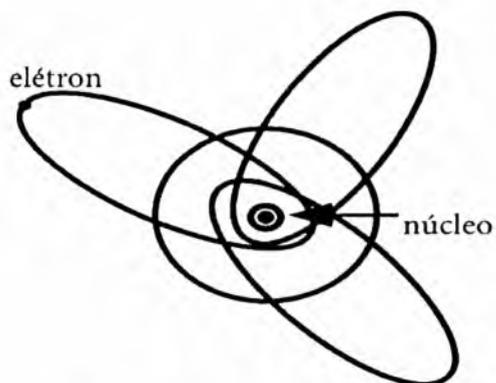
átomo de acordo com
Niklaas Hartsoecker
(século XVIII)



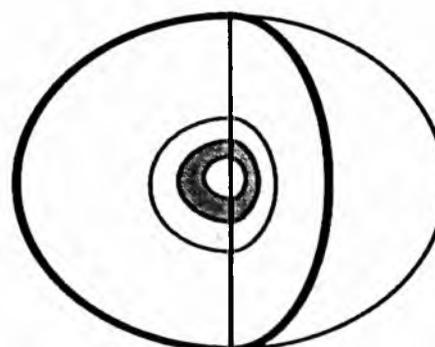
Os elétrons de acordo com Thomson
(fim do século XIXe)



O modelo de Bohr



O modelo de Sommerfeld



O modelo de Heisenberg,
Schrödinger e Dirac

às contingentes, construindo progressivamente um modelo teórico e complexo de maneira lógica e racional. Posteriormente, por interações sucessivas pode-se retornar à realidade representada sobre um mapa, este tão complexo e informativo quanto possível. Ou seja, faz-se uma confrontação entre o modelo e a realidade, o que é a base de qualquer método científico. Não se trata, portanto, de uma simplificação, mas de uma construção, um processo controlado de investigação. A pedra de toque do sucesso é a capacidade do modelo de dar conta das localizações, das configurações espaciais observadas, de justificar, pelo jogo das interações, combinações e de algumas contingências locais, todas as irregularidades e deformações que aparecem. A velha reivindicação da geografia, explicar e não descrever, está aqui muito próximo de ser satisfeita.

- Cabe, finalmente, lembrar que a escala de trabalho é indiferente, como o demonstra a variedade dos espaços aos quais este método de investigação foi aplicado. É possível utilizá-lo tanto na escala do mundo como a dos quarteirões urbanos, com a ressalva que a mudança de escala fará aparecer e exprimir estruturas diferentes: a cada escala e cada tipo de espaço (rural ou urbano, no mundo desenvolvido, nos países emergentes, etc.) correspondem estruturas diferentes, combinadas diferentemente em cada espaço específico.

Para ilustrar melhor o que implica o uso dos modelos e, especialmente, dos modelos gráficos, pode-se recorrer a dois exemplos, exteriores à geografia: um da física, outro da história.

Representações ilustrativas de um livro de história da física (figura nº 1) mostra como esses cientistas, ao longo do tempo, têm representado os átomos. Na Antiguidade, Demócrito e Epicuro os imaginavam como objetos muito pequenos dotados de pequenos "ganchos", que asseguravam a coerência da matéria. Mais tarde, quando o sistema solar começou a ser observado, construiu-se o átomo como um minúsculo sistema planetário, imaginando ser

esse um microcosmo, feito à imagem do cosmos. Essa teoria foi refutada e hoje os físicos pensam nas linhas da física quântica, na qual uma partícula pode estar em vários lugares ao mesmo tempo, o que impede de dar mais do que uma probabilidade de localização do elétron. Todos esses modelos tiveram a sua utilidade, mesmo tendo sido ultrapassados, um a um, pelos progressos do conhecimento, e os físicos sabem que toda modelização é uma representação abstrata e provisória de uma realidade muito mais complexa.

II- O caso do Brasil

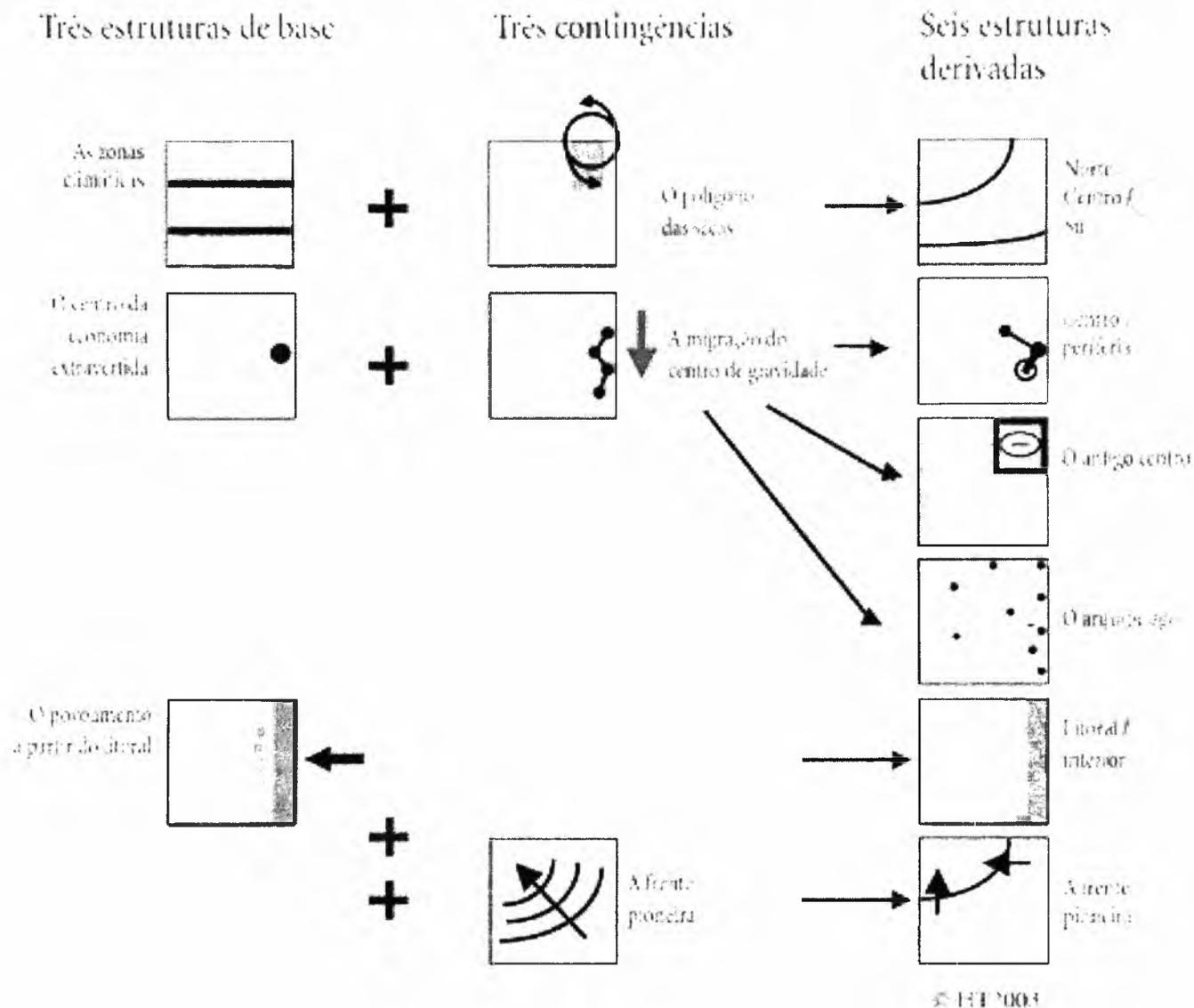
Uma modelização gráfica pode dar conta das disparidades regionais do Brasil (caso se aceite a premissa de que um estrangeiro pode ter a petulância de propor a leitores brasileiros um modelo das estruturas básicas do seu território).

Usando o método descrito acima, seis estruturas (figura nº 3) combinadas, formam um modelo teórico do país. Para esse modelo pode-se detectar e combinar entre si um pequeno número de estruturas elementares, representadas por modelos gráficos simples. A essas estruturas, das mais simples às mais gerais, como os efeitos da latitude e a exploração de tipo colonial que conheceu o Brasil, pode-se acrescentar ulteriormente alguns elementos mais específicos. Estas estruturas explicam o essencial das grandes oposições que marcam o espaço brasileiro e a sua composição permite desenhar uma nova imagem do país.

- Primeiro: em um país tão grande e que se estende sobre 38 graus de latitude, há de se supor a existência de alguma divisão em "zonas" climáticas, ou seja, uma diferenciação entre o norte e o sul (e talvez o centro).

- Segundo: como o Brasil foi inicialmente explorado por um sistema colonial, que visava a exportar as suas riquezas para a metrópole, deve ter ocorrido a formação de um "centro" exportador, não localizado no centro geométrico do país, mas sim na sua parte oriental, a mais próxima da Europa.

Dos modelos básicos às estruturas derivadas



• Terceiro: como foi ocupado por migrantes vindos de fora, pode-se identificar uma diferenciação entre uma zona costeira, de população densa, uma zona de transição e uma zona menos povoada.

Uma modelização semelhante, para os países da América do Sul foi tentada por F. de Thal (1988). Ela mostra em cada país a mesma divisão em duas ou três zonas latitudinais (norte / centro / sul), longitudinal (entre oeste, centro e leste) e entre centro e periferia. Com esses elementos básicos pode-se produzir uma imagem básica, mas razoavelmente robusta de

todos os países da América do Sul: cada caso é diferente, mas usando os mesmos fatores se identificam situações bem diferenciadas.

Evidentemente, um refinamento dessas estruturas básicas é requerido para levar em conta contingências naturais e evoluções históricas. Entre as primeiras, é suficiente fazer intervir a presença da zona de altas pressões de Santa Helena para levar em conta a anomalia climática do Nordeste e o deslocamento para o norte dos limites na fachada Atlântica.

Dos ciclos econômicos decorre a estrutura em "arquipélago", uma das figuras fortes do

espaço brasileiro: ela se formou bem antes que a integração nacional pudesse ligar as "ilhas" entre si. O Nordeste distingue-se claramente neste conjunto: a sua originalidade (freqüentemente negativa, marcada por indicadores de déficit e de pobreza), justifica que se faça dele um caso específico. Esta situação particular é deduzida de sua situação de antigo centro, marginalizado pela migração para o Sul do centro de gravidade do país.

A segmentação que opõe o litoral e o interior é também uma herança histórica. Colonizado por imigrantes vindos da Europa e pelos seus escravos africanos, o país foi ocupado a partir do litoral e a difusão do povoamento, das atividades econômicas e das redes de todos os tipos ainda é muito incompleta.

A última estrutura é menos banal; ela se encontra apenas no Brasil e em alguns raros países ainda dotados de uma fronteira agrícola aberta: é a da frente pioneira, comparável, *mutatis mutandis*, aos que progridem ainda na Malásia e na Indonésia. A sua representação gráfica associa uma faixa de transformação, marcada pelo processo de valorização agrícola, e setas que indicam os eixos essenciais do empurrão pioneiro.

Para passar destes modelos teóricos a um mapa do Brasil, é suficiente introduzir as contingências ligadas à forma do território, ao traçado das fronteiras. Observa-se que a passagem da estrutura teórica ao modelo característico faz-se por transformações geométricas simples (arquipélago, centro/periferia), na maior parte do tempo. Quando não é o caso, bastam ajustamentos simples, como para os limites zonais, menos rígidos na realidade do que no modelo teórico, ou para o contraste litoral/interior, onde a presença da floresta amazônica interrompe o povoamento costeiro.

Combinando as seis figuras resultantes dessa análise, por uma simples superposição, chega-se a um modelo já bastante complexo. Por exemplo, as principais regiões do Nordeste (zona da mata, sertão e pré-amazônia), podem ser explicadas delineando uma zona de

povoamento denso, outra de povoamento menos denso e mais seca; e, além do limite entre as zonas tropicais e equatoriais, uma terceira zona pioneira recém conquistada.

Combinando essas estruturas derivadas dos modelos gráficos elementares, e as cinco regiões classicamente reconhecidas (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste), pode-se construir um modelo geral do Brasil (figura nº 4), que mostra as interferências dos elementos básicos e permite distinguir novos conjuntos. Uma simples combinação gráfica revela, portanto, coincidências e oposições muito iluminadoras. Ela confirma evidências, mas indica também situações menos conhecidas: as margens do Sul (região 13), subtropicais e pouco povoadas, eram um ângulo morto duplamente periférico (em relação ao resto do país e o Sul subtropical) até a construção da usina de Itaipú. Encontram-se hoje entre os lugares onde a pressão pioneira brasileira é mais forte, prolongando-se em território paraguaio: aqui o modelo reflete bem a situação estratégica deste canto do território, um dos lugares que a geopolítica brasileira julgava importante por suas vantagens naturais e careciam, apenas, de uma ocupação humana densa para serem valorizadas

Essas combinações puramente gráficas, cuja interpretação ainda parece ser um pouco impressionista, induzem a elaborar não apenas uma superposição gráfica, mas uma composição lógica. Pode-se começar com a estrutura mais geral: a oposição entre o norte e o sul, que existe em quase todos os países do mundo. Basta em seguida introduzir, aos poucos, os outros fatores de diferenciação mais específicos, cuja introdução progressiva leva a dividir – ou não – os conjuntos determinados nas etapas anteriores. Introduzir o caso do Nordeste não altera em nada os conjuntos "Norte" e o "Sul", mas divide o Centro em dois conjuntos, "Nordeste" e "Sudeste" Mas, ao introduzir, a seguir, a divisão entre litoral e interior, afeta (modifica) todas as regiões. A oposição centro-periferia não afeta (desarranja) em nada nem o Norte nem o Nordeste, totalmente incluídos na periferia, mas ela subdivide todo o resto do

país. E, finalmente, a distinção entre regiões pioneiras e regiões estáveis cria novas clivagens no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas não no Sudeste nem no Sul.

Essa subdivisão lógica permite identificar, assim, regiões cuja "filiação" é conhecida; as mesmas que apareciam na divisão gráfica, sendo utilizados os mesmos números em ambas figuras. Para cada uma delas é, então, fácil, seguindo os "galhos" da árvore, de reconstituir a sua gênese e dar-lhe seus principais atributos: a região nº 4, por exemplo, a parte pioneira do Nordeste interior é a Pré-amazônia, polarizada pela cidade de Imperatriz, no Maranhão.

Uma das objeções que foram feitas a esse tipo de análise, é a que deixa de lado a forma dos países, representando-os apenas como círculos ou quadrados. Na verdade, a forma do país é uma contingência, que pode ser introduzida num estágio posterior, como demonstrado no caso do Chile, cuja modelização foi elaborada juntamente com colegas chilenos.

A estrutura de base é a mesma do que no caso brasileiro: oposições entre sul, norte e centro, entre leste, centro e oeste, entre periferia e centro (que no Chile está realmente no centro). As estruturas específicas são aqui os quatro "cantos": o do nordeste é andino, o do noroeste desértico, o do sudeste patagônico, o do sudoeste marcado pelas influências marítimas. A capital tem duas projeções litorâneas: Concepción e Valparaíso. Importantes são também os lugares por onde se pode comunicar com os países vizinhos, outrora via um sistema de ferrovias, atualmente via estradas, que o substituíram. Trata-se de uma modelização básica mas, a partir dela, pode-se avançar para um Chile mais próximo da forma que nós conhecemos. Nada mais simples: basta "esticar" o modelo que muda a geometria mas não mudam as estruturas. Apenas introduziu-se uma dimensão da realidade, pois o Chile de fato se estende sobre 5 000 quilômetros de norte ao sul, contra apenas 150 de leste a oeste.

III - Qual é a utilidade da análise dos territórios pela modelização gráfica?

As vantagens deste método, quando aplicado corretamente, são diversas e igualmente interessantes. Alguns são de alcance limitado, outros abrem vias realmente novas e ambiciosas.

III. 1 - Dar conta, de maneira rigorosa, da especificidade de um lugar

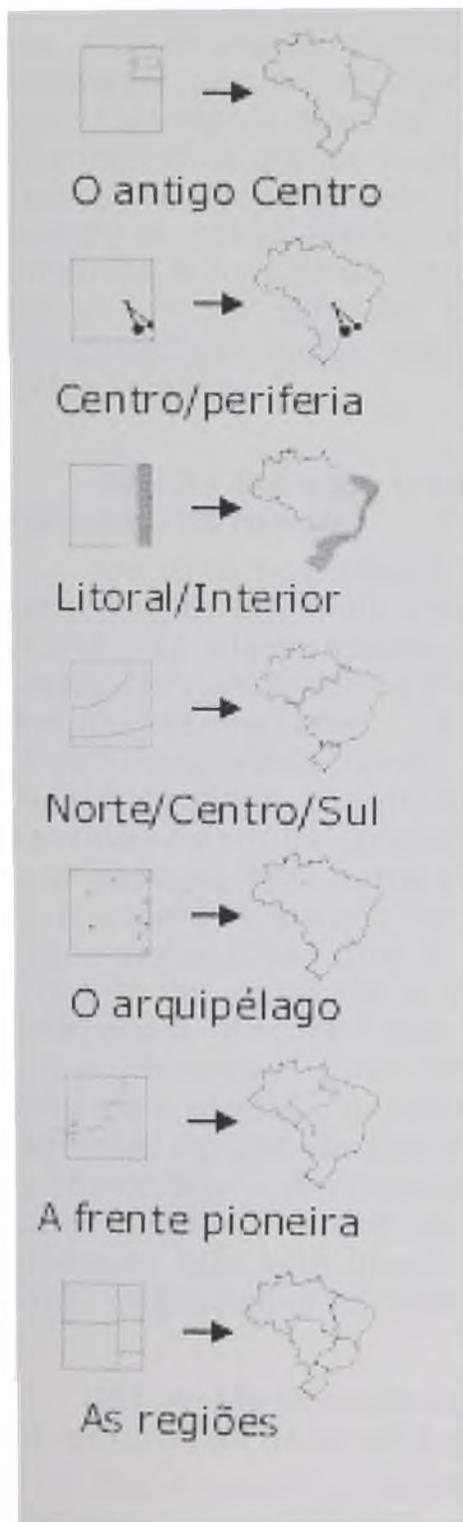
A construção de um modelo gráfico que dá conta das estruturas de um espaço e das suas combinações poderia ser o caminho para justificar a unicidade de cada lugar, sem cair no pecado capital da geografia regional clássica: a sua recusa de toda generalização, a sua vontade de sublinhar o carácter excepcional da região estudada. E se esta unicidade viesse do fato de que as estruturas que se detectam nesse lugar (mas que também reencontram-se noutro lugar, em regiões vizinhas ou remotas), combinam-se aqui de uma maneira única, que não se acha realizada em nenhum outro lugar? Neste caso, realizou-se o que Brunet chama um "modelo do único", que somente dá conta desse único lugar, mas de maneira lógica e coerente, fácil de lembrar porque encontra nele estruturas familiares e que se pode transmitir para quem não conhece esse espaço.

III. 2 - Ela permite comparações racionalizadas

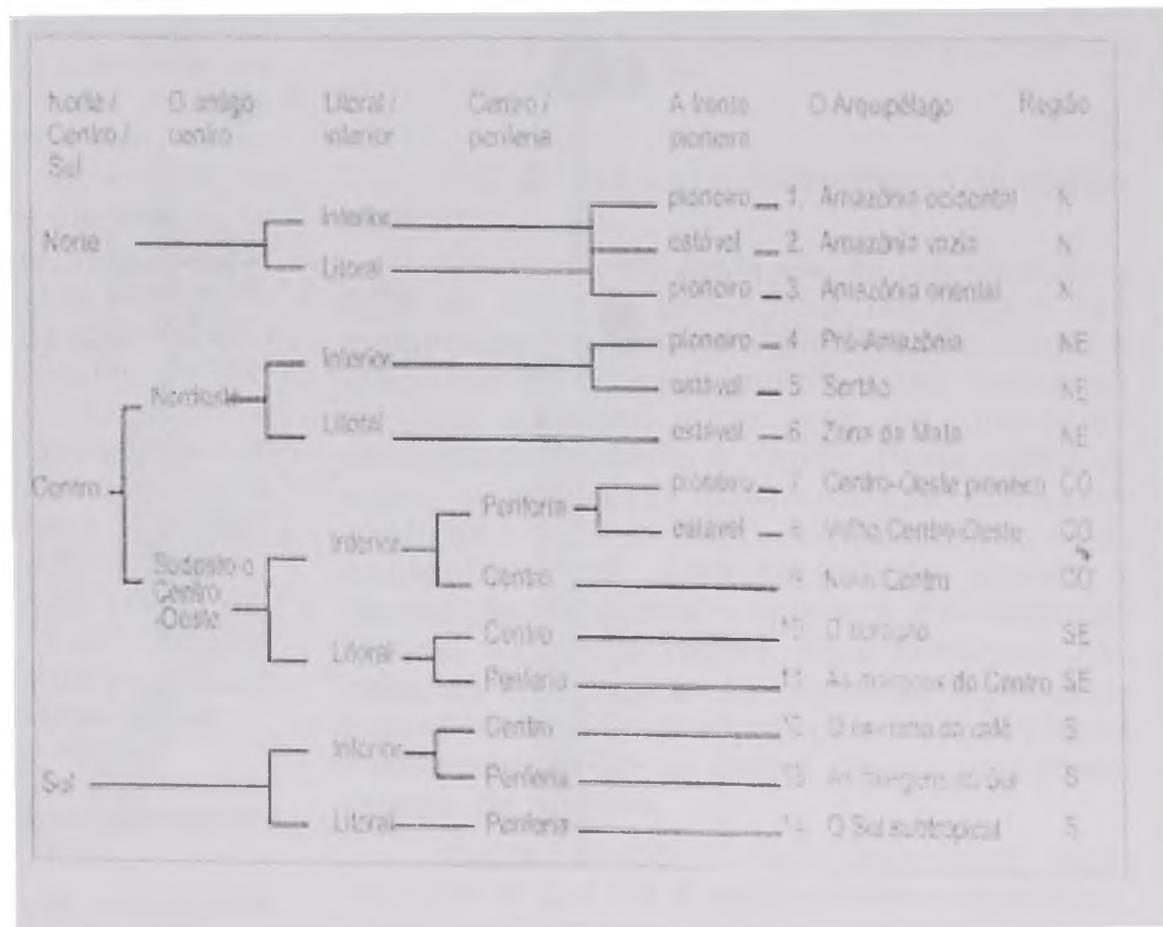
Esta familiaridade é o que permite comparações fundadas sobre na semelhança das estruturas. Quando estruturas idênticas ou similares reencontram-se (mesmo que não sejam aparentes à primeira vista), pode-se legitimamente comparar espaços diferentes, abrir diálogos instrutivos. Por exemplo, já que uma importante estrutura do Brasil é a figura do arquipélago, foi possível esboçar um diálogo com um colega canadense que tinha chegado à idéia que a ação unificadora do Estado e as redes de transporte tinham feito da Indonésia um continente: dessa comparação paradoxal saiu um artigo em colaboração, intitulado "o arquipélago brasileiro e o continente indonésio"

Modelos Brasileiros

Modelos elementares



A árvore (geneal)ógica

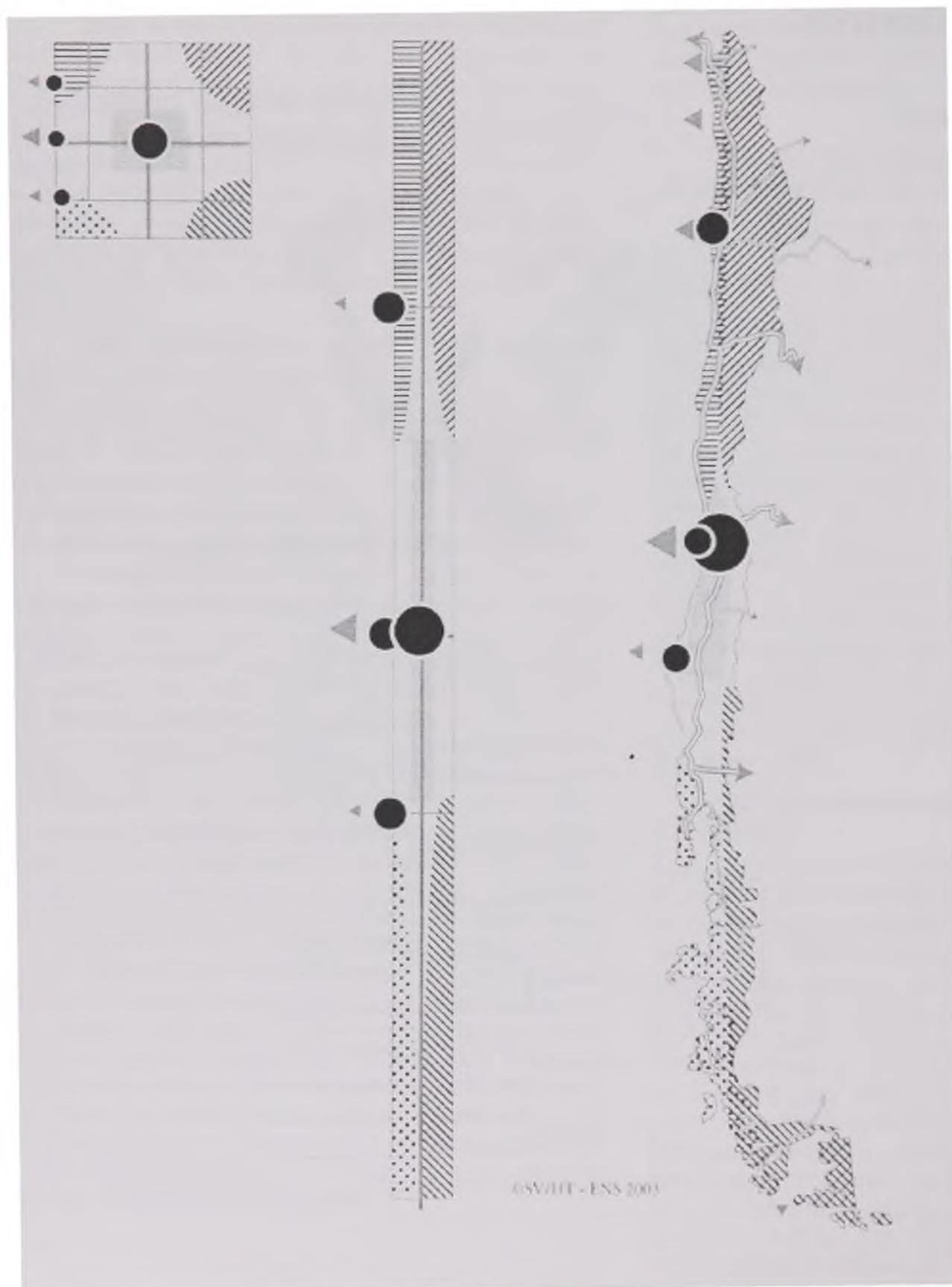


Modelos do Chile

Modelo

Modelo adaptado

Mapa



De maneira menos paradoxal, uma rápida colaboração indicou que algumas estruturas fundamentais eram comparáveis no Brasil e na Malásia, especialmente a da frente pioneira, uma comparação que seria útil prolongar.

Esta estrutura de frente pioneira é uma das que se reencontram em outros lugares do mundo, e a modelização ajuda a identificar melhor. Trata-se de estruturas mais complexas que as estruturas básicas (segundo Roger Brunet que as batizou de *chorèmes*, que combinam alguns deles de uma mesma maneira, *chorotypes*): a grande plantação de café, a ilha tropical, a cidade andina, as três megalópoles mundiais estão entre estes objetos, de dimensão e freqüência naturalmente diversas, que podem ser definidos de tal forma que as especificidades locais apareçam apenas como epifenômenos.

III. 3 - Ela abre o caminho a uma gramática do território

Os trabalhos descritos acima supõem e permitem tarefa mais vital: a definição das estruturas elementares, cuja combinação fundamenta os modelos de um lugar ou uma família de lugares. Já começada, mas certamente perfectível, esta investigação poderia produzir o equivalente da tabela de Mendeleiev para os químicos. Ou, para realizar uma analogia com outra ciência, a lingüística (que sugere o mesmo termo de *chorèmes*), poder-se-ia dizer que é necessário definir primeiro as palavras a partir das quais é elaborado o "discurso" que uma sociedade tem sobre um espaço dado (neste caso a forma como ela o ocupa, o gerencia). Neste "discurso" aparecem figuras de estilo, lugares comuns os *chorotypes* - já empregados por outros em outros tempos e outros lugares. Pode também acontecer que este discurso contenha alguns erros, contradições ou mesmo barbarismos.

III. 4 - Ela permite aproximar a geografia regional da geografia geral

Este método é também um meio para utilizar plenamente os instrumentos

desenvolvidos pela geografia geral: cada uma das estruturas detectadas deve naturalmente ser medida, comprovada, sempre que possível, pelos métodos habituais, notadamente os efeitos de espaçamento e de proximidade, de atração, de gravitação, de fricção que são as regras e as leis mais freqüentes em Geografia.

Mas a modelização gráfica permite também colocar em evidência efeitos para os quais não temos ainda os instrumentos matemáticos necessários, como efeitos de limiar e de ruptura, e sobretudo a combinação local de efeitos diversos, cujas interações são terrivelmente complexas.

E talvez a determinação, por esta via, de estruturas recorrentes permitirá em troca enriquecer a geografia geral, pela determinação de "espécies de espaços", para usar uma fórmula que Roger Brunet tirou de Georges Pérec. Não se tratará, porém, de uma vã tentativa de criar uma tipologia geral dos espaços do planeta, mas de determinar figuras freqüentes, famílias de estruturas, de aventar-se à procura de regras e de regularidades que seriam a base de uma geografia geral da geografia regional.

III. 5 - Ela é um instrumento de comunicação

Não é mérito desta via de investigação o fato de que os seus produtos sejam tão eminentemente comunicáveis. A forma sintética e atrativa do modelo gráfico - pelo menos se for bem sucedido - faz dele um suporte de comunicação cômodo e rápido. Deste ponto de vista, o progresso contínuo dos *softwares* gráficos em microcomputadores é, evidentemente, uma facilidade, pondo à disposição de todos o que era privilégio de alguns, há pouco tempo. Essa facilidade não dispensará o respeito às regras da legibilidade e da semiologia gráfica, mas pelo menos reduzirá a necessidade de se dispor de um verdadeiro talento de grafista.

Outra vantagem nada desprezível desta via nova é que ela é naturalmente pedagógica, graças, não apenas a sua comunicabilidade,

mas também ao fato de se apoiar sobre uma lógica e um raciocínio, mais fáceis de lembrar do que um discurso ou uma enumeração, o que era infelizmente, às vezes, a base da geografia regional. O raciocínio que fundamenta a construção do modelo pode ser o fio diretor que deve orientar uma boa análise de geografia regional, sendo o modelo gráfico a síntese de

fácil memorização e reprodução. Cabe notar que estes aspectos pedagógicos estão na origem desta via de pesquisa, tendo sido o método experimentado por um de seus pioneiros, Robert Ferras, em sala de aula. O sucesso pedagógico deste método, testado e empregado a todos os níveis de ensino é um dos elementos animadores para a sua divulgação futura.

Bibliografia

BRUNET, R. "La composition des modèles dans l'analyse spatiale". *L'Espace géographique*, nº4, 1980, p. 253-265.

BRUNET, R. "La carte-modèle et les chorèmes". *Mappemonde*, nº4, 1986, p. 2-6.

BRUNET, R. *La carte, mode d'emploi*. Paris, Fayard/Reclus, 1987, 269 p.

BRUNET, R. *Le déchiffrement du Monde*, Belin, 2001, 402 p.

CAPATAZ, M. "Le continent indonésien et l'archipel brésilien" (en collaboration avec Rodolphe de Koninck), pp. 14-18, nº 92/4, *Mappemonde*, 1992

CLARY, M.; DUFAU, G.; DURAND, R. & FERRAS, R. *Cartes et modèles à l'école*. Montpellier, Reclus, 1988, 112 p.

FERRAS, R. *L'Espagne, écritures de géographie régionale*. Montpellier, Reclus, 1985, 66 p.

FERRAS, R. *Atlas d'Espagne*. Paris, Fayard/Reclus, 1986, 96 p.

FULANO DETHAL, A. "Amérique du Sud, structures comparées", numéro spécial Amérique latine, pp. 46-48, nº 88/4, *Mappemonde*, 1988.

Mappemonde, Chorèmes et modèles, numéro spécial, nº4. Montpellier, Reclus (quinze articles), 1986.

NEGRETE, J.; THÉRY, H. Et VELUT, S. "Chili, un modèle au carré", pp 42-43, pp 12-13, nº 65, *Mappemonde*, 2002.

THÉRY, H. *Brésil, un atlas chorématique*. Paris, Fayard/Reclus, 1986, 88 p.

THÉRY, H. "Modélisation graphique et analyse régionale. Une méthode et un exemple", pp. 135-150, vol. 32 nº 86, *Cahiers de géographie du Québec*, Québec, 1988.

THÉRY, H. "De quelques modèles amazoniens", pp. 77-92, *Cahiers des Amériques Latines* nº24, 1997

Trabalho enviado em dezembro de 2003.

Trabalho aceito em abril de 2004.





**TESES DE
DOUTORADO**

E

**DISSERTAÇÕES
DE MESTRADO**

ÍNDICE

Teses de Doutorado

- Marta Celina Linhares Sales **193** Estudos climáticos, morfo-pedológicos e fito-ecológicos no núcleo de desertificação de Irauçuba-Ceará
- Lourdes de Fátima Carril **193** Quilombo, Favela e Perifeira
- Déborah de Oliveira **194** A captura do alto Rio Guaratuba : uma proposta metodológica para o estudo da evolução do relevo na Serra do Mar, Boracéia-SP
- Alvaro Henrique de Souza Ferreira **195** A emergência do teletrabalho e as novas territorialidades na cidade do Rio de Janeiro
- João Rua **195** Seguindo Novos Caminhos: Transformações Territoriais e Modernização no Município de Quissamã - RJ. Uma Contribuição para o Desenvolvimento Local
- Ivaniza de Lourdes Lazzarotto Cabral **196** Depressões interfluviais e voçorocas articuladas à rede de drenagem: o exemplo das bacias dos rios Ibicuizinho, Areal do Paredão, Cacequi, Santa Maria e Ibicuí
- Mee Joung Lee **196** Evolução global da indústria da TI (Tecnologia da Informação): uma abordagem comparativa do Brasil e da Coréia da Sul
- Luana Lacaze de Camargo Casella **197** Turismo sustentável: realidade possível? O caso do município de Bertioga, SP
- Walter Mareschi Bissa **197** Paleoambiente do quartenário superior da Serra de Botucatu SP (Cuestas Basálticas), com ênfase nas ocupações humanas
- Felipe Augusto Dias **198** Caracterização do Sistema de Abastecimento de Água para a Gestão dos Recursos Hídricos do município de Campo Grande MS
- Yuri Tavares Rocha **198** Ibirapitanga: História, distribuição geográfica e conservação do Pau-Brasil (Caesalpinia echinata LAM., LEGUMINOSAE) do descobrimento a atualidade
- Carlos Alberto Manhi **199** Paulística: A poética do precário. Paisagem, Crônicas e Imaginário

Dissertações de Mestrado

- Rosalina Burgos **200** Parques Públicos Urbanos na Metrópole Paulistana. Concepção e uso na produção do espaço urbano
- Roberto da Silva Silveira **200** Cidade e Lazer em São Paulo
- Márcia Nunes **201** Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP
- José Nivaldo da Silva **201** Nordeste do Brasil: formação social e desenvolvimento regional
- Selma Ribeiro Araújo Micheletto **202** Forjar da terra o milagre do pão assentamento Timboré-Andradina/SP

TESES DE DOUTORADO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS

(2º Semestre de 2003 e 1º Semestre de 2004)

Teses de Doutorado



Estudos climáticos, morfo- pedológicos e fito-ecológicos no núcleo de desertificação de Irauçuba-Ceará

Marta Celina Linhares Sales

Orientador: Profº Dr. José Bueno Conti

Este trabalho, realizado no núcleo de desertificação de Irauçuba foi conduzido a partir da análise de três eixos de abordagem. Os estudos climato-hidrológicos, conduzidos em mesoescala, abrangendo a região na qual se insere o município de Irauçuba, permitiram a identificação e caracterização de um núcleo de aridez inserido no município, refletindo em uma baixa disponibilidade hídrica tanto das águas superficiais como das águas subterrâneas. Os estudos morfo-pedológicos realizados em escala local, ao nível do município, foram conduzidos pela adaptação de alguns componentes da USLE, de forma a indicar o

potencial de erosão das terras do município de Irauçuba. Os estudos fito-ecológicos apresentam resultados preliminares de dois anos de levantamentos de dados da vegetação, realizados em áreas de pastagens nativas de pecuária extensiva, isoladas do uso, para acompanhamento do ritmo de recuperação/degradação da vegetação. A integração dos resultados indica que a principal limitação, do ponto de vista dos recursos naturais, para melhoria das condições de uso da terra, é a condição climática a que está submetida maior parte do município. As áreas de pastagens nativas vêm, ao longo do tempo, sendo desmatadas para aumento da produção das forrageiras que, dadas as condições de solos e clima, não permitem o desenvolvimento de uma vegetação de porte arbórea densa. Preliminarmente, é possível pensar que o manejo das áreas de pastagens nativas e o gerenciamento mais eficiente dos recursos hídricos constituem-se em uma alternativa para melhoria das condições de uso dessas terras.



Quilombo, Favela e Perifeira

Lourdes de Fátima Carril

Orientadora: Profa. Dra. Iraci Gomes Palheta

Esta pesquisa estuda a segregação sócio-espacial e racial em São Paulo, a partir do distrito

de Capão Redondo. A área situa-se na zona Sul, e, a exemplo dos arredores de São Paulo, inseria-se desde o final do século XIX como produtor de gêneros agrícolas, além de produzir madeira e o carvão para a capital. O processo de metropolização concorreu para a formação de periferias e hiper-periferias, estabelecendo um forte contraste com seu entorno. Bairros,

como o Morumbi e outros, localizados na zona Oeste, próximos ao centro da cidade, estão dotados de equipamentos públicos, serviços de lazer e cultura, enquanto a área estudada apresenta escassez desses mesmos investimentos. Ao mesmo tempo em que houve melhorias públicas nas periferias em resposta aos movimentos sociais, os pobres foram sendo empurrados para novos bolsões de pobreza. Destacamos a concentração de população afro-descendente nesses distritos mais pobres de São Paulo, não só por meio da contagem populacional, entrevistas e artigos de jornais, mas pelas letras das músicas *rap*, as quais apontam para a forma espacial da segregação racial no Brasil. *Antigamente quilombos, hoje periferia* denuncia o mito da democracia racial,

pois aponta para linhas de continuidade da exclusão social e étnica do afro-descendente, mas, agora, revelando-a nos espaços da cidade. Analisamos essa forma de exclusão pelo conceito de banimento, o qual permite concluir que a metrópole expulsa seus pobres para locais mais distantes da cidade, sem infra-estrutura pública, onde há ausência do Estado. A questão central é a presença de um contingente de pobres na cidade vivenciando longos períodos de exclusão. Constatamos que eles têm sido quase sempre os mesmos desde a escravidão. Terras de ninguém, territórios-prisão ou de quilombos? A identidade e o território são elementos intrínsecos à realidade do cotidiano dos pobres da cidade, revelando uma longa busca da cidadania.



**A captura do alto Rio Guaratuba :
uma proposta metodológica para o
estudo da evolução do relevo na
Serra do Mar, Boracéia-SP**

Déborah de Oliveira

Orientador: Prof^o Dr. José Pereira de Queiroz
Neto

Este trabalho trata da captura da bacia do Alto Guaratuba, devido ao recuo da Escarpa da Serra do Mar na região de Boracéia-SP. A bacia do Alto Guaratuba localiza-se no reverso imediato da Escarpa da Serra do Mar, a aproximadamente 45056' e 45052' de longitude oeste e 23038' e 23042' de latitude sul, onde situa-se a Estação Biológica de Boracéia (USP). A Serra do Mar corresponde a um conjunto de escarpas festonadas com cerca de 1.000 km de extensão, que vai de Santa Catarina ao Rio de Janeiro. Sua origem está relacionada a processos tectônicos de movimentação vertical realizadas no Cenozóico. A observação de imagem LANDSAT TM 7 permitiu uma primeira aproximação do delineamento estrutural (linhas de falhas, fraturas, etc) da área de estudo. O

emprego do programa ILWIS, no tratamento das cartas topográficas 1:10.000 permitiu, por seu lado, confirmar aquelas direções estruturais, de sentido geral NE-SW, bem como mostrar a presença de compartimentos escalonados do relevo, a partir da borda da Escarpa para o interior. A fotointerpretação na escala 1:25.000 revelou a presença de uma drenagem direcionada a NE-SW, seguindo os alinhamentos estruturais que já haviam sido assinalados. Revelou também a mudança de direção do Rio Guaratuba, formando um cotovelo, próximo à borda da Escarpa, descendo-a na direção N-S. Algumas evidências de campo mostram o Rio Guaratuba, em seu cotovelo de captura, descendo oblíquo às estruturas do gnaisse até posicionar-se perpendicularmente a elas ao descer a Escarpa. O conjunto desses dados indica a importância da tectônica na formação do relevo da área, originando os patamares escalonados, entre os quais instalou-se a drenagem. Por outro lado, a erosão regressiva na Escarpa foi responsável pela captura do Alto Guaratuba, gerando um grande anfiteatro. Assim, foi possível propor uma história prognóstica de evolução da Escarpa, sob a ação erosiva, aproveitando as linhas estruturais, podendo ocasionar novas capturas.

Dessa maneira, seria necessário estudar os altos cursos dos rios que deságuam no litoral a

partir de suas cabeceiras no Planalto, além de verificar de que maneira eles correm.



A emergência do teletrabalho e as novas territorialidades na cidade do Rio de Janeiro

Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Orientadora: Profª Dra. Sandra Lencioni

Atualmente é possível observarmos a utilização de teletrabalhadores por um número crescente de empresas na cidade do Rio de Janeiro. Essa forma de trabalho modifica a relação entre os trabalhadores e as empresas e entre os trabalhadores e a cidade. O objetivo deste trabalho é a identificação de indícios de novas territorialidades na cidade relacionados à utilização do teletrabalho no Rio de Janeiro. Assim sendo, em um esforço teórico-metodológico, buscamos a construção daquilo que denominamos holograma sócio-espacial para nos auxiliar em nossa trajetória.

Cada parte, por menor que seja, de um holograma possui uma informação global acerca do objeto representado. Entretanto, é a interação entre essas partes que permitirá reconstruir visualmente esse objeto com clareza. Assim, quando analisamos o espaço urbano carioca, estivemos entendendo-o como esfera do encontro das múltiplas trajetórias, da interdependência e da inter-relação. Acreditamos que os agentes, através dessas inter-relações, produzem o espaço; e por estar sendo constantemente construído, está sempre por concluir. Nossa tese é que há sim novas territorialidades associadas à utilização do teletrabalho na cidade do Rio de Janeiro, que provocam uma série de transformações na relação do teletrabalhador com a cidade e que contribuem para deslocamentos, desativações e redistribuições de firmas e de residências no interior da cidade. Ademais, tais processos encontram-se ligados à atuação dos agentes que produzem o espaço urbano a partir de relações construídas em escalas local-local e local-global.



Seguindo Novos Caminhos: Transformações Territoriais e Modernização no Município de Quissamã – RJ. Uma Contribuição para o Desenvolvimento Local

João Rua

Orientador: Prof. Dr. José Wilian Vesentini

O objetivo central deste trabalho é analisar as transformações territoriais relacionadas com o processo de modernização que o município de Quissamã vem sofrendo há mais de um século sem perder as características de modernização conservadora que caracteriza a sociedade brasileira, mas já apresentando

alguns sinais de uma mudança em que novos agentes sociais se superpõem aos antigos disputando-lhes o poder político e as opções de intervenção que emanam dessa situação. Quando em 1877 se inaugurou o Engenho Central de Quissamã, inaugurou-se, também, a chegada do capital industrial que vai desbancar o capital comercial ao transformar os diversos donos de engenhos em fornecedores de cana para o Engenho Central, criando-se uma dependência técnica e creditícia dos primeiros ao segundo o que favorece um longo período de decadência econômica. Em 1975, com o PROALCOOL, inicia-se um processo de inovação tecnológica traduzida, basicamente, em melhoria de espécies, mecanização de algumas fases da produção e, principalmente,

modernização industrial, com a introdução das destilarias de álcool. A descoberta de petróleo na bacia de Campos e a possibilidade de contar com os *royalties* fornecidos pela PETROBRAS, alavancaram, no final dos anos 80, a perspectiva de crescimento econômico sem a dependência exclusiva ao Engenho. Os setores urbanos,

aliados a alguns produtores rurais, definiram uma estratégia conjunta que levou à emancipação do município e à sua inserção, mais efetiva, nos fluxos capitalistas, formando um novo sistema de relações sócio-espaciais ao mesmo tempo em que buscavam um fortalecimento da identidade territorial.



Depressões interfluviais e voçorocas articuladas à rede de drenagem: o exemplo das bacias dos rios Ibicuzinho, Areal do Paredão, Cacequi, Santa Maria e Ibicuí

Ivaniza de Lourdes Lazzarotto Cabral

Orientador: Prof. Dr. Jurandy L. Sanches Ross

As manifestações que marcam os eventos responsáveis pela dinâmica superficial da Depressão Periférica Gaúcha respondem por uma "paisagem" regional composta por amplas colinas. Estudos desenvolvidos sobre determinados fatos, como por exemplo, processos de arenização, voçorocamentos, depressões interfluviais em topo de colinas

formas pseudo-cársticas, evolução pedológica associada à morfologia, caracterização e levantamento geológico e outros, demonstraram a complexidade na instalação e evolução do relevo associados à formas topográficas aparentemente simples de colinas com amplas áreas de captação e rampas longas. Considerando as informações prévias sobre o comportamento e as características de alguns fatores importantes na dinâmica das superfícies em determinadas áreas do setor Sudoeste da Depressão Periférica, a proposta é a discussão e a enumeração dos agentes que predisõem e dos que efetivam os processos responsáveis pelo desenvolvimento de voçorocas e depressões interfluviais - formas pseudo-cársticas em cabeceiras de drenagem e topos de colinas. Ambas situadas nas superfícies divisoras d' água entre a bacia do rio Ibicuí e Jacuí, na Depressão Periférica Gaúcha.



Evolução global da indústria da TI (Tecnologia da Informação): uma abordagem comparativa do Brasil e da Coréia da Sul

Mee Joung Lee

Orientador: Prof. Dr. Armen Mamigonian

A indústria de TI faz parte do novo paradigma técnico-econômico global de alta tecnologia. Seu circuito do crescimento explosivo foi atribuído pela convergência tecnológica entre informática e telecomunicações e isto desencadeou enorme mudança na dinâmica do

sistema mundial da produção de TI. A maior parte da indústria de TI começou a fazer parte do processo de exploração econômica desde a década de 60, através da comercialização crescente de computadores e semicondutores. Desde o começo, a indústria de computadores mundial foi dominada por pequeno número de empresas multinacionais norte-americanas que possuíam grande capacidade tecnológica e habilidade de gerenciamento. Com decorrer do tempo, grande difusão do uso de TI e conseqüente fragmentação de mercado abriram espaço para novas indústrias dos países em desenvolvimento e as indústrias destes países cresceram com a fabricação de alguns segmentos de produtos padronizados através

da alocação espacial de investimento produtivo e do meio de transferência tecnológica. Mas a tendência do crescimento da produção local começou a diminuir radicalmente a partir da década de 90. A abertura comercial debilitou a capacidade industrial dos países em desenvolvimento e sua situação econômica começou a tender negativamente. Os líderes mundiais começaram a afetar fortemente a tomada de decisão da escolha da tecnologia e produtos a serem desenvolvidos localmente e

as indústrias nacionais de TI começaram a enfrentar maior dificuldade de acompanhamento à dinâmica de competição em ambos mercados, os internos e os externos. A estrutura industrial ficou mais concentrada e as indústrias nacionais tornaram-se debilitadas. Nesse contexto, os governos de cada país começaram a buscar alternativa nas áreas de P & D e na construção de infra-estrutura de informação para contornar o agravamento das situações industriais de forma indireta.



Turismo sustentável: realidade possível? O caso do município de Bertioga, SP

Luana Lacaze de Camargo Casella

Orientadora: Profa. Dra. Magda Adelaide Lombardo Fruehauf

O objetivo do presente trabalho é entender se o Turismo Sustentável, atualmente tão alardeado, pode tornar-se uma realidade em qualquer localidade turística que se proponha a alcançá-lo, ou será privilégio de elites sociais que custeiam a organização e/ou criação de espaços turísticos escolhidos, os não-lugares, transformando o Turismo Sustentável em mais uma bela utopia, com bons embasamentos teóricos e férteis discussões acadêmicas.

Para atingir esse objetivo, foram escolhidas, como área de estudo, o núcleo

urbano central e a Riviera de São Lourenço, ambos no município Bertioga, litoral de São Paulo, como exemplos, respectivamente, de espaços urbanos sem e com a interferência de um planejamento na condução de suas ocupações e utilizações e, portanto, com diferentes conseqüências na qualidade de vida de suas populações, sejam elas fixas ou flutuantes.

A escolha dessas duas áreas, dentre todo o município, teve como razão principal, exemplificar situações opostas no uso, ocupação e tratamento do espaço urbano, partindo da premissa de que o Turismo Sustentável começa ou se impulsiona pela presença de espaços urbanos organizados ou planejados, o que também exigiria um mesmo comportamento por parte dos espaços privados. Isso estimularia as pessoas que usufruem desses espaços, a participarem ativamente da vida coletiva, seja buscando ou reivindicando soluções para os problemas existentes e melhorias necessárias, seja para a concretização das suas aspirações pessoais.



Paleoambiente do quartenário superior da Serra de Botucatu - SP (Cuestas Basálticas), com ênfase nas ocupações humanas

Walter Mareschi Bissa

Orientador: Prof. Dr. Andreas Attila W. Miklos

As interpretações paleoecológicas são baseadas nas análises palinológicas e ficológicas do sedimento coletado através de sondagem em uma turfeira localizada na Serra de Botucatu (município de Bofete - SP)

Estas interpretações fundamentadas em diagramas de porcentagem e concentração dos palinomorfos, permitem estabelecer 5 ecozonas

que evidenciam entre 26.900 a 7.240 anos AP predomínio de vegetação campestre e, de 3.640 anos AP ao presente predomínio de floresta revelando mudanças paleoclimáticas

De modo geral entre 26.900 a 14.650 AP os resultados indicam clima frio e seco com oscilações. De 14.650 a 7.240 AP o clima foi mais frio e mais seco. Entre 7.240 a 3.640 AP há evidências de clima um pouco mais quente e seco. A partir de 3.640 AP ao presente, ocorre aumento dos táxons florestais e declínio da

vegetação de campo, associado ao clima mais quente e úmido. Há ca. 2.620 AP um clima um pouco mais seco preponderou. A pequena bacia sedimentar começa a ser colmatada se transformando num pântano (turfeira), com mosaicos de floresta presentes. A vegetação é constituída por mosaicos de floresta e campo.

A análise ficológica utilizando um marcador paleoclimático (alga *Debarya*), permite a identificação de períodos mais ou menos frios, complementando as informações palinológicas.



Caracterização do Sistema de Abastecimento de Água para a Gestão dos Recursos Hídricos do município de Campo Grande MS

Felipe Augusto Dias

Orientador: Prof. Dr. Adilson Anasi de Abreu

A água e a energia solar representam recursos essenciais para a vida na Terra e para a sociedade humana. O ciclo hidrológico transforma as paisagens que são resultantes dos tipos de rochas, da vegetação e do clima. Em escala crescente a ação humana, os processos de intemperismo dos minerais da crosta terrestre, a lixiviação dos solos e o transporte de sais minerais em solução, modificam a paisagem. A visão integrada dos múltiplos usos da água, a necessidade do estabelecimento de uma estrutura gerencial e, principalmente, a necessidade de um processo participativo de planejamento integrado dos vários usos setoriais da água, alertam para Gestão dos Recursos Hídricos. No Cerrado brasileiro, para o aproveitamento racional dos

recursos naturais, é necessário o emprego de tecnologia e de investimentos (em capital, energia e conhecimento). As mudanças tecnológicas e o nível de investimentos podem alterar os padrões de uso da terra, acarretando danos ambientais, como a diminuição da biodiversidade, a perda da capacidade produtiva e a degradação. No município de Campo Grande os mananciais superficiais de abastecimento público, são responsáveis pelo abastecimento de 62% da população urbana do município. A ocupação destes mananciais reduziu drasticamente a cobertura vegetal pela falta de planificação, causando incompatibilidade de uso, provocando perdas de solo e assoreamento dos córregos e reservatórios. O presente trabalho analisou o contexto do abastecimento público do município de Campo Grande por meio da evolução do uso da terra em diferentes períodos e identificou as conseqüências ambientais originadas pela ocupação dos mananciais superficiais de abastecimento. Como resultado são apresentadas recomendações de zoneamento das áreas, visando subsidiar a Gestão de Recursos Hídricos do Município de Campo Grande, MS.



Ibirapitanga: História, distribuição geográfica e conservação do Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata* LAM., LEGUMINOSAE) do descobrimento a atualidade

Yuri Tavares Rocha

Orientador: Prof. Dr. José Bueno Conti

A ibirapitanga era o nome dado pelos indígenas brasileiros a uma madeira que fornecia corante vermelho, utilizado para tingir penas e algodão. Os portugueses, que já conheciam uma madeira oriental que tinha a mesma função tintorial para tecidos de lã, seda e algodão, depois do descobrimento da Terra de Santa Cruz, passaram a explorar essa madeira americana, que se tornou conhecida por brasil ou pau-brasil. A história dessa árvore está intrinsecamente ligada à história do Brasil pois foi o primeiro produto natural extraído da colônia portuguesa e constituiu seu primeiro ciclo econômico. Essa importância e significado foram expressos de forma artística e marcante nas iluminuras dos mapas e cartas produzidos pelos mais importantes cartógrafos quinhentistas. A extração, comércio e tráfico do pau-brasil envolveram, desde o século XVI, portugueses, franceses, holandeses, espanhóis, ingleses e, finalmente, brasileiros.

A designação da parte sul do *Mundus Novus* de Brasil substituiu a de Terra de Santa Cruz por causa da importância do pau-brasil. A origem da palavra Brasil e a justificativa dessa alteração têm várias explicações. O pau-brasil ocorre naturalmente no Domínio Atlântico Brasileiro e tem distribuição geográfica nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O pau-brasil, *Caesalpinia echinata* Lam. (Leguminosae-Caesalpinoideae), é considerado uma espécie em perigo de extinção. Há unidades de conservação em alguns dos estados de sua ocorrência que executam sua conservação *in situ*. O estado de São Paulo desempenha importante papel na conservação *ex situ* dessa espécie, a árvore nacional brasileira. Ainda há corte ilegal de pau-brasil para atender o mercado de confecção de arcos de instrumentos musicais, pois a qualidade de sua madeira para isso é inigualável.



Paulística: A poética do precário Paisagem, Crônicas e Imaginário

Carlos Alberto Manhi

Orientador: Prof. Dr. Adilson Avansi Abreu

Essa dissertação tem como escopo a aproximação metodológica entre as ciências geográficas e as literárias, assim, explora-se a percepção da paisagem enquanto um fenômeno complexo e propício a submeter-se a análises interdisciplinares. Da mesma maneira que para Blanchot um narrador é aquele que conhece a arte de comover, parte-se do conceito de que o espaço geográfico também possa comover o homem e estar, ao mesmo tempo, no âmbito da estruturação de comportamentos simbólicos complexos, como é caso do imaginário coletivo. Para tanto, defendemos a relevância e a

importância das crônicas enquanto meio literário profícuo, penetrante e abrangente no que tange a apreensão das sensações e intelecções que circundam o cotidiano e a modernidade contemporânea. Assim sendo, constitui-se uma seleção de crônicas que lidam com uma espacialidade urbana considerada de alta entropia. Desta maneira, a intenção é de promover uma análise das imagens literárias mescladas à paisagem paulistana, procurando-se, através do contato com narradores comprometidos com o seu tempo e com o seu espaço, eleger um temário que pudesse caracterizar subjetivamente a paisagem da cidade de São Paulo nas últimas décadas do século XX; espacialidade urbana imersa em uma estrutura material de cunho científico, isto é, determinada sobretudo pela velocidade e pelas tecnologias de ponta.

Dissertações de Mestrado



Parques Públicos Urbanos na Metrópole Paulista Concepção e uso na produção do espaço urbano

Rosalina Burgos

Orientador: Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro

Neste trabalho objetivamos analisar o processo de criação, os usos e significados de alguns parques públicos urbanos da metrópole paulistana. Para tanto, encontramos a segregação espacial e a dialética do público-privado como categorias de análise a partir das quais buscamos analisar e compreender os parques públicos na produção do espaço urbano.

Estabelecemos critérios para selecionar alguns parques para estudos de caso: origem das terras (incorporadas à municipalidade no processo de abertura de loteamento); entorno do parque (caracterizado pela segregação espacial); relação do parque com o entorno (parques destinados preferencialmente à população local); zona do município de São Paulo (ao menos um parque para cada zona). Com base nestes critérios selecionamos os seguintes parques: Parque Burle Marx (no Panamby), Parque Santo Dias (no Capão

Redondo), Parque Santa Amélia (no Itaim Paulista), Parque Luís Carlos Prestes (no Butantã) e Parque Jardim Felicidade (em Pirituba).

Ainda que tenhamos encontrado aspectos em comum entre os parques estudados, os quais revelam os conteúdos universais do processo de urbanização, pudemos encontrar particularidades e especificidades em cada caso, segundo a diferenciação sócio-espacial dos lugares onde estão inseridos, bem como pelas distintas formas de apropriação destes espaços pelos respectivos públicos que os usam.

Os parques urbanos estudados nesta pesquisa caracterizam-se por serem públicos e segregados. Assim, revelam os conflitos e contradições do modo de produção capitalista da cidade, os quais podem ser observados no processo de segregação espacial implicando na apropriação diferencial da cidade para a reprodução da vida. Neste contexto, a realização do sentido público destes espaços encontra-se em permanente conflito com o domínio do privado, seja em função dos interesses privados envolvidos em seu processo de criação e formas de apropriação, seja na redefinição dos usos e significados do espaço público no processo de urbanização e metropolização de São Paulo.



Cidade e Lazer em São Paulo

Roberto da Silva Silveira

Orientador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

O trabalho realizado visa compreender a interação entre cidade e lazer e a apropriação dos espaços públicos para o lazer dentro do contexto do município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Procura realizar uma reflexão crítica sobre a natureza do processo da urbanização de São Paulo questionando os descaminhos que a mesma percorreu em relação à humanização deste espaço. Faz uma análise dessa relação cidade-lazer-cidadão procurando descobrir algumas possibilidades sobre o uso dos parques urbanos e em especial um estudo de caso do Parque do Ibirapuera. A escolha foi definida pelo significado de sua escala de importância em relação aos demais parques da cidade.





Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP

Márcia Nunes

Orientadora: Profa. Dra. Regina A. de Almeida

As Unidades de Conservação (UC's) ambientais foram criadas com os objetivos de (1) "dar proteção" às áreas naturais ainda não degradadas e com rica biodiversidade e beleza cênica (2) serem preservadas como memória de um passado ambiental dilapidado ao longo da história da humanidade. Neste trabalho discute-se a conservação da biodiversidade através da categoria de UC's de PROTEÇÃO INTEGRAL. Trata-se, de uma categoria que não permite a existência de moradores e uso no interior de seus limites, sendo seu principal objetivo a preservação da natureza, admitindo-se apenas o uso indireto de seus recursos naturais. A área de estudo escolhida foi a Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP, localizada no Vale do Ribeira, litoral sul de

São Paulo. Possui área de 79.230 ha e abrange parte dos municípios de Peruíbe, Iguape, Itariri e Miracatu. O objetivo da pesquisa é analisar as transformações na ocupação do espaço, nas relações sociais, produtivas e culturais decorrentes da transformação da Juréia em estação ecológica. Quando delimitamos áreas para conservação estamos criando novas fronteiras sob territórios já existentes. Estas novas fronteiras desrespeitam os vínculos de identidade *cultural-mítica-simbólica* que une população pré-existente nessas áreas. Formam-se dois grupos: os que já estavam lá e os que vieram de fora. Cada um dos grupos tem leituras simbólicas e necessidades materiais diferentes em relação ao território. Instala-se a idéia de rompimento e não de cooperação entre os grupos. Estamos num ponto de inflexão: ou ouvimos o que os moradores tradicionais das Unidades de Conservação têm a nos dizer e nos ensinar, ou nos resignamos a assistir seu desaparecimento enquanto grupo social possuidor de riquíssima cultura e saberes acumulados durante muitas gerações, na relação com o meio natural.



Nordeste do Brasil: formação social e desenvolvimento regional

José Nivaldo da Silva

Orientador: Prof. Dr. Luiz A. de Queiroz Ablas

A consolidação de um mercado nacional, em meados dos anos 1950, tem como centro dinâmico o Centro-Sul do país. As desigualdades regionais atribuídas a esse processo apresentavam tendências a um maior aprofundamento. Enquanto no Nordeste o setor dinâmico achava-se representado pelo setor exportador, em franca decadência, no Centro-Sul, o processo de industrialização por substituição de importações assinalava o dinamismo econômico, iniciado pro volta dos anos 1930 com a crise do modelo agro-exportador baseado na economia cafeeira.

Desse modo, a modernização regional, com base na industrialização, foi proposta para o Nordeste como a forma mais rápida para a redução do seu atraso relativo. Este trabalho procura refletir o desenvolvimento regional enquanto desdobramento do modelo desenvolvimentista nacional. Apresenta uma avaliação das ações mais significativas da modernização regional, mostrando também seus limites. Dispensa particular interesse ao planejamento regional, estendendo a análise à escala local, sendo dedicada especial atenção à questão agrária e ao problema hídrico. Questiona a modernização conservadora, cujas desigualdades sociais refletem de certo modo a permanência das elites tradicionais no poder. Utiliza a hipótese de que o desenvolvimento regional apresenta contradições inerentes à formação sócio-espacial regional, em sua articulação com o nacional e o internacional, no movimento da História.





**Forjar da terra o milagre do pão
Assentamento Timboré-Andradina/
SP**

Selma Ribeiro Araújo Micheletto

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de
Oliveira

Este trabalho é um esforço de escuta e entendimento desse protagonista das lutas nessa região do Estado, de forma geral e do Assentamento Timboré em particular. A terra que procuram, o território que fazem, não cabem dentro de esquemas conceituais. Reivindicam outra teoria, outra geografia. Transcendem e, no entanto, o fazem no e pelo cotidiano. O caminho que utilizamos para proceder essa escuta foi o seguinte: desenvolvemos os temas ligados ao conceito de território e

territorialidade, as premissas teóricas do cotidiano e da história oral e nossa filiação metodológica e teórica frente à ciência geográfica. Dedicamo-nos ao estudo da Questão Agrária no Brasil num esforço de contextualização do tema na história do Brasil. Na seqüência, desenvolvemos uma análise do Documento Igreja e Problemas da Terra da CNBB de 1980 e sua importância para a compreensão dessa consciência forjada no seio do movimento. Promovemos uma retrospectiva histórica da região e dos movimentos sociais. Tratamos da construção de um novo paradigma territorial pelos agentes da luta pela terra no Assentamento Timboré. Finalmente, dedicamo-nos ao processo histórico de construção de um novo paradigma territorial e dos agentes da luta e ao significado do conceito de terra de trabalho como princípio organizativo do movimento e articulador do projeto histórico do grupo.



Normas de Publicação

A revista GEOUSP destina-se, prioritariamente, à publicação acadêmica produzida pelos alunos de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH/USP. Todos os trabalhos devem ser inéditos.

1. Tipos de trabalhos publicados

Artigos que tratem de temas definidos por uma abordagem geográfica;

Notas de Pesquisas que exponham vivências e discutam metodologias de trabalho de campo em Geografia;

Resenhas Críticas que analisem as contribuições e as limitações da obra em questão;

Notícias de Encontro que informem criticamente sobre reuniões científicas acontecidas.

Intercâmbio artigos de pesquisadores em outras universidades fora do país.

2. Extensão dos textos: os artigos deverão ter, no máximo 18 laudas (tamanho A4); as Notas de Pesquisa, no máximo 10 laudas; as resenhas, no máximo 3 laudas e as Notícias de Encontro duas laudas.

3. Forma de apresentação: todo artigo deverá ser encaminhado à redação em disquete acompanhado de duas cópias impressas, uma em português e outra em inglês. O autor deve indicar sua filiação acadêmica, a data de elaboração do artigo e seu endereço para correspondência, que será publicado visando a eventuais contatos por parte de outros pesquisadores. Todo artigo deverá estar acompanhado por um resumo (em português e em inglês) de aproximadamente 10 linhas e por 5 palavras-chave (em português e inglês). O original deverá ser digitado em *Word for windows*, preferencialmente *Word 97*. em letra tamanho 09, espaço simples, e devidamente revisto pelo autor.

4. Citações: devem aparecer no corpo do texto entre parênteses, indicando sobrenome do autor, data da publicação, página(s) citada(s).

No caso de diferentes títulos de um autor do mesmo ano, o dado diferencial será uma letra após a data, conforme exemplo:

(SOJA, 1989, p.32) ou (HARVEY, 1985a, p.-77-78).

As citações abreviadas enviam a bibliografia no final do artigo.

5. Bibliografia: deve apresentar indicações completas das obras utilizadas, de acordo com as Normas da ABNT. Por exemplo:

Livro:

SOBRENOME, Nome do autor. Título do Livro. Edição. Local de publicação: Editora, ano, nº de páginas.

Artigo de revista:

SOBRENOME, Nome do autor. "Título do artigo". Título do periódico, número do volume, data do volume, páginas (inicial e final)

Artigo de coletânea:

SOBRENOME, Nome do autor. "Título do trabalho"
In: SOBRENOME, Nome do Organizador. *Título da Coletânea*. Local de Publicação: Editora, data, páginas (inicial e final)

6. Destaques:

Deve ser utilizado *itálico* toda vez que for necessário ressaltar palavra(s) ou frase(s) do texto, bem como palavras de origem estrangeira. Quando de citações de livros utilizados, estas devem vir entre aspas.

7. Ilustrações: devem ser utilizadas quando importantes para o entendimento do texto, pedindo-se que fotos, mapas, gráficos ou tabelas sejam concebidas originalmente em preto e branco e tenham boa resolução visual, de forma a permitir uma reprodução de qualidade. Enviar os arquivos em seu formato original, separados do texto. Para fotos ou imagens ".tif, .bmp, .jpg" é aconselhável que sejam digitalizadas em 300 dpi. Para gráficos, tabelas e Mapas feitos em Excel, Corel ou semelhantes, usar traço evitando as tonalidades de cinza. Também servem as ilustrações impressas com boa qualidade ou desenhadas em papel ofício.

8. Aprovação dos originais: os textos encaminhados à GEOUSP serão apreciados por pelo menos um membro da Comissão da revista.

9. Exemplares do Autor: serão enviados a cada autor três exemplares, em caso de artigo, e um em caso de Nota de Pesquisa, de Resenha Crítica e de Notícia de Encontro, do número em que estiver publicada sua colaboração, cujos direitos autorais pertencerão ao Departamento de Geografia FFLCH/USP. No caso de artigo, ele receberá, ainda dez separatas de seu trabalho.

10. Restrições: todo material encaminhado à revista GEOUSP deve ser inédito no Brasil e estar rigorosamente de acordo com as normas de publicação. Caso contrário, não serão apreciados. Os dados e conceitos apresentados são de exclusiva responsabilidade do autor.

Endereço para Correspondência

Comissão Editorial

GEOUSP - Revista de Pós-Graduação do Departamento de Geografia - FFLCH/ USP
CX. Postal 26097 - CEP 05513-970
São Paulo SP - Brasil
Fone: (011) 3091-3159/3091-3714
Fax: 3091-3159
e-mail: geousp@usp.br
site: www.geografia.fflch.usp.br

Ficha Técnica

Título	Geosp nº 15
Capa e Projeto Gráfico	Eduardo Yázigi
Diagramação/Editoração	Camila Salles de Faria
Ilustração da capa	Sérgio Sdrous
Revisão	Luis Antonio Bittar Venturi
Divulgação	Departamento de Geografia FFLCH
Mancha	17.4 x 19,7 cm
Formato	20 x 23 cm
Tipologia	Verdana
Papel	miolo: Couchê 120 g/m ²
Capa:	couchê 230 g
Impressão da Capa	Quadricromia
Número de Páginas	204
Tiragem	500 exemplares
Impressão	Provo Distribuidora e Gráfica LTDA

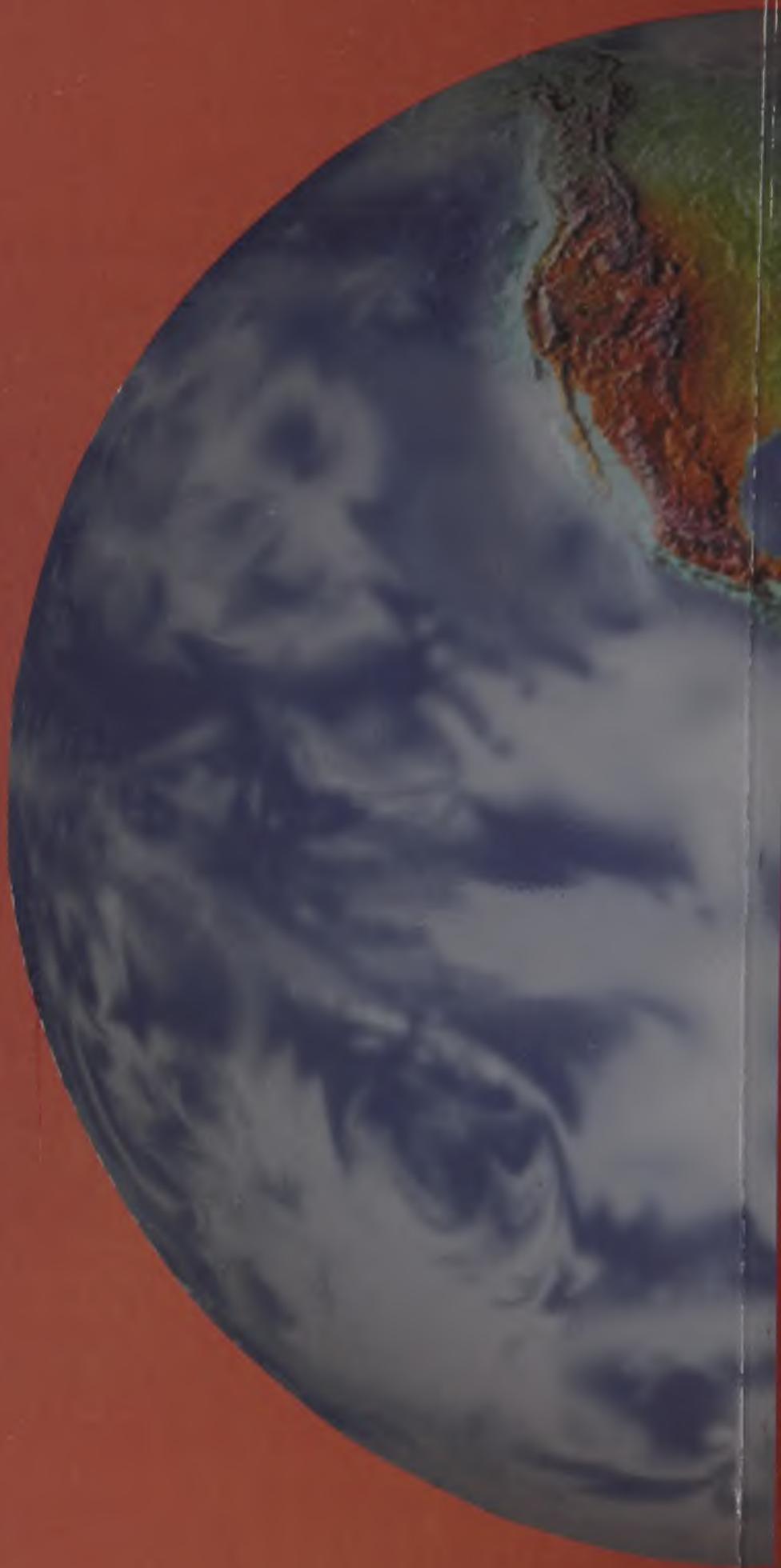
ISSN 1414-7616



9 771414 741605



00



USP